

MAIKA BUEQUE ZAMPIER

**MOVIMENTOS SOCIAIS, APROPRIAÇÃO DAS TECNOLOGIAS
DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E A CENTRALIDADE
NA REDE DA COORDINADORA LATINOAMERICANA DE
ORGANIZACIONES DEL CAMPO**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de Viçosa,
como parte das exigências do
Programa de Pós-Graduação em
Extensão Rural, para obtenção do
título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2007

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

T

Z26m
2007

Zampier, Maika Bueque, 1979-

Movimentos sociais, apropriação das tecnologias da
informação e comunicação e a centralidade na rede da
Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del
Campo / Maika Bueque Zampier. – Viçosa, MG, 2007.
xxv, 210f. : il. (algumas col.) ; 29cm.

Orientador: Sheila Maria Doula.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 203-210.

1. Movimentos sociais - América Latina. 2. Tecnologia
da informação - América Latina. I. Universidade Federal de
Viçosa. II. Título.

CDD 22.ed. 303.484

MAIKA BUEQUE ZAMPIER

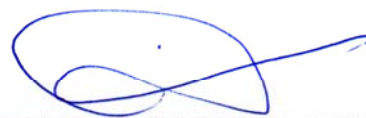
**MOVIMENTOS SOCIAIS, APROPRIAÇÃO DAS TECNOLOGIAS
DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E A CENTRALIDADE
NA REDE DA COORDINADORA LATINOAMERICANA DE
ORGANIZACIONES DEL CAMPO**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de Viçosa,
como parte das exigências do
Programa de Pós-Graduação em
Extensão Rural, para obtenção do
título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 2 de maio de 2007



Prof. Willer Araújo Barbosa



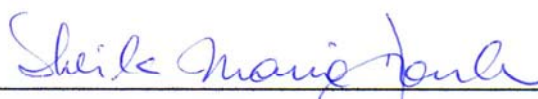
Prof. José Benedito Pinho



Prof^a. Nora Beatriz Presno Amodeo
(Co-Orientadora)



Prof. Franklin Daniel Rothman
(Co-Orientador)



Prof^a. Sheila Maria Doula
(Orientadora)

*"He dicho Escuela del Sur; porque en realidad, nuestro norte es el Sur.
No debe haber norte, para nosotros, sino por oposición a nuestro Sur.
Por eso ahora ponemos el mapa al revés,
y entonces ya tenemos justa idea de nuestra posición,
y no como quieren en el resto del mundo.
La punta de América, desde ahora, prolongándose,
señala insistentemente el Sur, nuestro norte."*

Joaquín Torres García, pintor Uruguayo
Universalismo Constructivo, 1941

Ao passado, minha avó Maria (*in memoriam*), meu avô Olívio
e seus nove filhos expulsos do campo.

Ao presente, meu esposo Mario,
companheiro nos ideais e na vida.

Ao futuro, meu filho Nitaz.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Áurea, ao meu pai, Paulo, e ao meu irmão, Xerxes, que apesar da distância sempre apoiaram as minhas escolhas.

Ao professor Héctor Bataglia, por me apresentar à cultura e à política da América latina.

À minha orientadora Sheila Doula, pelo apoio e pela autonomia no desenvolvimento da pesquisa.

Ao professor Franklin Rothman, por me apresentar a teoria dos movimentos sociais.

A professora Nora Presno, pelas conversas e reflexões sobre as redes sociais na América Latina.

Aos amigos e amigas Shirlene, Raquel, Dienne, Elias, Viviane, Maria Luiza, Zenio, Adriane, Marcelo, pelo companherismo no dia-a-dia.

À dona Lurdes e Mariana, pelos cuidados com o Nitaz nas ausências da mãe.

Ao MST, por acolher a minha família e possibilitar o exercício da minha profissão dentro do que sonhei.

Ao Movimento Estudantil, que despertou meu interesse pela área de relações internacionais de movimentos sociais.

À CAPES, que, através da concessão da bolsa de estudos, propiciou-me o desenvolvimento da pesquisa.

À Universidade Federal de Viçosa, que, desde 1999, faz parte de minha vida.

A meu filho Nitaz, que me ensinou que é possível ser mãe, pesquisadora e militante social.

Ao meu marido Mario, pois tudo seria mais difícil sem a sua presença.

BIOGRAFIA

Maika Bueque Zampier nasceu em 19 de novembro de 1979, em Vitória, Espírito Santo, filha de Áurea Bueque Zampier e Paulo Rubens Zampier. Em 1999, entrou na Universidade Federal de Viçosa para cursar o Bacharelado em Secretariado Executivo. Sempre atuante no movimento estudantil, em 2001, foi coordenadora geral do Diretório Central dos Estudantes. Em 2002, trancou a matrícula no curso e foi viver no Chile, onde conheceu a realidade social desse país através dos movimentos sociais. Em 2003, volta à Universidade e se casa com o antropólogo e militante social chileno Mario Riquelme. Em 2005, concluiu a graduação, recebendo menção honrosa pela sua monografia sobre movimentos sociais rurais na América Latina. Ingressou no Mestrado em Extensão Rural nesse mesmo ano. Em 2006, nasceu o seu primeiro filho, Nitaz. Concluiu o Mestrado em maio de 2007. Atualmente é membro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Minas Gerais.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| SIGLAS | x |
| LISTA DE TABELAS..... | xii |
| LISTA DE SOCIOMETRIA | xiii |
| LISTA DE GRÁFICOS..... | xiv |
| LISTA DE FIGURAS | xvi |
| RESUMO | xvii |
| ABSTRACT | xix |
| RESUMEN | xxi |
| INTRODUÇÃO..... | 1 |
| 1 Impactos da Modernização e dos Ajustes Estruturais na Agricultura e a Articulação dos Movimentos Sociais do Campo no Cenário Latino-americano | 8 |
| 1.1 Modernização agrícola e os limites para a agricultura familiar | 8 |
| 1.2 Reformas agrárias na América Latina..... | 19 |
| 1.3 Ajustes estruturais: continuidade de antigas e atuais demandas no campo | 25 |
| 1.4 Movimentos sociais do campo: do internacionalismo às redes de redes internacionais | 32 |
| 1.5 Via Campesina: do campo para o mundo..... | 33 |
| 1.6 Do campo para o continente: refletindo sobre as posições na rede de redes da CLOC..... | 35 |
| 2 Influência das Tecnologias Contemporâneas nos Movimentos Sociais | 47 |
| 2.1 Caracterizando as tecnologias da informação e comunicação: surgimento e instrumentos | 47 |
| 2.2 Discurso sedutor: promessas e limitações das TICs | 52 |
| 2.3 Movimentos sociais e a tecnologia: entre o ódio e o encanto, inclinações extremas na história | 57 |

| | | |
|----------|---|------------|
| 2.4 | Diálogos na perspectiva da apropriação das TICs para a resistência global | 62 |
| 2.5 | As TICs são determinantes nos Movimentos sociais? Algumas reflexões contestáveis..... | 65 |
| 3 | <i>Integração entre a Centralidade e o Discurso dos Atores nas Redes Sociais: Opções Teóricas</i> | 70 |
| 3.1 | Redes sociais: debate geral..... | 70 |
| 3.2 | Os pioneiros na análise de redes sociais..... | 71 |
| 3.3 | Redes sociais: “O estado da Arte” no Brasil (1996-2006)..... | 78 |
| 3.3.1 | Multidisciplinaridade e abordagens das pesquisas | 79 |
| 3.4 | Os limites da rede em Castells | 82 |
| 3.5 | Movimentos sociais e redes..... | 86 |
| 3.5.1 | Teorias sobre os movimentos sociais..... | 86 |
| 3.6 | Localização teórica nas redes sociais: categoria sociológica ou instrumento metodológico? | 91 |
| 3.7 | Complementando a idéia de centralidade nas Redes | 93 |
| 3.8 | Rede de movimentos sociais: uma categoria na contemporaneidade..... | 95 |
| 3.9 | Dimensões das redes sociais na sociedade da informação | 100 |
| 4 | <i>Análise de dados</i> | 102 |
| 4.1 | Metodologia..... | 102 |
| 4.1.1 | Delimitação do campo de estudo | 103 |
| 4.1.2 | Métodos e técnicas de pesquisa: coletas de dados | 105 |
| 4.1.3 | Pesquisa documental | 105 |
| 4.1.4 | Entrevistas..... | 107 |
| 4.1.5 | Sociometria..... | 109 |
| 4.1.6 | Procedimentos da investigação..... | 109 |
| 4.2 | Análise de dados..... | 110 |
| 4.3 | Identificando a rede de movimentos sociais da CLOC | 111 |
| 4.4 | Caracterizando a CLOC como uma rede de redes..... | 116 |
| 4.5 | Coletivo em Rede: A comunicação da CLOC instrumentalizada através da Internet | 118 |
| 4.6 | Dimensões da CLOC | 124 |
| 4.6.1 | Dimensão temporal: passado, presente e futuro..... | 124 |
| 4.6.2 | Dimensão espacial: redes presenciais | 127 |
| 4.6.3 | Dimensão social: reciprocidade, solidariedade e estratégia | 129 |
| 4.7 | Participação dos movimentos sociais na CLOC: benefícios e dificuldades | 134 |
| 4.8 | Mapeando a rede de redes da CLOC | 141 |
| 4.8.1 | Sociomatrix da CLOC..... | 141 |
| 4.8.2 | Sociograma da CLOC..... | 142 |
| 4.9 | Centralidade na rede..... | 145 |
| 4.10 | Participação das organizações no <i>site</i> da CLOC: difusão de informação, apropriação das TICs e solidariedade | 152 |
| 4.11 | Guatemala | 161 |

| | | |
|----------|---|------------|
| 4.12 | Chile..... | 163 |
| 4.13 | Colômbia..... | 165 |
| 4.14 | Brasil..... | 165 |
| 4.15 | República Dominicana..... | 169 |
| 4.16 | Peru | 174 |
| 4.17 | Bolívia | 175 |
| 4.18 | Argentina | 179 |
| 4.19 | Equador | 184 |
| 4.20 | Paraguai | 185 |
| 4.21 | Honduras | 188 |
| 4.22 | Venezuela..... | 191 |
| 4.23 | México | 193 |
| 4.24 | Expansão geográfica da rede de redes da CLOC no México..... | 196 |
| 4.25 | Centralidade e tecnologias da comunicação | 198 |
| 5 | Resultados e considerações finais..... | 201 |
| 6 | Referências Bibliográficas | 208 |

SIGLAS

| | |
|---------------------------------|---|
| ADC - El Salvador | Alianza Democrática Campesina |
| ALAI - Ecuador | Agencia Latino Americana de Informaciones |
| ANAMURI - Chile | Asociación Nacional de Mujeres Indígenas |
| ANAP - Cuba | Asociación Nacional de Agricultores Pequeños |
| ANUC-UR - Colombia | Asociación Nacional de Usuarios Campesinos Unidad y Reconstrucción |
| APEMEP - Panamá | Asociación de Pequeños y Medios Productores de Panamá |
| APENOC - Argentina | Asociación de Productores del Noroeste de Córdoba |
| ASOCODE - Nicaragua | Asociación de Organizaciones Campesinas Centroamericana para la Cooperación y el Desarrollo |
| ATC - Nicaragua | Asociación Nacional de Trabajadores del Campo |
| BAPO - Belize | Belize Association of Producers Organization |
| CAI - Argentina | Consejo Asesor Indígena |
| CANEZ - Venezuela | Coordinadora Agraria Nacional Ezequiel Zamora |
| CCC - México | Central Campesina Cardenista |
| CCP - Perú | Confederación Campesina del Perú |
| CIOAC - México | Central Independiente de Obreros Agrícolas y Campesinos |
| CIST - Paraguai | Coordinación Interdepartamental de Los Sin Tierra |
| CLOC - Continental | Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo |
| CNA - Perú | Confederación Nacional Agraria |
| CNA - Colombia | Coordinador Nacional Agrario |
| CNC - Ecuador | Coordinadora Nacional Campesina |
| CNOC - Guatemala | Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas |
| CNPA - México | Coordinadora Nacional Plan de Ayala |
| CNTC - Honduras | Confederación Nacional de Trabajadores Campesinos |
| COCOCH - Honduras | Consejo Coordinador de Organizaciones Campesinas de Honduras |
| CODUC - México | Coalición de Organizaciones Democráticas, Urbanas y Campesinas |
| CONAMPRO - Guatemala | Coordinadora Nacional de Medianos y Pequeños Productores |
| CONAMUCA - República Dominicana | Confederación Nacional de Mujeres del Campo |

| | |
|-----------------------|--|
| CONAMURI - Paraguai | Coordinadora Nacional de Organizaciones de Mujeres Rurales e Indígenas de Paraguay |
| CONAVIGUA - Guatemala | Coordinadora Nacional de Viúdas de Guatemala |
| CONFEUNASSC - Ecuador | Confederación Única Nacional de Afiliados al Seguro Campesino |
| CONIC - Guatemala | Coordinadora Nacional Indígena y Campesina |
| CONTAG - Brasil | Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura |
| CSCB/FTC - Bolívia | Confederación Sindical de Colonizadores de Bolívia |
| CSUTCB - Bolívia | Confederación Sindical Unica de Trabajadores Campesinos de Bolívia |
| CTF - Chile | Confederación de Trabajadores Forestales |
| CUC - Guatemala | Comite de Unidad Campesina |
| CUT/Rurais - Brasil | Central Única dos Trabalhadores Rurais |
| FENOCIN - Ecuador | Federación Nacional de Org. Campesinas Indígenas y Negras del Ecuador |
| FENSUAGRO - Colômbia | Federación Nacional Sindical Unitaria Agropecuaria |
| FNC - Paraguai | Federación Nacional Campesina |
| FNCEZ - Venezuela | Frente Nacional Campesino Ezequiel Zamora |
| FNMCB-BS - Bolívia | Federación Nacional de Mujeres Campesinas de Bolívia "Bartolina Sisa" |
| FSM | Fórum Social Mundial |
| MAB - Brasil | Movimento dos Atingidos por Barragens |
| MADUR - Uruguay | Movimiento Agropecuario del Uruguay |
| MARP - Argentina | Movimiento Agrario Región Pampeana |
| MCC - Argentina | Movimiento Campesino de Cordoba |
| MCNOC - Paraguai | Mesa Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas |
| MCP - Paraguai | Movimiento Campesino Paraguayo |
| MICSP - Guatemala | Movimiento Indígena, Campesino, Sindical y Popular |
| MMC - Brasil | Movimento de Mulheres Camponesas |
| MNC - Costa Rica | Mesa Nacional Campesina |
| MOCAFOR - Argentina | Movimiento Campesino de Formosa |
| MOCASE - Argentina | Movimiento Campesino de Santiago del Estero |
| MPA - Brasil | Movimento dos Pequenos Agricultores |
| MPP - Haiti | Mouvement Paysan Papaye |
| MSs | Movimentos Sociais |
| MST - Bolívia | Movimiento Sin Terra |
| MST - Brasil | Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra |
| NEHUEN - Chile | Confederación Nacional Sindical Campesina e Indígena de Chile |
| NMS | Novos Movimentos Sociais |
| OLT - Paraguai | Organización de Lucha por la Tierra |
| ONGs | Organizações não Governamentais |
| PJR - Brasil | Pastoral da Juventude Rural |
| Ranquil - Chile | Confederación Campesina El Surco |
| SNTAF - Cuba | Sindicato Nacional de Trabajadores Agrícolas |
| SOPA - Haiti | Solidaridad Campesina |
| STAF - Argentina | Sindicato Trabajadores Agropecuarios y Frutihortícolas |
| TICs | Tecnologias da Informação e Comunicação |
| UCP - Argentina | Unión de Campesinos Porajhu |
| UNORCA - México | Unión Nacional de Organizaciones Regionais Campesinas Autónomas |
| UNTA - México | Unión Nacional Trabajadores Agrícolas |
| UST - Argentina | Unión Sin Tierra |
| VIA - Internacional | Via Campesina |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|-----|
| Tabela 1 – América Latina: população total, urbana e rural e porcentagem populacional urbana por país..... | 11 |
| Tabela 2 – Organizações-membros da CLOC por região e país | 42 |
| Tabela 3 – Pesquisadores de todos os níveis de formação recuperados na Plataforma Lattes pela palavra “redes” e pela expressão “redes sociais” em cada área de atuação. | 80 |
| Tabela 4 – Organizações-membro da CLOC entrevistadas | 104 |
| Tabela 5 – Número e porcentagem de documentos analisados por ano na pesquisa documental | 106 |

LISTA DE SOCIOMETRIA

| | |
|---|-----|
| Sociomatriz 1 – Relações entre as organizações-membro da CLOC | 143 |
| Sociograma 1 – Sociograma da CLOC | 144 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|-----|
| Gráfico 1 – Participação no site da CLOC, ano 2003 | 112 |
| Gráfico 2 – Participação no site da CLOC, ano 2004 | 113 |
| Gráfico 3 – Participação no site da CLOC, ano 2005 | 114 |
| Gráfico 4 – Participação no site da CLOC, ano 2006 | 115 |
| Gráfico 5 – Participação das organizações-membro no site da CLOC, ano 2003..... | 155 |
| Gráfico 6 – Participação das organizações-membro no site da CLOC, ano 2004..... | 156 |
| Gráfico 7 – Participação das organizações-membro no site da CLOC, ano 2005..... | 158 |
| Gráfico 8 – Participação das organizações-membro no site da CLOC, ano 2006..... | 160 |
| Gráfico 9 – Participação das 7 organizações guatemaltecas no site da CLOC | 163 |
| Gráfico 10 – Participação das 5 organizações chilenas no site da CLOC .. | 164 |
| Gráfico 11 – Participação das 3 organizações colombianas no site da CLOC | 165 |
| Gráfico 12 – Participação das 8 organizações brasileiras no site da CLOC | 166 |
| Gráfico 13 – Participação da organização dominicana no site da CLOC.... | 171 |
| Gráfico 14 – Participação das 2 organizações peruanas no site da CLOC | 175 |
| Gráfico 15 – Participação das 5 organizações bolivianas no site da CLOC | 178 |

| | |
|--|-----|
| Gráfico 16 – Participação das 7 organizações argentinas no site da CLOC | 183 |
| Gráfico 17 – Participação das 3 organizações equatorianas no site da CLOC | 185 |
| Gráfico 18 – Participação das 6 organizações paraguaias no site da CLOC | 186 |
| Gráfico 19 – Participação das 2 organizações hondurenhas no site da CLOC | 189 |
| Gráfico 20 – Participação das 2 organizações venezuelanas no site da CLOC..... | 193 |
| Gráfico 21 – Participação das 6 organizações mexicanas no site da CLOC | 196 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| Figura 1 – Via Campesina e CLOC no Fórum Social Mundial | 35 |
| Figura 2 – Cartilha do I Congresso da CLOC | 36 |
| Figura 3 – Publicação do seminário internacional de mulheres da CLOC ... | 37 |
| Figura 4 – Publicação do II Congresso da CLOC | 39 |
| Figura 5 – Cartaz do IV Congresso da CLOC..... | 40 |
| Figura 6 – Rede de Movimento Social | 98 |
| Figura 7 – Hiperlinks no site da CLOC para os correios eletrônicos das organizações-membro | 120 |

RESUMO

ZAMPIER, Maika Bueque, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, maio de 2007. **Movimentos sociais, apropriação das tecnologias da informação e comunicação e a centralidade na rede da *Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo***. Orientadora: Sheila Maria Doula, Co-orientadores: Nora Beatriz Presno Amodeo e Franklin Daniel Rothman.

A *Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo* (CLOC), um exemplo do atual internacionalismo e das redes de movimentos sociais na América Latina, iniciou suas atividades em 1989, na época das comemorações dos 500 anos do Descobrimento e Colonização da América. Nesse processo de internacionalização e de mudanças organizativas, destaca-se a utilização das tecnologias da informação e comunicação, provocando interessantes desdobramentos na articulação. Analisamos a infra-estrutura e a forma de comunicação que caracterizam a CLOC para, posteriormente, observar como elas influenciam as posições das organizações-membro na rede. Utilizamos como método a pesquisa documental, a sociometria e as entrevistas semi-estruturadas com 24 organizações-membro. Como resultado, afirmamos que a tecnologia e o fluxo de informação não determinam os centros da rede; de igual modo, não são um critério político de eleição das secretarias operativas. Isso ocorre porque as falhas comunicacionais podem e devem ser melhoradas pelo conjunto da organização. Outro aspecto político é que no trabalho em rede a responsabilidade não fica somente na coordenação, mas é distribuída entre os diversos membros. Se não fosse trabalhado dessa forma, somente as

organizações antigas e com uma estrutura consolidada poderiam ser os responsáveis administrativos da rede. Assim, relativizamos a idéia linear de que a maior tecnologia levará posteriormente à maior centralidade na rede. A apropriação das tecnologias vai mais além do domínio de técnicas e da descoberta da lógica do trabalho em rede, entrando no domínio da construção de significados, respondendo a princípios de participação democrática, desenvolvimento organizativo, transformação, mudança e construção da rede.

ABSTRACT

ZAMPIER, Maika Bueque, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, May, 2007. **Social movements, appropriation of information and communication technologies and centrality of the network of Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo.** Adviser: Sheila Maria Doula. Co-Advisers: Nora Beatriz Presno Amodeo and Franklin Daniel Rothman.

Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC), an example of the current internationalism and of social movements in Latin America, started its activities in 1989 during the celebration of the 500th anniversary of the Discovery and Colonization of the Americas. In this process of internalization and organizational changes, the use of information and communication technologies stands out, bringing about some interesting aftermaths in its articulation. We analyzed the infrastructure and the form of communication that characterize CLOC so as to analyze how they influence the positions of the organizations compounding the network. We used as method the documental research, the sociometry and the interviews, semi-structured among 24 different member organizations. As a result, we state that the technology and the information flux do not determine the networks nuclei. In addition, they are not a political criterion for electing operative secretaries. This happens because communication failures can and must be improved by the organization as a whole. Another political aspect is that, in networking, the responsibility lies not only in the coordination, but it is distributed among the various members. Were it not so, only old organizations with a consolidated structure could be responsible for running

the network. Thus, we relativized the linear idea that the greater technology will later lead to the greater centrality in the network. The appropriation of the technologies goes beyond mastering their techniques and discovering the working logic of the network, getting in the domain of building meanings, responding to the principles of democratic participation, organizational development, transformation, change and construction of the network.

RESUMEN

ZAMPIER, Maika Bueque, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, mayo de 2007. **Movimientos sociales, apropiación de las tecnologías de la información e comunicación y centralidad en la red de la Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo.** Profesora guía: Sheila Maria Doula, Consejeros: Nora Beatriz Presno Amodeo e Franklin Daniel Rothman.

La Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC) es un ejemplo del actual internacionalismo y de las redes de movimientos sociales en América Latina. Inició sus actividades en 1989 en la época de las conmemoraciones de los 500 años del “Descubrimiento” de América. En ese proceso de internacionalismo y cambios organizativos se destaca la utilización de las tecnologías de la información y comunicación provocando interesantes fragmentaciones en su articulación. Analizamos la infra-estructura, la forma comunicacional, y la estrategia política-organizativa que caracteriza a la CLOC para describir como ellas influyen en las posiciones de las organizaciones-miembros en la red. Para alcanzar estos objetivos utilizamos como método la pesquisa documental, la sociometría y las entrevistas semi-estructuradas con 24 organizaciones-miembros. El resultado del estudio afirma que la tecnología y el flujo de información no determinan los centros de la red así como, en términos de organización interna, no son un criterio político de elección de las secretarías operativas. Esto surge como resultado del tratamiento colectivo a las fallas comunicacionales que pueden ser mejoradas por el conjunto de la organización. Además, desde la esfera política existe una intensa división de

tareas del trabajo en red distribuidas entre los diversos miembros y no apenas bajo la exclusividad de la coordinación. Trabajar de esta manera evita que apenas las organizaciones con una estructura consolidada sean los responsables administrativos de la red. Así, relativizamos la idea lineal de que la mayor tecnología llevará posteriormente a mayor centralidad en la red. Afirmamos que la apropiación de tecnologías es más extensa que el dominio de técnicas y del descubrimiento de la lógica del trabajo en red, actúa en el dominio de la construcción de significados, respondiendo a principios de la participación democrática, desarrollo organizativo, transformación y construcción en red.

INTRODUÇÃO

Nos últimos 20 anos, tem-se observado aumento dos movimentos sociais do campo no cenário político latino-americano, apresentando autonomia em sua forma de fazer política, seja através de protestos, marchas e campanhas locais e continentais, seja através do protagonismo no campo eleitoral, como a eleição de Evo Morales na Bolívia, o primeiro presidente indígena–camponês do Continente. Esse fenômeno aponta uma modificação no interior dos movimentos sociais, pois, até meados do século passado, em sua maioria, principalmente os do campo, eram braços políticos dos partidos e considerados apenas caixas de ressonância (Pozo, 1998).

Importantes modificações nos movimentos sociais do campo também podem ser verificadas em suas articulações locais e continentais, que passaram de um internacionalismo centralizado pela intermediação de atores externos, como os partidos políticos, para a organicidade descentralizada das redes de redes¹ internacionais, sendo os maiores exemplos expressos na Via Campesina e na Coordenadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC).

¹ Esta proposta teórica considera a *Coordenadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo* (CLOC) como uma forma de articulação interorganizacional inserida no nível da **rede de redes**, onde as organizações do campo latino-americano buscam se relacionar entre si para o fortalecimento de suas atividades, representando assim as organizações e os movimentos do nível de associativismo local, entendido como os movimentos sociais de base. Conceito proposto por Ilse Scheren-Warren (2006b), utilizado na perspectiva da nossa pesquisa; será aprofundado no capítulo 3.

Ao longo de sua constituição política, a rede de redes da CLOC vem desempenhando um papel importante na articulação dos movimentos sociais do campo na América Latina, na medida em que agrupa organizações que se propõem a debater temas como a pequena produção familiar, a reforma agrária e os direitos indígenas, além de buscar o fortalecimento das organizações, sua articulação e unidade no interior de cada país e também nas regiões do continente. Esses temas são antigos dentro das expectativas das organizações que fazem parte da CLOC, e atualmente estão acompanhados de atuais demandas contra os ajustes estruturais neoliberais implantados, nas duas últimas décadas, na América Latina.

Nesse contexto, o primeiro capítulo desta pesquisa faz um breve balanço sobre a modernização agrícola, as reformas agrárias e os ajustes estruturais ocorridos na América Latina em meados do século passado, além dos resultados desse processo para a população do campo e o conseqüente processo de internacionalização das mobilizações dos movimentos sociais rurais, que são caracterizadas pela história da Via Campesina e da CLOC.

Na internacionalização das articulações e nas mudanças organizativas dos movimentos sociais do campo junto com as transformações na ordem mundial, destaca-se como uma característica atual a utilização das tecnologias da informação e comunicação (TICs) no seu funcionamento interno, o que provoca interessantes desdobramentos no processo de coordenação das organizações do campo.

Segundo Castells (2006), as TICs apontam para a construção de redes horizontais, visto que não são simplesmente ferramentas a serem aplicadas, mas processos a serem desenvolvidos. Entretanto, as redes sociais não dependem e nem são produto das TICs, cuja arquitetura está baseada na noção de rede, mas é inquestionável que as redes podem potencializar-se consideravelmente com as TICs por causa das possibilidades que elas oferecem (LEÓN *et al.*, 2001). Cabe destacar que, no II Congresso, realizado em 1997 pela CLOC, Irene de León chamou a atenção para os efeitos dos meios de comunicação nas organizações do campo, alertando para a necessidade de se possibilitar o acesso dos

excluídos ao conhecimento, à informação e às tecnologias da comunicação, visto que os dois primeiros são identificados pela CLOC como as principais armas que o neoliberalismo dispõe para a reestruturação política e ideológica do mundo (DOULA, 2000).

No balanço do processo de mais de uma década de construção da CLOC, observa-se que, além de buscar definir e coordenar as suas próprias linhas de ação, de resistência e de construção de alternativas ao modelo político-econômico do Continente, a Coordenadora se propõe a atingir dois principais desafios, que são: a construção e a consolidação da rede social para a articulação das organizações, e a criação de uma estratégia de comunicação para atuar continentalmente por meio da utilização das TICs.

A prática de articulação que as organizações sociais do campo historicamente desenvolveram, ao longo do seu trabalho organizativo, foi caracterizada por contatos bilaterais ou mesmo locais/regionais para a coordenação de atividades conjuntas, sejam campanhas de protestos, denúncias ou reuniões. Entretanto, durante o processo de conformação da CLOC, segundo Geraldo Fontes,² notou-se a necessidade da expansão das relações entre as organizações e de novas alianças com outros setores sociais que permitissem maior visibilidade para as demandas das organizações rurais. Essa informação pode se contextualizar como um dos marcos da utilização pelos movimentos sociais do campo das TICs como instrumento de luta política no contexto da globalização, dados a instantaneidade, a rapidez e o alcance que essas tecnologias permitem.

Assim, o segundo capítulo desta pesquisa apresenta o debate sobre a influência e a apropriação das tecnologias comunicacionais contemporâneas pelos movimentos sociais, passando pela caracterização desses instrumentos e pela desmistificação das expectativas inseridas nos discursos extremos. Por um lado, isso descaracteriza qualquer contribuição que possa vir das tecnologias contemporâneas e, por outro, exalta as tecnologias como fonte principal para a construção de uma sociedade mais

² Entrevista realizada em novembro de 2004, São Paulo. Geraldo Fontes é do Coletivo Nacional de Relações Internacionais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

democrática, aumentando a participação e a capacidade de ação em frente ao poder. Em um segundo momento, apresenta-se a relação histórica dos movimentos sociais com a tecnologia, que também passa por extremos de total indiferença ou tecnofobia até as posições tecnocêntricas. Para ampliar o debate, finalizamos o capítulo questionando se as tecnologias são determinantes para os movimentos sociais contemporâneos, discordando da visão reducionista tecnológica apresentada por alguns autores.

A apropriação das TICs pelos movimentos sociais se relaciona com a opção da CLOC pela ação em rede, que pode ser compreendida através do fenômeno da organização ou mobilização na forma de redes ser assumida como um conceito propositivo nos movimentos sociais, ou seja, “a rede como forma organizacional e estratégia de ação que permitiria aos movimentos sociais desenvolverem relações mais horizontalizadas, menos centralizadas e, portanto, mais democráticas” (SCHERER-WARREN, 2005a, 42).

Esses pontos são fundamentais para uma coordenação que busca articular as organizações dentro das premissas da democracia e da horizontalidade interna. Assim, num primeiro momento, verifica-se que as características que são atribuídas à articulação em rede (democracia, horizontalidade, participação e compartilhamento) representam aqueles mesmos valores culturais almejados pelas organizações do campo, que fazem, desses mesmos valores, um ingrediente fundamental (e ideal) da construção da identidade coletiva campesina e latino-americana.

Deste modo, o terceiro capítulo desta pesquisa apresenta o debate internacional acumulado em torno das pesquisas sobre redes e os pioneiros na área de redes sociais, além dos trabalhos desenvolvidos no Brasil, nos últimos 10 anos, destacando principalmente a multidisciplinaridade da área. Apontam-se também os limites da obra de referência mundial “A sociedade em rede”, do espanhol Manuel Castells, para esta pesquisa, sem, contudo, descaracterizar as importantes contribuições desse trabalho para compreender as transformações da sociedade atual. Por fim, apresenta-se a tendência da utilização da perspectiva de redes para o entendimento dos movimentos sociais contemporâneos, utilizando a abordagem idiográfica da

socióloga brasileira Ilse Scherer-Warren com as categorias de rede de movimentos sociais, coletivo em rede e rede de redes, além das dimensões temporal, espacial e social a serem consideradas na análise de redes sociais.

O método de coleta de dados foi dividido em três partes: a análise documental realizada com 62% dos documentos existentes no *site*³ da CLOC, referentes aos anos de 2003, 2004, 2005 e 2006, e apresentada através de gráficos; as entrevistas realizadas com 24 organizações e a sociometria, onde foram construídas uma sociomatriz e um sociograma para melhor visualizar as posições das organizações na rede de redes da CLOC.

Aplicando o nosso marco teórico e metodológico, observa-se que, embora a rede prometa horizontalidade, flexibilidade, interconexão, articulação, intercâmbio e multiplicação, e as TICs apontem para um diferente sentido de espaço e tempo ao tornar possíveis as transmissões em tempo real, em qualquer parte do Planeta, essa apropriação pela CLOC da organicidade em rede e de técnicas comunicacionais, como a Internet, traz uma série de diferentes significados que se desdobram ao se analisarem as posições centrais e periféricas que as organizações-membro apresentam na rede de relacionamentos da CLOC e na participação do *site* da organização.

Se, por um lado, constata-se que a articulação em rede e as TICs são um benefício que gera horizontalidade entre as organizações garantindo o funcionamento da Coordenadora nas premissas de uma rede social, por outro, observa-se que, paralelamente, essa estratégia não exclui a existência de diferentes posições das organizações dentro da CLOC, mas que essas posições também se relativizam nas práticas internas cotidianas da rede quando, em determinados contextos, organizações que são periféricas assumem papéis centrais, e organizações que são centrais assumem papéis secundários dentro da rede de redes.

³ <http://movimientos.org/cloc/>

Nesse contexto, com a análise dos dados no capítulo quarto, alcançam-se os três objetivos específicos desta pesquisa: 1) verificar junto aos entrevistados as dificuldades práticas de inserção na rede (capítulo 4.6.3); 2) investigar os interesses das organizações-membro que levam a diferente frequência e intensidade de participação na rede, (capítulo 4.7); e 3) mapear quais são as organizações centrais e periféricas na rede (capítulo 4.8). Alcançou-se ainda o objetivo geral de analisar a infra-estrutura e a forma de comunicação que caracterizam a CLOC e como elas influenciam a criação de posições centrais e periféricas dentro dessa rede (capítulo 4.9 e 4.10).

As duas hipóteses levantadas no projeto foram: 1) as organizações que dominam as tecnologias da informação e comunicação têm mais possibilidades de ocupar posições centrais na rede; e 2) em certas circunstâncias, as organizações-membro podem agir coletivamente ou não, o que produz maior ou menor participação na rede.

A análise dos dados levou à não-corroboração da primeira hipótese, fato que possibilitou responder as perguntas de forma muito mais aprofundada e levantar outros questionamentos para futuras pesquisas como pode ser visto no capítulo 4. Finalmente, no item 4.25 são respondidas as perguntas levantadas pelo projeto: 1) Quais organizações são centrais e periféricas? 2) O que cria as posições centrais e periféricas na rede de redes da CLOC? 3) Que justificativa os atores sociais representantes dessas organizações-membro atribuem para sua organização ocupar uma posição periférica ou central na rede? e 4) Que tipos de conflitos internos essas posições diferenciadas acarretam entre as organizações-membro da rede?

Esta pesquisa representou também a continuidade e o aprofundamento do estudo iniciado pela autora na graduação de Bacharelado em Secretariado Executivo, que resultou na monografia de conclusão do curso⁴ e na Menção Honrosa como melhor trabalho do

⁴ ZAMPIER, Maika Bueque. Movimentos Sociais Rurais da América Latina em rede: um estudo sobre a Coordenadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo – CLOC. Monografia apresentada à Universidade Federal de Viçosa para obtenção do título de Bacharela em Secretariado Executivo Trilíngüe, 2004.

Departamento de Economia Rural apresentado no XIV Simpósio de Iniciação Científica da Universidade Federal de Viçosa, em novembro de 2004. A pesquisa inicial buscou uma aproximação empírica com as redes de organizações sociais, observando o funcionamento, os benefícios e as dificuldades dessa forma de articulação para os movimentos sociais rurais, além de observar a relação entre duas redes de movimentos sociais rurais, a CLOC e a Via Campesina.

Interdisciplinarmente, acredita-se que a incorporação dos conhecimentos da profissão de secretariado executivo com a interface na área de extensão rural pode contribuir, por um lado, para a inovação da gestão organizacional dos movimentos sociais, e, por outro lado, para redefinir e delinear novas ações dentro da própria Extensão Rural, principalmente para a geração de conhecimentos sobre as organizações dos trabalhadores rurais. Com esse enfoque inicial, continuou-se a pesquisa sobre redes de redes das organizações sociais do campo na América Latina, tomando como objeto privilegiado a rede formada pela CLOC.

1 IMPACTOS DA MODERNIZAÇÃO E DOS AJUSTES ESTRUTURAIS NA AGRICULTURA E A ARTICULAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO NO CENÁRIO LATINO-AMERICANO

1.1 MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E OS LIMITES PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Nos últimos 50 anos, o campo latino-americano sofreu mudanças significativas, baseadas nos processos de modernização numa intensa fase de acumulação do capital agrário, que se distinguiu dos procedimentos coloniais praticados até o final do século XIX. Esse período havia se caracterizado apenas pela disputa da terra, se consideramos que existia a garantia de um excedente de trabalho servil de pequenos agricultores e indígenas em troca de viver na terra.

O processo de modernização agrícola na América Latina que descreveremos agora, segundo Chonchol (1994), caracterizou-se não apenas pelo controle de terra como fator exclusivo de lucro do modelo colonial, mas também pelo controle da força de trabalho intensiva. Assim, no processo de acumulação do capital a partir da iniciativa da industrialização do meio rural, modificaram-se as relações de trabalho e criou-se uma alta dependência do mercado externo de bens de consumo de capitais. As conseqüências desse processo se evidenciaram na fragilidade da pequena agricultura familiar em relação às regras do mercado, fator importante para entendermos o papel do movimento social do campo latino-americano e sua atual forma de relacionamento através das redes de redes para se

articularem diante desse cenário para onde confluem antigas e atuais demandas que permeiam o processo modernizador.

No contexto da modernização das décadas de 1960 a 1990, destacamos três características: primeira, o aumento demográfico seguido do aumento da força de trabalho disponível; segunda, a relação do mercado externo e interno e, terceira, a relação entre o aumento do capital e a tecnologia (CHONCHOL, 1994).

A primeira característica indica um aumento da população do campo latino-americano, se comparamos que na década de 1930, ela era de 104 milhões de habitantes e duplicou para 209 milhões na década de 1960. Esse fato, segundo o autor, fez com que a força de trabalho da população na idade ativa de trabalho (entre 15 e 55 anos) aumentasse rapidamente. O problema do crescimento demográfico se aprofundou quando as tecnologias empresariais da modernização agrícola diminuíram a quantidade de trabalho por unidade do produto obtido, fazendo com que a prioridade fosse preservar nos estabelecimentos a força de trabalho necessária para os períodos de máximo trabalho requerido. Isso em um contexto de abundante mão-de-obra, originando assim sua expulsão das empresas agrícolas e sua contratação em tempo parcial (CHONCHOL, 1994, p.200).

A segunda característica indica que, apesar do crescimento da demanda externa, a principal fonte de divisas dos países latino-americanos convive nesse período com o aumento do mercado interno. Houve também o crescimento da população urbana (Tabela 1) e o conseqüente aumento da demanda interna por mercadorias básicas. Na América Latina, em 1930, a população urbana era de 30% e, em 1990, aumentou para 70%, significando a diminuição da população rural, passando de 31 milhões de população urbana em 1930 para 309 milhões em 1990. A América Latina, até os anos 1990, foi a região mais urbanizada do Terceiro Mundo. Destaca-se que os 300 milhões de habitantes urbanos não produzem sua alimentação e que uma porcentagem crescente de população rural deixou de ser auto suficiente, constituindo-se em um mercado potencial para a agricultura industrial da região (CHONCHOL, 1994, p.201).

Assim, chegamos à terceira característica da implantação do sistema agroindustrial, mais conhecido como complexo agroindustrial (CAI) e dominado por empresas multinacionais, com uma forte penetração de capital, novas tecnologias e a transformação e comercialização da produção agropecuária. Isso significa que o campo, de 1950 a 1970, não dependeu somente da agricultura em si para gerar excedente e produção de alimentos primários, mas, também, dependeu diretamente da indústria, dos produtos manufaturados como químicos, agrotóxicos, alimentos para animais, vacinas e sementes melhoradas, que levaram a produção agrícola tradicional a ficar dependente do processo de industrialização e transformação dos produtos em insumos requeridos para sua produção, tornando-se cada vez mais subordinada ao capital e à tecnologia externa (idem, p.202).

Tabela 1 – América Latina: população total, urbana e rural e porcentagem populacional urbana por país

AMÉRICA LATINA: POBLACIÓN TOTAL, URBANA Y RURAL Y PORCENTAJE POBLACIÓN URBANA POR PAÍSES
LATIN AMERICA: TOTAL, URBAN AND RURAL POPULATION AND URBAN POPULATION PERCENTAGE BY COUNTRY
 (Período/ *Period* 1970-2025) (En miles a mitad de año/ In thousands at midyear)

| Países y áreas/ Country and area | 1970 | 1980 | 1990 | 2000 | 2005 | 2010 | 2015 | 2020 | 2025 |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| América Latina/Latin America | | | | | | | | | |
| Población total/ <i>Total population</i> | 276.572 | 352.540 | 433.386 | 512.681 | 551.630 | 589.716 | 626.148 | 660.422 | 691.756 |
| Población urbana/ <i>Urban population</i> | 156.225 | 229.328 | 305.905 | 388.476 | 429.261 | 468.571 | 505.851 | 540.719 | 572.681 |
| Población rural/ <i>Rural population</i> | 120.348 | 123.212 | 127.480 | 124.205 | 122.368 | 121.145 | 120.297 | 119.703 | 119.075 |
| Porcentaje urbano/ <i>Urban percentage</i> | 56,5 | 65,1 | 70,6 | 75,8 | 77,8 | 79,5 | 80,8 | 81,9 | 82,8 |
| Argentina | | | | | | | | | |
| Población total/ <i>Total population</i> | 23.962 | 28.094 | 32.581 | 36.784 | 38.592 | 40.519 | 42.403 | 44.163 | 45.732 |
| Población urbana/ <i>Urban population</i> | 19.113 | 23.279 | 27.954 | 32.963 | 35.428 | 37.729 | 39.865 | 41.811 | 43.696 |
| Población rural/ <i>Rural population</i> | 4.849 | 4.814 | 4.627 | 3.821 | 3.164 | 2.790 | 2.538 | 2.352 | 2.037 |
| Porcentaje urbano/ <i>Urban percentage</i> | 79,8 | 82,9 | 85,8 | 89,6 | 91,8 | 93,1 | 94,0 | 94,7 | 95,5 |
| Bolivia | | | | | | | | | |
| Población total/ <i>Total population</i> | 4.212 | 5.355 | 6.669 | 8.428 | 9.427 | 10.426 | 11.411 | 12.363 | 13.268 |
| Población urbana/ <i>Urban population</i> | 1.493 | 2.438 | 3.708 | 5.209 | 6.055 | 6.922 | 7.795 | 8.653 | 9.480 |
| Población rural/ <i>Rural population</i> | 2.719 | 2.917 | 2.961 | 3.219 | 3.372 | 3.504 | 3.616 | 3.710 | 3.788 |
| Porcentaje urbano/ <i>Urban percentage</i> | 35,4 | 45,5 | 55,6 | 61,8 | 64,2 | 66,4 | 68,3 | 70,0 | 71,4 |
| Brasil/ Brazil | | | | | | | | | |
| Población total/ <i>Total population</i> | 96.021 | 121.672 | 149.690 | 174.719 | 187.601 | 199.992 | 211.284 | 221.450 | 230.516 |
| Población urbana/ <i>Urban population</i> | 50.634 | 81.660 | 111.847 | 141.837 | 156.450 | 170.017 | 182.062 | 192.664 | 201.963 |
| Población rural/ <i>Rural population</i> | 45.386 | 40.012 | 37.842 | 32.882 | 31.151 | 29.974 | 29.222 | 28.786 | 28.553 |
| Porcentaje urbano/ <i>Urban percentage</i> | 52,7 | 67,1 | 74,7 | 81,2 | 83,4 | 85,0 | 86,2 | 87,0 | 87,6 |
| Chile | | | | | | | | | |
| Población total/ <i>Total population</i> | 9.570 | 11.174 | 13.179 | 15.398 | 16.267 | 17.094 | 17.865 | 18.549 | 19.129 |
| Población urbana/ <i>Urban population</i> | 6.982 | 8.825 | 10.915 | 13.130 | 14.080 | 14.960 | 15.776 | 16.500 | 17.097 |
| Población rural/ <i>Rural population</i> | 2.588 | 2.349 | 2.264 | 2.268 | 2.187 | 2.134 | 2.089 | 2.049 | 2.032 |
| Porcentaje urbano/ <i>Urban percentage</i> | 73,0 | 79,0 | 82,8 | 85,3 | 86,6 | 87,5 | 88,3 | 89,0 | 89,4 |

Fonte: CEPAL - CELADE Boletín demográfico América Latina: Proyecciones de población urbana y rural 1970-2025. Santiago do Chile, 2005

Tabela 1 (continuação) - América Latina: população total, urbana e rural e porcentagem populacional urbana por país

AMÉRICA LATINA: POBLACIÓN TOTAL, URBANA Y RURAL Y PORCENTAJE POBLACIÓN URBANA POR PAÍSES
LATIN AMERICA: TOTAL, URBAN AND RURAL POPULATION AND URBAN POPULATION PERCENTAGE BY COUNTRY
 (Período/ *Period* 1970-2025) (En miles a mitad de año/ In thousands at midyear)

| Países y áreas/ Country and area | 1970 | 1980 | 1990 | 2000 | 2005 | 2010 | 2015 | 2020 | 2025 |
|--|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Colombia | | | | | | | | | |
| Población total/ <i>Total population</i> | 22.561 | 28.447 | 34.970 | 42.321 | 46.039 | 49.636 | 53.077 | 56.334 | 59.328 |
| Población urbana/ <i>Urban population</i> | 12.977 | 18.281 | 24.251 | 31.516 | 35.262 | 38.937 | 42.483 | 45.854 | 48.965 |
| Población rural/ <i>Rural population</i> | 9.584 | 10.165 | 10.719 | 10.805 | 10.778 | 10.699 | 10.594 | 10.480 | 10.363 |
| Porcentaje urbano/ <i>Urban percentage</i> | 57,5 | 64,3 | 69,3 | 74,5 | 76,6 | 78,4 | 80,0 | 81,4 | 82,5 |
| Costa Rica | | | | | | | | | |
| Población total/ <i>Total population</i> | 1.821 | 2.347 | 3.076 | 3.925 | 4.322 | 4.695 | 5.022 | 5.314 | 5.568 |
| Población urbana/ <i>Urban population</i> | 705 | 1.006 | 1.529 | 2.303 | 2.706 | 3.098 | 3.455 | 3.773 | 4.048 |
| Población rural/ <i>Rural population</i> | 1.116 | 1.341 | 1.547 | 1.622 | 1.616 | 1.596 | 1.567 | 1.540 | 1.520 |
| Porcentaje urbano/ <i>Urban percentage</i> | 38,7 | 42,9 | 49,7 | 58,7 | 62,6 | 66,0 | 68,8 | 71,0 | 72,7 |
| Cuba | | | | | | | | | |
| Población total/ <i>Total population</i> | 8.483 | 9.645 | 10.537 | 11.113 | 11.257 | 11.348 | 11.438 | 11.482 | 11.504 |
| Población urbana/ <i>Urban population</i> | 5.101 | 6.583 | 7.553 | 8.301 | 8.571 | 8.780 | 8.979 | 9.135 | 9.262 |
| Población rural/ <i>Rural population</i> | 3.383 | 3.062 | 2.983 | 2.811 | 2.686 | 2.568 | 2.458 | 2.348 | 2.242 |
| Porcentaje urbano/ <i>Urban percentage</i> | 60,1 | 68,3 | 71,7 | 74,7 | 76,1 | 77,4 | 78,5 | 79,6 | 80,5 |
| Ecuador | | | | | | | | | |
| Población total/ <i>Total population</i> | 5.970 | 7.961 | 10.272 | 12.297 | 13.211 | 14.200 | 15.195 | 16.189 | 17.108 |
| Población urbana/ <i>Urban population</i> | 2.361 | 3.741 | 5.658 | 7.426 | 8.299 | 9.230 | 10.176 | 11.127 | 12.024 |
| Población rural/ <i>Rural population</i> | 3.609 | 4.221 | 4.614 | 4.871 | 4.913 | 4.970 | 5.018 | 5.062 | 5.084 |
| Porcentaje urbano/ <i>Urban percentage</i> | 39,5 | 47,0 | 55,1 | 60,4 | 62,8 | 65,0 | 67,0 | 68,7 | 70,3 |
| El Salvador | | | | | | | | | |
| Población total/ <i>Total population</i> | 3.598 | 4.586 | 5.110 | 6.276 | 6.874 | 7.453 | 8.010 | 8.585 | 9.136 |
| Población urbana/ <i>Urban population</i> | 1.404 | 2.023 | 2.543 | 3.467 | 3.976 | 4.493 | 5.012 | 5.553 | 6.085 |
| Población rural/ <i>Rural population</i> | 2.194 | 2.563 | 2.567 | 2.809 | 2.898 | 2.960 | 2.999 | 3.032 | 3.051 |
| Porcentaje urbano/ <i>Urban percentage</i> | 39,0 | 44,1 | 49,8 | 55,2 | 57,8 | 60,3 | 62,6 | 64,7 | 66,6 |

Fonte: CEPAL - CELADE Boletín demográfico América Latina: Proyecciones de población urbana y rural 1970-2025. Santiago do Chile, 2005

Tabela 1 (continuação) - América Latina: população total, urbana e rural e porcentagem populacional urbana por país

AMÉRICA LATINA: POBLACIÓN TOTAL, URBANA Y RURAL Y PORCENTAJE POBLACIÓN URBANA POR PAÍSES
LATIN AMERICA: TOTAL, URBAN AND RURAL POPULATION AND URBAN POPULATION PERCENTAGE BY COUNTRY
 (Período/ *Period* 1970-2025) (En miles a mitad de año/ In thousands at midyear)

| Países y áreas/ Country and area | 1970 | 1980 | 1990 | 2000 | 2005 | 2010 | 2015 | 2020 | 2025 |
|--|--------|--------|--------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| Guatemala | | | | | | | | | |
| Población total/ <i>Total population</i> | 5.419 | 7.013 | 8.908 | 11.225 | 12.700 | 14.362 | 16.176 | 18.055 | 19.962 |
| Población urbana/ <i>Urban population</i> | 1.901 | 2.317 | 3.055 | 4.830 | 6.346 | 8.218 | 10.291 | 12.399 | 14.438 |
| Población rural/ <i>Rural population</i> | 3.518 | 4.697 | 5.852 | 6.396 | 6.354 | 6.144 | 5.885 | 5.656 | 5.524 |
| Porcentaje urbano/ <i>Urban percentage</i> | 35,1 | 33,0 | 34,3 | 43,0 | 50,0 | 57,2 | 63,6 | 68,7 | 72,3 |
| Haití | | | | | | | | | |
| Población total/ <i>Total population</i> | 4.520 | 5.454 | 6.942 | 8.357 | 9.151 | 9.991 | 10.833 | 11.655 | 12.503 |
| Población urbana/ <i>Urban population</i> | 890 | 1.338 | 2.118 | 3.185 | 3.826 | 4.521 | 5.248 | 5.982 | 6.731 |
| Población rural/ <i>Rural population</i> | 3.630 | 4.116 | 4.823 | 5.172 | 5.325 | 5.470 | 5.585 | 5.673 | 5.772 |
| Porcentaje urbano/ <i>Urban percentage</i> | 19,7 | 24,5 | 30,5 | 38,1 | 41,8 | 45,3 | 48,4 | 51,3 | 53,8 |
| Honduras | | | | | | | | | |
| Población total/ <i>Total population</i> | 2.592 | 3.569 | 4.879 | 6.485 | 7.347 | 8.225 | 9.100 | 9.954 | 10.766 |
| Población urbana/ <i>Urban population</i> | 752 | 1.246 | 1.972 | 2.941 | 3.520 | 4.159 | 4.841 | 5.552 | 6.272 |
| Población rural/ <i>Rural population</i> | 1.840 | 2.323 | 2.907 | 3.545 | 3.826 | 4.066 | 4.260 | 4.403 | 4.494 |
| Porcentaje urbano/ <i>Urban percentage</i> | 29,0 | 34,9 | 40,4 | 45,3 | 47,9 | 50,6 | 53,2 | 55,8 | 58,3 |
| México | | | | | | | | | |
| Población total/ <i>Total population</i> | 50.611 | 68.046 | 84.296 | 100.052 | 106.943 | 113.127 | 118.945 | 124.395 | 129.159 |
| Población urbana/ <i>Urban population</i> | 29.865 | 45.112 | 59.478 | 74.833 | 81.841 | 88.348 | 94.567 | 100.462 | 105.744 |
| Población rural/ <i>Rural population</i> | 20.746 | 22.934 | 24.818 | 25.220 | 25.103 | 24.779 | 24.378 | 23.934 | 23.415 |
| Porcentaje urbano/ <i>Urban percentage</i> | 59,0 | 66,3 | 70,6 | 74,8 | 76,5 | 78,1 | 79,5 | 80,8 | 81,9 |
| Nicaragua | | | | | | | | | |
| Población total/ <i>Total population</i> | 2.228 | 3.067 | 3.960 | 4.957 | 5.483 | 6.040 | 6.606 | 7.176 | 7.719 |
| Población urbana/ <i>Urban population</i> | 1.043 | 1.537 | 2.079 | 2.747 | 3.118 | 3.516 | 3.932 | 4.360 | 4.782 |
| Población rural/ <i>Rural population</i> | 1.185 | 1.530 | 1.881 | 2.210 | 2.365 | 2.523 | 2.674 | 2.816 | 2.938 |
| Porcentaje urbano/ <i>Urban percentage</i> | 46,8 | 50,1 | 52,5 | 55,4 | 56,9 | 58,2 | 59,5 | 60,8 | 61,9 |

Fonte: CEPAL - CELADE Boletín demográfico América Latina: Proyecciones de población urbana y rural 1970-2025. Santiago do Chile, 2005

Tabela 1 (conclusão) - América Latina: população total, urbana e rural e porcentagem populacional urbana por país

AMÉRICA LATINA: POBLACIÓN TOTAL, URBANA Y RURAL Y PORCENTAJE POBLACIÓN URBANA POR PAÍSES
LATIN AMERICA: TOTAL, URBAN AND RURAL POPULATION AND URBAN POPULATION PERCENTAGE BY COUNTRY
 (Período/ *Period* 1970-2025) (En miles a mitad de año/ In thousands at midyear)

| Países y áreas/ Country and area | 1970 | 1980 | 1990 | 2000 | 2005 | 2010 | 2015 | 2020 | 2025 |
|---|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Panamá | | | | | | | | | |
| Población total/ <i>Total population</i> | 1.506 | 1.949 | 2.411 | 2.948 | 3.228 | 3.497 | 3.752 | 3.995 | 4.220 |
| Población urbana/ <i>Urban population</i> | 717 | 970 | 1.298 | 1.835 | 2.123 | 2.403 | 2.669 | 2.919 | 3.146 |
| Población rural/ <i>Rural population</i> | 789 | 979 | 1.113 | 1.113 | 1.105 | 1.093 | 1.082 | 1.076 | 1.074 |
| Porcentaje urbano/ <i>Urban percentage</i> | 47,6 | 49,8 | 53,8 | 62,3 | 65,8 | 68,7 | 71,1 | 73,1 | 74,6 |
| Paraguay | | | | | | | | | |
| Población total/ <i>Total population</i> | 2.350 | 3.114 | 4.219 | 5.496 | 6.215 | 6.970 | 7.734 | 8.492 | 9.238 |
| Población urbana/ <i>Urban population</i> | 871 | 1.297 | 2.055 | 3.041 | 3.632 | 4.274 | 4.946 | 5.632 | 6.319 |
| Población rural/ <i>Rural population</i> | 1.479 | 1.816 | 2.164 | 2.455 | 2.583 | 2.696 | 2.788 | 2.860 | 2.919 |
| Porcentaje urbano/ <i>Urban percentage</i> | 37,1 | 41,7 | 48,7 | 55,3 | 58,4 | 61,3 | 64,0 | 66,3 | 68,4 |
| Perú | | | | | | | | | |
| Población total/ <i>Total population</i> | 13.193 | 17.324 | 21.753 | 25.939 | 27.947 | 30.033 | 32.184 | 34.310 | 36.303 |
| Población urbana/ <i>Urban population</i> | 7.659 | 11.128 | 14.955 | 18.647 | 20.296 | 22.017 | 23.762 | 25.529 | 27.240 |
| Población rural/ <i>Rural population</i> | 5.533 | 6.196 | 6.798 | 7.292 | 7.650 | 8.016 | 8.422 | 8.780 | 9.062 |
| Porcentaje urbano/ <i>Urban percentage</i> | 58,1 | 64,2 | 68,7 | 71,9 | 72,6 | 73,3 | 73,8 | 74,4 | 75,0 |
| República Dominicana/ <i>Dominican Republic</i> | | | | | | | | | |
| Población total/ <i>Total population</i> | 4.425 | 5.719 | 7.097 | 8.312 | 8.993 | 9.712 | 10.423 | 11.117 | 11.785 |
| Población urbana/ <i>Urban population</i> | 1.752 | 2.139 | 3.610 | 5.132 | 5.899 | 6.671 | 7.421 | 8.135 | 8.802 |
| Población rural/ <i>Rural population</i> | 2.673 | 3.580 | 3.487 | 3.180 | 3.094 | 3.041 | 3.002 | 2.983 | 2.983 |
| Porcentaje urbano/ <i>Urban percentage</i> | 39,6 | 37,4 | 50,9 | 61,7 | 65,6 | 68,7 | 71,2 | 73,2 | 74,7 |
| Uruguay | | | | | | | | | |
| Población total/ <i>Total population</i> | 2.808 | 2.914 | 3.106 | 3.337 | 3.455 | 3.564 | 3.674 | 3.778 | 3.873 |
| Población urbana/ <i>Urban population</i> | 2.303 | 2.480 | 2.760 | 3.047 | 3.176 | 3.293 | 3.409 | 3.517 | 3.615 |
| Población rural/ <i>Rural population</i> | 505 | 434 | 346 | 290 | 279 | 271 | 265 | 261 | 258 |
| Porcentaje urbano/ <i>Urban percentage</i> | 82,0 | 85,1 | 88,9 | 91,3 | 91,9 | 92,4 | 92,8 | 93,1 | 93,3 |
| Venezuela / (República Bolivariana de / <i>Bolivarian Republic of</i>) | | | | | | | | | |
| Población total/ <i>Total population</i> | 10.721 | 15.091 | 19.735 | 24.311 | 26.577 | 28.834 | 31.017 | 33.066 | 34.938 |
| Población urbana/ <i>Urban population</i> | 7.701 | 11.928 | 16.567 | 22.086 | 24.656 | 26.984 | 29.161 | 31.163 | 32.971 |
| Población rural/ <i>Rural population</i> | 3.020 | 3.163 | 3.168 | 2.225 | 1.921 | 1.849 | 1.856 | 1.903 | 1.968 |
| Porcentaje urbano/ <i>Urban percentage</i> | 71,8 | 79,0 | 83,9 | 90,8 | 92,8 | 93,6 | 94,0 | 94,2 | 94,4 |

Fonte: CEPAL - CELADE Boletín demográfico América Latina: Proyecciones de población urbana y rural 1970-2025. Santiago do Chile, 2005

O marco ideológico que envolveu esse processo implantado na região se denominou fenômeno desenvolvimentista, entendido como conjunto de medidas dos países centrais, criadas para gerar tecnologia e fluxo de capitais nos países subdesenvolvidos. O subdesenvolvimento dos países pobres era considerado um elemento intrínseco, podendo ser neutralizado apenas pela interferência de agentes externos.

Esses argumentos foram longamente rebatidos pelas teorias cepalinas⁵, que relativizam o caráter de subdesenvolvimento dos países periféricos. Essa escola embasava-se nos formuladores da teoria da dependência, como Teodônio dos Santos ou Sunkel, que postulava que os países com baixos investimentos – periféricos – se empobreciam como produto da troca desigual com os países do mundo industrializado – centrais – pelas normas do mercado controlado por estes últimos (EICHER e STAATZ, 1990, p.20).

Para romper com essa troca desigual, os teóricos cepalinos entenderam que o subdesenvolvimento era uma consequência da característica da demanda dos produtos primários exportados pelos países periféricos e os mercados de trabalho não competitivos dos países de altos investimentos, o que inevitavelmente levava ao aumento do preço da manufatura. Na opinião dos autores cepalinos, a substituição das importações e uma mudança para as exportações de manufaturas representavam os mecanismos para combater a troca desigual (EICHER e STAATZ, 1990, p.21), o que levou a se instaurar o modelo de substituição de importações na região.

O plano de substituição de importações foi implantado no sentido de mudar a relação entre o setor de exportação de bens primários e a

⁵ Teorias formuladas pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), em meados dos anos 50-60, sobre a direção de Raul Prebisch. Essa corrente formulou uma das primeiras interpretações da teoria da dependência do subdesenvolvimento, baseada na hipótese de que o subdesenvolvimento não é uma etapa do desenvolvimento, mas é o resultado da expansão do modelo capitalista mundial, ou seja, o subdesenvolvimento não é simplesmente a falta de desenvolvimento num país, é uma condição de empobrecimento provocada pela integração das economias do Terceiro Mundo no sistema capitalista mundial, tese que, para entender o mundo rural, se estendeu até meados da década de 1980. Mais informações em EICHER, Carl; STAATZ, John M. 1990, p.20.

importação de bens industrializados das economias periféricas, basicamente para aumentar a produção de artigos exportáveis. Entretanto, a diferença dos países centrais estava no vínculo fundamental entre os setores produtivos do capital que se criavam para aumentar a produção de bens massivos, cuja força de trabalho contratada estava em equilíbrio com a produção elaborada em termos de salário. Em contraparte, nos países periféricos, a mão-de-obra era só mais um custo para o capital, não representando em nenhum momento um benefício direto, visto que a produção inicial estava direcionada para as classes altas e não para o consumo de massa (JANVRY, 1990, p,108).

Assim, não desconhecemos que o plano de substituição de importações cresceu para incluir bens intermediários de capital e tecnologia, tornando a agroindústria latino-americana um pólo modernizador; mas o efeito do processo, segundo Janvry (1990), foi a incapacidade de gerar suficiente emprego para absorver a mão-de-obra disponível.

O aspecto modernizador descrito por Janvry (1990) significou para Chonchol (1994, p.210) a geração de um modelo por ele denominado de *transição dos sistemas tradicionais para as empresas agrícolas capitalistas*. Essa modernização agrícola, juntamente com as políticas de reforma agrária impulsionadas por diferentes governos da região e por organismos internacionais, a entrada de agroindústrias transnacionais, o aumento da população urbana e suas demandas, levou a um processo de mudanças nas formas de funcionamento dos sistemas agrários tradicionais. Ao lado das fazendas e plantações, surgiram as empresas agrícolas com uma diferente forma de funcionamento, levando em muitos casos ao desaparecimento de sistemas agrícolas tradicionais; em outros, à modificação do modo de funcionamento.

O Equador é um dos países que serve como exemplo para ilustrar os efeitos da modernização capitalista na região. Nesse país, o processo modernizador se deu via reforma agrária, de caráter desenvolvimentista. Esse processo foi levado adiante pelo governo, pelos empresários modernizadores e com grande participação dos fazendeiros na discussão e elaboração da legislação da reforma agrária, cuja lei foi aprovada em 1964,

com o objetivo de reorganizar suas fazendas de uma maneira modernamente produtiva. Na prática, isso significou acabar com a economia das fazendas tradicionais que eram caracterizadas por um grande número de terras ociosas. Em 1954, dos 3 milhões de hectares constatados pelo censo, somente 847 mil eram constituídos por terras cultivadas e o restante por pastos naturais, bosques e montanhas (CHONCHOL, 1994, p.217).

A fazenda tradicional se caracterizava pelo trabalho servil dos chamados *huasipungueros*. Combater essas formas de produção pré-capitalistas e arcaicas foi o objetivo da reforma agrária modernizadora. Os empresários, ao cederem terras de menor qualidade ao redor das fazendas para os *huasipungueros*, se precaviam de futuros conflitos e criavam uma reserva de mão-de-obra formando um cordão de pequenos trabalhadores rurais ligados a eles (CHONCHOL, 1994, p.219).

A fórmula era incrementar subsídios estatais para investimentos e alta tecnologia para médios empresários e equilibrar a balança comercial para a exportação. Os resultados esperados foram parcialmente cumpridos, mas custou a precarização do trabalho agrícola equatoriano. Esse fato foi igualmente observado no México, que, segundo Calva (1994), teve maiores implicações, pois esse país teve um grande processo de modernização, conhecido como milagre agrícola, entre os anos de 1920-1940, caracterizado por altos investimentos de irrigação, alto nível de mecanização e alto volume de investimento de capital, alcançando um crescimento do PIB de 61% . Entretanto, em 1984, a crise foi total e o aumento inflacionário fez com que o crescimento para esse ano fosse 0%, conseqüência da prioridade de se cobrir a dívida externa, cujo resultado imediato foi o aumento da precarização do trabalho rural (p.143-144).

Por outro lado a precarização do trabalho no Equador, segundo Chonchol (1994, p.221), surgiu da fragmentação da terra produzida pela reforma agrária, o que levou a um aumento das unidades familiares entre 10 e 20 hectares e principalmente das unidades de 5 e menos de 1 hectare. Essas unidades aumentaram em 30 mil e revelaram a presença de uma massa de trabalhadores rurais obrigados a complementar sua renda como trabalhadores assalariados nas fazendas vizinhas, precarizando ainda mais

sua situação de trabalho. Para Schuh (1990), estas visões são um tanto apocalípticas e desconhecem os avanços que o fenômeno modernizador teve ao longo de sua trajetória na região. Mesmo não desconhecendo as falhas das aplicações no modelo agroindustrial, o autor afirma que não é prudente generalizar os argumentos da estagnação capitalista, porque implicaria em ignorar o desenvolvimento incrível da agricultura em São Paulo, que, após a segunda, guerra experimentou um incremento da produtividade similar à do Estados Unidos (p.130).

Sem desconhecer os avanços produtivos assinalados pelos defensores do modelo industrial na região, vemos que o modelo aplicado ficou longe de melhorar a situação dos pequenos agricultores, agravando a situação ainda mais especialmente após a década do 1970, como assinala Chonchol (1994), referindo-se ao caso do Equador.

Depois de 1974, a situação dos pequenos trabalhadores rurais se agravou pela falta de terra e pelo crescimento demográfico; os *huasipungueros* se transformaram em trabalhadores livres, sendo donos de uma pequena parcela de terra de baixa qualidade e realizando trabalhos temporais nas empresas agrícolas. A migração dos trabalhadores das unidades familiares levou à diminuição da produção de alimentos provenientes da pequena agricultura familiar, diminuindo também, entre os anos de 1970 e 1980, a produção de legumes em mais de 4 % anuais por habitante, a de tubérculos em 3% e os produtos de hortas em 2,6%. As superfícies dedicadas à produção desses alimentos também diminuíram em 4% anuais, levando ao aumento da necessidade de importação desses itens em cinco vezes (CHONCHOL, 1994, p.222).

Na América Central, o cultivo de banana sempre foi monopolizado por grandes empresas norte-americanas e, já em 1930, se destacara a *United Fruit*, a *Standart Fruit* e a *Georgia Fruit CO*. Nessa época, a primeira delas controlava 63% de todas as bananas exportadas pela América Central. Os Estados Unidos, em 1970, eram o maior importador de bananas do mundo, com importações entre 2,2 e 2,4 milhões de toneladas por ano. Em 1980, o mercado mundial de banana alcançou 7 milhões de toneladas e um terço dessa produção provinha da América Central (CHONCHOL, 1994,

p.237). Esse segundo exemplo de transição de uma economia de plantação tradicional para uma economia capitalista moderna ocorreu diferentemente no restante dos países latino-americanos, porque, desde seu início, já era uma economia controlada pelo monopólio das empresas norte-americanas. A tecnologia implantada foi utilizada para o melhoramento genético das plantações de banana, controlando as doenças e aumentando a produção por hectares.

Um ponto interessante a ser ressaltado nesse processo é o papel dos Estados na região centro-americana como associados financeiros das empresas norte-americanas na ampliação das áreas produtivas. Se existiam conflitos entre os Estados e as empresas, elas, segundo Chonchol (1994, p.244), sempre procuraram a colaboração destes com o objetivo de alcançar lucros, como no caso de Honduras, onde o governo buscou financiamento externo no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e no Banco Mundial (BM) para articular acordos com as empresas. Outro ponto a ser ressaltado corresponde à influência dos Estados Unidos na região latino-americana, que, como ocorreu na América Central, não permitiram o avanço do processo desenvolvimentista da pequena e média agricultura, especialmente na Argentina, que foi excluída de participar dos espaços econômicos de produção agrícola de exportação como resultado do boicote estadunidense em razão de rivalidades da época da Segunda Guerra Mundial (BARSKY, 1994, p.69).

1.2 REFORMAS AGRÁRIAS NA AMÉRICA LATINA

As reformas agrárias do século passado no continente latino-americano podem ser classificadas em três categorias: os processos originados a partir das revoluções agrárias, como nos contextos da Revolução Mexicana de 1910 e da Revolução Boliviana de 1952; os processos institucionais que distribuíram terras aos trabalhadores rurais realizados na Guatemala, no Chile, no Peru, na Nicarágua e em El Salvador; e os processos de intervenções pontuais na estrutura de distribuição da propriedade de terra, ocorridos no Brasil, na Venezuela, no Equador, na Colômbia, em Honduras, na República Dominicana e no Paraguai (Sampaio;

2005). Apesar das diferenças na implantação desses processos de reforma agrária, elas estão relacionadas como modelo neoliberal tanto nos seus avanços como nos efeitos e nas conseqüências para a região, como verificaremos nos exemplos de Bolívia, Peru, Colômbia e Brasil.

O sistema agrário da Bolívia, nos anos de 1950 e 1960, como na maioria dos países da região, segundo Chonchol (1994, p.265), caracterizava-se pelo predomínio do complexo latifúndio - minifúndio, em que os primeiros representavam poucas fazendas, concentrando entre 40% e 80% da terra total e, os segundos, em sua grande maioria, possuíam uma mínima parte do restante da terra. Antes de 1950, essas fazendas possuíam, além do controle da terra, um excesso de força de trabalho não-remunerada, pois dos 2,7 milhões de bolivianos, 2 milhões viviam no meio rural e 1 milhão dessa população se encontrava ligado diretamente ao sistema das fazendas (idem, p. 211).

A revolução de 1952 chegou para reverter este processo, mas havia algumas divergências sobre o tema. Santos (1985, p.22-23) considera o processo como resultado da união entre os operários mineiros e trabalhadores do campo precarizados. Para Chonchol (1994), a classe média também teve um papel de relevância na abolição do latifúndio e seu poder político, modificando, assim, a estrutura social das fazendas. O mecanismo utilizado pelo governo do "*Movimento Nacionalista Revolucionário*" foi a fragmentação dos latifúndios e, como resultado, surgiu no país uma agricultura socialmente dominante, constituída por umas 350 a 380 mil famílias. A imensa maioria, 87 % dos beneficiados, ficou com pequenas unidades de menos de 5 hectares. Mas a radicalização dessas políticas produziu uma insensível marginalização dos indígenas, especialmente na restituição de terras entre comunidades altiplanas do lago Titicaca (CHONCHOL, 1994, p.212).

O programa reformista do Estado boliviano optou por vincular a nova economia camponesa ao mercado interno, intensificando a comercialização dos produtos alimentícios e integrando o camponês ao consumo (CHONCHOL 1994, p.267). Entretanto, é importante apontar que, se por um lado, a economia camponesa se diversificou no mercado, por

outro a excessiva fragmentação da terra acelerou o processo de precarização no campo e a expulsão da pequena agricultura familiar. Essa situação se aprofundou quando, no regime militar, na década de 1970, incentivou-se uma política de concessão de terras para constituir empresas agrícolas em Santa Cruz, com 2 a 50 mil hectares (CHONCHOL, 1994, p.213), incentivando ainda mais o trabalho precarizado. Em 1980, de 28.000 trabalhadores rurais, 26 mil eram temporais sem terra (idem, p.216). Esses fatos explicam a migração para o oriente e o êxito alcançado com o cultivo de coca no Chapare Cochabambino.

A transição democrática boliviana pós-ditadura, na década de 1980, não conseguiu controlar os efeitos do modelo de distribuição de terra da década de 60 e os conflitos com os produtores de coca, na região do Chapare, surgidos com as restrições de cultivos no contexto de controle de narcóticos (SALAZAR, 2003, p.2). Diante desse processo de ingovernabilidade, o presidente Victor Paz Estensoro, em 1985, implantou os pacotes de ajustes econômicos, destinados a descentralizar a administração, eliminar subvenções estatais, e aprofundar as privatizações das empresas estatais e as reformas privadas de previdência (VARGAS e CORDOVA, 2004, p.88).

A liberalização do mercado permitiu a instalação de certos produtos básicos competitivos, o que, além do excesso de minifundiarismo e dos desastres naturais, aumentou a queda da produção rural entre os anos 1985-1990. Assim, segundo Vargas e Cordova (2004), as comunidades cocaleras do trópico cochabambino começaram a adquirir protagonismo político pelas demandas contra a lei 1008 da erradicação da folha de coca, cujos programas foram acompanhados permanentemente de ações repressivas contra o pequeno produtor.

Destacamos que a constatação do problema cocalero na região se deu primeiro pela emergência do tema indígena entre os anos de 1980-1990, tema desconhecido durante a reforma agrária; e, segundo, pelas reformas institucionais de 1982 pós-ditadura, que permitiram o surgimento de partidos políticos indígenas no país, fato aproveitado pelo movimento cocalero para participar de instâncias municipais e freiar as repressões nas

zonas produtoras. Vale ressaltar que o líder cocalero Evo Morales foi eleito presidente da República em 2004, levando a complementar duas frentes, tanto a governamental como a sindical, por meio da “Confederación Sindical Unica de Trabajadores Campesinos de Bolívia” (CSUTCB). Foi a partir dessa confederação que os cocaleiros geraram seu instrumento político, o *Movimento al Socialismo* (MAS), subordinado ao movimento indígena-sindical. Atualmente, esse movimento enfrenta as medidas de ajuste com a reestatização das empresas públicas privatizadas durante os anos de 1985 e 1998 (VARGAS e CORDOVA, 2004, p.96), avançando assim com as demandas sindicais por mudanças estruturais do país.

Um exemplo do segundo tipo de reforma agrária ocorrida na América Latina, através de processos institucionais que distribuíram terras aos trabalhadores rurais, encontramos no Peru, onde, segundo Chonchol (1994), a reforma agrária modernizadora foi conduzida pelo governo militar, em 1969, com o objetivo de consolidar a precária unidade nacional. A distribuição de terras era uma alternativa para a desarticulação territorial das massas indígenas sem consciência nacional, que estavam “correndo o risco” de participar dos movimentos guerrilheiros da época; outro objetivo era superar a estrutura servil colonial que se mantinha no setor da serra e instaurar um capitalismo do Estado de caráter coletivista na área da produção.

Basicamente, essa reforma se deu com a constituição de cooperativas agrícolas de produção com um caráter empresarial, alcançando em 1975 a transferência de 15.000 estabelecimentos com uma extensão de 10 milhões de hectares, beneficiando 342 mil famílias do campo, segundo as metas do presidente da época, Velasco Alvarado (CHONCHOL, 1994, p.307).

Desde 1970, o conflito agrário pela distribuição da terra no Peru foi entre o governo, os burocratas reformistas e os fazendeiros. O resultado desse processo foi que, em 1977, a população beneficiada ficou entre 15% e 20% dos 2.177.000 trabalhadores do setor; considerando suas famílias, beneficiou-se um terço da população rural total. Dessa forma, ficam evidentes as sugestões de Janvry (1990) quando aponta que as metas de

redistribuição de terras dos Estados não têm caráter de desenvolvimento modernizador na esfera do mercado, e que essas reformas perseguiram dois objetivos, um de caráter produtivo, para melhorar o déficit na balança de pagamentos e abaixar salários e, outro, de distribuição com essência política, para promover a integração social dos estratos potencialmente insurgentes (p.111).

O modelo capitalista coletivo implantado no Peru gerou contradições, pois o Estado e os sócios das cooperativas empresariais lutavam pela manutenção do excedente. O Estado queria o excedente para tributar e os sócios para aumentar o salário e os investimentos, fato que significou o aumento de conflitos de ocupação de terras. Entretanto, não foram ocupadas as fazendas, mas, sim, as cooperativas empresariais pelos trabalhadores que ficaram fora do processo (CHONCHOL, 1994, p.306-307). A saída do governo foi o parcelamento dessas empresas. Até 1988, dois terços das cooperativas tinham sido divididas em 520 mil hectares, significando 25.270 novos proprietários (idem, p.311), e que gerou a desarticulação do setor reformado.

Com este exemplo, Chonchol demonstra claramente que as alternativas dos defensores do modelo dos complexos agroindustrias eram deficientes, como argumentou Schuh (1990, p.131), na medida em que o problema era corrigir a estagnação salarial somente através da transferência de recursos para os produtores. Entretanto, o autor esquece que, nesse modelo, os beneficiados eram os agricultores rurais com maiores condições de concorrência, ou seja, os recursos iam para os “mais aptos”, deixando mais de um milhão de pequenos agricultores fora do processo.

O efeito do processo foi o surgimento de dois novos setores no espaço rural: os médios produtores de gado, que, diferente dos beneficiados pela reforma agrária, tinham o poder de ocupar um lugar estratégico na produção de bens alimentícios para o consumo urbano; e, os empresários agroindustriais, ligados aos grupos econômicos exteriores à agricultura (CHONCHOL, 1994, p.314).

O poder desses dois novos setores agroindustriais provém do caráter oligopólico da agroindústria e da localização estratégica dos produtos

destinados à satisfação das necessidades básicas da população e sua vinculação com o setor financeiro, diminuindo a capacidade de negociação do Estado. Concordamos com Chonchol (1994, p.314) quando disse que uma expressão desse poder é a manutenção pelo Estado de importantes subsídios aos insumos destinados às agroindústrias.

Dois exemplos do terceiro tipo de reforma agrária ocorrida na América Latina, através dos processos de intervenções pontuais na estrutura de distribuição da propriedade de terra, encontramos na Colômbia e no Brasil, que se fragmentaram com as políticas neoliberais.

As medidas de reforma agrária na Colômbia, durante a década de 1960, tiveram como eixo a erradicação da concentração fundiária, onde 67 % dos estabelecimentos com menos de 5 hectares tinham 6% da terra e 4% dos estabelecimentos com mais de 500 hectares possuíam quase 30% da terra. O valor das terras desapropriadas foram pagas segundo sua qualidade, e a maior quantidade de terra adquirida pelo Estado era de difícil acesso e de difícil exploração. O problema principal foi que as 11 mil famílias beneficiadas produziam na terra sem título de domínio, e os créditos subvencionados foram distribuídos lentamente, mostrando que a reforma teve nulos ou poucos avanços. Como assinala Chonchol (1994), já em 1970 as propriedades de 50 a 200 hectares representavam 25,1% do território do país e as de 5 hectares representavam só 5,0% (p.285).

Desde 1973, o tema de reforma agrária ocupou menor espaço na agenda pública. Vemos também que, entre os anos de 1962 e 1983, dos 1.677.000 hectares de terra, 974 mil hectares foram distribuídos a 53.700 famílias, cada uma com 18 hectares, mas as famílias foram beneficiadas com terras de má qualidade, sem assistência técnica e geralmente fracassaram sem reembolsar seus créditos. (GROS, 1987, apud CHONCHOL, 1994, p.288). Pelas medidas de ajuste estrutural, desde os anos 1970, a reforma agrária foi substituída pelo programa de desenvolvimento rural integrado, cujo objetivo não foi a modificação da estrutura agrária, mas sim a incorporação de tecnologia e a resolução do problema da falta de capitais.

O caso do Brasil tem em comum com o da Colômbia o fato de que as medidas das reformas rurais dos governos não modificaram a estrutura agrária. Com isso, questiona-se o caráter desenvolvimentista das reformas (GRAZIANO, 1994, p.196).

O caminho traçado pelo modelo agrícola atual no Brasil foi imitar o modelo rural norte-americano, sendo esse baseado em grandes propriedades monoprodutoras, altamente mecanizadas, e em um número considerável de pequenas propriedades altamente especializadas, com uso intensivo de capital para satisfazer a intensa demanda das agroindústrias. A medida mais eficiente para o setor agroindustrial foi a denominada reforma agrária de mercado, onde a obtenção de terras seria via bancos, negociando-se propriedades por meio do Banco da Terra para implantação de assentamentos rurais através do Banco Mundial (GRAZIANO, 1994, p.140-141). Se, por um lado, estas medidas reativaram a economia rural, por outro lado, fragilizaram o pequeno produtor sujeito às regras de juros do mercado sem regulação estatal, o que continua fermentando o problema da estrutura fundiária do país.

1.3 AJUSTES ESTRUTURAIS: CONTINUIDADE DE ANTIGAS E ATUAIS DEMANDAS NO CAMPO

Na América Latina, após os avanços da modernização e do modelo agrícola implantado entre as décadas de 1960 e 1970, e seu posterior esgotamento, observamos que, na década de 1980, esse modelo foi substituído pelos ajustes estruturais neoliberais, sem produzir grandes mudanças em benefício da agricultura familiar (IBARRA, 1999).

Nesse sentido, na Guatemala, a diversificação das exportações agropecuárias observadas na década de 1950 colocou o modelo de substituição de importações através da industrialização baseada no mercado comum da América Central, que, em um primeiro momento, efetivamente levou a Guatemala e El Salvador a incrementarem o fluxo de exportações em 40% entre os anos 1961 e 1968, aumentando assim a participação desses países no comércio intra-regional em 60% e alcançando 78% em 1978 (IBARRA, 1999, p.130).

Essas políticas de mecanização levaram à modernização da agricultura. Paulatinamente, o latifúndio tradicional de agricultura extensiva e pouco mecanizada foi se modificando para empresas agrícolas com alto consumo de fertilizantes, mão-de-obra assalariada e máquinas. Como exemplo disso, a produção de algodão em 1963 passou de 10 mil peças anuais a 250 mil para chegar no início da década de 1970 com 650 mil peças anuais. Entretanto, o modelo de substituição de importações começou a se fragilizar, como resultado do processo inflacionário que foi observado nesse período (IBARRA, 1999, p.131).

As conseqüências foram tanto internas, na esfera política, caracterizadas pela guerra civil, como externas, com o problema basicamente na agroexportação e no debilitamento do mercado comum da América Central, devido à diminuição de insumos e matérias-prima por unidade de produto, concorrência com a produção subsidiada dos países centrais e leis restritivas que afetavam o comércio agropecuário (BORGES 1988, p. 112 apud IBARRA 1990, p.133).

É importante destacar que os autores mostram que a crise do latifúndio exportador contribuirá para a crise do seu sócio menor, a industrialização subordinada, que, junto com a crise política na Nicarágua, em El Salvador e na Guatemala, com a luta insurgente armada, provocaram uma espécie de reação em cadeia e um círculo vicioso, onde a crise aprofundava-se.

Neste contexto, na Guatemala, a etapa de substituição de importações gerou distorções na economia, e os complexos agroindustriais instaurados na Guatemala provocaram grandes contradições sociais e o debilitamento competitivo da pequena agricultura, produto do alto volume de concentração de capital, como observado por Chonchol (1994).

Fenômeno similar aconteceu no Brasil onde, segundo Graziano (2002), a agricultura evoluiu de variados complexos rurais para complexos agroindustriais. Por um lado, houve um processo de inclusão, favorecendo os agricultores mais aptos e, por outro, um processo de exclusão social da pequena agricultura familiar, pois esses agricultores tiveram menos acesso a crédito, máquinas, equipamentos, etc. De acordo com Müller (2002, p.224),

o pacote tecnológico da revolução verde provocou um condicionamento dos novos produtores, assim como a eliminação dos que não estavam articulados no complexo de relações agroindustriais.

Graziano da Silva (1994) afirma que houve três tendências nesse processo. A primeira quando os complexos agroindustriais começaram a se integrar ao grande capital, dado esse comprovado pela grande quantidade de terras que ficou sob controle de empresas, grupos industriais e bancos como Itaú e Bradesco. Essa tendência foi iniciada ainda no governo do período militar, segundo Mançano (1999), por meio de mecanismos legais que flexibilizaram a venda de grandes volumes de terras para empresas internacionais, como a Volkswagen e a Liquefarm. A segunda tendência, segundo Graziano da Silva (1994) foi a redução do papel da pequena agricultura no desenvolvimento da agricultura capitalista. As indústrias não dependiam dos trabalhadores próximos ao local, os Complexos Agroindustriais (CAIs) conseguiam a mão-de-obra diretamente das cidades, entre os trabalhadores que foram expulsos do campo e se aglutinaram nas periferias. Dessa forma, a pequena produção também perdeu seu papel produtivo, visto que a produção já era manufaturada. A terceira tendência foi a diminuição da sazonalidade do trabalho temporário, por volta de 1980, pela substituição da agricultura mecanizada (idem, p.139-140).

Em síntese, o que aconteceu no processo brasileiro foi uma mudança no padrão de produção agrícola, privilegiando a reprodução do capital financiado pelo sistema nacional de crédito rural, incrementando assim a modernização tecnológica sem desestruturar a concentração fundiária (MANÇANO, 1999, p.74). Observa-se que o modelo atual reativa velhos problemas, como a reforma agrária e a pequena agricultura, fato que permitiu o crescimento de movimentos sociais, como as demandas dos trabalhadores sem terra do Brasil nos últimos vinte anos.

É importante observar que, no caso da Guatemala, a idéia principal foi estender as exportações ao mercado mundial, modificando o modelo de substituição de importações pela fórmula do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI), onde o motor de crescimento foi impulsionado pelo setor privado no princípio das vantagens comparativas e da privatização

econômica massiva (GUERRA BORGES, 1988, p.98; LÓPEZ, 1989, p.6 apud IBARRA, 1999, p.135).

Ressaltamos a relação que Ibarra (1999) faz quando considera que o modelo neo-exportador, no marco dos ajustes estruturais, por um lado aumentou o nível de produtos exportáveis e, por outro, seguiu o mesmo caminho do modelo de substituição de importações, ao pretender transformar a herança primária exportadora concentrando os esforços no aumento da mecanização moderna em certas áreas minifundistas, mas deixando à margem as grandes massas de trabalhadores do campo transformando-os em trabalhadores temporais ou expulsos da terra.

Um dado interessante que o autor coloca é que no processo neoliberal, na década de 1980, a carga tributária na Guatemala oscilava entre 7% e 8% do PIB, somente igualado ou superado na América Latina pelo Haiti (IBARRA, 1999, p.141). Nesse processo de estagnação econômica, as únicas beneficiadas foram as empresas transnacionais subvencionadas pelas medidas de proteção e liberalização econômica, aprofundando ainda mais o processo, na década de 1990, pelas privatizações das empresas públicas, como os sistemas de comunicação e de transportes.

O processo de modernização e fortalecimento do neoliberalismo também esteve caracterizado pela esfera política. Na Guatemala, por exemplo, os efeitos da Guerra Civil e do processo de transição da democracia pós-ditadura militar não enfraqueceram as organizações sociais do campo; ao contrário, entre as décadas de 1980 e 1990, elas se fortaleceram e o setor indígena adquiriu maior protagonismo nas reivindicações de classe e da etnia Maya. Dessa forma, concordamos com Borón (2004), quando afirma que, após as “democracias” que surgiram na região a partir dos anos 80, fruto dos processos de transição da ditadura, as condições sociais pioraram drasticamente, democracias vazias de conteúdo e sem expressão, “incapazes de eliminar o cheiro de farsa da política democrática”, como bem descreveu Fernando H. Cardoso antes de ser presidente do Brasil (CARDOSO, 1882; 1885, apud BORÓN, 2004, p.46).

As fraturas provocadas pela política de transição da ditadura permitiram, na Guatemala, que se destacassem em suas demandas grupos que foram expulsos de suas terras e os familiares dos mortos na Guerra ou desaparecidos, reunidos em diversas organizações, destacando-se entre elas a *Coordinadora Nacional de Viudas de Guatemala* (CONAVIGUA) e o *Comite de Unidad Campesina* (CUC). Apresentando diferenças com a década de 1960, quando o movimento popular era eminentemente urbano e de classe, começaram a se destacar os grupos rurais que tomaram a consciência da necessidade de ampliar o âmbito da luta por terra e outros direitos, e reorientá-la em uma demanda não somente de transformação do modelo agrícola, mas também do modelo econômico do continente (IBARRA, 1999, p.142-144). Assim, a crise do modelo neoliberal permitiu identificar a emergência de diversos atores no cenário político expressa em uma variedade de movimentos de identidade e movimentos antiglobalização (BORÓN, 2004).

No caso mexicano, os efeitos dos ajustes estruturais na década de 1980 chegaram a níveis alarmantes, com uma crise alimentar que se abateu sobre a população; a fome crônica (tecnicamente chamada de desnutrição) se aprofundou entre a maioria dos mexicanos, resultando em quadro de desnutrição severa de muitas crianças que já padeciam de desnutrição moderada, o que também gerou o aumento da mortalidade infantil, além dos danos irreversíveis de deficiência alimentícia que afetam seriamente o desenvolvimento físico e mental (CALVA, 1994, p.134).

Essa crise alimentar, que mais de 5 milhões de mexicanos enfrentaram, se deu em pleno processo de fartura petrolífera das grandes empresas, entre os anos de 1983 e 1986, cujos lucros foram de uma cifra equivalente a 46.533.5 milhões de dólares (CALVA, 1994, p.141). Esses fatos nos levam a concordar com Borón (2006), quando afirma que entramos em um período da nossa história em que, após a supremacia das idéias no terreno econômico e político, podemos afirmar o fracasso do neoliberalismo no que se refere à promessa não-cumprida do modelo em resolver os problemas mais urgentes da população dos países subdesenvolvidos.

No contexto argentino, entre os efeitos dos ajustes neoliberais, um dos mais visíveis foi o endividamento da média agricultura familiar, produto da intensa etapa de modernização da agricultura ocorrida nos últimos 30 anos, fato que levou o movimento de resistência rural, composto principalmente por pequenos e médios agricultores, a enfrentar as políticas de desapropriação de suas terras na década de 1990. Os impactos da modernização do campo desestabilizaram a integração das pequenas e médias propriedades agrícolas por meio de endividamento dos médios produtores, levando-os a perder seus patrimônios e fazendo desaparecer os pequenos agricultores. Além disso, com a produção agrícola de grande escala e a introdução de sementes transgênicas, os benefícios das exportações ficaram nas mãos das grandes empresas internacionais como a Monsanto e a Novartis, transformando o país em um grande monoprodutor de soja (GIARRACCA, 2004, p.197-198).

Nesse contexto, surgiu a organização *Movimiento de Mujeres agropecuarias em Lucha*, representando médios agricultores, com o objetivo de não perder suas terras hipotecadas por dívidas contraídas com os bancos. Evitar os leilões que se expandiram por todo o país foi o objetivo desse grupo, que alertou para o problema financeiro da agricultura no país. Giarraca (2004) fornece interessantes dados sobre as mudanças das lutas das atuais organizações rurais da Argentina, em que as demandas por terras, estrutura fundiária e moradia para o ano de 1999 ficaram em 4,7% dos protestos, em comparação com as lutas pelo endividamento e contra hipotecas que aumentaram no país, chegando a 76,7% (idem, p.202).

Assim, percebe-se que o cenário da modernização e dos ajustes estruturais no campo da América Latina ampliaram as formas de fazer política dos movimentos sociais rurais. As lutas das organizações sociais adquiriram diversas expressões, com outras reivindicações, como no caso da Argentina, mas convivendo com antigas pautas reivindicatórias, como no caso do Brasil. A mobilização social brasileira continua sendo por acesso à terra, visto que as medidas de ajuste estrutural não modificaram a estrutura fundiária de concentração da terra. Antigas e atuais formas de reivindicações convivem no cenário rural latinoamericano.

Apesar das diferenças regionais observadas na prática dos processos de modernização agrícola, de ajustes estruturais neoliberais e de reforma agrária, observados ao longo do capítulo, podemos concordar com Sampaio (2005) quando ele afirma que a situação atual do campo da América Latina apresenta características em comum que segundo o autor são:

- A divisão do setor agrícola em dois pólos: o da agricultura comercial moderna, que é baseado na concentração de propriedade, na monocultura, na utilização intensiva de produtos químicos e da mecanização, além de pagar muito mal a seus empregados, beneficiando-se da alta oferta de mão-de-obra; o segundo pólo é o da agricultura camponesa, que ocupa terras de qualidade inferior, em um contexto extremamente adverso de luta pela sobrevivência entre períodos de trabalho em suas terras e períodos de trabalho assalariado (SAMPAIO, 2004, p.19).
- Os violentos conflitos de terra que ocorrem na região. No México, os zapatistas, há mais de 10 anos, fazem uma resistência armada contra o regime; no Brasil, os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) mostram que, de 1985 a 2003, foram registrados 1.218 assassinatos e 13.524 conflitos ligados à luta pela terra (GONÇALVES, 2003). Somamos a este dado o massacre de Felisburgo, ocorrido em Minas Gerais, no ano de 2004, onde mais cinco agricultores foram assassinados com tiros à queima-roupa, além do assassinato da Irmã Dorothy Stang, em Anapu, oeste do Pará, no ano de 2005, revelando também a gravidade da violência contra defensores da reforma agrária e do meio ambiente. Na Colômbia, o conflito passou de uma questão de terra para o objetivo de derrubar o regime político e social. A violência está presente em vários países da região, como na Guatemala, no Equador e na Bolívia (SAMPAIO, 2004, p.17).
- A recente conscientização com respeito à política. As populações do campo despertaram para a exploração que sofrem há séculos e decidiram acabar com essa situação, lutando não somente por crédito e assistência técnica, mas também por democracia e cidadania plena. Além disso, há a conscientização da necessidade de ampliar o âmbito da luta por terra e

transformá-la em uma luta também pela transformação do modelo econômico dos países do continente (idem).

Assim, em resposta à crise econômica das políticas de ajuste estrutural neoliberais é que se destaca o florescimento de movimentos de resistência mundial e contra os efeitos do neoliberalismo. O marco mais emblemático foi o levantamento, em 1º de janeiro de 1994, no México, do *Exército Zapatista de Libertação Nacional* (EZLN), descrito como “o primeiro grupo guerrilheiro da era da globalização” (OLIVEIRA, 1995, apud RUBIN, 1997, p.31), ou ainda como “o primeiro movimento de guerrilha informatizado” (CASTELLS, 1997, apud SCHERER-WARREN, 1998, p.9). Em seguida, destacam-se os protestos de *Seattle*, em novembro de 1999, nos Estados Unidos, contra a Conferência Ministerial da Organização Mundial de Comércio (OMC) que dão início às sucessivas mobilizações através do lema “que nossa resistência seja tão transnacional como o capital”, colocando-se como uma forma de enfretamento direto contra o neoliberalismo.

Essa forma de atuação internacional foi se consolidando nos protestos mundiais realizados nas cidades de Seattle, Davos, Cancún, Quebec, Gênova, Gotemburgo e onde mais acontecessem reuniões da Organização Mundial do Comércio (OMC), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM), afirmando uma estratégia para mostrar oposição ao modelo neoliberal. Entre essas novas formas de protesto social e de organização política, destacamos o instrumento mais poderoso que o movimento de resistência construiu: o Fórum Social Mundial (FSM) e o conjunto de Fóruns regionais, nacionais e temáticos que se realizaram no decorrer de seis anos, após a sua primeira versão realizada na cidade de Porto Alegre em 2001.

1.4 MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO: DO INTERNACIONALISMO ÀS REDES DE REDES INTERNACIONAIS

Enfatizamos nesse processo de internacionalização das mobilizações contra o neoliberalismo que elas foram iniciadas e difundidas pelo mundo sem a iniciativa de partidos e sindicatos, demonstrando a

relação entre lutas sociais e processos políticos (BORÓN, 2004, p. 48). Além disso, ressaltamos também o surgimento de uma outra forma de internacionalismo dos movimentos sociais do campo através das redes de redes internacionais expressa na Via Campesina (Via) e na *Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo* (CLOC)

A partir dos efeitos dos ajustes estruturais observados é que também compreendemos a lógica da atuação dos movimentos sociais do campo, através da acumulação de forças entre as organizações de diferentes países, conscientes de que a transformação não depende de um simples ato político. Eles estão atuando na reativação de massa continental, buscando, através das redes de redes internacionais, abrir as portas para promover um processo de verdadeiras mudanças sociais. Esse atual internacionalismo se difere do anterior por não se estruturar sobre a base de partidos políticos, influenciando a sua forma organizativa. Oposto a essa influência, o atual internacionalismo pretende ser horizontal, aberto, sem instâncias secretas, não exigindo exclusividade de seus membros, não propondo o princípio da centralização e estabelecendo relações de cooperação com seus similares (ADAMOVSKY, 2006).

O segundo ponto de diferença com o internacionalismo anterior é a proposta de um sujeito político que não está preconcebido e se forja como fruto de um trabalho cultural e da negociação das diferenças entre os vários grupos heterogêneos. À diferença da política tradicional de esquerda, esse espaço se propõe a não ter um único centro direcionador na ação conjunta, permitindo, dessa forma, a convivência, em um mesmo patamar, de diferentes atores como camponeses, indígenas, mulheres e minorias étnicas, negociando as diferenças e reconhecendo como legítimas as reivindicações dos diferentes setores do movimento. Desse modo, surge nessa prática um sujeito social “distinto do que era cada um no princípio: algo mais que a soma das partes” (ADAMOVSKY, 2006). Entretanto, não descaracterizamos que persistem antigas demandas reivindicativas, como reforma agrária e a pequena agricultura, junto com as atuais demandas das organizações do campo nesse processo.

1.5 VIA CAMPESINA: DO CAMPO PARA O MUNDO

Como exemplos do atual internacionalismo, destaca-se a atuação das redes de redes de movimentos sociais do campo através da Via e da CLOC. Uma das expressões de luta contra o projeto neoliberal é a Via Campesina, rede mundial de movimentos sociais do campo, que aglutina organizações de mulheres rurais, camponeses, pequenos agricultores e agricultoras, trabalhadores e trabalhadoras do campo, povos indígenas, afro-descendentes, jovens rurais e trabalhadores agrícolas migrantes. Fazem parte da Via organizações de 56 países da Ásia, África, Europa e do continente americano, distribuídas em oito regiões: Europa, Este, Sudeste da Ásia, Sul da Ásia, América do Norte, Caribe, América Central, América do Sul e África (VIA CAMPESINA, 2006).

A Via Campesina teve sua origem em abril de 1992, quando vários líderes camponeses da América Central, América do Norte e da Europa se reuniram em Manágua, na Nicarágua, no Congresso da *Unión Nacional de Agricultores y de Ganaderos* (UNAG). No primeiro encontro realizado em Mons, na Bélgica, em maio de 1993, a Via foi constituída como organização mundial, e foram fixados seus objetivos e princípios fundamentais com o objetivo de formalizar uma articulação planetária dos movimentos sociais do campo.

De seu segundo encontro, em 1996, realizado em Tlaxcala, México, participaram 69 organizações de 37 países que definiram estratégias de organização e luta, destacando-se: 1) a articulação e o fortalecimento das organizações-membro; 2) a influência nos centros de poder e na tomada de decisões dentro dos governos e das instituições multilaterais para dar outro rumo às políticas econômicas e agrícolas que afetam a pequena e média produção; e 3) o fortalecimento da participação das mulheres e a formulação de propostas em relação a temas como reforma agrária, soberania alimentar, produção, comércio, pesquisas, recursos genéticos, biodiversidade, meio ambiente e gênero.

Além disso, a Via Campesina desenvolve campanhas internacionais como a PAC (Política Agrícola Comum) da União Européia, Campanha sobre o *Farm Bill* nos Estados Unidos, Campanha pela Declaração dos

Direitos dos Camponeses, Campanha Global pela Reforma Agrária e a Campanha das Sementes.

Figura 1 – Via Campesina e CLOC no Fórum Social Mundial



Fonte: Borón, 2006.

Com o lema “globalizar a luta, globalizar a esperança”, a Via Campesina também estabeleceu duas datas importantes no calendário de lutas internacional: o dia 17 de abril como o Dia Internacional de Luta Camponesa, em homenagem aos 19 trabalhadores rurais sem-terra assassinados após uma ação violenta da Polícia Militar do Pará em Eldorado dos Carajás (SOUZA, 2006); e o dia 10 de setembro como o dia internacional de Luta contra a OMC, em homenagem ao camponês coreano Lee Kyun Hae, que se imolou durante a Conferência Ministerial da OMC em Cancun, e que, durante a sua morte sustentava um cartaz que dizia: “A OMC mata os camponeses” (SANTOS, 2006).

1.6 DO CAMPO PARA O CONTINENTE: REFLETINDO SOBRE AS POSIÇÕES NA REDE DE REDES DA CLOC

A CLOC, outro exemplo do atual internacionalismo e de rede de redes de movimentos sociais na América Latina, teve início em 1989, época de comemorações dos 500 anos do Descobrimento e Colonização da

América. Várias organizações sociais da região andina⁶ decidiram se reunir para convocar, organizar e realizar a Campanha Continental 500 Anos de Resistência Indígena e Popular, com o objetivo de contrapor-se aos discursos oficiais homogenizadores, que, segundo esses atores sociais, tentavam construir uma identidade das elites para a América. Essas organizações estabeleceram contatos com diversos movimentos sociais da América Latina para impulsionar tal campanha.

O segundo encontro para a Campanha foi em 1991, na cidade de Quetzaltenango – Guatemala, e o terceiro foi, em 1992, na cidade de Manágua – Nicarágua, onde, através de coordenações setoriais de negros, mulheres, indígenas, populares e camponeses, surgiram as denúncias sobre as explorações ocorridas em todos os países, desde a chegada dos invasores europeus, além da reconstrução, em conjunto, da história de luta e resistência dos povos originários e oprimidos (CLOC, 1997, p.30).

No contexto do terceiro encontro para a Campanha, surgiu a demanda pela realização de eventos latino-americanos por setores, e as organizações camponesas presentes decidiram realizar o *I Congreso Latinoamericano de Organizaciones del Campo – CLOC*, com o tema “*No más tierras en pocas manos, ni muchas manos sin tierra*”, na cidade de Lima – Peru, entre os dias 21 e 25 de fevereiro de 1994 (idem).

Figura 2 – Cartilha do I Congresso da CLOC

⁶ A região andina é composta pelos seguintes países: Colômbia, Equador, Peru e Bolívia. Nesse momento, as organizações dessa região encontravam-se em um processo de ressurgimento e crescimento que permitiram o protagonismo no processo de convocação para a Campanha (CLOC, 1997, p. 29).



Fonte: CLOC,1994

Figura 3 – Publicação do seminário internacional de mulheres da CLOC

**"21 desafíos desde las mujeres rurales indígenas y pescadoras."
Por la tierra y por la vida.**

Valparaíso, Chile - 1 al 4 de Abril del 2002

Para seguir viviendo defendamos nuestro planeta



Seminario internacional organizado por
la articulación de mujeres del campo de
América Latina y el Caribe

CLOC - Vía Campesina

Fonte: CLOC, 2002

Figura 4 – Publicação do II Congresso da CLOC



Fonte: CLOC, 1997

Figura 5 – Cartaz do IV Congresso da CLOC



Fonte: site da CLOC, 2005

O primeiro Congresso da CLOC discutiu, entre outros temas: a independência das organizações nacionais na Coordenação Continental; a estrutura do movimento; o funcionamento da Coordenação; ações gerais e aspectos sociais e políticos da luta no campo. Mais três congressos foram promovidos pela CLOC, sendo o II Congresso entre os dias 3 e 7 de novembro de 1997, na cidade de Brasília – Brasil, com o tema *“Unidos contra el neoliberalismo, por la tierra, la vida y la producción. ¡Hagamos nuestra integración!”*; o III Congresso entre os dias 5 e 11 de agosto de 2001, na Cidade de México – México, com o tema *¡Soberanía Alimentaria! ¡Por un futuro sin hambre!*; e o IV Congresso entre os dias 9 e 11 de outubro de 2005, na cidade de Iximulew – Guatemala, com o tema *“Una década de lucha, unidos contra el saqueo imperialista. Rendirnos... jamás! “Por la vida, la tierra, el territorio y la soberanía de nuestros pueblos”*.

Em sua estrutura organizacional, a CLOC possui uma Secretaria Operativa rotativa, que passa a ser gerida por uma organização escolhida durante os Congressos. Atualmente, ela se encontra na República Dominicana a cargo da *Confederación Nacional de Mujeres Campesinas* (CONAMUCA); esteve primeiro na Nicarágua, depois no México, e na Guatemala. Existem também cinco coordenações regionais: norte-americana, centro-americana, caribenha, andina e do cone sul. Atualmente, são membros da CLOC 70 organizações procedentes de 21 países (Tabela 2), sendo algumas exclusivamente de mulheres e outras que incluem o adjetivo indígena em seu nome.

Observamos que a CLOC caracteriza-se por ser uma coordenação continental que agrupa diversas organizações de trabalhadores rurais, de médios e pequenos agricultores, indígenas, mulheres, de “sem terras”, de “atingidos por barragens”, representando em geral todos os trabalhadores do campo em sua diversidade na América Latina. Conforme o discurso de seus documentos, a CLOC objetiva desenvolver a unidade e a solidariedade entre as organizações do campo, buscando promover a igualdade e a justiça social, a defesa da terra, a segurança alimentar e uma agricultura sustentável baseada nas atividades de pequenos e médios agricultores.

Tabela 2 – Organizações-membros da CLOC por região e país

| Região (5) | País (21) | Organização (70) |
|----------------------------|--------------------------------|---|
| América do Norte (1 país) | | |
| | 1) México (6 organizações) | 1) Central Campesina Cardenista (CCC) 2) Central Independiente de Obreros Agrícolas y Campesinos (CIOAC) 3) Coalición de Organizaciones Democráticas, Urbanas y Campesinas (CODUC) 4) Coordinadora Nacional Plan de Ayala (CNPA) 5) Unión Nacional de Organizaciones Regionais Campesinas Autónomas (UNORCA) 6) Unión Nacional Trabajadores Agrícolas (UNTA) |
| América Central (7 países) | | |
| | 2) Guatemala (7 organizações) | 7) Comite de Unidad Campesina (CUC) 8) Coordinadora Nacional de Medianos y Pequeños Productores (CONAMPRO) 9) Coordinadora Nacional Indígena y Campesina (CONIC) 10) Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas (CNOC) 11) Movimiento Indígena, Campesino, Sindical y Popular (MICSP) 12) Plataforma Agraria 13) Coordinadora Nacional de Viúdas de Guatemala (CONAVIGUA) |
| | 3) Belize (1 organização) | 14) Belize Association of Producers Organization (BAPO) |
| | 4) El Salvador (1 organização) | 15) Alianza Democratica Campesina (ADC) |
| | 5) Honduras (2 organizações) | 16) Confederación Nacional de Trabajadores Campesinos (CNTC) 17) Consejo Coordinador de Organizaciones Campesinas de Honduras (COCOCH) |
| | 6) Nicaragua (2 organizações) | 18) Asociación de Organizaciones Campesinas Centroamericana para la Cooperación y el Desarrollo (ASCODE) 19) Asociación Nacional de Trabajadores del Campo (ATC) |
| | 7) Costa Rica (1 organização) | 20) Mesa Nacional Campesina (MNC) |
| | 8) Panamá (1 organização) | 21) Asociación de Pequeños y Medios Productores de Panamá (APEMEP) |

Fonte: Elaborada por M. Zampier, 2007.

Tabela 2 (continuação) - Organizações-membros da CLOC por região e país

| Região (5) | País (21) | Organização (70) |
|-----------------------|--|--|
| Caribe (3 países) | | |
| | 9) Cuba (2 organizações) | 22) Asociación Nacional de Agricultores Pequeños (ANAP) 23) Sindicato Nacional de Trabajadores Agrícolas (SNTAF) |
| | 10) Haiti (2 organizações) | 24) Solidaridad Campesina (SOPA) 25) Mouvement Paysan Papaye (MPP) |
| | 11) República Dominicana (1 organização) | 26) Confederación Nacional de Mujeres del Campo (CONAMUCA) (Secretaria Operativa de la CLOC) |
| Andes (5 países) | | |
| | 12) Venezuela (2 organizações) | 27) Coordinadora Agraria Nacional Ezequiel Zamora (CANEZ) (Secretaria Operativa de la CLOC Andina) 28) Frente Nacional Campesino Ezequiel Zamora (FNCEZ) |
| | 13) Colombia (3 organizações) | 29) Asociación Nacional de Usuarios Campesinos Unidad y Reconstrucción (ANUC-UR) 30) Federación Nacional Sindical Unitaria Agropecuaria (FENSUAGRO) 31) Coordinador Nacional Agrario (CNA) |
| | 14) Equador (3 organizações) | 32) Confederación Única Nacional de Afiliados al Seguro Campesino (CONFEUNASSC) 33) Federación Nacional de Organizaciones Campesinas Indígenas y Negras del Ecuador (FENOCIN) 34) Coordinadora Nacional Campesina (CNC) |
| | 15) Peru (2 organizações) | 35) Confederación Campesina del Perú (CCP) 36) Confederación Nacional Agraria (CNA) |
| | 16) Bolívia (5 organizações) | 37) Confederación Sindical de Colonizadores de Bolivia (CSCB/FTC) 38) Confederación Sindical Unica de Trabajadores Campesinos de Bolivia (CSUTCB) 39) Consejo Andino Productores de Coca 40) Federación Nacional de Mujeres Campesinas de Bolivia "Bartolina Sisa" (FNMCB-BS) 41) Movimiento Sem Terra (MST - BOLIVIA) |

Tabela 2 (conclusão) - Organizações-membros da CLOC por região e país

| Região (5) | País (21) | Organização (70) |
|-----------------------|--------------------------------|---|
| Cone Sul (5 países) | | |
| | 17) Brasil (7 organizações) | |
| | | 42) Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) |
| | | 43) Central Única dos Trabalhadores Rurais (CUT/Rurais) |
| | | 44) Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) |
| | | 45) Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) |
| | | 46) Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) |
| | | 47) Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) |
| | | 48) Pastoral da Juventude Rural (PJR) |
| | 18) Chile (5 organizações) | |
| | | 49) Asociación Nacional de Mujeres Indigenas (ANAMURI) |
| | | 50) Confederacion Campesina El Surco (Ranquil) |
| | | 51) Confederación de Trabajadores Forestales (CTF) |
| | | 52) Confederación Nacional Sindical Campesina e Indígena de Chile (NEHUEN) |
| | | 53) Plataforma Rural por la Tierra |
| | 19) Paraguai (6 organizações) | |
| | | 54) Coordinación Interd. de Los Sin Tierra (CIST) |
| | | 55) Federación Nacional Campesina (FNC) |
| | | 56) Movimiento Campesino Paraguayo (MCP) (Secretaria Operativa de la CLOC Cone Sul) |
| | | 57) Organización de Lucha por la Tierra (OLT) |
| | | 58) Coordinadora Nacional de Organizaciones de Mujeres Rurales e Indígenas de Paraguay (CONAMURI) |
| | | 59) Mesa Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas (MCNOC) |
| | 20) Uruguai (2 organizações) | |
| | | 60) Movimiento Agropecuario del Uruguay (MADUR) |
| | | 61) Red de Mujeres de Uruguay |
| | 21) Argentina (9 organizações) | |
| | | 62) Asociación de Productores del Noroeste de Córdoba (APENOC) |
| | | 63) Consejo Asesor Indígena (CAI) |
| | | 64) Movimiento Agrario Región Pampeana (MARP) |
| | | 65) Movimiento Campesino de Santiago del Estero (MOCASE) |
| | | 66) Sindicato Trabajadores Agropecuarios y Frutihortícolas (STAF) |
| | | 67) Unión de Campesinos Poriajhu (UCP) |
| | | 68) Movimiento Campesino de Formosa (MOCAFOR) |
| | | 69) Movimiento Campesino de Cordoba (MCC) |
| | | 70) Unión Sin Tierra (UST) |

Como resultado da primeira parte da pesquisa (ZAMPIER, 2004), observamos que os possíveis benefícios da rede da CLOC para a articulação dos seus integrantes seriam, teoricamente, as políticas de formação de quadros em nível interno e internacional, a estrutura horizontal, a rotatividade permanente, a mudança das relações bilaterais entre os participantes para uma relação multilateral, a utilização do correio eletrônico e da Internet, a tolerância pluralística fundada na diversidade cultural e humana e a democracia mais participativa e direta.

Entretanto, ao analisarmos as dificuldades de articulação na CLOC, identificamos elementos que descaracterizam a premissa de horizontalidade e contradizem os benefícios descritos pelos entrevistados. Assim, elementos como a centralização de informação em apenas um dirigente, reforçando o personalismo, a cultura de centralizar o trabalho no mais “forte” ou no mais “capacitado”, a verticalização na tomada de decisões e a defasagem entre o discurso e a prática da democracia participativa são alguns pontos identificados na articulação das organizações que nos levam ao questionamento sobre as diferentes posições da rede da CLOC (idem).

Por um lado, há o ideário dos próprios movimentos do campo em construir para si uma imagem de democracia e que em todos os aspectos seria diferente da classe dominante. Por outro lado, também há a promessa das tecnologias da informação e comunicação (TICs), que apresentam um potencial para contribuir com uma de suas metas, difundir a sua mensagem entre os excluídos, como Doula (2000) constatou já no início do surgimento da CLOC através de uma declaração do II Congresso da entidade realizado, em Brasília, em 1997:

“... sobre o efeito dos meios de comunicação no mundo camponês, observamos que o maior desafio da CLOC será possibilitar o acesso dos “excluídos” ao conhecimento, à informação e às novas tecnologias da informação – o conhecimento e a informação são identificados como as armas principais que o neoliberalismo dispõe para a reestruturação política, econômica, e ideológica do mundo. Conhecer essas armas e também usá-las, como os zapatistas estão fazendo, significaria deixar de ser um protótipo da exclusão, ou apenas um receptáculo, ‘para tornar-se um símbolo de liberação’.”(p.368).

Além disso, observamos as contradições advindas da utilização das tecnologias da informação e comunicação na CLOC, tendo-se, por um lado,

a Internet e o correio eletrônico utilizados por algumas organizações, trazendo benefícios para as comunicações, e, por outro lado, o analfabetismo digital e a precariedade na infra-estrutura de algumas organizações, o que torna o ideal de articulação horizontal democrática questionável (ZAMPIER, 2004).

A partir das assimetrias observadas no funcionamento da CLOC, pretendemos aprofundar, nos próximos capítulos de nossa pesquisa, a reflexão sobre a rede de redes de movimentos sociais do campo, caracterizando alguns dos fenômenos que operam no interior da rede, tanto fenômenos de ordem cultural (as relações de horizontalidade, autonomia e construção de identidade) como os de ordem funcional (objetivos e dificuldades coletivas e individuais) advindos dos desafios colocados pela atual forma de fazer política diante do modelo de ajustes estruturais, e pelo não-determinismo na apropriação das tecnologias contemporâneas pelos movimentos sociais.

2 INFLUÊNCIA DAS TECNOLOGIAS CONTEMPORÂNEAS NOS MOVIMENTOS SOCIAIS

2.1 CARACTERIZANDO AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: SURGIMENTO E INSTRUMENTOS

Atualmente, as tecnologias da informação e comunicação (TICs) têm um papel de destaque na sociedade contemporânea a ponto de autores ainda discutirem se elas deram origem à globalização ou se é a globalização que as originou. O que podemos observar é que as TICs estão relacionadas a vários espaços que caracterizam a globalização, facilitando os intercâmbios comerciais e os fluxos financeiros mundiais, possibilitando diferentes formas de produção e organização das empresas, fortalecendo o crescimento de um setor econômico específico de informação ligado às telecomunicações e à cultura de massas (BURCH et al., 2003).

A característica principal das TICs é a digitalização e a convergência tecnológica ou das mídias materializada na integração de três setores que existiam separadamente: informática, telecomunicações e tecnologia de redes. Essa convergência permite a utilização de três tipos diferentes de informação: texto, som, e imagem (que antigamente eram trabalhados separadamente) em uma mesma base comum de informação ou linguagem de computador (idem).

Essa convergência foi possível graças ao progresso vertiginoso ocorrido após a Segunda Guerra Mundial, na invenção de componentes eletrônicos desde o transistor, inventado em 1947, passando pelo circuito

fechado, criado em 1957, até o microprocessador em 1971. A partir da década de 70 é que ocorre a ampla difusão das TICs (CASTELLS, 2006).

Outras importantes características das TICs são a informação como matéria-prima (são tecnologias que agem sobre a informação); a alta penetrabilidade em todas as esferas das atividades humanas; a lógica de redes que perpassa todas as formas de utilização dessa nova tecnologia; a flexibilidade e, por último, a crescente convergência de tecnologias para um sistema altamente integrado, no qual a microeletrônica, as telecomunicações a optoeletrônica e os computadores são todos interligados nos sistemas de informação (idem).

Compreendendo essas características, podemos definir a tecnologia da informação e comunicação como a reunião dos meios audiovisuais, informáticos e comunicacionais que permitem criar, armazenar, recuperar e transmitir informação em grande velocidade e em grandes quantidades. Entre as tecnologias da informação, está o conjunto convergente de tecnologias em microeletrônica, computação (software e hardware), telecomunicações/rádiodifusão, optoeletrônica e (ainda não em consenso entre os autores) engenharia genética (idem, p.65).

A Internet é sem dúvida a expressão mais visível das TICs. Não é casual que a Internet tenha surgido no seio do Departamento de Defesa dos EUA, como resultado de cooperação científica, iniciativa tecnológica e estratégia militar da Agência de Projetos de Pesquisa Avançada. O objetivo principal era criar um sistema invulnerável a ataques nucleares, independente de centros de comando e controles no contexto de enfrentamento com a União Soviética (BURCH et al., 2003, p. 48).

Em 1969, entrou em funcionamento a primeira rede de computadores chamada ARPANET, que conectava computadores de 15 universidades norte-americanas. Essa rede foi ampliando-se para outros centros universitários com o objetivo de difundir e trocar conhecimentos científicos, inclusive para aprimorar a própria rede.

A Internet só pôde sustentar o crescimento do volume de informações graças ao aprimoramento das tecnologias de transmissão e a consolidação da capacidade dos computadores “conversarem” uns com os

outros por meio da criação do protocolo de comunicação, inventado em 1973, e da sua divisão entre o servidor-a-servidor (TCP) e o protocolo inter-redes (IP), em 1978. O protocolo TCP/IP tornou-se padrão de comunicação entre os computadores do mundo (CASTELLS, 2006, p.84).

Assim podemos compreender que a Internet não é meio de comunicação (outros meios cabem nela), mas sim uma rede que, mediante um protocolo universal (TCP/IP), interconecta diferentes redes de computadores articuladas em nós ou servidores plenamente autônomos; por esse motivo também é conhecida como rede de redes, e a principal característica é ter possibilitado pela primeira vez a comunicação entre muitos em tempo real (LEÓN et al., 2001, p.5).

A teia mundial *Word Wide Web* – WWW foi criada em 1990 em Genebra, época em que os não-iniciados tinham dificuldades em usar a Internet. A criação desse novo aplicativo, que organizou o conteúdo das páginas da Internet por informação, e não por localização, ofereceu aos usuários um sistema fácil de pesquisa para procurar as informações desejadas. Nesse mesmo período também foi criado o hipertexto, um programa que organizava as informações fundamentadas em remissões horizontais.

A consequência desse avanço na tecnologia foi a criação de distintos instrumentos que contribuíram para modificar as formas de comunicação da sociedade atual. Esses instrumentos vão de mãos dadas com o desenvolvimento da tecnologia, e os principais, segundo Pinho (2006), são:

- Correio eletrônico (*e-mail*): serviço mais antigo e popular da Internet que permite a troca de mensagens com pessoas de todo o mundo, de maneira rápida e sem qualquer despesa, desde que os usuários estejam ligados a um provedor de serviço para conexão com a Internet.
- Processadores e editoração eletrônica: *softwares* para processamento de textos, que facilitam e tornam mais ágeis a criação, edição, revisão e impressão de documentos, cartas, relatórios e outros pelo processamento

eletrônico; também podem converter documentos para o formato HTML⁷

para publicações como páginas em intranets⁸ ou em páginas da Internet.

- Teleconferência: é um termo genérico para designar qualquer combinação de interação eletrônica entre sistemas de áudio, vídeo e de informática, em tempo real, que permita conectar duas ou mais pessoas em duas ou mais localidades.
- FTP (*File Transfer Protocol*): pode ser entendido como um protocolo padrão de transferência de arquivos usado na Internet ou então um programa que usa esse protocolo. Ele permite a busca de arquivos armazenados em computadores de todo o mundo e as cópias daqueles que forem de interesse. Portanto, o FTP facilita a transferência, de um computador para o outro, dos mais variados arquivos, textos, planilhas, bancos de dados, vídeos, animações, ilustrações e fotos, permitindo assim que se disponha de um recurso ágil e prático para dinamizar os fluxos de comunicação.
- Salas de bate-papo (*Chat*): o mais antigo e popular chat é feito por meio de mensagens digitadas que são transmitidas rapidamente pela Internet e que aparecem na tela de cada pessoa que está participando da conversação. O *chat* mais moderno é multimídia, cuja comunicação se faz por imagem e som. Exige, portanto, equipamento específico, como placas de som e vídeo, alto-falantes, microfone e câmera de vídeo.
- Telefonia via Internet: Também chamada Voz sobre IP (VoIP), é uma tecnologia recente que permite que internautas⁹ de qualquer parte do mundo conversem, por voz, utilizando a Internet, desde que tenham determinados programas instalados no micro ou um telefone capaz de enviar sinais via conexão da banda larga (alta velocidade).
- Blogs: pode ser descrito como uma página *web* que tem origem pessoal e contém comentários sobre outras páginas, sendo atualizado diariamente ou quando algo acontece sobre o assunto.
- Microcomputador de bolso (Assistente digital pessoal – PDA, sigla Inglesa): possui telas de toques, reconhecimento de escrita feita com caneta ou teclado para que as pessoas em deslocamento possam enviar e receber e-mails, ter acesso a *web* e trocar informações com seus computadores de escritório ou servidores de rede.

- *Bluetooth*: desenvolvido pela empresa sueca Ericson, permite a comunicação sem fio entre telefones móveis, *laptops*¹⁰, impressoras, PDAs, *desktops*, fax, teclados e *joysticks*. Mais do que a simples substituição dos muitos fios e cabos usados para conectar aparelhos portáteis, a tecnologia sem fio *bluetooth* provê uma conexão universal para redes de dados, possibilitando a formação de pequenos grupos privados de aparelhos conectados entre si.

2.2 DISCURSO SEDUTOR: PROMESSAS E LIMITAÇÕES DAS TICs

Na reflexão das ciências sociais, a discussão sobre as TICs adquiriu consistência com as premissas de Lévy (1996), que iniciou o debate cunhando os conceitos de virtual e desterritorialização. Além disso, atualmente, uma outra discussão é o reconhecimento das limitações e o posicionamento diante do discurso tecnologista - que teve novo impulso e com mais força que no passado - vendo as inovações tecnológicas como a causa primeira da mudança social (LEÓN et al., 2005, p.15).

As conseqüências da atual revolução tecnológica, em que o epicentro da transformação se refere às tecnologias da informação, processamento e comunicação, geraram várias perspectivas em torno da democracia e da sociedade. Alguns acreditam que essas novas tecnologias podem contribuir para a construção de uma sociedade mais democrática, aumentando-se a participação e a capacidade de ação diante do poder.

As posições passam pelo extremo do filósofo francês Lévy (2001), que segundo Palácios (2001), sugere, com a certeza de um “triumfalismo tecnológico”, que a metamorfose da espécie humana (LÉVY, 2001, 159) e o estabelecimento de um planeta unitário estão próximos; além de afirmar que somos todos participantes da “silenciosa explosão hipercórtex infinitamente reticulada da World Wide Web” (idem, p.15) e que:

“desde a queda do muro de Berlim, não há senão um grande império dominando o mundo: um império não territorial, um império das redes, um centro que faz sentir suas influências por toda a parte e que arrasta consigo o resto do planeta em sua ascendência em direção ao poder ... pouco importa que esse centro esteja lá ou aqui, distribuído ou concentrado – é um centro virtual, um centro de inteligência coletiva. A humanidade encontra-se pela primeira vez em uma situação de quase unidade política” (idem, p.24)

No outro extremo, estão os que acreditam que essas tecnologias têm riscos que podem trazer desinformação, juntamente com maiores e mais efetivas propaganda e manipulação, além de uma desorientação através das informações vazias de conteúdo útil para a democracia. Um dos defensores dessa idéia é o italiano Sartori (1998), que fez uma análise da influência da televisão e da cibernética na sociedade atual. Ele nega a possibilidade da informação audiovisual como fonte de formação, acreditando que a demasiada exposição a imagens acaba com a nossa capacidade de abstração dos conceitos aprendidos e de configurar novas idéias, postulados e projetos, ou seja, anula a capacidade de reflexão do ser humano, tornando a cultura superficial, com muitas imagens e pouco conteúdo, condenando a sociedade ao poder audiovisual.

Sobre a Internet, Sartori duvida da possibilidade de ser utilizada como veículo cultural. A rede “toda poderosa” seria reduzida a um simples instrumento de diversão e, em alguns casos, com alguma utilidade prática administrativa. Ele discorda dos teóricos defensores de um futuro baseado

em redes cibernéticas e acredita no triunfo da televisão sobre a Internet como instrumento de comunicação social de massa.

No debate a respeito da melhoria ou não da convivência social e da democracia por meio das TICs, localizamos também os trabalhos de Burch et al. (2003), do Equador, que observam as potencialidades da tecnologia sem perder de vista a fragilidade que elas possuem em termos de acesso:

“As possibilidades que oferecem os recursos tecnológicos de informação e comunicação existentes hoje efetivamente permitem pensar em uma democracia participativa real, onde o direito a participar na tomada de decisões políticas seja exercido pelo conjunto da cidadania. Esses recursos não somente possibilitam que cada conjunto social esteja devidamente informado, mas também que possa interrelacionar-se tanto internamente e externamente para participar do processo de decisões que configuram o mundo e o futuro. Possibilidade, entretanto, que se vê anulada pelo caráter excludente que imprime a globalização neoliberal em nossas sociedades, onde as maiorias observam suas palavras sendo seqüestradas sem poder intervir no que é de interesse” (2003, p.10).

Não caindo na neutralidade do “estabelecimento de um planeta unitário” através das tecnologias, podemos observar algumas contribuições do atual estágio do processamento da informação e comunicação para os interesses da ação coletiva, fornecendo canais mais democráticos e abertos a todo o mundo. Descreveremos algumas atividades políticas, citadas por Otaola (2006), que foram realizadas ao redor do mundo com o apoio da tecnologia.

Iniciamos com as mensagens de texto curtas (SMS, sigla em inglês) enviadas através dos celulares que estão sendo utilizadas como instrumento importante nos processos políticos. Elas foram utilizadas com sucesso para monitorar eleições na África¹¹ e em Montenegro, nos Bálcãs. Nesse último país, o Centro da Transição Democrática de Montenegro monitorou o referendo de independência usando o SMS como a primeira ferramenta de observação de campo que permitiu a coordenação instantânea de repórteres dispersos pelo país¹².

Nas últimas eleições do México, o *Youtube*¹³, página *web* de vídeos alimentada pelos próprios usuários, foi uma ferramenta importante para formação de opinião pública. Através dos vídeos baixados da página *web* sobre os principais candidatos, principalmente os jovens tiveram acesso a outras informações não reveladas nas mídias tradicionais. Esse espaço serviu tanto como braço adicional das campanhas oficiais como para a expressão das pessoas que não podem fazer isso através dos jornais, televisão e outros meios convencionais.

Os protestos ocorridos nos últimos anos contra o modelo neoliberal nas reuniões do Fundo Monetário Internacional e da Organização Mundial do Comércio são impossíveis de serem imaginados sem o apoio da Internet. Conseguir articular pessoas organizadas e provenientes de todos os cantos do planeta para protestar em Seattle, Cancún ou Genova era impensável há vinte anos atrás. Outros exemplos de eventos organizados com o apoio da Internet foram o “Encontro Intergaláctico”, do *Exercito Zapatista de Libertação Nacional* - EZLN (grupo neozapatista mexicano), em 1996, e a organização do Fórum Social Mundial, que já se encontra na sua sétima edição.

Os *smart mobs*¹⁴ surgem no momento que as novas tecnologias aproximam as pessoas e as colocam como parte de uma rede de comunicação que facilita a cooperação, a participação e a organização. Eles mostraram também sua capacidade de intervenção no terreno da liberdade de expressão.

Na Bielorrússia, um grupo de jovens organizou um *flash mob*¹⁵ com o objetivo de protestar contra o autoritarismo do governo de seu país e fez um convite geral através da Internet para tomar sorvete, reunido em uma praça pública da capital Minsk. Com essa atitude, os jovens observaram as fronteiras do permitido pelo seu governo, que tratou essa atividade como uma assembléia pública e interrompeu o evento prendendo alguns dos jovens.¹⁶

Ainda observando as atividades possíveis através das mensagens de texto, existe nos EUA o POLITEX, um serviço direcionado a políticos e a grupos de interesses, que exploram as vantagens das mensagens de textos

para chegar ao eleitorado. As vantagens são indiscutíveis: os dados mostram que as mensagens de texto solicitando informações políticas são abertas em 95% das vezes que são enviadas contra 15% a 25% dos e-mails; além de 25% a 30% das perguntas feitas aos congressistas via mensagem de texto serem respondidas, contra 2% a 3% das respostas recebidas dos e-mails enviados.¹⁷

A nova tecnologia de um mundo “googleizado¹⁸” também permite aos usuários contar com informações sobre qualquer tema imaginado, facilitando as possibilidades de se ter uma opinião pública mais informada e conseqüentemente como maior arsenal de ferramentas para atuar diante dos poderes estabelecidos. Esse excedente de informação pode contribuir para a qualidade dos debates antes de formar uma opinião para a tomada de decisão. Com esses exemplos, vemos concretamente as possibilidades que os sujeitos criam e desenvolvem utilizando as tecnologias para atuar no campo democrático e político.

De outra forma, também existem dificuldades que o processo tecnológico pode trazer. O acesso facilitado à informação através das novas tecnologias pode ir para outra direção e levar a uma sociedade desinformada devido à superficialidade dos conteúdos e à falta de compreensão. Isso se deve basicamente ao fato de que a maioria das informações procuradas na Internet corresponde a relatos superficiais ou a diversão, ao invés de informações científicas, históricas ou políticas que poderiam fomentar maior profundidade no debate e na crítica.

Essa tendência pode ser vista na origem e na direção que provavelmente seguirão os *flash mobs* que tiveram sua origem em 2003, quando um grupo de pessoas, nos Estados Unidos, se reuniu em uma loja para “adorar” uma almofada. Outros *mobs* realizados foram: um aplauso espontâneo por um período de 15 segundos realizado na Estação Grand Central; uma guerra de almofadas na Espanha, na cidade de Madrid; e pedestres atravessando um semáforo batendo no chão com um dos sapatos como se estivessem matando baratas, fato ocorrido em São Paulo no ano de 2004. Todas essas atividades foram organizadas pela comunicação via Internet. Outra causa do pouco interesse em informações com mais

profundidade se deve às falhas do Estado no sistema de educação que leva as pessoas que têm acesso às novas tecnologias não as utilizarem para fins políticos e intelectuais devido à falta de compreensão.

As tecnologias da informação e comunicação têm como característica o fato de possibilitar a interação; entretanto, elas podem se converter em “televisões” de última geração, simplesmente emitindo informações para um público passivo. O que acontece quando uma empresa ou partido político “compra” um “buscador” de páginas na Internet para que os resultados da busca filtrem somente o que interessa a eles mostrar? Quando a esfera política domina, estamos diante da propaganda de manipulação e, se a esfera do mercado domina, estamos diante do famoso pão e circo – ou somente circo (OTAOLA, 2006).

De acordo com Cornela (2005, apud OTAOLA, 2006), “McLuhan tinha razão, estamos frente a uma nova revolução brindada por um novo meio... mais comunicação pessoal, mais escolha, mas também mais incertezas. E mais possibilidades de manipular e ser manipulado”, ou seja, assim como as tecnologias e as redes podem aumentar o debate e a diversidade de opiniões, também podem aumentar a passividade e a manipulação entre as pessoas.

Embora as tecnologias passem a adquirir dimensões de ações grupais sem fins politicamente definidos com caráter de diversão, desinformação e passividade possível de manipulação, sua utilização pelos movimentos organizados permitiu a coordenação de atividades políticas concretas, seja de resistência ou transformação social, tema que será esclarecido nos próximos tópicos.

2.3 MOVIMENTOS SOCIAIS E A TECNOLOGIA: ENTRE O ÓDIO E O ENCANTO, INCLINAÇÕES EXTREMAS NA HISTÓRIA

Para melhor compreender como os movimentos sociais vêm se apropriando das tecnologias de informação e comunicação, acreditamos ser necessário observar as relações históricas entre os movimentos sociais e as novas tecnologias. Desde que a tecnologia passou a ter um lugar importante

nas atividades sociais, surgiram os opositores, os defensores e os indiferentes.

Encontramos os primeiros opositores na época da Revolução Industrial, que possibilitou a mecanização dos sistemas de produção com as máquinas a vapor e os gigantes teares que revolucionaram o modo de produzir. Entretanto, as condições de trabalho eram precárias, as fábricas eram mal iluminadas, sujas, os empregados trabalhavam até 18 horas por dia e não existiam direitos trabalhistas.

A reação dos trabalhadores foi se organizarem por melhores condições de trabalho através dos *trade unions* (espécie de sindicatos). Houve uma reação mais violenta que se chamou Ludismo ou Movimento Ludita, nome que deriva de Ned Ludd, um dos líderes do movimento que viveu por volta de 1779 e foi o primeiro operário têxtil a destruir o tear do patrão. Os Luditas ocupavam as fábricas e destruíam as máquinas como forma de protesto. Esse movimento representa também um conceito político, designando todos aqueles que se opõem ao desenvolvimento tecnológico ou industrial. Esse movimento também é visto como uma técnica de sindicalismo no período que precedeu a revolução industrial. Inclusive, esta organização teve mecanismos de expressão e divulgação, como observamos na seguinte canção:

"Bravos Luditas nós somos, para quebrar nós chegamos! Deus salve Ned Lud! Máquinas vão para o inferno, nós queremos nossa dignidade! Quebrar é bom, junte-se a nós e salve a Europa! Quebre! Quebre! Quebre ou morra trabalhando! Monstros do industrialismo, nós queremos vocês quebrados!"¹⁹

O que destacamos para os fins de nossa análise é que o Movimento Ludita acreditou que o inimigo a destruir eram as máquinas, desviando a atenção do verdadeiro adversário, o sistema econômico capitalista e a lógica que orienta seu projeto técnico-científico. Segundo Marí Sáez (2003), "do mesmo modo, os movimentos sociais que hoje se enquadram em posicionamentos tecnofóbicos pensam que nada de bom pode vir das ferramentas de comunicação que foram construídas inicialmente a serviço dos interesses do capitalismo global. Será possível aproveitar as tecnologias da informação sem esquecer qual é o seu lado de

nascimento? Acreditamos que é possível e recomendável combinar os dois aspectos.”

No Brasil, podemos citar um exemplo dessa visão tecnofóbica dentro dos movimentos sociais (não tão radical a ponto de quebrar as máquinas) quando, entre os anos de 1981 e 1988, o Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas) implementava os primeiros computadores e a AlterNex (primeira rede utilizada pelos movimentos organizados no País): “os computadores eram um alvo certo para críticas e preconceitos que, em versões exacerbadas, os reduziam a “coisa de multinacionais”, quando não “do próprio demônio” (IBASE, 1992, p.6 apud LOPES, 1997, p.206).

A segunda posição, denominada tecnocêntrica, significa uma resposta à visão tecnofóbica, e é caracterizada por um reducionismo tecnológico, sobredimensionando o papel que pode significar as TICs, cujo princípio é a utilização das tecnologias como instrumento publicitário de propaganda política para a persuasão. As ONGs e o terceiro setor são os melhores exemplos deste posicionamento diante das tecnologias, incorporando o marketing de mercado nos movimentos sociais, incorporando a lógica de benefício e rentabilidade na estrutura organizativa por meio da comunicação tecnológica (ERRO SALA, 2002 apud MARÍ SÁEZ, 2003).²⁰

Essa maneira de lidar com as tecnologias esquece que a comunicação deve ser vista no contexto em que os movimentos sociais estão vivendo, somada ao processo de interação entre as pessoas e as TICs. Marí Sáez (2003) afirma:

“... um critério de discernimento para valorizar a idoneidade de uma tecnologia ou outra, e o modo de incorporá-la, é olhar os processos sociais em que está inserida a organização social e analisar também quais são as mediações comunicacionais a partir das quais ela compreende o mundo, se comunica e se expressa com as pessoas a que se dirige essa organização. Dessa forma a reflexão sobre comunicação deixa de ser algo meramente instrumental, e se converte em uma questão de cultura. Esse passo nos permite redescobrir a comunicação como capacidade de relação, de criação de vínculos e de construção de sentido.”

A terceira possível posição dos movimentos sociais diante da tecnologia é a indiferença. Normalmente acontece quando os integrantes acreditam que a comunicação não faz parte do trabalho desenvolvido pela

organização e olham com apatia o trabalho de elaboração de um jornal, de uma página *web* ou a padronização dos e-mails da organização. Junto a essa atitude “insensível”, também passa despercebida a noção da comunicação como uma prática transversal a todas as atividades cotidianas da organização. “Pode se dizer que os movimentos sociais não somente produzem comunicação: em um sentido mais amplo, os movimento sociais são comunicação” (MARÍ SAEZ, 2003). No Brasil, podemos encontrar um exemplo oposto à posição de indiferença às tecnologias na prática do setor de comunicação das atividades do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em que a proposta principal é que toda a ação tem que ter uma dimensão comunicativa (idem).

Uma experiência histórica que não pode deixar de ser citada em relação à integração de movimentos sociais e a comunicação é a utilização do jornal escrito pelo movimento operário no começo do século XX. Segundo Sanchez Noriega (1998, apud MARÍ SÁEZ, 2003), o nascimento desse tipo de jornal uniu o movimento operário. Ele foi o impulsor de ideais e reivindicações, servia para dar coesão ao grupo e proporcionava ao militante a bagagem necessária para alimentar-se ideologicamente, atuando como aparelho de comunicação.

A partir da observação desses primeiros relacionamentos entre os movimentos sociais e a tecnologia, podemos complementar o quadro mencionado com outras práticas comunicativas que se consolidaram na segunda metade do século XX, principalmente na América Latina, como as rádios comunitárias clandestinas que tiveram grande presença na resistência contra as ditaduras no continente.

2.4 DIÁLOGOS NA PERSPECTIVA DA APROPRIAÇÃO DAS TICs PARA A RESISTÊNCIA GLOBAL

Analisando as modificações ocorridas no cenário político a partir da década de 1990, as linhas de reflexão sobre a relação entre movimento sociais e as TICs passaram pelas formas de apropriação das novas tecnologias e suas implicações nas diversas maneiras de fazer política, particularmente nas ações de resistência, sejam globais ou locais. Assim, focalizaremos a discussão procurando um diálogo entre duas linhas que observamos nos trabalhos pesquisados: a primeira, que descreve exclusivamente a apropriação das TICs e o seu usos pelos movimentos sociais, encontrada principalmente nos trabalhos das argentinas Fleischman (2004, 2006) e Lago (2006a, 2006b); e a segunda linha, que igualmente à anterior, descreve as formas de apropriação tecnológica pelos movimentos enquanto recursos técnicos, mas dá um passo além ao analisar as diversas maneiras de conferir significado à utilização das TICs, suas adaptações aos cenários locais, além de considerar o impacto dessas tecnologias nos próprios movimento sociais.

Em seu trabalho, Fleischman (2004) aponta algumas possibilidades de comunicação oferecidas pela Internet aos movimentos contra-hegemônicos surgidos na década de 90, contrapondo o avanço das grandes corporações no espaço da Internet. Entretanto, apesar dessas novas formas de organização e participação facilitarem o aumento da intervenção dos movimentos sociais no espaço público mundial, essa utilização das tecnologias pelos movimentos de resistência também foi funcional para a legitimação discursiva da globalização como ordem mundial.

Os dois primeiros passos importantes na constituição dessa diferente forma de atuar dos movimentos sociais foram a formação de redes sociais e a apropriação progressiva das tecnologias que convergiram em diferentes estratégias e raios de ação, tanto no plano local como global, além de um fato potencializador desse fenômeno foi a crise política das organizações tradicionais, como os partidos políticos, sindicatos e associações civis, após a caída do comunismo real, que contribuiu para o aumento das formas de organização em redes e coalizões mais descentralizadas por demandas como o feminismo e a ecologia, entre outros, direcionados a alcançar reivindicações na dimensão local de contextos democráticos.

Esse tipo de atuação e articulação em redes com o suporte da tecnologia, segundo a autora, favoreceu a horizontalidade e o pluralismo de relações e gerou a oportunidade de atuação em escala mundial, permitindo a convergência de estratégias em causas comuns em que “as conexões que se vão tecendo podem aperfeiçoar táticas de denúncia, resistência, pressão e insurgência contra o *status quo*” (MORAES apud FLEISCHMAN, 2004, p.7).

De igual forma, a argentina Silvia Lago (2006) afirma que a comunicação pela Internet não representa somente um complemento às formas tradicionais de comunicação, mas também oferece oportunidades inovadoras através das páginas *web*, dos movimentos ou portais coletivos, as listas de distribuição e correio eletrônico, os fóruns de debate, além das páginas utilizadas para ter acesso a outras informações chamadas de páginas para comunicação alternativa ou contra informação:

“O modelo de organização em rede, a partir do qual se estruturam as principais atividades da sociedade da informação, também é um modelo referencial para os movimentos e redes sociais de resistência e oposição ao processo de globalização neoliberal. Nesse cenário global e com a base tecnológica da Internet, as redes sociais de resistência empregam de maneira inovadora as redes informáticas, a política informativa e as formas organizativas em rede” (LAGO, 2006b).

Podemos assinalar que essa linha de reflexão, exposta pelas autoras citadas, avança na discussão do uso da Internet pelos movimentos sociais, uma vez que, no seu início, essa tecnologia estava ligada

unicamente ao “mito da Internet como um grande mercado mundial da informação orientado aos grandes oligopólios financeiros e de interesses privados. Considerado como um lugar para fomentar a cultura audiovisual, a indústria da mídia e o telemarketing” (SABADA, 2002). A partir da apropriação dessa ferramenta pelos movimentos sociais, estabeleceu-se o uso social e político da Internet, demonstrando que existem outros “protagonistas nessa história” e que a Internet é um espaço que traz grandes possibilidades para os grupos populares e militantes.

Na segunda linha observada na nossa revisão – que vai além das descrições iniciais da apropriação da tecnologia pelos movimentos sociais – encontramos a argentina Finklelevich (2002), que avança no tema ao citar a diferença entre os movimentos sociais antiglobalização e as redes comunitárias. O primeiro grupo utiliza a tecnologia de informação e comunicação como uma ferramenta de comunicação global e como exemplo de um modelo de organização a ser seguido com potencialidades de horizontalidade e interação, ou seja, as tecnologias para esse grupo não são um fim, mas sim um meio para alcançar um objetivo.

O segundo grupo, o das redes comunitárias, difere do primeiro em relação a esse pensamento pois elas “estruturam redes globais dirigidas a integrar os cidadãos estimulando o desenvolvimento local mediante o uso das ferramentas da sociedade informacional”, ou seja, de uma forma idealizadora, a apropriação da tecnologia por esse grupo é vista como fim na construção da “nova” sociedade da informação (FINQUELEVICH, 2002, p.13-14).

Em outra perspectiva, o espanhol especialista em comunicação educativa, Marí Sáez (2004),²¹ coloca de forma clara os desafios, as oportunidades e a construção de significações que os movimentos sociais enfrentam para que as suas vozes possam ser escutadas no ciberespaço:

“Não se trata somente de ampliar uma voz habitualmente apagada pelo ruído do poder, mas sim de habilitá-la com força própria, indo além da mera capacitação técnica – que poderia ser tão alienante como a exclusão total -, em definitiva, de empoderamento para que os próprios protagonistas da exclusão se convertam em atores plenos dentro do cenário da globalização” (Madriaga, 2004).

Dessa maneira, o autor contribui para a nossa reflexão por meio da utilização do princípio de Castells (2006), de que a tecnologia da informação, como a Internet, tem a característica de ser flexível e que se transforma em seu uso. Ele aponta a apropriação das TICs no marco da educação de adultos e do desenvolvimento comunitário, destacando as teorias e metodologias representadas pelo *ser* e pelo *saber fazer* dos movimentos sociais, relacionados com a proposta de educação popular e libertadora de Paulo Freire. Essa relação é feita devido ao caráter aberto, flexível, participativo, grupal e prático na definição da educação popular (MARÍ SÁEZ, 2005, p.189).

A partir dessa intersecção de idéias, concordamos que a apropriação das tecnologias vai mais adiante do domínio de técnicas e da descoberta da lógica do trabalho em rede, entrando no domínio da construção de significados, respondendo a princípios da participação democrática, desenvolvimento organizativo, transformação e mudança das condições concretas da vida. Sabada (2002) complementa esse sentido enfatizando que o valor de uso da rede está nos usuários e na apropriação que eles fazem dela e dos dispositivos tecnológicos formais.

Até aqui os vários autores revisados, através de diferentes focos, analisam a incorporação das TICs pelos movimentos sociais que lutam por mais espaços para informar e informar-se, apostando em diferentes formas que percorrem desde a digitalização da organização, passando pela utilização da Internet para fazer denúncia e protestos, até os esforços de adaptação a essas ferramentas. Nesse caminho, seguimos a nossa reflexão perguntando: até que ponto as tecnologias contemporâneas são determinantes para a ação coletiva?

2.5 AS TICs SÃO DETERMINANTES NOS MOVIMENTOS SOCIAIS? ALGUMAS REFLEXÕES CONTESTÁVEIS

Reconhecendo que a apropriação das TICs no movimento social é um espaço de disputa e tem diversas dimensões de interpretação, os autores espanhóis Aceros, Coronado, Mozka e Gamero (2005) abrem o foco da discussão ao questionarem sobre o que se transforma no

entendimento de “movimento social” quando aparecem as TICs, ou seja, eles procuram observar o que acontece na ação coletiva a partir da introdução das TICs e não apenas a partir da sua apropriação.

A reflexão feita pelos autores inicia-se com o conceito de virtual - que serviu como base para os estudos de movimentos sociais e comunicação. Segundo Levy, o virtual “é o que existe em potência e não em ato”, “não se opõe ao real mas ao atual” (1996, p.15) e “pode ser definido como o movimento inverso da atualização” (1996, p.17).

O virtual e o atual se complementam: o virtual é um problema e o atual sua solução. No caso dos movimentos sociais, “o virtual e o atual equivalem a dois pólos latentes e visíveis... enquanto um cria novos códigos e permite que os indivíduos experimentem, o segundo aparece quando os grupos entrelaçados decidem enfrentar certa lógica social” (ACEROS *et al.*, 2005, p.5).

O virtual é a comunicação em rede feita pelos movimentos sociais e a atualização acontece quando há a materialização das atividades propostas “virtualmente”, ou seja, conseguimos ver o virtual – a comunicação em rede - como potencialidade que se atualiza na concretização do ato.

Assim, a virtualização faz parte dos relacionamentos, e não é própria dos movimentos sociais, “mas emerge a partir das interações que se dão no pólo latente assim como nos vínculos com o contexto social ou com a ordem política” (idem). Os processos de virtualização contemporâneos, estão acompanhados dos desenvolvimentos das telecomunicações, entretanto a virtualização não é inerente a essas ferramentas (ACEROS *et al.*, 2005, p.5).

A característica do relacionamento entre os movimentos sociais com a virtualização em tempo real é o fenômeno da desterritorialização, que Aceros *et al* descrevem claramente no seu estudo de caso. Segundo Lévy, “Quando uma pessoa, uma coletividade, um ato, uma informação se virtualizam, eles se tornam “não-presentes”, se desterritorializam. Uma espécie de desengate os separa do espaço físico ou geográfico ordinários e da temporalidade do relógio e do calendário” (LÉVY, 1996, p.21). Assim, a “geografia contingente não é mais nem um ponto de partida, nem uma

coerção. Apesar de “não-presente,” essa comunidade está repleta de paixões e de projetos, de conflitos e de amizade. Ela vive sem lugar de referência estável: em toda parte onde se encontrem seus membros móveis... ou em parte alguma.” (LÉVY, 1996, p.20)

Quando se usa a Internet, as pessoas “desprendem-se da geografia para se situarem em um outro espaço: o ciberespaço. Aí, a sincronização dos atores substitui a unidade de lugar (LÉVY,1999). Eles já não se encontram em um site mas coincidem em tempo real. A interconexão, finalmente, substitui a unidade de tempo (LÉVY,1999). Diferentes temporalidades e velocidades emergem em virtude do tipo de conexões que se estabelecem dos meios empregados e dos atores.” (ACEROS et al., 2005, p.8)

Concordamos com os autores quando observamos esses fenômenos de virtualização e desterritorialização em redes de movimentos sociais como a CLOC ou a Via Campesina, ou seja, os integrantes usam as TICs e dão a elas um sentido novo e as significam, mas também a tecnologia transforma as estruturas organizacionais dos atores coletivos, favorecendo o surgimento de comunidades virtuais, a coordenação transatlântica de iniciativas e a coesão entre grupos locais que se encontram mais freqüentemente *on-line* que *off-line*.

Entretanto, destacamos o cuidado de considerar na justa medida o papel da tecnologia dentro dos movimentos sociais, evitando reducionismos. Nesse sentido, discordamos da conclusão de Aceros *et al.*, que utilizam o estudo de caso do Nodo50,²² para afirmar que a mutação dos movimentos sociais, mediada pela virtualização, acontece na passagem de uma ação política a uma ação comunicacional, levando-os a tencionar o entendimento do movimento social como um fluxo de informação, “existe algo que, efetivamente, se move nos “movimentos sociais”. Mas não são pessoas com cartazes, ou multidões enlouquecidas pelo pânico, tampouco são grupos organizados para a ação antagonista. O que se move são coletivos-mensagens. O que circula é a informação” (idem, p.10).

Essa conclusão pode até ser aplicada ao estudo de caso do autor, mas não pode ser generalizada para todos os movimentos sociais, se

considerarmos que, no interior da organização social, não se movem apenas informação e tecnologia, mas existem outras dimensões que se mobilizam como as relações políticas, ideológicas ou de poder.

Segundo Lima (2001), o determinismo tecnológico é atualmente a teoria mais popular sobre a relação entre tecnologia e sociedade e tenta explicar fenômenos sociais e históricos de acordo com um fator principal, que, no caso, é a tecnologia. Meio século depois de o estudioso canadense McLuhan afirmar, em 1964, que o “meio é a mensagem”, vivemos a comunicação mediada por computador e, nesse sentido, aceitamos parcialmente a idéia do autor quando afirma que a tecnologia influenciou as transformações sociais ocorridas. Entretanto, numa sociedade onde a interação com outros fatores está presente, é difícil justificar a tecnologia como fator determinante das transformações sociais (idem, p.9).

Assim, concluímos que Acero *et al.* seguem o mesmo marco de pensamento de Lévy tendo uma visão “determinista tecnológica” em relação ao ciberespaço: os primeiros, desde um enfoque da comunicação dentro dos movimentos sociais, e os segundos desde um prisma evolucionista da humanidade. Estes últimos propõem que em vez de pensarmos nos riscos de deixar no acostamento da auto-estrada uma parte desqualificada da humanidade, devemos observar as propriedades novas do ciberespaço e aproveitar esse momento raro em que se anuncia uma cultura nova para orientar deliberadamente a evolução em curso e criarmos um projeto de civilização centrado sobre os coletivos inteligentes (LÉVY, 1996, p.117-118).

Essa visão dos movimentos sociais os reduz a um fluxo de informação ao considerá-los como movimentos de “coletivos mensagens” (ACEROS *et al.*, 2005, p.10), e esta definição é frágil se considerarmos também que o acesso às tecnologias se concentra nos países desenvolvidos.

As conseqüências do desenvolvimento tecnológico não são tão favoráveis para aquela parte da humanidade que conhecemos como países subdesenvolvidos. Segundo Fleischman (2006), os níveis de acesso às tecnologias demonstram desigualdades informacionais e comunicacionais, que afetam as populações dos países periféricos: enquanto a Europa e a

América do Norte concentram 64% dos usuários da Internet no mundo, a América Latina representa apenas 6%, e África e Oriente Médio somente 2%. O Brasil, que é o país do continente com mais acesso à Internet, tem apenas 10% da população usuária.

Apesar das dificuldades, os movimentos sociais de resistência levam adiante a formação de redes de comunicação. De acordo com León *et al.* (2005, p.40), “a incorporação das tecnologias da informação nas organizações não é necessariamente um processo lineal e progressivo, registra avanços repentinos, mas também atravessa dificuldades, que inclusive podem conduzir a estancamentos momentâneos”.

Muitas vezes, mesmo com o mínimo de acesso às tecnologias – como observaremos nas entrevistas realizadas com as organizações sociais da Bolívia – as organizações não deixam de possuir uma posição de destaque na América Latina e de estarem à frente de ações políticas, “determinando” o processo político do seu país, ou seja, a falta de tecnologia não impede a ação política dos movimentos sociais e, por outro lado, a incorporação das tecnologias comunicacionais também não substitui as formas convencionais de comunicação, mas pode complementá-las e reforçá-las (LEÓN *et al.*, 2005, p.43-44).

Complementamos, ainda, que, nas redes de redes dos movimentos sociais da América Latina, muitas vezes quem tem pode estar fora da articulação e quem não tem acesso às TICs pode estar dentro, por diversos outros fatores, o que contraria a visão do reducionismo tecnológico, que descaracteriza os movimentos sociais vendo-os como “fluxos de informação” através da incorporação das TICs.

3 INTEGRAÇÃO ENTRE A CENTRALIDADE E O DISCURSO DOS ATORES NAS REDES SOCIAIS: OPÇÕES TEÓRICAS

3.1 REDES SOCIAIS: DEBATE GERAL

Muito antes das TICs surgirem e serem consideradas importantes na intermediação entre as relações interpessoais e sociais, já existiam conceitos básicos e técnicas de análise de redes sociais. Os trabalhos internacionalmente desenvolvidos sobre redes sociais podem ser observados em quatro fases distintas.

A primeira situa-se entre os anos de 1930 – 1970 e nela encontramos os trabalhos desenvolvidos com forte influência estruturalista e funcionalista, principalmente nos Estados Unidos, pelas disciplinas Antropologia, Sociologia e Psicologia Social. Os temas principais eram as análises sociométricas e a observação das estruturas de relações comunitárias entre tribos e aldeias.

A segunda fase situa-se entre os anos de 1970 – 1990, quando encontramos os trabalhos utilizando programas de computadores que contribuíram para o desenvolvimento da *social network analysis* (análise de redes sociais), uma especialidade das Ciências Sociais, que ficou, por muito tempo, restrita a pesquisadores que dominavam metodologias e técnicas quantitativas. A terceira, a partir da década de 1980 desenvolveu os trabalhos sobre análise de fluxos de informação através das interações entre pessoas e organizações influenciadas pelo aumento das comunicações mediadas por computador.

E, finalmente, a fase atual, em que o acesso às ferramentas computacionais se intensifica devido à maior acessibilidade. Entretanto, essas análises são ignoradas pelas correntes teóricas lideradas por Manuel Castells e Pierre Lévy, que só observam “a rede” como a macroestrutura globalizada de redes interpessoais, comunitárias e organizacionais conectadas à Internet.

Segundo Lopes (1997), temos três principais revisões de literatura sobre a teoria e a análise de redes. A primeira, de John A. Barnes, publicada em 1972, faz uma resenha crítica dos estudos de caso por ele catalogados. A segunda, de Everet Rogers e Laerence D. Kincaid, publicada em 1981, sistematiza os tipos de dados, as unidades de análises e técnicas de pesquisa de redes aplicáveis às relações de intercâmbio de informação. E a terceira, de John Scott, publicada em 1991, que faz uma abrangente revisão das contribuições teórico-conceituais que permitiram a constituição da análise de redes como uma especialidade metodológica das ciências sociais.

A essas três perspectivas históricas, podemos acrescentar uma quarta referência: o trabalho de Stanley Wasserman e Katherine Faust, publicado em 1994, que apresenta uma abrangente revisão das metodologias de análise de redes sociais e suas aplicações.

Com base nessas publicações é que faço uma breve descrição dos temas desenvolvidos nas três primeiras etapas dos estudos sobre análise de redes sociais, que ilustraram o debate acumulado historicamente sobre a abordagem de redes, permitindo a nossa localização, mais adiante, na reflexão atual das diversas propostas teóricas.

3.2 OS PIONEIROS NA ANÁLISE DE REDES SOCIAIS

Os primeiros trabalhos desenvolvidos na análise de redes sociais são das áreas de Sociologia, Psicologia social e Antropologia. A origem da idéia encontra-se nas pesquisas sobre o conceito de “estrutura social”, iniciadas na década de 1930 pelo antropólogo social inglês Radcliffe-Brown, de onde se originou a metáfora de “rede”, que permitiu compreender melhor as relações através das quais as ações sociais estão organizadas.

A partir dessa gênese, nos 40 anos seguintes, as análises de redes foram desenvolvidas em três linhas distintas: a análise sociométrica e a teoria dos grafos²³, os padrões de relações interpessoais e cliques (pesquisadores de Harvard); e, finalmente, a estrutura de relações comunitárias em tribos e sociedades aldeãs (antropólogos de Manchester).

Jacob Moreno (pesquisador alemão que imigrou para os EUA em 1925) foi o pensador do sociograma, ferramenta que marcou o início da sociometria – dimensionamento das relações interpessoais de grupos pequenos –, disciplina precursora da análise social de redes e da Psicologia Social. O sociograma é uma figura onde pessoas são representadas como pontos em um espaço bidimensional, e as relações entre os pares de pessoas são representadas por linhas conectando os pontos. Essa ferramenta permite explorar as conexões entre os diversos atores sociais e outros componentes, permitindo a visualização de sua amplitude e complexidade.

Essa forma de representação foi revelada ao público em abril de 1933 numa convenção de medicina e, devido à sua forma intrigante, acabou sendo publicada pelo *The New York Times* (em 3 de abril de 1933, página 17) e pelos outros jornais dos EUA. O trabalho de Moreno foi além de uma mera descrição e tornou-se importante para modelar fenômenos sociais e desenvolver dois principais suportes da análise de rede social: exibição visual da estrutura de grupos e um modelo de probabilidade de resultados estruturais (WASSERMAN e FAUST, 1994, p.12).

A transformação dos dados analisados em gráficos pelo sociograma proposto por Moreno viabilizou o que Simmel apontou como uma necessária “geometria das relações sociais”, mas limitava-se a uma rede com no máximo 80 a 100 indivíduos. A questão de Simmel era como as “associações de grupos”, que funcionam como elos em “círculos sociais”, afetam o comportamento do indivíduo (SCOTT, 1992, p. 9-10).

A exibição visual incluindo sociogramas e representações bidimensionais, ou maiores, continuaram largamente usadas pelos analistas de redes. Entretanto, Rogers e Kincaid alertam que “não há procedimento objetivo, padrão para traçar sociogramas”, ou seja, não existem garantias de que o resultado esteja correto, pois vários sociogramas podem ser traçados a partir de um mesmo conjunto de dados (apud LOPES, 1997, p. 89).

A identificação de que os sociogramas poderiam ser usados para estudar estruturas sociais conduziu a uma rápida introdução das técnicas analíticas. Os matemáticos pioneiros na aplicação da teoria dos grafos ao comportamento são Harary e Cartwright. Nesse mesmo momento, estudiosos da área descobrem que as matrizes poderiam ser usadas para representar os dados de uma rede social. Os primeiros a utilizarem matrizes no estudo de rede social foram Forsyth e Katz, Luce e Perry, Bock e Husain (WASSERMAN e FAUST, 1994).

Como segundo momento, vemos a perspectiva de redes na configuração das relações interpessoais que tiveram importância para os trabalhos de Harary e Cartwright. Para esses autores, o equilíbrio de uma rede social seria definido pela existência de dois subgrupos coesos e a análise desse equilíbrio se daria por meio das técnicas de decomposição da rede em subgrupos, conceituados como cliques, clusters ou blocos.

A base teórica das pesquisas empíricas de subgrupos vem da Universidade de Harvard e foi desenvolvida entre os anos de 30 e 40 (SCOTT, 1992, p.15-16), destacando-se dois importantes trabalhos: um de W. Lloyd Warner, cuja reflexão teórica enfatiza fatores como estabilidade, coesão e integração na estruturação de comunidades e tenta explorar a estrutura interna dos cliques; e o outro, de George Homan, que começou a sistematizar as pesquisas sobre pequenos grupos realizadas nos EUA, buscando compreender a interação social de pequena escala (SCOTT, 1992, p.19-25).

A esta corrente se somou uma terceira perspectiva, que avançou na discussão da disciplina passando a compreender as relações sociais desde a perspectiva de redes não somente como metáforas, mas também buscando manipular o termo analiticamente. Esta linha surgiu durante a

década de 50, quando vários antropólogos (principalmente antropólogos britânicos de Manchester), influenciados por Radcliffe-Brown, estudando grupos de trabalhadores rurais, perceberam que as tradicionais teorias para descrever as organizações sociais em termos de instituições (econômicas, religiosas, políticas, parentesco, etc.) não eram suficientes para se compreender o comportamento dos indivíduos nas sociedades complexas. Eles observaram que novos conceitos eram necessários para entender as interações sociais detectadas no andamento das suas etnografias.

Jonh Barnes, em 1954, foi quem utilizou, pela primeira vez, o termo “redes sociais”, dando um salto qualitativo na discussão ao efetuar a passagem da idéia metafórica de redes para a de uma técnica de análise (ver no seu estudo “*Class and Committees in a Norwegian Island Parish*”, de 1954). Para Barnes, a idéia básica das redes sociais corresponde à seguinte descrição: “configuração e vínculos interpessoais cruzados, causativamente conectados de um modo inespecífico com as ações dessas pessoas e com as instituições da sua sociedade”. Trata-se, portanto, não de uma definição, mas de um “postulado orientador”, que não serve de base para a constituição de uma teoria com proposições que possam ser testadas. “Só quando postulamos uma forma específica de conexões entre indivíduos, instituições, comportamentos e redes podemos gerar proposições testáveis”, ou seja, a teoria das redes só poderia nascer de análises concretas de tipos específicos de redes (LOPES, 1997, p.79).

Entretanto, foi Clyde Mitchell quem criou as bases da análise de redes ao retomar e reformular a teoria dos grafos da matemática, adaptando-a ao formato sociológico e fundindo, pela primeira vez, o conceito da sociometria, de caráter estritamente quantitativo, com os estudos das ciências sociais (SCOTT, 1992, p. 27-28; WASSERMAN e FAUST, 1994, p.12), cuja contribuição sistematizou as idéias geradas durante a década de 50, dando maior consistência analítica ao termo já utilizado por Barnes.

Esse processo motivou diferentes pesquisadores a se incorporarem no estudo de redes por meio de seus estudos empíricos. Podemos destacar a elaboração de diversos conceitos construídos na análise de rede social, como densidade de Bott em 1957; amplitude de Thurman, em 1980;

conectividade, agrupamento e multiplexibilidade de Kapferer, em 1969. Mencionamos ainda as contribuições da Psicologia Social nos anos 40 e 50, com estruturas experimentais para estudar os processos grupais, exemplificadas nos trabalhos de Leavitt em 1949 e 1951; Bavelas em 1948 e 1950; e Smith, em 1950. (WASSERMAN e FAUST,1994, p.13)

Os estudos empregados por esses pesquisadores designaram estruturas de comunicação que levaram a representações gráficas usando pontos para descrever atores e linhas que se caracterizam como canais de comunicação. As importantes conclusões desse programa de pesquisa indicaram que existiam tanto propriedades importantes das estruturas dos grupos quanto das posições individuais nessas estruturas (idem).

Todas essas modificações foram introduzidas, a partir dos anos 50 e 60, como um novo caminho para descrever as propriedades das estruturas sociais e dos ambientes sociais individuais. Assim, a análise de rede proporcionou uma mudança na perspectiva teórica abrindo caminhos que abordaram o fenômeno social de uma maneira que os termos correntes do passado não conseguiam definir.

O legado teórico até aqui descrito foi incorporado de diversas formas por pesquisadores na América Latina. Nos anos 70, uma das pioneiras na aplicação da análise de redes sociais nas ciências sociais foi Larissa Adler Lomntz. Na pesquisa desenvolvida em um bairro pobre do México, intitulada *“Como sobrevivem los marginados”* em 1975, a autora descreveu as redes de intercâmbio e utilizou o conceito de redes sociais tanto como categoria analítica como elemento metodológico. Nesse trabalho, ela definiu redes de intercâmbio como redes egocêntricas de troca recíproca de bens e serviços, dependendo da reciprocidade basicamente da proximidade física e da confiança (RIVOIR, 1999, p.5).

Entrando na década de 1980, entre as contribuições que merecem destaque estão a incorporação e o aumento da utilização de instrumentos tecnológicos na análise de redes sociais, realizadas principalmente por pesquisadores norte-americanos, que, com os avanços das tecnologias computacionais, se concentraram mais em desenvolver softwares que descrevessem as grandes redes sociais com grande número de nós²⁴. A

conseqüência desse avanço para os trabalhos contemporâneos, segundo Lopes (2006), é que:

“Atualmente existem diferentes métodos e dezenas de programas para análise de redes sociais, ainda fortemente marcados pela tradição estruturalista, que deixam em segundo plano a compreensão dos processos de “enredamento”, as características das interconexões e os fatores que influenciam as dinâmicas das redes (objetivos táticos e estratégicos, perfil dos participantes, competência técnica, recursos financeiros e tecnológicos envolvidos, “cultura organizacional” etc.)” (LOPES; 2006, p.8).

Dessa forma, elaboram-se as duas tendências paradigmáticas que vão intervir na análise do fenômeno de redes: A perspectiva **nomotética**, iniciada com a sociometria e com a teoria dos gráficos, que teve um significativo avanço com o surgimento das ferramentas computacionais e do campo interdisciplinar chamado *social network analysis*. O primeiro paradigma de análises de estrutura ou sistemas sociais incorpora as abordagens nomotéticas, procurando na estrutura social leis gerais, da mesma forma como é feito na física, na matemática e nas ciências naturais. Essa é a tendência que prevalece na abordagem da *social network analysis* (SNA). Segundo Garnica (1997) a análise nomotética acontece quando “a investigação dos individuais, feita pelo estudo e seleção das unidades de significado e posterior formação de categorias abertas, é ultrapassada pela esfera do geral ... é feita com base na análise das divergências e convergências expressas pelas unidades de significado, estando vinculada, ainda a interpretações que o pesquisador faz para obter cada uma dessas convergências ou divergências” (p.117)

O segundo paradigma é o de análise de processos históricos, que surge a partir da utilização da análise de redes sociais para pesquisar ações coletivas e movimentos sociais, utilizando a abordagem **idiográfica**, ou seja, estudos etnográficos e históricos (SCHERER-WARREN, 2005a, p.32). Essa perspectiva parte do princípio de que “a vida de cada indivíduo depende, em grande medida, da forma que se encontra ligado um grande espectro de conexões sociais dentro de uma estrutura sistêmica” (idem, p.33). Nesse sentido, surgem novas técnicas investigativas que possibilitaram o avanço em vários campos, desde o comportamento organizacional até a difusão de doenças.

“Na análise Ideográfica (assim chamada porque busca tornar visível a ideologia presente na descrição ingênua dos sujeitos, podendo para isso lançar mão de ideogramas ou símbolos expressando idéias), o pesquisador procura por unidades de significado, o que faz após várias leituras de cada uma das descrições. As leituras prévias fazem parte de uma primeira aproximação do pesquisador em relação ao fenômeno, numa atitude de familiarização com o que a descrição coloca. As unidades de significado, por sua vez, são recortes julgados significativos pelo pesquisador, dentre os vários pontos aos quais a descrição pode levá-lo. Para que as unidades significativas possam ser recortadas, o pesquisador lê os depoimentos à luz de sua interrogação, por meio da qual pretende ver o fenômeno, que é olhado de uma dentre as várias perspectivas possíveis. (...) O trabalho segue, então, ancorado nessas unidades de significado que são, depois de recolhidas, transcritas para a linguagem do pesquisador, num discurso mais próximo do área na qual a pesquisa se insere.” (GARNICA, 1997, p. 116-117.)

Em 1978, o cientista Barry Wellman, da Universidade de Toronto, criou a Associação Internacional de pesquisadores interessados na análise de redes sociais, a Associação Internacional para Análise de Redes Sociais - *International Network for Social Network Analysis* (INSNA), que publica dois periódicos, *Connections* e *Social Networks*, e realiza anualmente a *International Network Conference*, conhecida como *Sunbelt*, onde se difundem os avanços das teorias e respectivas técnicas de investigação, principalmente do paradigma sistêmico²⁵.

Essa rede de estudiosos sobre o tema tem produzido e difundido métodos computadorizados, teorias gerais de análise de redes sociais e novas técnicas investigativas, que, segundo Scherer-Warren (2005a, p.34) são:

- *small-word networks*: “modelo que parte da idéia de que cada um de nós está a somente seis elos de separação de qualquer um dos 6 bilhões de habitantes da Terra, fazendo parte do fenômeno chamado mundo pequeno”;
- *power-law or free link distribution*: “a distribuição dos elos de uma rede refletem a presença de alguns poucos indivíduos centrais que se conectam com muitos outros diariamente e possuem um papel fundamental da disseminação de informações”;
- *social capital* : “A teoria sobre capital social passou a ser empregada de forma crescente nos estudos sobre associativismo civil e movimentos sociais, como um instrumento que permite examinar os impactos dos atores coletivos na esfera pública”;

- *structure x agency*: “essa relação entre estrutura e agentes tem sido especialmente empregada por seguidores das análises sistêmicas das redes, em estudos sobre atores coletivos e movimentos sociais, os quais buscam explicar os impactos dos atores coletivos organizados da sociedade civil nas esferas institucionais, das mais locais às globais, e nas respectivas políticas públicas, e a relação entre ações coletivas que ocorrem em diversas escalas espaciais”.

Na perspectiva **idiográfica**, as análises de movimentos sociais como redes utilizam métodos tradicionais como a etnografia, os estudos de caso e a sociologia histórica. Os principais exemplos se encontram nos trabalhos de Alberoni em 1991, Castells em 2000, Melucci em 1999 e Villasante em 2002, que procuram entender a dinâmica das redes e seus significados (SCHERER-WARREN, 2005a, p.33). Essa perspectiva basicamente utiliza a dimensão sócio-histórica, discursiva e polifônica, junto com elaborações de conteúdos que permitem redefinir permanentemente as noções de redes, construídas através dos significados que surgem a partir dos atores em diferentes dimensões, sejam elas culturais, de identidades coletivas, organizações sociais ou da esfera política.

No Brasil, a socióloga Ilse Scherer-Warren utiliza esse arcabouço para explicar o fenômeno das redes na interação social. Esta perspectiva será abordada com maior precisão no item 5 desse capítulo como parte de nosso referencial teórico.

Algumas dessas reflexões e debates das teorias de redes sociais feitas pelos pesquisadores europeus e norte americanos foram incorporadas nos círculos acadêmicos do Brasil, principalmente após a metade da década de 90, influenciadas pela expansão da Internet nas diversas áreas de conhecimento das ciências sociais, cujos principais temas abordados são descritos no seguinte tópico.

3.3 REDES SOCIAIS: “O ESTADO DA ARTE” NO BRASIL (1996-2006)

No Brasil, o primeiro livro sobre o assunto foi *Redes de Movimentos Sociais*, publicado em 1993, de Scherer-Warren, tendo como um dos méritos mencionar as redes como “uma perspectiva para os anos 90”. Nos anos

seguintes, Scherer-Warren continuou seus estudos sobre as ações coletivas na perspectiva de redes, culminando com o desenvolvimento do conceito de **rede de movimentos sociais**, termo que será utilizado no estudo da ação coletiva da CLOC enquanto rede, (capítulo 3.8).

A produção sobre redes sociais só começou a despertar interesse nos pesquisadores do Brasil a partir da segunda metade da década de 90, particularmente depois do ano 2000, sobretudo pela influência do uso da Internet. Em continuidade, descreveremos a multidisciplinaridade, as principais características e os eixos da produção brasileira sobre redes sociais.

3.3.1 Multidisciplinaridade e abordagens das pesquisas

A proporção de pesquisadores brasileiros que exploram o tema de redes sociais por área de conhecimento nos faz ver a diferença entre as abordagens genéricas de **redes**, que possuem maior concentração na área técnica, e de **redes sociais**, que possuem maior concentração na área das Ciências Humanas e das Ciências Sociais Aplicadas, como pode ser visualizado na tabela de Lopes (2006, p.8)²⁶:

Tabela 3 – Pesquisadores de todos os níveis de formação recuperados na Plataforma Lattes pela palavra “redes” e pela expressão “redes sociais” em cada área de atuação.

| Área de atuação | “redes”(%) | “redes sociais” (%) |
|-----------------------------|-------------------|----------------------------|
| Ciências Humanas | 15.7 | 47.9 |
| Ciências Sociais Aplicadas | 14.2 | 28.6 |
| Ciências Exatas e da Terra | 27.5 | 4.9 |
| Engenharias | 29.3 | 0.8 |
| Outras | 13.2 | 17.8 |
| em números absolutos | | |
| Ciências da Saúde | 277 | 122 |
| Ciências Biológicas | 248 | 6 |
| Ciências Agrárias | 232 | 6 |
| Letras e Artes | 171 | 27 |

Fonte: Lopes, 2006, p.8

Contudo, uma característica marcante entre os pesquisadores sobre redes sociais no Brasil é a fácil transição entre diversas áreas do conhecimento, vista através das diferentes áreas perpassadas durante a graduação e o doutorado e as abordagens de suas pesquisas. Muitos deles enquadram-se na categoria “multidisciplinar” das áreas de conhecimento (idem, p.21). Essa multidisciplinaridade indica que os estudos sobre redes despertam interesses de diferentes áreas e transitam por vários temas como: as relações interpessoais nas práticas cotidianas; o papel das redes sociais identitárias nos processos de educação e saúde; o potencial de intervenção das redes e movimentos sociais em políticas públicas; as articulações sociogeográficas (do local ao global); o impacto das tecnologias da informação e comunicação nas relações humanas e na produção, organização e uso do conhecimento; as novas questões geradas pela virtualidade e pela “cultura digital”.

Essa multidisciplinaridade também pode ser vista na vasta produção científica desenvolvida nos últimos 10 anos pela pesquisa brasileira. Essa bibliografia (livros, capítulos de livros, teses e dissertações, monografias, trabalhos técnicos e comunicações desenvolvidas sobre redes sociais no Brasil) foi sistematizada pela pesquisadora Lopes através de uma pesquisa utilizando a base dos currículos armazenados na Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq)²⁷.

A pesquisa delimitou-se a seis disciplinas das Ciências Humanas (Antropologia, Ciência Política, Sociologia, Psicologia, Educação e Geografia) e a quatro da área denominada pelo CNPq de Ciências Sociais Aplicadas: Comunicação, Ciência da Informação, Economia, e Administração.

A partir desses dados, podemos observar os principais temas estudados e as diferentes abordagens que mais se desenvolvem nas pesquisas sobre “redes sociais” no Brasil. Segundo Lopes (2006, p. 22-23), as áreas de conhecimento e os principais assuntos são:

a) Ciências humanas – Multidisciplinar: 1) As relações interpessoais cotidianas baseadas em subjetividades e processos de construção de identidade; nas relações familiares, comunitárias e associativas por afinidades; e aquelas que visam dar apoio a pessoas que vivem em condições precárias ou em situação de risco. 2) As articulações socioespaciais e geopolíticas; destaque entre as áreas de geografia, planejamento urbano e regional e desenvolvimento rural. 3) Redes sociotécnicas de ambientalistas; entre as áreas de educação ambiental e ecoturismo. 4) Relações sociais organizadas para intervir na realidade com ênfase em ações coletivas não-institucionalizadas, as “redes de movimentos sociais” e as redes de organização do terceiro setor; na área de ciências sociais. 5) Relações com o Estado em “redes de atores”, “redes de poder”, “redes de clientela”, que buscam intermediar interesses sobre as políticas públicas e os mecanismos de governança; área de Ciência Política 6) “Redes Sociotécnicas”, mais trabalhadas na área de Ciências Humanas do que na Ciência da Informação.

b) Ciências Sociais Aplicadas – Administração e Economia. 1) As relações intra e interorganizacionais nas quais se destacam as interações informais nesse contexto; as “redes de cooperação” empresariais; as redes do terceiro setor; e a formação de *clusters* de empresas. 2) Relações de informação e comunicação influenciadas pelo peso da análise de sistemas na formação dos administradores e pela visão crítica de uma corrente da Economia Política, que tem chamado atenção para a “economia de redes”. 3) Articulações interpessoais com fins coletivos referidas como

“rede de pessoas”, “rede de atores” e movimento sociais que se diferenciam das ciências humanas por estarem associadas a valores e papéis de confiança, reciprocidade, liderança e protagonismo. 4) Processos de desenvolvimento local e regional apoiados em redes. 5) Redes sociais voltadas para a democracia eletrônica, a governança do setor público e a responsabilidade social. 6) Pouco significativos os trabalhos sobre “governança em rede” e “gestão de redes”.

c) Ciências Sociais Aplicadas – Comunicação e Ciência da Informação. 1) Internet, ciberespaço e a cibercultura; “redes sociais” indissociáveis das “redes digitais” ou “redes virtuais”, novas relações interpessoais como o Orkut, os weblogs e os fotologs. Atuais padrões de interações, sociabilidades, colaborações, vínculos e compromissos estabelecidos no ciberespaço, e os desafios de uma “cibercidadania”. 2) Papel da informação da comunicação e das TICs nas redes de movimentos sociais contemporâneos. 3) “Redes de conhecimento”, “redes cognitivas” e “comunidades práticas”, onde se discutem os processos de gestão do conhecimento. 4) Isoladamente, aparecem estudos sobre a geografia das redes, geografia do ciberespaço, “redes glocais”, “territórios virtuais”, “nação virtual” e redes de imigrantes na Internet.

Em todas as áreas do conhecimento, há pouca atenção às relações socioculturais e socioeducativas que interessam às organizações da sociedade civil. E quando aparecem, esses trabalhos pressupõem a mediação das TICs, destoando do cenário de exclusão social da sociedade brasileira, como pesquisas sobre educação a distância, “cibereducação” e “leitura e escrita na Internet” (LOPES, 2006, p.24).

Outra característica a ser ressaltada nos estudos brasileiros é a corriqueira utilização da obra do espanhol Manuel Castells como marco teórico na maioria das pesquisas. Nesse sentido, também expressamos nosso posicionamento crítico ao clássico texto da “sociedade em rede” e da proposta do autor.

3.4 OS LIMITES DA REDE EM CASTELLS

A utilização do primeiro volume “*A sociedade em rede*,” da trilogia “*A era da informação: Economia, Sociedade e Cultura*”, de Manuel Castells, publicada no Brasil em 1999, tem se dado quase sempre como a obra principal (quando não única) de referência bibliográfica sobre redes. Segundo Alain Touraine, esse trabalho é considerado um avanço no instrumental teórico para compreender as transformações da sociedade atual. Baseando-se em pesquisas feitas nos Estados Unidos, na Ásia, na América Latina e na Europa, Castells descreve a revolução da tecnologia da informação destacando o seu papel central para a constituição de uma economia denominada informacional no nível global, que se caracteriza pelo fluxo e troca quase instantânea de informação, capital e comunicação cultural. As empresas em rede são as protagonistas nessa reestruturação do capitalismo e na transição do industrialismo para o informacionalismo.

Após a exploração das estruturas sociais emergentes referentes a diferentes domínios das atividades e experiências humanas, o autor conclui que, “como tendência histórica, funções e processos dominantes na era da informação estão organizados, cada vez mais, em torno de redes” (2006, p.564). Nessa visão da sociedade como rede, temos alguns pontos a questionar na utilização da teoria de Castells para a análise das ações coletivas na perspectiva de redes.

Prado (2000) inicia questionando o conceito de rede definido por Castells, onde a rede é representada como qualquer conjunto de nós:

“um conjunto de nós interconectados. Nó é o ponto no qual uma curva se entrecorta. Concretamente, o que um nó é depende do tipo de redes concretas de que falamos são mercados de bolsas de valores e suas centrais de serviços auxiliares avançados nas redes dos fluxos de financeiros globais. São conselhos nacionais de ministros e comissários europeus da rede política que governa a União Européia. São campos de coca e papoula, laboratórios clandestinos, pistas de aterrissagem secretas, gangues de rua e instituições financeiras para lavagem de dinheiro na rede de tráfico de drogas que invade as economias, sociedades e Estados no mundo inteiro. São sistemas de televisão, estúdios de entretenimento, meios de computação gráfica, equipes para cobertura jornalística e equipamentos móveis gerando, transmitindo e recebendo sinais na rede global da nova mídia no âmago da expressão cultural e da opinião pública, na era da informação”(CASTELLS, 2006, p.566).

Nessa definição, Castells não faz diferença entre os “nós” de uma rede de pessoas e os de estúdios de entretenimento, colocando como equivalentes os “nós” humanos e não-humanos. Assim, segundo Prado

(2000, p.5), ficam “no mesmo saco inúmeros tipos de redes”, deixando de lado as diferentes formas culturais e sociais, e o caráter heterogêneo, que definem formas e sistemas distintos de entrelaçamento dos nós.

Do mesmo modo, Castells destoa da prática quando afirma que “concretamente, o que um nó é depende do tipo de redes concretas de que falamos” (2006, p.566). No dia-a-dia, concretamente, o que é a estrutura e a dinâmica de uma rede vai depender dos tipos e perfis dos nós que a configuram, dos objetivos da ação coletiva propostos e da qualidade, intensidade e frequência das inter-relações (LOPES, 2006, p.17).

A rede, segundo Castells, também tem uma tendência para uma ilimitada expansão, e em sua obra não há uma discussão sobre os cortes que acontecem nas redes. “São estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo valores ou códigos de comunicação)” (CASTELLS, 2006, p.566). Nessa definição, há lacunas para as redes “rápidas”, “conjunturais” “portáteis” e até “auto-destrutivas” que os movimentos sociais criam e das quais se apropriam constantemente, ou seja, as redes sociais são muito mais complexas quando não obrigatoriamente “se expandem”, mas sim encolhem, além de ganharem e perderem nós ao longo de sua existência sem perderem a identidade (ESCOBAR, 2000, p.4; LOPES, 2006, p.17).

A “sociedade em rede” de Castells pode ser vista como uma rede particular de atores onde os nós mais atuantes são: o capital financeiro, os controladores das tecnologias e os capitalistas. Essa teoria é válida para entender as Redes de Atores Dominantes²⁸, mas não a sociedade como o todo.

Aliás, Castells nem cita a possibilidade de redes de resistência, subalternas ou de oposição que poderiam modificar essa lógica. Ele observa que os movimentos sociais utilizam as redes, entretanto não define a lógica que permeia esse uso (ESCOBAR, 2000, p.4).

Prado (2000, p.6) destaca ainda que a rede para Castells é naturalizada na medida em que “não fala de um confronto, ocultando o conflito básico entre as redes neoliberais de produção do discurso neoliberal naturalizador das redes, e as redes de resistência, como as empreendidas em Seattle, contra a OMC”. Na resistência ao neoliberalismo, os movimentos sociais estão utilizando a mesma forma de organização do “inimigo”: estão em rede, fazendo articulações nacionais e internacionais mediadas ou não pelas TICs. Entretanto, o detalhe não é estar em rede, mas sim estar em rede para combater o neoliberalismo. Com essa observação é que podemos restituir o espaço da política nas redes na contemporaneidade, não reduzindo as análises apenas às relações entre indivíduos, grupos e comunidades que se estabelecem na “teia mundial de computadores”.

Para os fins de nosso estudo, é pertinente utilizar o marco teórico de Prado (2000) sobre o conceito crítico da **naturalização da rede** como parte substancial do capitalismo, com o objetivo de esclarecer o debate sobre a configuração política da globalização na esfera da sociedade civil. Isso depende, como diz o autor, de “desnaturalizar” a idéia de sociedade em rede sem conflitos, deixando de “ser resultado de processos “naturais” constitutivos do capitalismo, e passar a se encarada como uma construção cultural, discursiva, histórica, cujo processo de constituição pode ser questionado, indicando-se novas direções para pensar a globalização” (BECK apud PRADO, 2000, p.9).

Não é nossa intenção desconhecer a importância do trabalho de Castells, dado que é uma leitura necessária para entender as formações sociais contemporâneas, resgatando o fato de que, para ele, a nova morfologia social é baseada em redes que organizam tudo o que é importante como a produção, experiência, poder e cultura.

Entretanto, alertamos que ele não considera a rede como um novo princípio social, mas sim como a base para uma nova teoria social,

focalizando o notável crescimento da rede que só foi possível pelo desenvolvimento das TICs (ESCOBAR, 2000, p.4).

Ainda que o aumento das redes sociais e dos estudos destas, nos últimos anos, tenha sido influenciados pela disseminação das TICs, e principalmente da Internet (como foi visto na nossa revisão da produção biográfica brasileira), a abordagem da nossa pesquisa levará em conta os “elos invisíveis” da rede analisada, através dos quais circulam informações e conhecimento, permitindo a expansão da rede para além dos meios digitalizados. Acreditamos que essa abordagem é fundamental em contextos de alto grau de infoexclusão, como já observado nos países da América Latina e do Caribe.

3.5 MOVIMENTOS SOCIAIS E REDES

Para melhor compreender a perspectiva adotada nessa pesquisa sobre movimentos sociais do campo, em que nos situamos na linha proposta por Ilse Scherer-Warren, acreditamos ser conveniente iniciarmos com uma breve descrição da trajetória dos estudos dos movimentos sociais do século passado. O argumento central é que as escolas teóricas européias e norte americanas se desenvolveram paralelamente e de modo bastante isolado, para depois começarem a somar seus esforços. A partir dessa maior integração, iniciou-se também o olhar sobre as redes de movimentos sociais, que, segundo Alvarez *et al.* (2000, p.37), ajudam os movimentos a “difundir seus discursos e demandas dentro e contra as instituições e culturas dominantes”. Essa forma de olhar a ação coletiva é um marco atual no sentido de analisar os movimentos sociais como redes, fazendo uma intersecção das teorias e metodologias de análise de redes sociais com a teoria de movimentos sociais, o que será descrito mais adiante.

3.5.1 Teorias sobre os movimentos sociais

A **Teoria Clássica** que dominou o campo de estudos sobre os movimentos sociais até a década de 1960 seguia o enfoque sociopsicológico da escola de Chicago. De acordo com os seguidores dessa tradição, as tensões sociais causam mudanças psicológicas e induzem o ser humano ao comportamento anormal. A característica comum de todas as abordagens

dessa escola é a necessidade de resolver os distúrbios psicológicos mais do que atingir algum objetivo político. Assim, uma das falhas mais lamentáveis dessa teoria clássica é que ela nega a existência de uma ligação direta entre problemas sociais e ação política. Alguns dos principais teóricos dessa corrente foram Blumer, Kornhhauser, Heberle e Smelser (TONI, 2001; GOHN, 2002).

A partir da década de 1960, com as transformações ocorridas na sociedade norte-americana, surge uma nova corrente interpretativa chamada **Teoria da Mobilização de Recursos** (TMR), que, segundo McAdam (1996), analisa a relação entre o descontentamento constante no tempo e o aumento de recursos que permitem os grupos se mobilizarem. Nessa época, a escola racional ganhava força nas ciências sociais norte-americanas e, assim, os teóricos dessa corrente incorporaram a racionalidade estratégica em seus modelos. Uma das críticas à TMR é que a participação em movimentos sociais e outras formas de ação coletiva pode ser uma recompensa por si só, independentemente de incentivos coletivos ou sanções sociais. Alguns dos teóricos representantes dessa corrente foram Olson, Zald e McCarth (TONI, 2001; GOHN, 2002).

Nas décadas de 1960 e 1970, também houve um grande aumento do número dos movimentos sociais na Europa. Mas diferentemente dos Estados Unidos, as maiores influências na construção das teorias européias foram o marxismo e o estruturalismo. Entretanto, podemos observar um importante desvio da visão marxista nessa leitura: o “reconhecimento que aqueles movimentos não surgiam a partir de divisões e conflitos de classe. O ambientalismo, o feminismo, os direitos civis, os direitos dos homossexuais e outros interesses foram, pela primeira vez na história, o centro da mobilização social. Devido a esta mudança na natureza das reivindicações, alguns autores chamaram esses movimentos de **Novos Movimentos Sociais** (TONI, 2001, p.89). Uma das contribuições dessa abordagem é mostrar a importância da identidade, fator negligenciado em outros enfoques. No entanto, uma de suas fraquezas é ter menosprezado a luta contra ou dentro do Estado, fundamental na maioria dos movimentos sociais, novos ou velhos (GOHN, 2002).

Nos anos 70, a partir das críticas ao utilitarismo preconizado pela teoria da Mobilização de Recursos, surgiu a **Teoria da Mobilização Política**, que destacou o desenvolvimento do processo político, reativando o campo da cultura e a interpretação das ações coletivas como um processo, através da observação das redes de relações sociais. “A ênfase na mobilização de recursos, como grande eixo articulador da teoria, continuou, mas a nova etapa não considerou apenas os recursos econômicos, e a lógica instrumental-racionalista deixou de ser o eixo condutor das análises” (GOHN, 2002, p.71). Os trabalhos de Charles Tilly e Sidney Tarrow foram fundamentais para o desenvolvimento dessa abordagem.

Na América Latina, os estudos sobre os movimentos sociais foram influenciados principalmente pela corrente dos Novos Movimentos Sociais. A maioria das pesquisas rejeitou a ênfase sobre os recursos e as estratégias que caracterizam o enfoque da mobilização de recursos. Porém, “ao reconhecer que as transições para a democracia e uma crise geral de representação contribuíram para o surgimento de movimentos sociais na região, estudiosos latino-americanos aceitaram alguns *insights* do enfoque da mobilização de recursos, particularmente a idéia das oportunidades políticas” (TONI, 2001, p.92). Durante a década de 1980 e início de 1990, havia uma barreira em aceitar as contribuições de outros enfoques, resistência que foi diminuindo ao longo do tempo; depois, uma nova geração de trabalhos veio surgindo, usando as várias contribuições teóricas de forma complementar e não competitiva.

Ainda na América Latina, muitos dos acadêmicos de esquerda e ativistas políticos que se desiludiram após a queda do comunismo real, abandonaram o tom romântico nas pesquisas sobre os movimentos populares e adotaram um “tom mais sóbrio”. Esse fato contribuiu para que a produção científica da década de 1990 não ficasse somente exaltando o surgimento de movimentos de base, mas também ampliasse o esforço para entender como “os movimentos sociais se engajam nas arenas formais da política institucionalizada e tentam influenciar políticas públicas” (ROBERTS, 1997, p.139 apud TONI, 2001, p.92).

Nesse sentido, destacamos também o estudo de Alvarez et al. (2000), que observam a política e a cultura, afirmando uma necessidade de ir além da textualidade e das formas de representação para entender o que os movimentos sociais realmente significam:

“A cultura é política porque os significados são agentes constitutivos dos processos que, implícita ou explicitamente, buscam redefinir o poder social. Isto é, quando apresentam concepções alternativas de mulher, natureza, raça, economia, democracia ou cidadania que desestabilizem os significados culturais dominantes, os movimentos põem em ação uma política cultural” (idem, p.25).

Alvarez *et al.* também reconhecem a importância das redes ou teias de movimentos sociais afirmando que elas são “uma maneira frutífera de explorar como as intervenções políticas dos movimentos sociais se estendem para dentro e para além da sociedade política e do Estado” (idem, p. 35); abrangendo “mais do que suas organizações e seus membros ativos; elas incluem participantes ocasionais nos eventos e ações dos movimentos simpatizantes e colaboradores de ONGs, partidos políticos, universidades, outras instituições culturais e convencionalmente políticas, a Igreja e até o Estado (ao menos parcialmente)” (idem, p. 37).

Na década de 1990, a realização de inúmeras conferências mundiais inseridas no processo de globalização neoliberal possibilitou a maior integração de diversos movimentos sociais em nível mundial, fato que apresentou novos desafios analíticos para as ciências sociais. Nesse contexto, a abordagem de redes:

“passou a tomar corpo no interior das análises sobre os movimentos sociais, devido não apenas às características articulatórias crescentes nesse campo movimentalista, como às novas formas de institucionalidade e às novas sociabilidades decorrentes da lógica de cooperação solidária que passou a ser estimulada no interior das organizações desenvolveu-se assim, um campo privilegiado para a abordagem de redes, em sua dimensão estratégica e solidarística” (SCHERER-WARREN, 2004, p.15).

Segundo Diani (2003), a partir de uma perspectiva de análise estrutural, desde a década de 1970 alguns estudiosos de movimentos sociais e ação coletiva já destacavam a importância de observar os laços sociais entre os participantes. Recentemente, esse interesse no relacionamento entre movimento social e rede social tem aumentado, tanto no sentido de observar os laços entre os atores como também devido à

profundidade nos resultados pesquisados. “A perspectiva de redes pode iluminar diferentes dinâmicas, que são essenciais para o entendimento empírico dos movimentos” e contribuir na promoção da integração das várias perspectivas nesse campo de estudo (idem, p.6).

Na virada do milênio, prosseguiu-se o aprofundamento no processo de encontro e diálogo transnacional na diversidade dos movimentos sociais, cujo maior exemplo foi a realização do Fórum Social Mundial. Nesse processo, destacamos não somente a pluralidade das temáticas, dos interesses políticos e de interpretações da sociedade, mas também da crescente compreensão do pluralismo das idéias como um princípio fundamental (SCHERER-WARREN, 2004).

Inserimos também nesse contexto a informação de que a organização ou mobilização na forma de redes foi assumida como um **conceito propositivo** nos **movimentos sociais**, ou seja, “a rede como forma organizacional e estratégia de ação que permitiria aos movimentos sociais desenvolverem relações mais horizontalizadas, menos centralizadas e, por tanto, mais democráticas” (SCHERER-WARREN, 2005a, 42), colocando assim como um dos desafios para a análise dos movimentos não somente as formas deles se articularem numa sociedade de redes, mas também a clara distinção entre o conceito propositivo e o significado analítico de rede social.

Nesse sentido, constatamos a partir da sociologia que a “abordagem de redes vem se delineando como uma nova ferramenta teórica e/ou metodológica para o entendimento dos atores coletivos contemporâneos (...), não sendo tratada a partir de um paradigma único, mas por meio do emprego de referenciais teóricos variados”, “fortalecendo a idéia que os paradigmas muito generalizantes já não respondem à inquietação dos cientistas sociais, e a análise dos movimentos sociais se refaz à luz dos acontecimentos históricos e de sua capacidade de reflexão crítica” (idem, p. 21).

Finalizamos, destacando que a organização em forma de redes por parte dos movimentos sociais contemporâneos se esmera não somente por seu valor estratégico para as coordenações na sociedade informacional,

mas também pela democratização no interior dos movimentos e nas relações interorganizacionais. Assim, a premissa da capacidade de operar sem hierarquia e da democratização do poder que caracteriza o conceito propositivo da rede deve ser objeto de estudo na medida em que, se existem elos fortes ou centrais que possuem maior poder de influência, também existem os elos mais frágeis ou periféricos. Conseqüentemente, as redes sociais desenvolvem relações de conflito e poder juntamente com as práticas de solidariedade, de reciprocidade e de compartilhamento, cabendo a nós desvendar as tensões desses fenômenos “sem perder a dimensão de que o que interessa, política e eticamente (em última instância), é a transformação dos excluídos em sujeitos sociais de seus destinos” (idem, p. 29).

3.6 LOCALIZAÇÃO TEÓRICA NAS REDES SOCIAIS: CATEGORIA SOCIOLOGICA OU INSTRUMENTO METODOLÓGICO?

Nas duas últimas décadas, principalmente devido ao impacto cultural, político e econômico da Internet, cresceram consideravelmente os estudos e pesquisas no campo das redes, conceito esse que está sendo utilizado de forma repetida em todos os âmbitos desde o acadêmico, passando pelo empresarial até o midiático. Nesses diferentes empregos, surgem várias expressões cujos significados nem sempre são bem explicitados: redes urbanas, redes nacionais, redes cotidianas, redes sociocognitivas, redes de pesquisa, redes comunitárias, etc., procedimento que, na maioria das vezes, leva à banalização do conceito de redes, transformando-o em uma categoria vazia de conteúdo. Outro desvio é não explicitar, pensando ser desnecessário ou já conhecido, todo o debate acumulado sobre a teoria analítica de redes e incorporando, mesmo assim, vários elementos desse longo debate nas análises (LOPES, 2002; RIVOIR, 1999).

Sendo assim, acreditando que o enfoque de redes é útil para a sociologia e, no nosso caso, para os estudos das ações coletivas contemporâneas, destacamos que é fundamental para o desenvolvimento

das ciências especificar os conceitos que utilizam e clarear os debates entre as diferentes perspectivas.

Em nossa revisão bibliográfica, identificamos dois principais paradigmas na análise de redes: o da análise de estrutura ou sistemas sociais em que as abordagens são **nomotéticas**, e o da análise de processos históricos que utilizam as abordagens **idiográficas**. Entretanto, muitas vezes se desvirtua a discussão sobre as redes sociais, colocando como se fosse unicamente uma discussão entre quantitativos e qualitativos. Caracteristicamente, existem diferenças epistemológicas fortes que, muitas vezes, torna difícil a conexão entre as diferentes correntes. Porém, eventos como o *Primer Encuentro sobre Redes Sociales en América Latina*, realizado no Peru em 1996, e o seminário *Social Network Analysis Consolidación de um Paradigma Interdisciplinar*, realizado em Madri em 1998, constituem-se em espaços de diálogo e intercâmbio entre as diferentes abordagens através da participação de pesquisadores de diversas áreas.

Pensar a análise de redes sociais somente como metodologia matemática ou estatística nos faz perder a potencialidade do conceito dentro da análise sociológica. Não escondemos que a análise estrutural possui um corpo metodológico consolidado, acumulado ao longo da construção da disciplina, e que os trabalhos fora dessa corrente geralmente não têm uma coesão ou um corpo teórico sistematizado.

Dessa forma, observando a produção acadêmica sobre redes sociais, podemos concluir que “não se pode falar de uma única teoria de redes sociais, pelo contrário, trata-se de uma ampla quantidade de trabalhos com grande dispersão, variedade e heterogeneidade” (RIVOIR, 1999, p.12). John A. Barnes, considerado o responsável pela passagem metafórica de redes para a de uma técnica de análise, já tinha afirmado em 1972: “Não existe tal coisa que chamam de teoria de redes sociais (...) Só quando postulamos uma forma específica de conexões entre indivíduos, instituições, comportamentos e redes podemos gerar proposições testáveis” (BARNES apud LOPES, 2002, p.2), ou seja, através da análise concreta de diversos

tipos de redes é que nascem as teorias das redes, como está sendo comprovado pela literatura recente.

Sintetizamos que, apesar de não se poder falar de uma única teoria de redes e nem reduzir tudo em uma única metodologia, existem várias pesquisas sobre redes que não se encaixam no enfoque de redes na sociologia; esses basicamente são os temas de trabalho informal, clientelismo e política local. Em muitos estudos sociológicos, encontramos “o termo redes sociais sem que ele signifique nada distinto de relação social, vínculos etc., sendo também comum o uso metafórico e normativo do mesmo. É importante realizar um esforço para tratar de superar esses usos e tender à construção de uma categoria de análise” (RIVOIR; 1999, p.14).

Assim, deve-se ter dois cuidados quando se falar em pesquisas sobre redes sociais: evitar o uso indiscriminado do termo no âmbito acadêmico, contribuindo dessa forma para a perda de sentido conceitual; e sair da utilização metafórica embasando-se no rigor metodológico, abandonando a falsa oposição entre métodos quantitativos e qualitativos, sem, entretanto, juntar no mesmo espaço correntes com bases epistemológicas diferentes (idem).

Pelos motivos expostos anteriormente, consideramos adequado para o nosso estudo manipular a pesquisa sobre uma rede social dentro de uma perspectiva não apenas unidimensional, seja desde um ou outro recorte paradigmático. Portanto, nossa proposta teórica se localiza no diálogo entre a categoria de **centralidade** da perspectiva nomotética do autor Diani (2002-2003) e o conceito de **redes de movimentos sociais** de Scherer- Warren (2005-2006) na linha ideográfica por meio da categoria de **redes de redes**, sendo a CLOC identificada nesta última. Assim, privilegiamos a noção sociocultural, histórica, de identidade e polissêmica que a rede adquire de uma forma flexível e auto-elaborada, mediada pelo termo da **desnaturalização da rede** do autor Prado (2000), com o qual se pretende questionar o caráter estático e determinista das tecnologias na rede.

3.7 COMPLEMENTANDO A IDÉIA DE CENTRALIDADE NAS REDES

A identificação dos “atores mais importantes” de uma rede social foi uma das primeiras idéias propostas pela perspectiva estruturalista na análise de redes sociais. A origem dessa idéia está no conceito sociométrico de ‘estrela’, ou seja, “a pessoa que é mais ‘popular’ em seu grupo e que fica no centro das atenções” (SCOTT, 1992, p.85). O primeiro estudo sobre centralidade nas redes foi feito por Bavelas em 1950. Em seguida, um grande número de conceitos sobre centralidade foi difundido, criando muitas vezes algumas confusões na área. Sendo assim, utilizamos o conceito de **ponto central** como “o que está no centro de um número de conexões, um ponto com um bom número de contatos diretos com outros pontos” (idem, p. 86) entendido também como **ator central**, ou seja, “aquele que está envolvido em vários laços” (WASSERMAN e FAUST, 1994, p.173).

O caminho popular de medir a posição de um ator (indivíduos ou organizações) em uma rede é observando a sua centralidade, ou seja, notando a extensão das suas relações a partir da sua posição nuclear nas trocas de relações em que ele se encontra. Nessa situação, a forma mais simples de **medir a centralidade** é olhando os números de laços enviados e recebidos pelos outros atores da rede (DIANI, 2002, p.186; DIANI, 2003, p.107; SCOTT, 1992, cap. 5; WASSERMAN e FAUST, 1994, cap 5). Para o nosso estudo, este conceito é pertinente no sentido em que facilita certa mobilidade analítica sobre a localização relativa dos movimentos sociais da rede CLOC, considerada mais como um marco metodológico do que exclusivamente teórico. É um instrumental que previamente nos permite delimitar o desenho atual da rede da CLOC, e possibilita, posteriormente, seu eventual re-desenho através do encontro com a corrente ideográfica no viés sócio-cultural.

Outro conceito importante que deve ser observado é o de **proeminência**. Um ator é considerado proeminente “se os seus laços o fazem particularmente visível na rede” (WASSERMAN e FAUST, 1994, p.172). Entretanto, destacamos um questionamento que deve ser feito dentro da observação da centralidade das organizações nas redes de redes de movimentos sociais: “medir a centralidade realmente captura a importância ou a proeminência dos atores?” Sendo assim, a proeminência

deve ser medida olhando não somente os laços diretos e adjacentes, mas também as relações que envolvem intermediários e os elos invisíveis da rede e até os aspectos contraditórios.

Este instrumento analítico-conceitual, por si mesmo não é uma ferramenta explicativa, mas integrada a outras dimensões, pode esclarecer os diferentes acontecimentos no trajeto das redes, no sentido que a centralidade não determina vários aspectos observados.

Isso significa que a característica de uma rede não é definida apenas pela centralidade que seus diversos nós alcançam, mas também que está condicionada aos tipos e perfis dos nós que a configuram, dos objetivos da ação coletiva proposta e da qualidade, intensidade e freqüência das inter-relações (LOPES, 2006). Ao relativizarmos o termo de centralidade, ampliamos o conceito de rede, nos permitindo explicar, por exemplo, que o grau de mobilidade que adquire a secretaria operativa e rotativa da CLOC não necessariamente é determinado pela maior visibilidade ou centralidade no interior da CLOC.

Portanto, a estrutura teórica da centralidade, como já foi dito, apresenta um série de fragilidades para explicar as redes de movimentos sociais, e acreditamos que essas dificuldades podem ser corrigidas no diálogo com a vertente idiográfica, na perspectiva da Scherer-Warren (2003), que será utilizada como o arcabouço conceitual estratégico na nossa opção teórica, pelo caráter dialógico e repleto de significados que possui esta perspectiva de rede.

3.8 REDE DE MOVIMENTOS SOCIAIS: UMA CATEGORIA NA CONTEMPORANEIDADE

Para analisar as redes sociais na sociedade contemporânea, um diferenciador é a definição da unidade de análise. Como vimos no tópico anterior, a noção de **rede** é polissêmica e varia seu significado nas diferentes disciplinas ou abordagens teórico-metodológicas. Para ser usada como conceito operacional na pesquisa, devemos explicitar em que sentido ela está sendo empregada. Assim, para melhor compreender a noção de rede, esclarecemos três pontos de como a rede é vista na perspectiva do nosso trabalho. Primeiro, “as redes são **estruturantes** da sociedade

contemporânea globalizada”, sendo “figuras-chave na morfologia social, permeando os níveis culturais e institucionais da maioria das sociedades atuais e como tais também são estruturantes dos movimentos sociais contemporâneos”. Segundo: “as redes referem-se a um tipo de **relações/articulações** sociais que sempre existiram, mas na sociedade globalizada e da informação assumem características específicas e relevantes que merecem uma atenção especial das ciências sociais”. Terceiro: “a análise de redes é uma **metodologia adequada** para investigar e pensar a complexidade da sociedade contemporânea” (SCHERER-WARREN, 2003, p.31).

No nosso trabalho, observamos teoricamente a rede como formadora de ações coletivas, sendo um elemento relevante a **intencionalidade política**. Estamos interessados na constituição de ações coletivas a partir da interação em rede. Nesse sentido, para nos ajudar a compreender as entrelaçadas dinâmicas das articulações em rede dos movimentos sociais rurais na América Latina, utilizamos como marco conceitual algumas categorias e dimensões propostas por Scherer-Warren.

O primeiro conceito utilizado para caracterizar a sociedade civil atual é o de **Rede de movimentos sociais** que “são redes sociais complexas, que transcendem organizações empiricamente delimitadas, e que conectam, simbólica e solidaristicamente, sujeitos individuais e atores coletivos, cujas identidades vão se construindo num processo dialógico: de identificações sociais, éticas, culturais e/ou político-ideológicas, isto é, formam a identidade do movimento; de intercâmbios, negociações, definição de campos de conflito e de resistência aos adversários e aos mecanismos de discriminação, dominação ou exclusão sistêmica, isto é, definem seus adversários; com vistas à transposição dos limites desta situação sistêmica na direção da realização de propostas ou projetos alternativos, ou seja, estabelecem seus objetivos, ou constroem um projeto para o movimento”. (SCHERER-WARREN, 2005a, p.36).

Esse conceito é o resultado do processo articulatório entre diversos atores e “pressupõe a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem os atores ou as situações

sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas. A idéia de rede de movimento social é, portanto, um conceito de referência que busca apreender o porvir ou o rumo das ações de movimento, transcendendo as experiências empíricas, concretas, datadas, localizadas dos sujeitos/atores coletivos” (SCHERER-WARREN, 2006b, p.113).

Nesse formato proposto pela autora, em que se inserem as organizações e articulações da sociedade civil, a definição de sociedade civil é representada na figura seguinte através dos “vários níveis de como os interesses e os valores da cidadania se organizam em cada sociedade para encaminhamento de suas ações em prol de políticas sociais e públicas, protestos sociais, manifestações simbólicas e pressões políticas” (idem, p.110).

Esses diferentes níveis que compõem o cenário atual da sociedade civil são: o primeiro nível - o *associativismo local*, representado pelos **movimentos sociais de base** e comunitários, os sujeitos sociais e algumas ONGs envolvidas com a causas sociais e culturais do cotidiano; o segundo nível - as *formas de articulação interorganizacionais* representadas pelas **redes de redes**, os fóruns da sociedade civil e as associações nacionais de ONGs.; o terceiro nível – as *mobilizações na esfera pública* que são **frutos da articulação** de atores dos movimentos sociais localizados, da ONGs, dos fóruns e das **redes de redes** e que buscam transcendê-los por meio das manifestações na praça pública, incluindo a participação de simpatizantes. O último nível é o da *captação de recursos* materiais para a sustentação organizacional representado pelos apoios financeiros das **agências financiadoras** (idem, p.110 -113).

Nessa proposta, localizamos nosso marco teórico de referência ao instante de considerar a CLOC como uma **forma de articulação interorganizacional** inserida no nível da **rede de redes**, onde as organizações do campo latino-americano buscam se relacionar entre si para o fortalecimento de suas atividades; elas representam, assim, as organizações e movimentos do nível de **associativismo local** entendido como os **movimentos sociais de base**. Essas articulações se tornam possíveis também pelas tecnologias contemporâneas disponíveis na

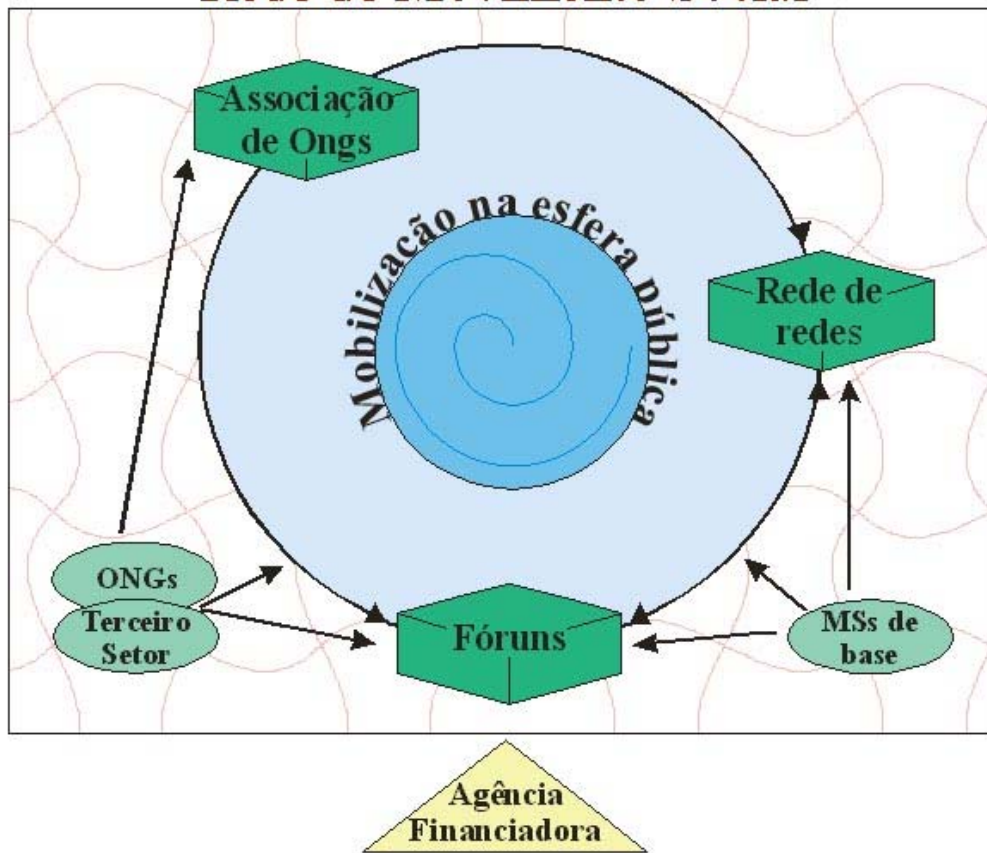
sociedade informacional, como a Internet e o e-mail, que são práticas cotidianas nas redes do novo milênio. “Os encontros presenciais podem ser mais circunstanciais e espaçados, quando a comunicação cotidiana está garantida pelos meios virtuais” (idem, p.111).

Outro conceito teórico utilizado no nosso estudo é o de **Coletivo em rede**, que “refere-se a conexões em uma primeira instância comunicacional, instrumentalizada através de redes técnicas, de vários atores ou organizações, que visam difundir informações, buscar apoios solidários, ou mesmo estabelecer estratégias de ação em conjunto” (SCHERER-WARREN, 2005a, p.35).

Os **coletivos em rede** podem ser formas **solidarísticas** ou **estratégicas** de instrumentalização das **redes de movimentos**, seja em sua forma virtual - redes de organizações rurais diversas no ciberespaço, sendo propulsoras do movimento do campo – ou em sua forma presencial - como os congressos, cursos de formação e campanhas, que são apenas uma parte do movimento maior no qual estão inseridas as organizações do campo. A princípio, os coletivos em rede não definem por si mesmo um movimento social, mas são partes que constituem os movimentos sociais na sociedade da informação (SCHERER-WARREN, 2006a, p.2). Entretanto, para compreender as relações entre **coletivos em redes**, **rede de movimento social** e **rede de redes**, temos que observar as dimensões dialógicas desses espaços coletivos de ação, dimensões que descreveremos no próximo tópico.

Figura 6 – Rede de Movimento Social

Rede de Movimento Social



Fonte: Scherer-Warren 2006b, p.114.

3.9 DIMENSÕES DAS REDES SOCIAIS NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Para melhor analisar as relações no cenário das redes sociais na sociedade informacional, é necessário definir algumas categorias de análise que permitam um diálogo entre os diversos aspectos das articulações em rede. Neste sentido, segundo Scherer-Warren (2005a), três dimensões de análise das redes devem ser consideradas:

a) **temporalidade** (comunicação em rede em tempo real, mas que permite a conexão de tempos sociais distintos);

b) **espacialidade** (criação de territorialidades de novo tipo, virtuais e presenciais, e a conexão entre ambas);

c) **sociabilidade** (novas formas de relações sociais quanto à intensidade, a abrangências, a intencionalidade e, em especial, a seu significado e alcance num novo tipo de esfera pública expresso nas seguintes categorias analíticas: reciprocidade, solidariedade, estratégica, cognição).

Associada a essas dimensões, é conveniente também acompanhar a **historicidade** dos movimentos emancipatórios através das trajetórias históricas de constituição, transformação e criação das redes para melhor entender as configurações contemporâneas desses movimentos.

Com o encontro das diversas dimensões propostas para análise das redes sociais, podemos compreender melhor a definição de **movimentos sociais**, na era da globalização, “como redes sociais complexas que conectam, simbólica, solidarística e estrategicamente, sujeitos e atores coletivos, cujas identidades vão se construindo num processo dialógico de identificações sociais, éticas, culturais e político-ideológicas, de intercâmbios, negociações, definição de campos de conflitos e de resistência aos adversários e aos mecanismos de discriminação e exclusão sistêmica” (SCHERER-WARREN, 1998, p.22). O caráter estratégico das redes complexas e elaboradas num permanente jogo discursivo proposto por Scherer-Warren permite entender as diferentes direções que adquire a rede de redes da CLOC como organização que relativiza permanentemente o conceito de centralidade.

Esta afirmação surge a partir das nossas observações de campo quando verificamos que os cargos representativos da CLOC não dependem do grau de centralidade, nem da maior capacidade de apropriação das tecnologias contemporâneas ou visibilidade política que alguma organização possa ter no interior ou fora da CLOC. Especificamente podemos citar a situação da *Confederación Nacional de Mujeres del Campo* (CONAMUCA) da República Dominicana (regional caribenha), que é a atual secretaria operativa da CLOC. A observação adquire sentido, com o marco teórico proposto, quando vemos que organizações históricas e que têm uma posição de relevância no interior da CLOC não assumem cargos de representação dentro da organização, o que indica a relativização do caráter centro – periferia no interior da rede. Esse fato corrobora a idéia de Scherer-Warren sobre a complexidade que adquirem as redes atualmente e que, para compreendê-las, é necessário abordá-las desde a relação discursiva dos atores, com um enfoque desapegado de matrizes teóricas fixas, tema que será continuado na proposta metodológica e nas análises interpretativas dos dados no próximo capítulo.

4 ANÁLISE DE DADOS

4.1 METODOLOGIA

Metodologia é o “caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”, abrangendo as técnicas e instrumentos utilizados para entender a realidade. Assim a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto das técnicas utilizadas para a construção da realidade e o “sopro divino do potencial criativo do investigador” (MINAYO, 1994, p. 1).

A pesquisa observa o mundo em que vivemos e os próprios seres humanos, sendo através da sistematização e formalização do processo de investigação que desenvolvemos o método científico (GIL, 1999, p. 42). Entendemos a pesquisa como:

“... a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação, ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática” (MINAYO, 1997, p.17).

Nesta pesquisa, utilizamos a linha descritiva abordando aspectos da descrição, de registro, análise e interpretação dos fenômenos, objetivando conhecer o seu funcionamento (MARCONI e LAKATOS; 2006, p.20), tendo como finalidade a descrição das características da centralidade e das dimensões estratégicas/políticas no interior da rede de redes CLOC. Para ilustração do nosso procedimento metodológico, seguimos o exemplo da técnica etnográfica que considera a produção, a análise e a interpretação de

dados como um processo conjunto, contínuo e permanente (VELASCO e DÍAZ DE RADA, 1997, p. 41).

4.1.1 Delimitação do campo de estudo

O universo é o “conjunto definido de elementos que possuem determinadas características” (GIL, 1999, p. 99), e amostra é a unidade de análise constituída por pessoas, grupos ou organizações que serão medidas conforme o problema a investigar e os objetivos da pesquisa. É a estrutura que permite delimitar uma população que será estudada e sobre a qual se pretende aplicar resultados. Geralmente, a amostra faz parte de um subgrupo da população considerada como o “subconjunto do universo (...) por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo” (GIL, 1999, p. 99).

Do **universo** de **70 organizações-membro** da CLOC – identificadas primeiramente no *site* da CLOC e com dados dos informantes – entrevistamos uma **amostra** de **24 organizações-membro** (Tabela 4), além da Comissão Pastoral da Terra (CPT), uma organização brasileira que, a princípio, constava no *site* como membro, mas depois descobrimos que se trata de uma organização que assessora o movimento rural do qual a CLOC faz parte.

A amostra de organizações-membro da CLOC foi composta segundo critério de abarcar o maior número de regionais e países que fazem parte da rede, a saber que: 3 organizações integram a regional norte americana, todas do México; 4 que fazem parte da regional centro-americana, sendo 3 da Guatemala e 1 de Honduras; 8 que fazem parte da regional andina, sendo 1 da Venezuela, 2 do Equador, 2 do Peru e 3 da Bolívia; e, por último, 9 que fazem parte da regional do cone sul, sendo 3 do Brasil, 2 do Chile, 1 do Paraguai e 3 da Argentina.

Os(as) entrevistados(as) eram lideranças, representantes do setor de comunicação ou do setor de relações internacionais de acordo com a disponibilidade de cada organização como listado abaixo.

Tabela 4 – Organizações-membro da CLOC entrevistadas

| Região (4) País (11) | Organização (24) | Tarefa do entrevistado/a na organização |
|---------------------------------|---|--|
| América do Norte | | |
| MEX | 1) Central Campesina Cardenista (CCC) | Direção |
| | 2) Unión Nacional de Organizaciones Regionais Campesinas Autónomas (UNORCA) | Comunicação |
| | 3) Union Nacional Trabajadores Agrícolas (UNTA) | Direção |
| América Central | | |
| GUA | 4) Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas (CNOOC) | Direção |
| | 5) Movimiento Indígena, Campesino, Sindical y Popular (MICSP) | Direção |
| | 6) Coordinadora Nacional de Viudas de Guatemala (CONAVIGUA) | Direção |
| HON | 7) Confederación Nacional de Trabajadores Campesinos (CNTC) | Direção |
| Andes | | |
| VEN | 8) Coordinadora Agraria Nacional Ezequiel Zamora (CANEZ) | Direção |
| ECU | 9) Confederación Única Nacional de Afiliados al Segurp Campesino (CONFEUNASSC) | Direção |
| | 10) Coordinadora Nacional Campesina (CNC) | Comunicação |
| PER | 11) Confederación Campesina del Perú (CCP) | Comunicação |
| | 12) Confederación Nacional Agraria (CNA) | Direção |
| BOL | 13) Confederación Sindical de Colonizadores de Bolivia (CSCB/FTC) | Direção |
| | 14) Confederación Sindical Unica de Trabajadores Campesinos de Bolivia (CSUTCB) | Direção |
| | 15) Federación Nacional de Mujeres Campesinas de Bolivia "Bartolina Sisa" (FNMCB-BS) | Relações Intern. |
| Cone-sul | | |
| BRA | 16) Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) | Direção |
| | 17) Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) | Direção |
| | 18) Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) | Direção |
| CHI | 19) Asociación Nacional de Mujeres Indigenas (ANAMURI) | Direção |
| | 20) Confederación Nacional Sindical Campesina e Indígena de Chile (NEHUEN) | Direção |
| PAR | 21) Coordinadora Nacional de Organizaciones de Mujeres Rurales e Indígenas de Paraguay (CONAMURI) | Relações Intern. |
| ARG | 22) Movimiento Campesino de Santiago del Estero (MOCASE) | Comunicação |
| | 23) Movimiento Campesino de Cordoba (MCC) | Comunicação |
| | 24) Unión Sin Tierra (UST) | Comunicação |

[Elaborado por M. Zampier, 2007]

4.1.2 Métodos e técnicas de pesquisa: coletas de dados

Qualquer pesquisa, principalmente a descritiva, deve ser bem planejada com o objetivo de apresentar dados úteis e confiáveis. Neste planejamento, envolvemos a tarefa de coleta de dados correspondendo a uma fase intermediária da pesquisa descritiva (CERVO, 2006, p.44).

4.1.3 Pesquisa documental

A primeira coleta de dados do nosso trabalho foi através de uma **pesquisa documental**. A **categoria de análise** determinada foi a **origem** desses documentos, sendo todos eles provenientes do *site* em espanhol da CLOC, que, além dos documentos, também possui declarações dos Congressos, notas das atividades desenvolvidas, atualização constante com notícias e denúncias cotidianas e outros tipos de informes.

A **unidade de análise** estabelecida para os documentos foi as **assinaturas**, ou seja, identificar qual, ou quais, organização-membro da CLOC assinou cada um dos documentos analisados.

O **universo** da nossa pesquisa documental constitui-se do arquivo de documentos em espanhol do *site* da CLOC (disponível em: http://movimientos.org/cloc/view_docs.php?lang=Espanol) onde encontramos, até o dia 31 de outubro de 2006, um **total de 768 documentos** postados desde 1º de janeiro de 1998.

A **amostra** selecionada do material de análise da pesquisa documental é composta de **481 documentos** do *site*, sendo **60 documentos** referentes ao ano de **2003**, **72 documentos** referentes ao ano de **2004**, **143** referentes ao ano **2005** e **206** referentes ao ano **2006** até o mês de outubro. A nossa pesquisa documental abrangeu **62% dos documentos** (até outubro de 2006) do *site* da CLOC (Tabela 5).

Para quantificar as informações, sistematizamos o número de assinaturas dos documentos, ou seja, quantificamos o total de documentos enviados por cada organização através das assinaturas destes. Alguns documentos possuíam mais de uma assinatura quando eram enviados de forma coletiva.

Tabela 5 – Número e porcentagem de documentos analisados por ano na pesquisa documental

| ano | nº de documentos | % |
|------------------------------|------------------|------------|
| 2003 | 60 | 8% |
| 2004 | 72 | 9% |
| 2005 | 143 | 19% |
| 2006 (até outubro) | 206 | 27% |
| total doc. analisados | 481 | 63% |

[Elaborado por M. Zampier, 2007]

Particularmente, o objetivo dessa pesquisa documental foi verificar a participação dos membros no *site* da Coordenadora, o que foi sistematizado em **gráficos**, que nos permitem visualizar a frequência com que as diferentes organizações-membro se manifestam, participam e se tornam visíveis dentro da rede da Internet.

O gráfico foi escolhido para apresentar os resultados da nossa pesquisa documental por representar os dados coletados com elementos geográficos, permitindo uma descrição imediata do fenômeno, além de representar, de uma forma atrativa e expressiva a visão do conjunto com apenas uma olhada, possibilitando ver o abstrato com facilidade (MARCONI e LAKATOS, 2006, p. 204).

Dessa sistematização, obtivemos três tipos de gráficos: os **gráficos anuais das organizações**, que apresentam os resultados em cada um dos 4 anos, analisados com a porcentagem de participação de cada organização em relação ao total de documentos postados no *site* naquele ano; os **gráficos por país**, que apresentam a porcentagem de participação entre as organizações de cada país em relação ao total de documentos enviados pelas organizações-membro daquele país; e, os **gráficos anuais por regionais**, que apresentam a porcentagem de participação entre as 5 regionais da CLOC em relação ao total de documentos enviados naquele ano.

4.1.4 Entrevistas

A entrevista é um instrumento metodológico que parte da interação do pesquisador com os interlocutores. Uma vez avaliada corretamente, permite recolher dados repletos de antecedentes, diferentemente dos questionários que se caracterizam pela interação não aprofundada entre o pesquisador e o entrevistado. A entrevista permite um intercâmbio, expressando as impressões de um acontecimento, suas interpretações ou experiências, e, por meio das perguntas abertas ou semi-abertas, o pesquisador facilita esta ação (QUIVY e CAMPENLOUH, 2000, p.184).

Assim, a segunda parte da coleta de dados foi realizada através das **entrevistas semi-estruturadas**, ou seja, a partir dos dados observados na análise dos documentos postados no *site*, entre os anos de 2003 até outubro de 2006, formulamos previamente blocos de questões norteadoras para as entrevistas, mas as pessoas entrevistadas tiveram um discurso livre orientado pela **matriz de entrevistas**.

A orientação de Quivy e Campenlough (2000) proporcionou um guia de entrevista mais profunda do que o questionário, permitindo a coleta de informações qualitativas e comparáveis, que, junto com os dados observados previamente nos gráficos, facilitaram a elaboração de um desenho seletivo e flexível das entrevistas para cada organização, o que significou adaptar a matriz de perguntas para cada um dos entrevistados de maneira particular, considerando os antecedentes subjetivos, históricos e conjunturais dos movimentos sociais. No entanto, as perguntas incluíram eixos temáticos comuns como incorporação da organização à rede de redes da CLOC, formas de organização e trabalho na rede de redes regional da CLOC, vínculos mais destacadas dentro da rede de redes CLOC, diversas formas de participação dentro da CLOC, formas de eleição da secretaria operativa da CLOC, e apropriação das TICs. A matriz de entrevistas utilizada na nossa pesquisa é apresentada a seguir.

MATRIZ DE ENTREVISTA

Nombre completo del entrevistado:

¿Que cargo o actividad usted realiza en la organización?

¿Cuanto tiempo hace que usted actua en su organización?

¿Cuando surge su organización?

PARTICIPACIÓN

1)¿Desde cuando su organización pertenece a la CLOC?

2)¿Ustedes participan de otras redes o articulaciones nacionales o internacionales?

3)¿Cuales son las expectativas en relación a la CLOC y a la Via? ¿Existe una prioridad por parte de su organización?

4) ¿Ustedes se sientem representados por la CLOC ?

5)¿Ustedes ganan visibilidad en América Latina participando de la CLOC?

6)¿Que ventajas creen que tienen participando de la CLOC?

7) ¿Cual organización es responsable pela CLOC _____ ?

SITEO

1) ¿Observando la participación de su organización en el sitio de la CLOC percibimos que ella es una de las que tiene mas presencia en los comunicados. Cuales son los factores que podem explicar

2) ¿Quien es el responsable pela manutención del *site* o de la CLOC?

3) ¿Ustedes tienen *site* ? Cual es la dirección?

4) ¿Através de que medios se realiza la interacción de su organización com la CLOC?

5)¿Como las informaciones de la CLOC son pasadas para sus afiliados?

POSICIONES

1)¿Cual comisión de la CLOC ustedes hacen parte? Cual es el papel de su organización dentro de la

2)¿Cuales son sus intereses para participar en la CLOC?

a)Denunciar b)Divulgar el trabajo de su organización c)Informar-informarse de los acontecimientos en AL d)Articularse con otras organizaciones e) otros. ¿Cuales?

PROBLEMAS EN LA PARTICIPACIÓN

1) ¿Cuales son los problemas que usted encuentra para participar dentro de la CLOC? Y a nivel comunicacional, cuales son las dificultades para para participar dela CLOC?

2) ¿Como son superadas las dificultades que afectan a las organizaciones en su incorporación a la

3) ¿Ustedes creen que novas organizaciones deven tener limites en la participación inicial al momento de se incorporar a la CLOC?

4) ¿Como es el processo de incorporación de novas organizaciones a la CLOC?

5) (novas)¿Ustedes se sientem apoyados y estimulados por las organizaciones mas antiguas en la participación de su organización em la CLOC?

6)¿Como se expresa eso em el ambito comunicacional , flujo de informaciones?

7)¿Porque cree que unas organizaciones participan más que las otras en la CLOC?

ELECCIONES – CONFLICTOS (CCP – Peru e FENOCIN – Ecuador)

1)¿ Como es el processo de elección de la secretaria operativa de la CLOC?

2) ¿Usted conoce el trabajo de CONAMUCA?

3) Cuales fueran los otros condidatos en la elección de la secretaria operativa de la CLOC?

4) ¿Cual es la relación de su organizacion com la CONAMUCA?

5)¿ El uso y manejo de Internet y generar informaciones en la *web* es un critério para elejir la secretaria operativa de la CLOC?

RELACIONAMIENTOS

1) ¿Cuales son las organizaciones que mas se destacam en la CLOC segundo su ponto de vista?

2) ¿Cuales son las organizaciones miembros de la CLOC que ustedes tienen relaciones mas

ESTRUTURA DE LA ORGANIZACIÓN

1) ¿Cuantas comptadoras existen en la oficina nacional de su organización?

2) ¿Su organización tiene acceso a la Internet?

3) ¿Como ustedes apreenden a usar el computador?

4) ¿Ustedes usan el MSN? O Skype? fax?

As entrevistas foram feitas em duas etapas. A primeira etapa foi através do trabalho de campo internacional realizado no Chile, no início do ano de 2005, onde entrevistamos as lideranças da *Asociación Nacional de Mujeres Indígenas* (ANAMURI - Chile) e da *Confederación Campesina e Indígena* (NEHUEN - Chile). No Brasil, a entrevista foi realizada com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB – Brasil) no mês de junho, no Rio de Janeiro. A segunda etapa constituiu-se de entrevistas realizadas com as demais organizações latino-americanas via telefone, utilizando sistema *Skype*²⁹, sendo gravadas pelo *MP3*, e complementadas pelo correio eletrônico, entre dezembro de 2006 e janeiro de 2007.

4.1.5 Sociometria

Como visto no capítulo 3, a sociometria foi criada por Moreno, em 1933, a fim de dimensionar as relações interpessoais de grupos pequenos. Essa técnica quantitativa “procura explicar as relações pessoais entre indivíduos de um grupo”, revelando a “estrutura interna dos grupos, indicando as posições de cada indivíduo em relação aos demais. Permite analisar os grupos identificando seus líderes, os subgrupos e os desajustados” (MARCONI e LAKATOS, 2006, p. 126).

No sentido de melhor observar as organizações-membro da CLOC e as inter-relações entre elas, a partir dos dados coletados nas entrevistas, construímos uma **sociomatriz**, ou seja, um quadro que mostra quais organizações foram citadas pelos entrevistados como aquelas de suas relações mais próximas.

A partir dessa sociomatriz, construímos um **sociograma**, entendido nesta pesquisa como uma figura onde as organizações são representadas como pontos e as relações entre os pares de organizações são representadas por linhas conectando os pontos, definição baseada em Scott (1992, p. 9-11) e Marconi e Lakatos (2006, p. 128). A utilização deste instrumento permitirá, posteriormente, aprofundar o nível de interpretação da realidade social estudada.

4.1.6 Procedimentos da investigação

O estudo teve uma duração de 11 meses, realizados em 4 etapas:

Etapa 1: trabalho de campo realizado internacionalmente na cidade de Santiago do Chile e nacionalmente na cidade do Rio de Janeiro; revisão bibliográfica inicial e apresentação do projeto.

Etapa 2: início da redação da dissertação, pesquisa documental através dos documentos do *site* e análise, sistematização e processamento dos dados coletados.

Etapa 3: levantamento de informações complementares em literatura especializada e entrevistas, realizadas por telefone (Skype) e correio eletrônico, com organizações de 11 países da América Latina.

Etapa 4: análise dos dados das entrevistas e redação final da pesquisa.

4.2 ANÁLISE DE DADOS

O ponto de partida para realizar a análise dos dados foi utilizar a proposta teórica de Scherer-Warren para a compreensão de três conceitos relacionados com o nosso objeto de estudo: **rede de movimentos sociais**, **coletivo em rede** e **rede de redes**.

Por uma perspectiva idiográfica, percebemos a noção de rede como polissêmica, e, para alcançar os objetivos da nossa pesquisa, a entendemos como uma estrutura da sociedade contemporânea onde as relações e articulações assumem um caráter específico, influenciada também pela apropriação das TICs, sem deixar de destacar a intencionalidade política no interior das redes. Para melhor compreender essa definição, também analisamos três dimensões das redes sociais propostas pela autora: temporal, espacial e social.

Como segunda etapa da análise, mapeamos as posições das organizações-membro, através da perspectiva sociométrica, utilizando o sociograma e a sociomatriz. Na terceira etapa, construímos gráficos com informações da participação no *site*, nos anos de 2003, 2004, 2005 e 2006, das organizações-membro da CLOC. Entretanto, a sociometria e os gráficos utilizados mostraram uma visão incompleta da complexidade da rede em relação às particularidades dos países e suas organizações. Não encontramos, também, um padrão de participação no *site*, fato que nos levou a analisar a particularidade de cada país, cruzando os dados com as

entrevistas e a linha idiográfica na dimensão social pelas categorias de reciprocidade, solidariedade e estratégia, realizando assim nossa quarta e última etapa.

4.3 IDENTIFICANDO A REDE DE MOVIMENTOS SOCIAIS DA CLOC

Como resultado da primeira parte da nossa coleta de dados, a pesquisa documental, conseguimos caracterizar os atores da **rede de movimentos sociais** de que a CLOC faz parte. A partir da unidade de análise estabelecida na metodologia, as assinaturas dos documentos, verificamos que há participação na CLOC de outras organizações além daquelas que são membros.

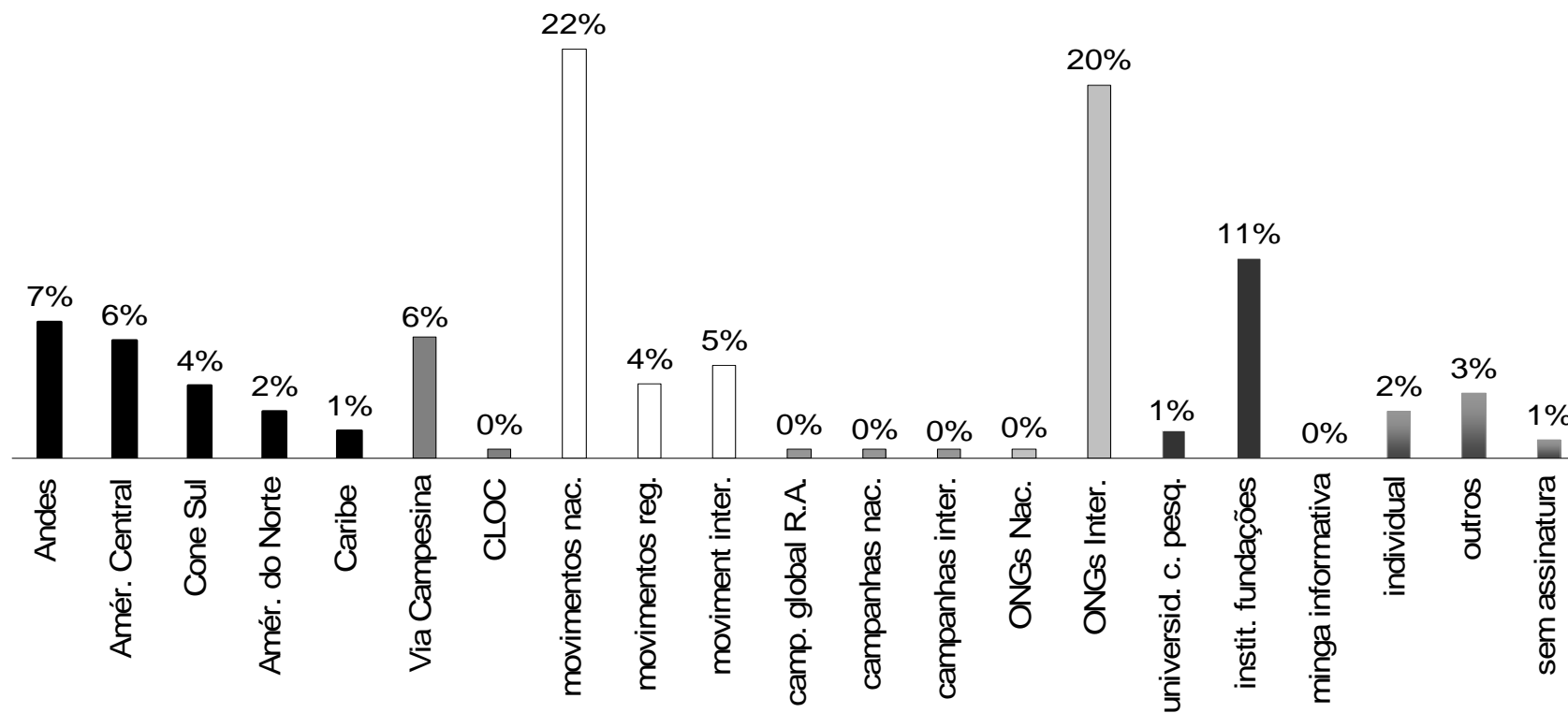
Nesse sentido, para melhor observar esse fenômeno, criamos categorias para a classificação das diferentes organizações, instituições e pessoas que estão presentes na rede de movimentos sociais da CLOC. Os diferentes atores foram inseridos em 11 categorias: 1) movimento nacionais; 2) movimento regionais; 3) movimentos internacionais; 4) organizações não-governamentais (ONGs) nacionais; 5) organizações não-governamentais internacionais; 6) universidade e centros de pesquisas; 7) instituições e fundações; 8) campanhas nacionais; 9) campanhas internacionais; 10) participação individual; e 11) outros.

No gráfico 1, observamos a porcentagem de participação no *site* da CLOC no ano de 2003, onde, além de 20% da participação referente às organizações-membro, expressos pelo conjunto da participação de cada regional da CLOC, encontramos também 6% de participação da Via Campesina, 31% de outros movimentos que não são membros da CLOC, 20% de ONGs internacionais, 12 % de universidades, centros de pesquisa e fundações, e 1% de participação individual.

Com maior ou menor intensidade, essas categorias continuaram participando do *site* da CLOC, nos anos de 2004, 2005 e 2006, como pode ser observado nos gráficos 2, 3 e no gráfico 4.

Gráfico 1 – Participação no site da CLOC, ano 2003

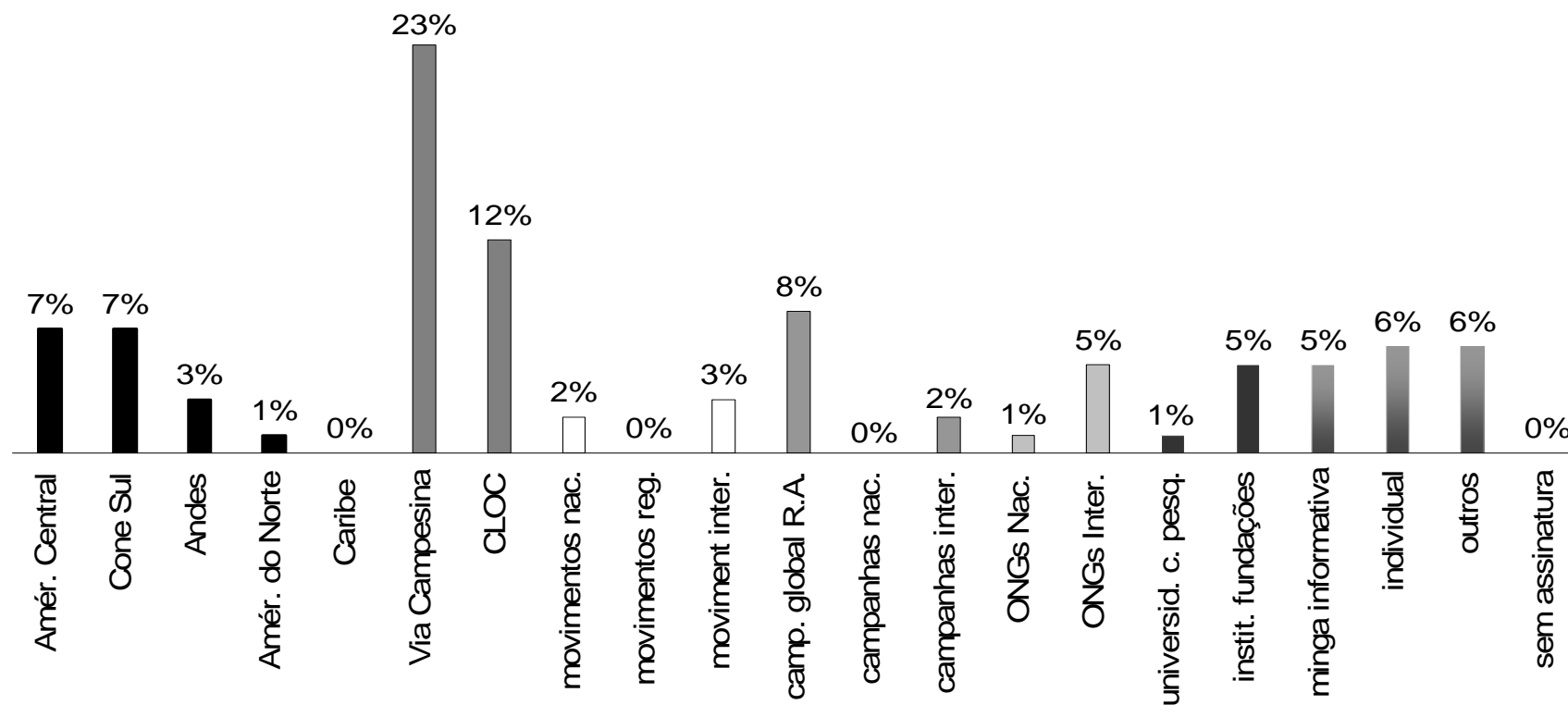
(<http://movimientos.org/cloc/>)



[Elaborado por M. Zampier, 2007]

Gráfico 2 – Participação no site da CLOC, ano 2004

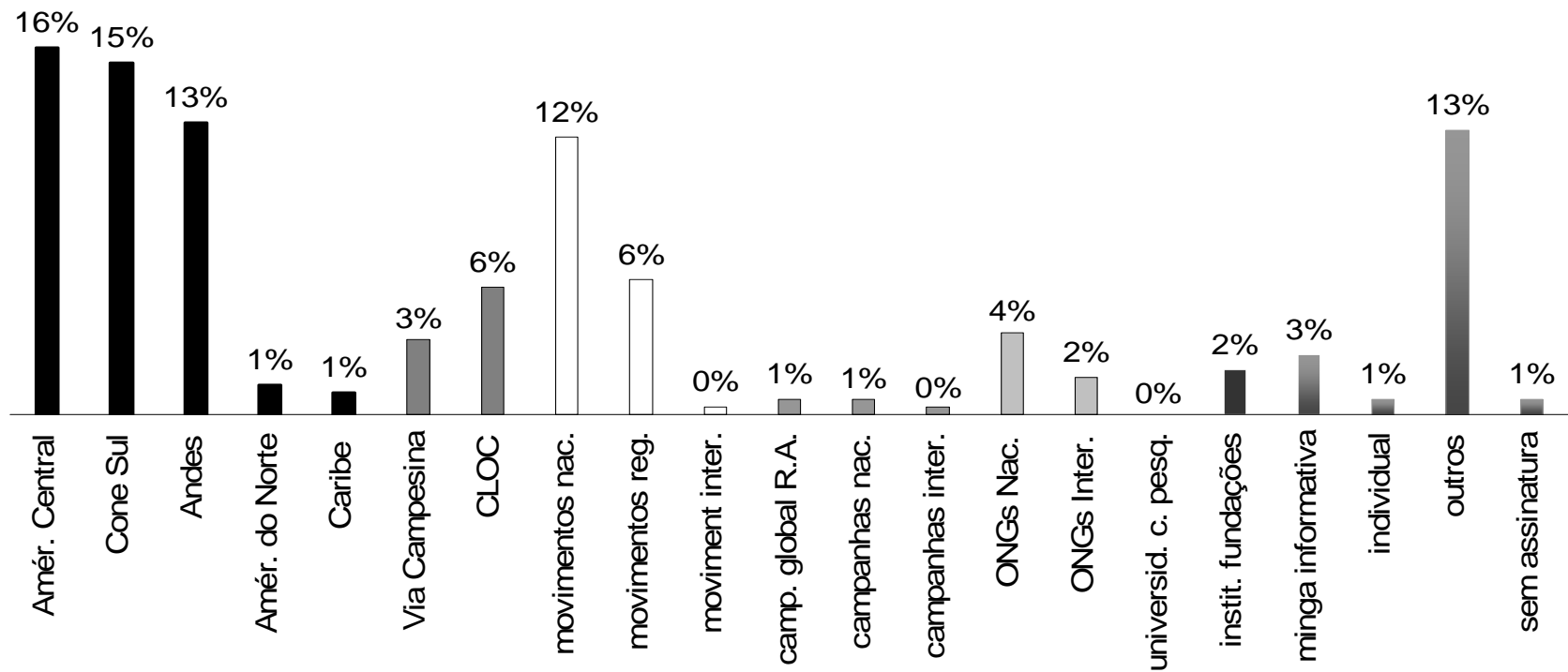
(<http://movimientos.org/cloc/>)



[Elaborado por M. Zampier, 2007]

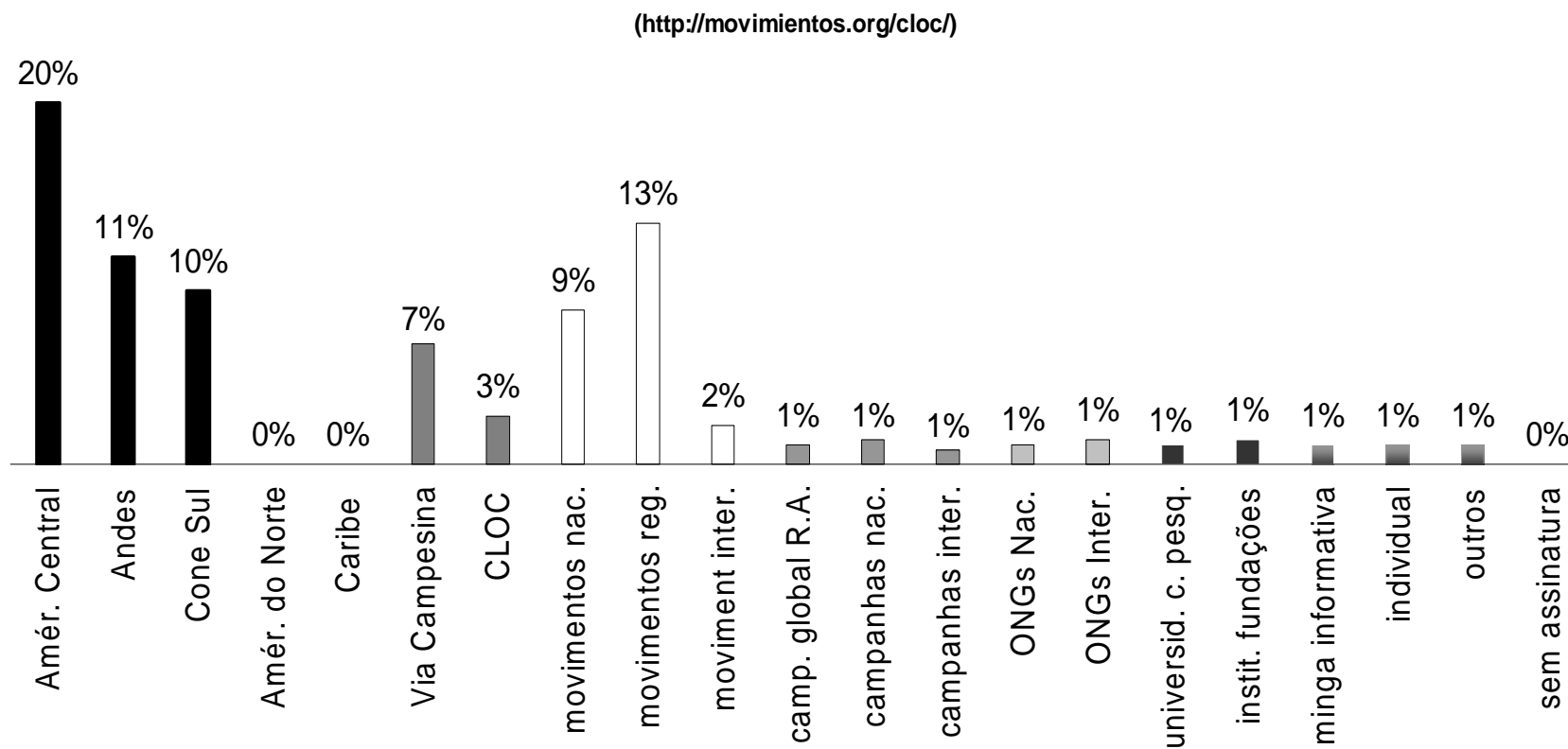
Gráfico 3 – Participação no site da CLOC, ano 2005

(<http://movimientos.org/cloc/>)



[Elaborado por M. Zampier, 2007]

Gráfico 4 – Participação no site da CLOC, ano 2006



[Elaborado por M. Zampier, 2007]

Esses dados confirmam o conceito de **rede de movimentos sociais**, utilizado no nosso marco teórico (capítulo 3.8), como redes sociais complexas que ultrapassam as organizações delimitadas empiricamente (no nosso caso, as organizações-membros da CLOC), conectando diversos atores coletivos e individuais (ONGs, universidade, pessoas, etc.), resultando em um processo articulatório em torno de valores, objetivos e projetos em comum e definindo situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas.

4.4 CARACTERIZANDO A CLOC COMO UMA REDE DE REDES

A CLOC é identificada no nosso marco teórico no nível de **rede de redes** dentro da rede de movimentos sociais, sendo uma **forma de articulação interorganizacional** em que as organizações do campo latino-americano se relacionam e buscam fortalecer as suas atividades. Essa rede de redes tem como característica representar os **movimentos sociais de base**. Observamos essas articulações nas falas dos entrevistados como a do dirigente representante da *Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas (CNOC)*, da Guatemala:

“No nosso caso, com as outras organizações da Guatemala com quem coordenamos é a CONIC [*Coordinadora Nacional Indígena y Campesina*], que é membro da CLOC; a CUC [*Comite de Unidad Campesina*], que também é membro da CNOC [*Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas*] e que é membro da CLOC também. Em nível de região, coordenamos também com organizações de outros países que estão também afiliados à CLOC como, por exemplo, o movimento do México, do sul de México ‘O campo não agüenta mais’; os de El Salvador, de Honduras, de Nicarágua, e também temos relação com alguns movimentos campesinos que pertencem à CLOC da Bolívia, no Brasil, aí coordenamos algumas ações e algumas atividades.”

“A CNOC é a [organização] que representa a maior parte do movimento camponês guatemalteco (...), e o MICSP [*Movimiento Indígena, Campesino, Sindical y Popular*] é um movimento nacional de diferentes setores, e atualmente é a CNOC, que tem em sua responsabilidade a secretaria operativa do MICSP.”

Nessas falas, ressaltamos as conexões dentro da rede de redes nacional da Guatemala e alguns de seus relacionamentos internacionais com organizações de outros países, como México, Brasil e Bolívia.

Segundo o dirigente da *Confederación Nacional de Trabajadores Campesinos (CNTC)*, de Honduras:

“Aqui de Honduras, com a COCOCH [*Consejo Coordinador de Organizaciones Campesinas de Honduras*] temos sim, e temos contato com as demais confederações que existem aqui, como a Asociación de Mujeres Campesinas [AHMUC]; em Nicarágua com a ATC [*Asociación Nacional de Trabajadores del Campo*]. Temos uma proximidade com a Via Campesina da América Central. Está aqui também a Secretaria Operativa da América Central.”

Na rede de redes nacionais de Honduras, identificamos a COCOCH, um movimento nacional que articula várias organizações, entre elas uma faz parte da CLOC – a própria CNTC. Há outras que não são membros da CLOC diretamente, como a AHMUC das mulheres. Destacamos, também, a presença de outras articulações internacionais, como a Via Campesina regional.

Segundo o dirigente da Central Campesina Cardenista (CCC), do México:

“Olha, aqui existem três blocos atualmente: o ‘*Congreso Agrario Permanente*’, que agrupa 12 organizações; o ‘*Consejo Nacional de Organizaciones Rurales e Pesqueras*’, que agrupa aproximadamente 20 organizações nacionais e internacionais; e existe outro bloco, o ‘*Consejo Nacional de Organizaciones Campesinas*’, neste não estamos. Nós estamos no ‘*Consejo Nacional de Organizaciones Rurales e Pesqueras*’ e temos uma participação também com a UNT, que é a ‘*Unión Nacional de los Trabajadores*’, que agrupa os mais importantes sindicatos do país, os sindicatos independentes.”

No México, observamos mais cinco redes de redes nacionais que não fazem parte da CLOC, e destacamos o fato de que uma organização-membro da CLOC, a CCC, faz parte de uma dessas redes de redes nacional, que, por sua vez, não faz parte da CLOC.

Como constatamos anteriormente, neste processo também existem organizações de base no interior da CLOC, segundo comentário da representante do setor de relações internacionais da *Coordinadora Nacional de Organizaciones de Mujeres Rurales e Indígenas de Paraguay* (CONAMURI):

“Estamos nisso, e sabemos que temos que fortalecer as organizações de base aqui no Paraguai, como a ‘*Organización de Lucha por la Tierra*’ [OLP], o ‘*Movimiento Campesino Paraguai*’ [MCP], além do MCNOC [*Mesa Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas*] para fortalecer a CLOC daqui no Paraguai.”

Observamos que três membros da CLOC no Paraguai são citados como “organizações de base”, além da existência de uma rede de redes

nacional, a *Mesa Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas* (MCNOC), que articula diversas organizações nacionais.

4.5 COLETIVO EM REDE: A COMUNICAÇÃO DA CLOC INSTRUMENTALIZADA ATRAVÉS DA INTERNET

Outra esfera observada é o **coletivo em rede**, no qual a CLOC está inserida, referindo-se às conexões comunicacionais instrumentalizadas através das redes técnicas, com o objetivo de difundir informação, buscar apoio e estabelecer estratégias de ação em conjunto, conceito apresentado no capítulo 3.8.

Como descrito no capítulo 2, a ação coletiva vem utilizando, de formas diversas, as tecnologias contemporâneas no sentido de aprofundar a comunicação e as articulações com intencionalidade política através da apropriação das TICs.

A partir desse fenômeno e dos dados coletados, identificamos o coletivo em rede da CLOC através de suas conexões na esfera *web* – caracterizada por páginas da *Internet* – e das estruturas dos seus *hiperlinks*³⁰ – como referência analítica – evidenciando, dessa forma, as influências recíprocas que levam à virtualização e à desterritorialização da CLOC. Destacamos, desde já, que não esgotamos neste trabalho a discussão sobre a estrutura dos artefatos tecnológicos comunicacionais utilizados pela CLOC, mas, fazemos uma caracterização e apontamos algumas deficiências, com o objetivo final de apresentar o coletivo em rede e seu funcionamento.

Nesse sentido, utilizamos, para a observação do coletivo em rede, o *site* da CLOC. Na página inicial do *site*, encontramos na parte superior os *hiperlinks* para as páginas iniciais de 11 organizações-membro, sendo três do Brasil: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); uma da Bolívia: *Confederación Sindical de Colonizadores de Bolivia* (CSCB/FTC); uma do Chile: *Asociación Nacional de Mujeres Indígenas* (ANAMURI); duas do Equador: *Confederación Única Nacional de Afiliados al Seguro Campesino* (CONFUNASSC) e *Federación Nacional de Organizaciones Campesinas Indígenas y Negras del Ecuador* (FENOCIN); uma da Guatemala: *Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas* (CNOC); uma do México: *Central Independiente de Obreros Agrícolas y Campesinos* (CIOAC); uma da Nicarágua: *Asociación Nacional de Trabajadores del Campo* (ATC); e uma do Peru: *Confederación Campesina del Perú* (CCP).

Além disso, à esquerda da página, entrando no *hiperlink* das “*organizaciones miembros*”, encontramos os *hiperlinks* de correios eletrônicos para 26 organizações-membro constantes na seguinte lista, retirada sem alterações, do *site*:

Figura 7 – Hiperlinks no site da CLOC para os correios eletrônicos das organizações-membro



Fonte: http://movimientos.org/cloc/indice_miemb.php3

Alguns dos problemas encontrados na possibilidade de comunicação através do *site* da CLOC são a não-existência de *hiperlinks* para os demais *sites* das organizações-membro; a não-atualização dos e-mails fornecidos para o contato com as organizações-membro, além da não-atualização de informações, como o fato de a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), do Brasil, ter mudado de nome para Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Também consta que a Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Brasil é membro da CLOC, mas que constatamos que essa organização é uma assessora dos demais membros da CLOC e da Via Campesina.

Outras organizações que constituem o coletivo em rede da CLOC podem ser identificadas nas entrevistas. Segundo o representante do setor de comunicação da *Coordinadora Nacional Campesina* (CNC), do Equador:

“Nossa organização também faz parte de um *site* chamado *movimientos.org*, onde está a CLOC também. Mas, estamos chegando do Congresso, por isso, mais ou menos em uns 15 dias, vamos atualizar a página. Estamos fora do ar, porque estamos fazendo algumas modificações, por isso, nos próximos dias, vamos estar na página do movimento. Você visitou a página da CLOC? [Sim]. Aí estão várias organizações do Equador, como a CONFEUNASSC, a FENOCIN e também a CNC. Não se vê a nossa página através da página da CLOC, mas, se você entrar no *site* do *movimientos.org/cloc/cnc*, estaremos lá.”

E, segundo a dirigente do MST, do Brasil:

“Olha, na atualidade, eu não sei informar quem está como responsável [pelo *site* da CLOC], mas quem colaborou muito foi a ALAI [*Agencia Latinoamericana de Informaciones*], que, desde a fundação da CLOC, sempre teve uma presença marcante, até nos boletins, do *site*, fazendo assessoria de comunicação.”

Como observamos nas informações fornecidas, a *Minga/mutirão informativo de movimientos sociales* ou *Comunidad Web de Movimientos Sociales*³¹ é uma iniciativa conjunta de diversos movimentos sociais com assessoria da *Agencia Latinamericana de Información* (ALAI), com o objetivo de fortalecer a presença das organizações sociais na Internet. Segundo informações obtidas no *site* da ALAI, essa ação está orientada a estimular o intercâmbio de conhecimentos e estratégias entre as coordenações e organizações sociais, fortalecendo a capacidade de se comunicar e de intervir nos cenários internacionais.

A *Agencia Latinoamericana de Información (ALAI)*³², com sede na cidade de Quito no Equador, foi fundada em 1977 e se identifica, pela informação obtida através do *site*, como um organismo de comunicação comprometido com a democratização através do desenvolvimento de uma proposta alternativa de comunicação. Ela tem como serviços o *site* constantemente atualizado, a revista *América Latina en Movimiento*, impressa mensalmente, lista eletrônica de notícias e as edições de livros ocasionalmente.

Após a identificação das formas solidárias e estratégicas de instrumentalização da rede de movimentos sociais na sua forma virtual, onde encontramos organizações diversas que, através da esfera *web*, são propulsoras dos movimentos do campo latino-americano, destacamos que o coletivo em rede por si só não é um movimento social, mas sim uma parte que o constitui na sociedade contemporânea, como visto no nosso marco teórico (capítulo 3).

Sendo assim, um importante aspecto da esfera *web* é o número de *hiperlinks* entre esses *sites*, que indica o grau de proximidade entre eles. Os *hiperlinks* e os *sites* são considerados elementos simbólicos representantes das relações interorganizacionais na Internet, assim como um meio de contato e intercâmbio com outras organizações ou pessoas em qualquer parte do mundo.

É importante observar que as relações entre os *sites* vão mais além daquela entre os atores que estão na origem e nos destinos dos *hiperlinks*. O *hiperlink* passa a constituir-se em uma ferramenta para que qualquer indivíduo trace suas rotas de navegação na *web* em função de seus próprios interesses. Assim, quanto mais organizados, mais significativos e com maior número de *hiperlinks*, maiores serão as alternativas disponíveis para o acesso às informações (KAUCHAKJE, 2006, p.13).

Um breve desenho dos *hiperlinks* do coletivo em rede da CLOC pode ser visto da seguinte forma:

- A *Minga/mutirão informativa de movimientos sociales* (www.movimientos.org) aloja o *site* da CLOC (movimientos.org/cloc/), e na *Minga Informativa* encontramos o *hiperlink* da CLOC como o primeiro da lista ao lado esquerdo da página principal, e, como oitavo *hiperlink* dessa página, encontramos a ALAI (alainet.org/).
- Entrando no *site* da ALAI, ao lado esquerdo, estão dois *hiperlinks*: o primeiro da *Minga Informativa* e, o segundo, do *Foro Social de las Américas al día* (<http://fsainfo.rits.org.br/>). Entrando no *site* do *Foro Social de las Américas al día*, encontramos ao lado direito vários *hiperlinks*, sendo o primeiro da ALAI e o segundo da *Minga informativa*.
- Voltando à página da CLOC, encontramos os já descritos *hiperlinks* para 11 organizações-membro. Desse total de *sites* das organizações-membro, cinco têm *hiperlinks* para a CLOC, seis têm *hiperlinks* para a *Minga Informativa*, e cinco não possuem *links* para nenhum dos *sites* identificados como parte do coletivo em rede da CLOC.

Não pretendemos finalizar a delimitação do coletivo em rede analisado com essa breve descrição, visto que não seria possível mesmo que fossem analisados todos os *sites* das outras organizações-membro da CLOC. Acreditamos ser muito difícil (talvez não impossível) identificar as outras diversas organizações ao redor do mundo, que podem ser parceiras diretamente ou apenas compartilhar da mesma ideologia, ou são solidárias à causa camponesa e podem ter inserido um *hiperlink* da CLOC, da ALAI ou da *Minga* em suas páginas na Internet. Ressaltamos que a esfera *web* é apenas uma das possibilidades de interação utilizando a Internet, assim como também são os fóruns virtuais, as comunidades na Internet e os e-mails, que, por seu caráter mais particular, dificultam não somente o acesso público às redes que se formam através deles como também uma possível análise.

Apesar das limitações, observamos, a partir da nossa descrição, que a arquitetura dos *hiperlinks* e das outras formas de interação na esfera *web* por parte do coletivo em rede expressa um busca constante, com

avanços e retrocessos, pela construção consciente e contínua de novas identidades, de novos espaços de coordenação social e de novas configurações espaciais.

Também observamos que não existe a postura de indiferença em relação aos avanços tecnológicos comunicacionais por parte da CLOC, mas sim um avanço no sentido de ocupar os novos espaços possibilitados a partir da esfera *web*. Por outro lado, também não identificamos uma postura tecnocêntrica, já que não é um *site* desenhado como um instrumento publicitário de “venda das organizações-membro”.

A partir do processo social em que está inserida a CLOC, das mediações comunicacionais que ela está utilizando para se inserir na esfera *web* (a *Minga Informativa* e a ALAI) e da forma como ela está se expressando pelo *site*, podemos perceber que a comunicação não está sendo simplesmente um instrumento, mas também que está sendo trabalhada com uma questão cultural, pela apropriação das TICs como uma possibilidade de aumentar a capacidade de relacionamentos, de criação de mais vínculos e de construção de um sentido social.

Até aqui analisamos uma dimensão da rede da CLOC, particularmente a esfera virtual. Para melhor compreender a CLOC, continuaremos ampliando este marco segundo as recomendações de Scherer-Warren, que observa a rede como um espaço multidimensional onde existem elementos sócio-históricos, culturais e políticos, além do espaço comunicacional ou técnico, que fazem parte constitutiva da rede. Assim, caracterizaremos outras três dimensões de análises (a temporal, a espacial e a social), que nos permitirão a aproximação mais delimitada na compreensão da rede, fato que será abordado no próximo item.

4.6 DIMENSÕES DA CLOC

4.6.1 Dimensão temporal: passado, presente e futuro

As organizações-membro da rede de redes da CLOC, através da apropriação das TICs, conseguem o potencial de uma comunicação em tempo real e também a aproximação e a reflexão de temporalidades

distintas. Segundo Scherrer-Warren (2005a), essas temporalidades históricas distintas são encontradas no atuar dos movimentos sociais do campo, que buscam resgatar valores culturais associados com novos ideários, e difundindo-os em tempo real.

A primeira parte da dimensão temporal encontramos no passado, representado na CLOC através do resgate da história e da indignação, verificadas inclusive no histórico de constituição da Coordenadora, que teve como marco o processo do Terceiro *Encuentro Continental de Resistencia Indígena, Negra y Popular*, que ocorreu em 1992, em Manágua, que foi uma das partes da *Campaña Continental 500 Años de Resistência Indígena y Popular*, iniciada no ano de 1989, na cidade de Bogotá (CLOC, 1997, p.30).

Nesse contexto, observamos o resgate de uma memória comum entre as categorias sociais do campo que fazem parte da CLOC (índios, pescadores, trabalhadores rurais, afro-descendentes, etc.) com o objetivo de fortalecer a integração desses setores pela construção de uma identidade iniciada por um passado comum, reconstituído a partir de uma visão étnica e popular e do questionamento da história desde a versão oficial das elites.

A segunda parte da dimensão temporal encontramos no presente, representado na CLOC, por um lado, através da autonomia do movimento social do campo em relação aos partidos políticos e outras organizações que eram referências na década de 1960, como observado nos documentos da CLOC:

“Para a integração na CLOC, são exigidas as seguintes condições: ser organização que faz lutas de massa, de classe, antiimperialista, antineoliberal, autônoma frente ao Estado, Igrejas, ONGs, partidos políticos, organismos internacionais, solidários com as lutas populares e de liberação e em defesa da revolução cubana” (CLOC, 1997, p.36).

Por outro lado, encontramos o presente representado na solidariedade e nas propostas de construção de um projeto social alternativo. Através dos documentos, identificamos algumas dessas propostas, como a participação das mulheres e dos jovens, a reforma agrária, a questão do respeito aos Direitos Humanos, a soberania alimentar nos países, e o fortalecimento das identidades camponesa, indígena e latino-americana, entre outros.

A dimensão temporal do presente pode ser vista, segundo o representante do MAB, do Brasil:

“Nós a princípio, vemos que a CLOC é essa articulação Latino-americana e, como articulação, ela também se baseia em princípios. Então, se a gente pega a história da CLOC você vai observar que podem ser membros da CLOC organizações camponesas de mulheres, de pescadores, enfim todas as categorias ligadas ao campo. Devem ser organizações de caráter regional e nacional, desde que a organização tenha uma clara definição de luta contra este modelo de opressão, uma organização de luta em defesa da vida, em defesa da natureza, em defesa do meio ambiente. É uma articulação que visa fortalecer a luta camponesa, articular, denunciar, vincular e desenvolver trabalho de formação de lideranças, de modo que os movimentos camponeses tenham força e visibilidade para enfrentar os inimigos comuns, são organizações que estão nessa luta, na defesa da vida, eu posso resumir assim a nossa prosa.”

A terceira parte da dimensão temporal encontramos na projeção do futuro, representado na CLOC pelo projeto e pela utopia, quando a organização se posiciona contra o neoliberalismo e a favor da construção da soberania dos nações originárias. Esse projeto não se apresenta somente em forma de protestos, mas está tomando forma com as estratégias de intervenção através de instrumentos políticos, como o *Movimiento ao Socialismo* (MAS), da Bolívia, e o *Movimiento Pachacuti*, do Equador, ambos surgidos a partir dos movimentos sociais do campo, predominantemente na esfera indígena. Segundo o dirigente da CONFEUNASSC, do Equador:

“(...) a incidência política que nós temos, nós participamos do Movimento Pachacuti [Instrumento político dos movimentos no Equador] no país, onde conseguimos deputados, prefeitos, vereadores, então, essa realidade que nós temos, essa força tanto social como política (...)”

Também constatamos a relação das organizações com os instrumentos políticos, quando identificamos que as duas entrevistadas representantes da *Federación Nacional de Mujeres Campesinas de Bolivia "Bartolina Sisa"* (FNMCB-BS) eram deputadas pelo MAS da Bolívia e o representante entrevistado da *Confederación Sindical de Colonizadores de Bolivia* (CSCB/FTC) também era.

Essa dimensão temporal, apresentada pelo projeto para o futuro, materializado no caminhar dos instrumentos políticos dos movimentos, deixa aberta a questão de como vem-se dando a relação dos movimentos com a esfera governamental.

4.6.2 Dimensão espacial: redes presenciais

Segundo o nosso marco de análise através da proposta de Scherrer-Warren (2005a, 2006b), (capítulo 3.8), as redes sociais coletivas se caracterizam por serem presenciais, criando territórios geograficamente delimitados, enquanto as redes virtuais, resultantes da esfera *web*, são intencionais, transcendendo as fronteiras das redes presenciais, criando territórios virtuais cujos limites se definem pelas adesões por uma causa ou afinidades políticas, culturais ou ideológicas.

Assim, observamos que a articulação das organizações do campo através da CLOC e da apropriação das TICs em um contexto de infoexclusão possibilita a transposição de fronteiras territoriais, unindo as ações locais às regionais, nacionais e transnacionais, ação que é potencializada pela atuação dos atores diretos e indiretos do coletivo em rede do movimento.

Essa territorialidade de novo tipo apresenta uma dialética entre o local e o global com um impacto mútuo entre as redes sociais coletivas e as redes virtuais, levando a um deslocamento das fronteiras tradicionais comunitárias locais para o plano global e com a possibilidade de os atores globais revisitarem constantemente os planos locais.

Entretanto, destacamos que “os movimentos sociais transnacionais só adquirem sustentabilidade quando alicerçados em tradições nativas [locais] instituições e oportunidades para a construção do movimento”, assim, “em particular, as pesquisas têm mostrado que os movimentos têm suas raízes em redes sociais pré-existentes, depositárias de relações de confiança, reciprocidade e aprendizado cultural” (TARROW, 1995, p.12-13 apud SCHERER-WARREN, 2005a, p.40).

Esses elementos teóricos se confirmam quando observamos as informações dos representantes transcritas a seguir. Segundo o representante do setor de comunicação do *Movimiento Campesino de Santiago del Estero* (MOCASE), da Argentina:

“O que se passa é que, para ingressar na CLOC, precisa-se alguma organização local que participe já há algum tempo na CLOC presente e dê um aval a nova organização e, a partir disso, se avalia a entrada ou não. Ou

seja, precisa de uma organização membro que conheça e que possa garantir a incorporação.”

O dirigente da *Confederación Única Nacional de Afiliados al Seguro Campesino* (CONFEUNASSC), do Equador, relatou:

“Bom, o processo de incorporação é: um, que seja uma organização de caráter nacional; dois, que seja uma organização que lute contra o neoliberalismo; três, que seja solidários com Cuba e, quatro, que possua o apoio de uma organização que já esteja dentro da CLOC.”

De acordo com o entrevistado do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) do Brasil:

“Devem fazer uma solicitação através de outra organização na secretaria, e quando os delegados se reúnem, decidem se a aceitam ou não.”

Conforme a representante do setor de comunicação da *Unión Sin Tierra* (UST), da Argentina:

“Nós sempre participamos da CLOC. Sempre participamos das reuniões da CLOC como convidados pelo *Movimiento Campesino de Santiago del Estero* e também pelo MST do Brasil.”

Com essas afirmações, demonstra-se a necessidade de uma organização-membro da CLOC garantir a legitimidade da organização que deseja se incorporar, o que confirma a importância de laços de reciprocidade e confiança já consolidados nas relações desenvolvidas nas redes sociais presenciais pré-existentes no nível local.

Considerando que as TICs permitiram aos atores coletivos e aos movimentos sociais produzirem redes que redimensionaram os seus territórios de atuação, deixando as questões globais penetrarem no local, enfatizamos também o sentido oposto a partir da constatada necessidade de existir uma relação presencial anterior, expressa dentro dos países, para ser incorporar à CLOC, em que o local (relação nacional) penetra o global (no nosso caso, o continental – a incorporação na articulação latino-americana), mostrando que a solidariedade e as estratégias de ação internacionais que buscam alternativas de mudanças sociais passam pelos fluxos de informação das bases territoriais, confirmando assim a teoria da Scherer-Warren (2003, p.32).

Entretanto, esse importante aspecto da dimensão espacial destacado no nosso trabalho, do global revisitar o local, passa por algumas

distorções no seu exercício cotidiano, influenciado principalmente por viciadas práticas de fazer política, tema que será explanado através da análise da dimensão social - estratégica.

4.6.3 Dimensão social: reciprocidade, solidariedade e estratégia

As formas de sociabilidade nas redes, as relações de identificação e de assimetrias de poder podem ser analisadas de acordo com quatro categorias analíticas: reciprocidade, solidariedade, estratégia e cognição. Entretanto, para o entendimento das dinâmicas políticas dos movimentos sociais no contexto do nosso trabalho, utilizamos a dimensão social por meio das categorias de reciprocidade, solidariedade e estratégia das redes de ações coletivas, tendo em vista também a relevância com que a estratégia das redes tem se demonstrado no interior dos movimentos sociais contemporâneos.

Como já identificado no nosso marco teórico (capítulo 3.5), as redes têm assumido no seio dos movimentos sociais um caráter propositivo, ou seja, a rede é uma forma organizacional e estratégica que permitiria aos movimentos sociais se articularem, desenvolvendo relações mais horizontais, menos centralizadas, e portanto, mais democráticas.

As redes, dessa forma, têm a potencialidade de difundir informação de forma mais rápida, conectando as iniciativas locais com as globais e vice-versa, que, segundo Scherer-Warren (2006a), leva à transposição de barreiras sociais no seu sentido amplo, compreendendo o pluralismo de concepções do mundo dentro de determinados limites éticos, o respeito às diferenças e a radicalização da democracia.

A partir das potencialidades destacadas pelo caráter propositivo das redes, indagamos se nos movimentos sociais sobre a forma de redes as estruturas de poder se dissolvem, já que existe o freqüente pressuposto de que, na organização em rede, há uma distribuição de poder, os centros de poder se democratizam, ou, como há muitos centros, o poder se distribui. Esse pressuposto é parcialmente verdadeiro, pois, mesmo em uma rede, existem elos mais fortes que possuem mais influência do que outros elos. Entretanto, esses elos são também importantes para o empoderamento das redes de movimento social.

Sendo assim, as redes, como quaisquer relações sociais, estão sempre perpassadas pelo poder e pelo conflito, mas, por outro lado, também estão perpassadas pelas possibilidades de solidariedade, de reciprocidade e de compartilhamento.

Confirmamos essa afirmação através da observação do conflito ocorrido internamente na CLOC, no processo de incorporação de uma nova organização do Equador e dos caminhos utilizados para resolver o problema e suas conseqüências. No relato transcrito, rico de antecedentes, podemos identificar várias dimensões antagônicas no processo de articulação em rede, iniciada pela viciada prática política de centralização do poder local, revelando vícios nas formas de fazer política, passando pela possibilidade de comunicação horizontal, permitindo maior diálogo interno e chegando, finalmente, às formas de solidariedade e compartilhamento do tema dos “elos fortes” da rede, utilizando o seu “poder de influência” para resolver de forma democrática os conflitos internos.

Apresentamos, a seguir, o diálogo com o dirigente da CONFEUNASSC, do Equador:

Pesquisadora: “As organizações novas se sentem estimuladas pelas organizações mais antigas?”

Entrevistado: “Bom, sei por experiência própria que, a CONFEUNASSC, antes de 1999, já pensava em se incorporar a CLOC, mas a organização do Equador que já estava, impedia nossa participação, porque não tínhamos o aval deles aqui; eles faziam o possível para que nós não estivéssemos presentes.”

Pesquisadora: “Qual é essa organização?”

Entrevistado: “É a FENOCIN [*Federación Nacional de Organizaciones Campesinas Indígenas y Negras del Ecuador*]. Eles queriam ser a representação única na CLOC. Nós já surgimos como uma organização grande em nível de país; nós temos um número grande de afiliados, mas eles queriam ser a única voz na CLOC. O outro problema que nós temos é que já não se está olhando organizações de caráter nacional, e a coisa se está movimentando de acordo com o interesse próprio das organizações, como por exemplo, no Equador tem uma organização que não é de caráter nacional nem fez mobilização, nem nada, mas já se incorporou como uma nova organização. Então, nós não sabemos como estão fazendo. Podemos dizer que existe uma limitação de acordo com os interesses ou facilidade para encaixar uma organização também de acordo com interesses”.

Pesquisadora: “Como vocês superaram o problema com a FENOCIN? Esse problema se expressou em limitações na troca de informação?”

Entrevistado: “O primeiro se resolveu falando com outras organizações, como o MST, a CCP do Peru, o Movimento Cocaleiro das 7 *Federaciones del Trópico de Cochabamba* [Bolívia], e falando com a América Central, basicamente fazendo uma espécie de revolução no interior da CLOC no México [no III Congresso da CLOC], porque não queriam que participássemos. Obviamente nós, como organização nova, não tínhamos todas as concessões. Então conseguimos dialogar na CLOC e diante da oposição, como dizemos ‘dos FENOCIN’, fomos admitidos tanto na CLOC como na Via Campesina. Enfim, não foi uma questão de horizontalidade e de reconhecimento do processo de mobilização e da presença que nós tínhamos aqui no país porque nós temos quase um milhão de afiliados ao seguro camponês no país se não, também vamos dizer, a contundência de nossas ações nas mobilizações, (...) como que não se queria reconhecer quando isso teria que ser reconhecido. Em todo caso, alianças com o mesmo Evo Morales, com os companheiros Sem Terra, eles sim viram que nós éramos uma força representativa no país. Por isso, mesmo com as confusões que existiam, fomos admitidos na CLOC”.

Pesquisadora: “Como ficou a comunicação nessa situação?”

Entrevistado: “Este problema foi no Congresso no México, ano de 99, ... eu não estou lembrando ... [o Congresso foi em 2001] mas posso dizer até aqui foram as circunstâncias, mas uma vez que ingressamos, e já conhecidas as propostas, neste caso as demais organizações que obviamente tiveram uma grande abertura, inclusive à nossa experiência de ter a aplicação de um seguro camponês para o campo, foi bem aceita. Por exemplo, na Guatemala nos pediram para explicar como funciona o seguro camponês para implementar o seguro camponês lá na Guatemala. O mesmo ocorreu no Peru onde nós instalamos o programa do seguro camponês porque é um programa muito ‘chevere’ (sic), o mesmo é o caso da Colômbia. Então, eu posso dizer que a comunicação teve maior abertura e, como nós utilizávamos o correio eletrônico e a página *web*, as informações chegavam da secretaria operativa diretamente onde nós estávamos.”

Nesse contexto, alcançamos um objetivo específico da nossa pesquisa, verificando, junto aos entrevistados, as dificuldades práticas de inserção na rede e confirmando, como em Zampier (2005), que as dificuldades do trabalho em rede, para os movimentos sociais participantes da CLOC, podem ser observadas através dos vestígios das formas tradicionais de fazer política, das tensões entre novas e velhas orientações políticas no interior de cada movimento social e da centralização de poder na rede, onde os elementos das formas tradicionais de fazer política comprometem em alguns momentos a descentralização e a emancipação das redes sociais.

Um segundo exemplo de conflitos internos da rede, mas que acabou sendo decidido de forma democrática, podemos encontrar nos

acontecimentos do processo de eleição da atual secretaria operativa da CLOC. Segundo o diálogo com o representante da CPP, do Peru:

Pesquisadora: “Como foi o processo de eleição da CONAMUCA como atual secretaria operativa da CLOC?”

Entrevistado: “Os congressos da CLOC se realizam a cada quatro anos. O último congresso foi realizado no ano passado [2005] no mês de outubro, na Guatemala. Aí se reuniram todas as organizações que fazem parte da CLOC e, no último dia desse congresso, viu-se a parte orgânica. Geralmente, para chegar a esta última sessão dos temas orgânicos, existem consensos anteriores; reúnem-se a CLOC andina, a CLOC do cone sul, a CLOC do Caribe, para mais ou menos chegar a uns acordos e mais ou menos para ver quem vai assumir as responsabilidades. Em função desses consensos, quando se vai à plenária para determinar responsabilidades, apresentam-se as propostas e estas são geralmente de consenso. E este é o mecanismo, digamos, que se tem usado durante os diferentes Congressos da CLOC. No último congresso, do ano passado, houve algumas dificuldades, na medida em que as organizações que inicialmente foram propostas não tiveram consenso de toda a CLOC. Isso fez com que finalmente escolhessem a CONAMUCA de Honduras (sic) [República Dominicana] como uma proposta alternativa diante das duas propostas que estavam aí. Mas aqui também surge uma dificuldade, porque a atual organização campesina de Guatemala que tinha a responsabilidade de iniciar um processo de transferência no tempo de um ano, já deveria estar culminando, como eu te disse, para que, após este processo de um ano de responsabilidade conjunta, a coordenação seja assumida definitivamente pela CONAMUCA. Entendemos que já deve estar em curso este processo. É assim como a CONAMUCA foi eleita como responsável pela secretaria operativa da CLOC.”

Pesquisadora: “Quais foram os outros candidatos que queriam assumir a secretaria operativa da CLOC?”

Entrevistado: “Foram organizações da zona andina. Em primeiro lugar, tinha uma proposta que foi justamente a CCP e, no interior dela surgiu uma proposta que foi uma organização do Equador. O problema é que eram duas organizações da zona andina, não se conseguiu o consenso que se queria, e ao final se optou por outra terceira opção que era a CONAMUCA. A organização do Equador era a FENOCIN, essas eram as duas propostas que surgiram”.

De acordo com a dirigente de ANAMURI, do Chile:

“É verdade que existiu uma dificuldade nesses termos, mas não foi um consenso da CLOC, foi um assunto de consenso da região andina, que é diferente. Verdade que desta vez a secretaria operativa deveria estar no Caribe, mas não existiam condições, os companheiros de Cuba tinham outras responsabilidades e os do Haiti, que é outra organização com muito mais dificuldades, também eles falaram que desta vez não e que se postergaria a responsabilidade para outra oportunidade. Então pensou-se que poderia ser o México ou a região andina. Na região andina, não teve consenso dentro da CLOC e houve dois candidatos, Equador e Peru, mas, como não teve consenso, então as companheiras do Caribe falaram que se não existia consenso então elas assumiram a secretaria operativa; assim a

responsabilidade ficou com CONAMUCA, isso não é um conflito, mas bem é uma forma de operar.”

O dirigente da CONFEUNASSC, do Equador, relata:

Entrevistado: “Olha, nós priorizamos por consenso, mas quando não se consegue por consenso é viável que se faça por maioria... depende da maturidade das organizações. Na área andina existe um problema grave. Existia a iniciativa de fortalecer a região andina, por exemplo, nós fizemos umas propostas, fizemos em 2001, insistimos que deveríamos ter uma agenda comum andina com as organizações do campo, propomos ter uma espécie de história da luta andina ... foram aceitas, mas posteriormente ... o problema é que chegamos a acordos e depois não se concretizam ... existem contradições internas na área andina ... porque existem organizações que se sentem como donas, como proprietárias da CLOC, por exemplo, uma mesma organização, no caso de Equador, assumem a secretaria da mulher, assumem a secretaria dos jovens, assumem diversas responsabilidades e logo se perde a comunicação, por exemplo, tanto é que não podem dar resposta a isso, então se perde.”

Conforme o dirigente da CNOC, da Guatemala:

Pesquisadora: “Como você avalia o processo de eleição da CONAMUCA que aconteceu na Guatemala?”

Entrevistado: “Eu acho que, como todo movimento, nós mesmos desejamos que todas as decisões dentro de uma organização dentro de um coletivo fosse pelo consenso; isso seria o ideal, mas também sempre se dá, digamos, existem condições adversas que não permite que as decisões sejam tomadas pelo consenso. Então se procura pelo mecanismo adequado, digamos, para que se facilitem as tomadas de decisões, nos respeitamos. Nesse caso o procedimento que se deu e acreditamos, que se recorreu, digamos, a um segundo aspecto quando não se pode dar, digamos, a decisão pelo consenso, mas eu acho que isso não impede que o movimento camponês Latino-americano tenha propostas comuns e possa trabalhar coordenadamente, digamos, isso é um questão de eleição e não tanto de conteúdos, de propostas, e de lutas em comum conjunta que temos.”

Segundo o dirigente da CNTC, de Honduras:

Pesquisadora: “Como foi o processo de eleição da secretaria da CLOC?”

Entrevistado: “Bom, o processo de eleição foi bastante transparente. Só se deu um pequeno impasse porque sempre se manejou a secretaria rotativamente. Quem primeiro a teve foi o México, depois foi a Guatemala, e agora correspondia ao Caribe, aqui tivemos a Guatemala, e parece que correspondia a região andina e a região não teve consenso e se decidiu no congresso que seria a República Dominicana, mas foi bem consensuado e teve muito debate.”

Diz a dirigente de relações internacionais da FNMCB-BS, Bolívia:

“Olha, eu não estive até o final do congresso porque tínhamos um grande encontro nessa mesma data aqui na Bolívia, mas, aqui na região andina, nós vemos que existe umas dificuldades entre Equador e Peru, onde cada país

levantou sua candidatura, mas se resolveu e cremos que isso não seja problema grande não.”

Conta a dirigente do MMC, do Brasil:

“Era a vez do Caribe e o Caribe não queria assumir. Uma região muito pequena que sentia que a responsabilidade era muito grande. Na região andina, aconteceu uma disputa entre o Peru e o Equador, que não tiveram consenso. A região Caribe assumiu para manter a unidade na CLOC.”

Narra a dirigente da Coordenadora Agraria Nacional Ezequiel Zamora (CANEZ), da Venezuela:

“Se produziu uma inconformidade do Equador [FENOCIN] frente a candidatura de Peru [CCP], dificuldade que nós mesmos depois questionamos, para evitar mal entendido que a região andina estava disputando a secretaria da CLOC. Frente a este acontecimento a Juana Ferrer da CONAMUCA [República Dominicana] aceitou a candidatura oficial. Acho que ela merece, mas o importante é que foi uma decisão de toda a CLOC. Achamos que a Juana e a CONAMUCA estão capacitadas para assumir o desafio da secretaria operativa e, até agora, elas estão fazendo bem e nos deixam informados do que está acontecendo por esses lados e nós também intercambiamos com ela. E também, é dever das organizações afiliadas a região andina apoiar a consolidar o processo e dar o passo definitivo.”

Com essas falas, podemos observar como um conflito interno foi solucionado, além de ver o potencial que existe na rede, de equilíbrio entre as tendências antagônicas do aspecto social. Essas disputas, dependendo da forma como são encaminhadas, possibilitam a construção da autonomia e da emancipação dos excluídos através da prática cotidiana das redes.

Segundo a dirigente do MST do Brasil:

“Exatamente, o movimento camponês latino-americano é um movimento que vai se construindo, vai amadurecendo e que a gente não pode alimentar por dizer assim, nenhuma prática verticalista como uma forma de divisão, de disputa, porque aqui a gente busca, a gente sempre tem que estar trazendo presente os nossos princípios de articulação: o porquê da gente se articular, em defesa de que nós nos articulamos. Não queremos criar, por dizer assim, nenhuma estrutura que seja pesada de administrar.”

Após verificar alguns dos conflitos existentes no interior de uma rede de redes, passamos a descrever quais são os benefícios e as dificuldades, segundo os entrevistados, para a participação na articulação continental da CLOC.

4.7 PARTICIPAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA CLOC: BENEFÍCIOS E DIFICULDADES

Através das entrevistas, alcançamos um segundo objetivo específico da nossa pesquisa que é verificar o interesse das organizações-membro em participar da rede de redes da CLOC. Como benefício da participação na CLOC, cita-se o aumento da visibilidade da organização a nível local e na América Latina, juntamente com o fortalecimento da identidade do campo com um princípio de inclusão do local no global, expresso pelo MCC, da Argentina, como “sentindo-se representante de um movimento muito maior”. Esse sentimento não fica expresso apenas na comunicação e troca de informações, mas também, está alicerçado no processo de intercâmbio de experiências através de encontros presenciais, como o que está acontecendo atualmente na Venezuela – a Escola de Agroecologia Latinoamericana Paulo Freire. Segundo o representante do MCC, da Argentina:

“O benefício maior, é o fato de sentir-se parte, sentir-se representante de um movimento muito maior, do que só de um movimento pequenino, provincial, então dá uma outra perspectiva aos outros companheiros que estão na mesma luta.”

O representante do MOCASE da Argentina relata:

“Por um lado, está nos conhecer, intercambiar com outras organizações internacionalmente e ter maior visibilidade, ter maior força para articular, para fazer denúncias, e assim, no momento de fazer eventos, temos maior visibilidade, maior força”.

Conforme a dirigente da CANEZ, da Venezuela:

“Primeiro, é crescer como organização camponesa. Por outra parte, o processo revolucionário que estamos levando aqui tem como objetivo a integração dos povos da América Latina. Isso tem sido um benefício para nós como camponeses porque temos aprendido muitos saberes e a cultura de outros povos da América Latina. Atualmente, temos a Escola de Agroecologia Latino-americana Paulo Freire onde existem aproximadamente 205 jovens de diferentes países da América Latina que vão intercambiar experiência sobre o tema e onde vai se instruir esses jovens sobre a agroecologia. Temos feito muitos convênios entre organizações agrárias de diferentes países para o benefício de muitas organizações camponesas. A CLOC é uma organização que beneficia as organizações camponesas e as integra em um só sentir campesino.”

Segundo a dirigente da CONAMURI, do Paraguai:

“Como organização camponesa e indígena a importância é conhecer outras experiências e intercambiar essas experiências com as demais organizações camponesas latino-americanas.”

O representante da UST, da Argentina, respondeu:

Pesquisadora: “A UST ganha visibilidade participando da CLOC?”

Entrevistada: “Acho que sim, participando da CLOC vamos adquirindo muitos aportes que favorecem o nosso crescimento”.

Segundo o dirigente da CSCB FTC, Bolívia:

Pesquisadora: “Quais são as vantagens de participar da CLOC?”

Entrevistado: “A coordenação e a experiência que se ganha em nível nacional e internacional de muitas lideranças e organizações, observando e analisando a realidade de todos os países.”

Outra dimensão da participação na CLOC, além das articulações e dos intercâmbios de experiências, está no respeito à diversidade, visto que a possibilidade de diálogo e reflexão sobre diversos temas possibilita “a construção de consensos” sobre temas em comum. O dirigente da CPP, do Peru, respondeu quando questionado sobre as vantagens de participar da CLOC:

“Não é vantagem o que se poderia dizer, o que se pode dizer é que a participação da CCP como parte da CLOC tem como objetivo, em primeiro lugar, a coordenação com diversas organizações do continente latinoamericano. Em segundo lugar, intercambiar experiências organizativas e ter a possibilidade também de se colocar de acordo em alguns eixos temáticos e problemáticas que são comuns entre as organizações camponesas e fazer alguns planos de ação conjuntamente. Isso, digamos, é o que possibilita a participação da CCP na CLOC”.

O dirigente da UNTA, do México, também respondeu quando questionado sobre as vantagens de participar da CLOC:

“Bom, digamos que não existem benefícios de pertencer a estes espaços. O que se alcança é dialogar e refletir em relação aos problemas comuns da América Latina para o campo e fazer o possível para construir estes espaços, construir consensos, chegar a uns acordos que tem que ver com atividades de lutas continentais. Dizemos que este é o marco fundamental da nossa participação na CLOC”.

Questionado sobre “de que forma a CLOC pode representar sua organização na América Latina?”, o dirigente da CNC, do Equador, respondeu:

“De acordo com a participação da CNC na CLOC temos visto que é um espaço descentralizado onde se realiza em consenso diferentes encontros e reuniões onde se avaliam e se definem as políticas que serão expressadas à opinião pública desde a CLOC e essas propostas também serão compartilhadas em comunidades e organizações camponesas e nas organizações que são parte da CLOC. Então, nesse tempo que nós temos participado, a maioria de suas propostas tem sido aceitas, então vemos que a CLOC sim, por um lado, acolhe o sentimento e o pensar das organizações

campesinas e, por outro lado, isso é complementado com diferentes encontros e também com escolas internacionais. Tudo isso permite que seja um espaço que contribui com as organizações campesinas.”

Essas informações nos permitem afirmar que um fato impulsionador da participação na CLOC é a existência de um espaço onde se discutem temas divergentes, sem a imposição de posições, e também, a construção de acordos e planos em comum através do consenso, ou seja, esse é um espaço que permite previamente a existência de dissensos para, na base do diálogo, alcançar posteriormente acordos em comum.

Outra dimensão da participação indicada pelos representantes das organizações é a comunicação e a informação sobre as diferentes realidades latino-americanas; entretanto, ela parece mediada pela interação presencial através de encontros e cursos. O dirigente da CCC, do México, quando questionado sobre “quais são os benefícios que sua organização tem em participar da CLOC?”, respondeu:

“Bom os benefícios são a informação e conhecimento da realidade que vive os camponeses da América Latina. Pessoalmente, acho que essas informações ajudam a organização a entender melhor a realidade que é a mesma entre todos os camponeses da América Latina e também, quase sempre, os mesmos problemas. Os mesmos desafios que enfrenta a nossa organização, a CCC, também enfrentam as organizações de outros países. De certa forma serve para que nossas lideranças, tanto nacional como dos municípios, participem dos encontros que se realizam e dos cursos de capacitação que são articulados pela CLOC, particularmente com o MST do Brasil.”

A luta de resistência ao neoliberalismo também é identificada através da participação coordenada dos movimentos. Segundo o dirigente da CNOC, da Guatemala:

“Olha, eu acho que a CLOC nos permite ter relações com outros países, e também tem nos permitido participar de fóruns, eventos internacionais para definição de posições políticas comuns a temas como o fator econômico, os impactos na economia camponesa e outros temas. E, após as consequências do neoliberalismo, nos permitiu entrar em contato com movimentos camponeses do México, da América Central e da América do Sul, para fixar posições conjuntas contra essas políticas que nos afetam. Então, esse é um benefício político que temos por parte da CLOC.”

Segundo a dirigente do MST, do Brasil:

“Preferia não falar de vantagens, né! Mas de qualquer maneira, nós vemos o Capital que se articula de uma forma globalizada que transcende as fronteiras nacionais. Do ponto de vista das lutas, das resistências dos movimentos camponeses de modo particular é importante que essa

articulação também extrapole as fronteiras do local, do nacional, né! Porque é o momento de articular resistências, de articular esperanças, essas coisas permitem que os movimentos sociais participem dessas articulações latino-americanas e internacionais, tendo mais força de luta, de resistência.”

Diz o dirigente da CONFEUNASSC, do Equador:

“Olha, aqui no Equador, nós os camponeses, temos nosso trabalho em *minga*, *minga* quer dizer trabalho coletivo, nos apoiar uns aos outros, significa o encontro com as famílias para conseguir resultados positivos. A *minga* tem como base a solidariedade e a complementaridade. Conseqüência disso que vivemos aqui no país, nós percebemos a necessidade de não estar só, mais bem fazer uma *minga* continental para lutar pela soberania alimentar, pela segurança social, pela economia solidária. Então, essa *minga* continental está expressa na CLOC o que nos permite enriquecer nossas propostas, intercambiar experiências, coordenar mobilizações e sobre tudo ser uma esperança continental para homens e mulheres do campo, para uma mudança.”

Conforme a dirigente do MMC, do Brasil:

“Não são benefícios que se tem com a CLOC, mas sim articulações com outras organizações de mulheres da América Latina.”

Essas afirmações nos permitem verificar que os níveis informacional e comunicacional da participação das organizações no interior da CLOC estão mediados, segundo a liderança da CCC do México, não apenas pela interação presencial, através de encontros, cursos de formação ou integração face a face, mas também está integrado às formas de luta das diversas organizações-membro e suas formas de resistência, ou como disse o dirigente da CONFEUNASSC, do Equador, contra as medidas de ajuste estrutural do modelo neoliberal implantadas na agricultura. Desta forma, confirma-se a dimensão espacial de Scherrer-Warren (2005a, 2006b), já que as redes sociais coletivas se caracterizam também por serem presenciais, criando territórios geograficamente delimitados, neste caso através de cursos de formação e intercâmbios políticos entre seus membros.

Finalmente, identificamos a participação como forma de articulação de setores específicos do movimento, como o de mulheres. Afirmamos que essas formas de participação fazem os atores se sentirem parte da CLOC, gerando uma identidade organizativa que caracteriza a própria coesão da Coordenadora, a ponto de distinguir quem está fora ou dentro do movimento. Esse fato tem relação com a dimensão temporal de Scherrer-Warren (2005a), que resgata valores culturais associados com novos ideários,

difundindo-os em tempo real, o que, no presente, está representado na solidariedade e na construção de projetos que aqui se apresentam como uma identidade de participação.

Verificamos também as dificuldades apresentadas para a participação das organizações-membro na CLOC. As dificuldades são expressas em dois aspectos: a falta de recursos e problemas na comunicação. Segundo o diálogo com o representante do setor de comunicação da MOCASE, da Argentina:

Pesquisadora: “Porque você acha que algumas organizações em certos momentos participam mais que outras na CLOC?”

Entrevistado: “Eu digo que é pelos recursos e pela falta de comunicação em alguns lugares, basicamente isso no tema de participação, porque passa não só por participar em assembléias, também precisa participar das atividades, como por exemplo a ‘*Cumbre dos povos*’, que se fez em *Mar del Plata* e que teve pouca presença da CLOC pelo que significa as despesas, isso é o que passa.”

Pesquisadora: “Quais são as dificuldades para participar dentro da CLOC?”

Entrevistado: “Por aí está o tema dos recursos para participar das reuniões ou encontros da CLOC. Isso implica em um deslocamento e despesas muito altas. Outra é que talvez não tenham Internet ou formas de se comunicar, então por aí achamos que sejam alguns problemas. Esses são para nós os principais eixos de problemas como a distância, os recursos e os meios de comunicação que não estão a serviço do povo como deveria ser.”

A representante do setor de comunicação da UST, da Argentina, respondeu:

“Uma das causas são os recursos. Como organização que está a cinco anos na CLOC vemos que essa é uma das causas. A outra é a falta de informação, como eu disse, ou praticamente não chegam as informações, ou as informações chegam um pouco tarde aos companheiros responsáveis que representam a organização.”

Segundo o dirigente da CSCB FTC, da Bolívia, as dificuldades de participação são:

“Algumas vezes o problema é de comunicação, digamos, não nos comunicamos a tempo e por isso não participamos.”

Já para o dirigente da CNA, do Peru:

“Como CNA estamos permanente informados, e sim temos toda a vontade de participar... o que nos impede de participar é o fator econômico que dificulta a participação nesse espaço.”

De acordo com a dirigente da CONAMURI, do Paraguai:

“Bom, cada país tem que estar articulado com as bases da CLOC e esta articulação aqui no Paraguai até agora não é muito constituída. Aqui estamos construindo esse espaço com as outras organizações do Paraguai. E também o que vemos, como organização de mulheres e junto com as outras organizações, é a falta de comunicação. A maior dificuldade que a gente tem é a comunicação, porque nós recebemos os documentos no último momento ou nós demoramos demais em responder as propostas ou pedidos que chegam de outros países e exatamente essa é uma das maiores dificuldades que temos agora.”

Questionado sobre “qual organização é responsável atualmente pela manutenção do site da CLOC?” o dirigente da CPP, do Peru, respondeu:

“Agora, digamos, a responsabilidade direta do *site* da CLOC está na Guatemala. Para a secretaria executiva e para a coordenação, que antigamente estava na Guatemala, existe uma dificuldade porque os companheiros da Guatemala tinham que entregar a responsabilidade para nova organização que é a CONAMUCA. Então nesse momento a situação atual está no ar. Não se definiu essa responsabilidade ainda.”

Para o representante do setor de comunicação do MCC, da Argentina:

“Porque somos uma organização muito nova, temos problemas para manter o trabalho e a participação interna dentro da CLOC. Para que aumente a presença de companheiros do campo na nossa organização, por exemplo, a grande maioria de nossos companheiros trabalharam na criação de animais, então para que esse companheiro participe de um encontro da CLOC temos que ver como fazemos para cobrir seu trabalho na roça. Temos uma grande força e vontade para participar e fazer coisas, mas não se pode porque as vezes não há condições para participar.”

Como verificamos de forma unânime, a falta de recursos é o fator principal na ordem das dificuldades para participar da articulação continental da CLOC. No entanto, nossos dados nos permitem afirmar que, na dimensão das falhas comunicacionais, existem diversos aspectos a ser ressaltados. O primeiro aparece como a falta de democratização da infraestrutura dos meios de comunicação, como assinala o representante do MOCASE, da Argentina, afirmando que “não estão ao serviço do povo”.

O segundo é a existência de duas dificuldades sobre a comunicação na participação da CLOC: por um lado, é a denúncia de recebimento tardio das informações dos responsáveis pela difusão de informação da CLOC, o que corresponde a uma dificuldade externa da organização, como o demonstra a entrevistada da UST da Argentina. Por

outro, são as falhas de comunicação interna da organização, como falou o entrevistado da CSCB FTC da Bolívia. Por último, o repasse da antiga secretaria operativa à atual, que ainda não foi concluído e atrapalha a responsabilidade da manutenção do *site* da CLOC.

4.8 MAPEANDO A REDE DE REDES DA CLOC

Até aqui observamos os interesses e as dificuldades de participação, os conflitos internos, as dificuldades de inserção e a ação dos atores sociais envolvidos, em uma perspectiva idiográfica, em que o objetivo foi caracterizar a CLOC como rede de redes, considerando os complexos repertórios que a compõem como estruturas polissêmicas, inclusive com ações de poder contraditórias. Agora passamos à segunda etapa da análise, mapeando quais são as posições das organizações-membro, alcançando dessa forma o terceiro objetivo específico da nossa pesquisa.

Na análise de redes sociais, observar as posições que existem no seu interior foi uma das primeiras preocupações dos pesquisadores, como descrito no nosso marco teórico no capítulo 3.7 Após a caracterização e a observação de elementos das três dimensões da rede de redes da CLOC e de seus conflitos em uma perspectiva idiográfica, agora, dialogando com a perspectiva sistêmica, mapeamos as posições dos atores da rede através da sociomatriz e do sociograma como ferramentas metodológicas.

4.8.1 Sociomatriz da CLOC

O método utilizado para o mapeamento foi a construção de um sociograma e de uma sociomatriz, como explicitado na metodologia adotada para a nossa pesquisa no capítulo 4.1.5 Nas entrevistas realizadas, uma das perguntas aos entrevistados foi quais eram as organizações com as quais eles possuíam relações mais próximas. Essa pergunta foi feita sem delimitar a quantidade de organizações a serem citadas pelo representante. A partir das respostas, construímos uma sociomatriz em que podemos visualizar o total das relações entre as organizações-membro da CLOC.

Na coluna à direita da sociomatriz, encontramos as organizações que foram entrevistadas (Org. Entrev.); na linha superior e inferior, encontramos tanto as organizações que foram entrevistadas, quanto as que

foram citadas como parte do círculo de relacionamento (Organizações escolhidas - com quem possuem relações mais próximas).

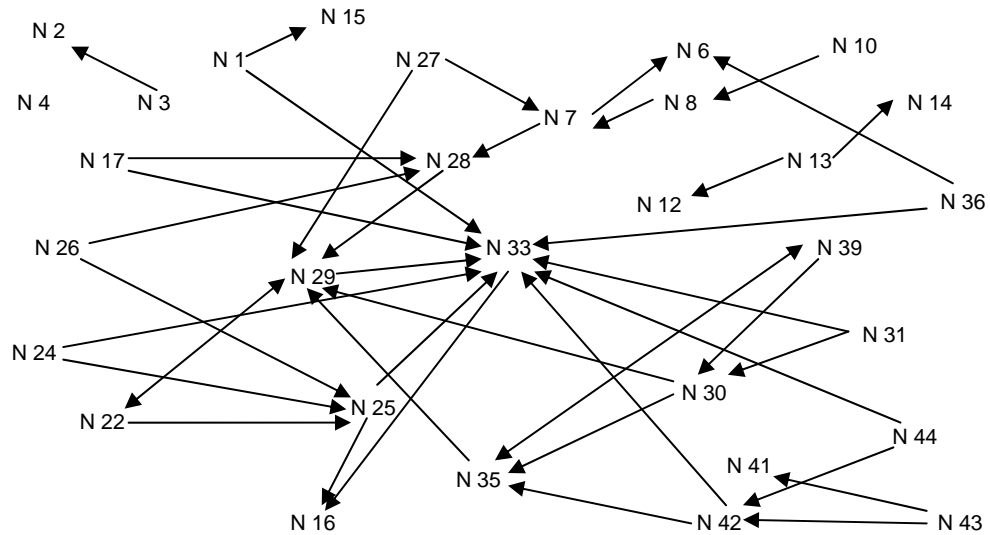
Cada grupo de organizações-membro possui uma cor que representa o país do qual fazem parte. Além disso, cada uma possui um número (nºorg.) que foi utilizado para identificá-las no sociograma. Todas as organizações identificadas pelos entrevistados foram assinaladas pelo número 1 no quadro central da sociomatrix e, para construção do sociograma, identificamos a primeira organização citada com a cor vermelha e, a segunda, com a cor verde.

O Total representa a quantidade de vezes que a organização foi citada como parceira pelos entrevistados. O Total 1ª representa a quantidade de vezes que a organização foi citada em primeiro ou em segundo lugar pelas organizações entrevistadas.

4.8.2 Sociograma da CLOC

No sociograma (p.144), construído a partir dos dados da sociomatrix (p.143), encontramos todas as organizações entrevistadas e as não-entrevistadas que foram citadas como parceiras, representadas pela letra N, seguida do número que foi atribuído a ela na sociomatrix (linha nº org.). Ele será a base para analisarmos algumas das posições existentes na rede de redes da CLOC e suas possíveis causas. Esclarecemos que esse desenho representa apenas uma parte da complexa rede de redes da CLOC, visto que entrevistamos uma amostra de 24 das 70 organizações identificadas como membros da CLOC, representando assim 34% do universo.

Sociograma 1 – Sociograma da CLOC



Legenda Sociograma

| Nº | sigla/ abreviatura | organização | país |
|-----|--------------------|--|------|
| N1 | CCC | Central Campesina Cardenista | MEX |
| N2 | CIOAC | Central Independiente de Obreros Agrícolas y Campesinos | |
| N3 | CODUC | Coalición de Organizaciones Democráticas, Urbanas y Campesinas | |
| N4 | CNPA | Coordinadora Nacional Plan de Ayala | |
| N6 | CONIC | Coordinadora Nacional Indígena y Campesina | GUA |
| N7 | CNOC | Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas | |
| N8 | MICSP | Movimiento Indígena, Campesino, Sindical y Popular | |
| N10 | CONAVIGUA | Coordinadora Nacional de Viudas de Guatemala | |
| N12 | COCOCH | Consejo Coordinador de Organizaciones Campesinas de Honduras | HON |
| N13 | CNTC | Confederación Nacional de Trabajadores Campesinos | |
| N14 | ATC | Asociación Nacional de Trabajadores del Campo | NIC |
| N15 | ANAP | Asociación Nacional de Agricultores Pequeños | CUB |
| N16 | CONAMUCA | Confederación Nacional de Mujeres del Campo | DOM |
| N17 | CÁNEZ | Coordinadora Agraria Nacional Ezequiel Zamora | VEN |
| N22 | CONFUNASSC | Confederación Unica Nacional de Afiliados al Seguro Campesino | EQU |
| N24 | CNC | Coordinadora Nacional Campesina | |
| N25 | CCP | Confederación Campesina del Perú | PER |
| N26 | CNA | Confederación Nacional Agraria | |
| N27 | CSCB/ FTC | Confederación Sindical de Colonizadores de Bolivia | |
| N28 | CSUTCB | Confederación Sindical Unica de Trabajadores Campesinos de Bolivia | BOL |
| N29 | FNMCB-BS | Federación Nacional de Mujeres Campesinas de Bolivia "Bartolina Sisa" | |
| N30 | MMC | Movimento de Mulheres Camponesas | BRA |
| N31 | MAB | Movimento dos Atingidos por Barragens | |
| N33 | MST | Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra | |
| N35 | ANAMURI | Asociación Nacional de Mujeres Indígenas | CHI |
| N36 | Nehuen | Confederacion Campesina El Surco | |
| N39 | CONAMURI | Coordinadora Nacional de Organizaciones de Mujeres Rurales e Indígenas de Paraguay | PAR |
| N41 | APENOC | Asociación de Productores del Noroeste de Córdoba | ARG |
| N42 | MOCASE | Movimiento Campesino de Santiago del Estero | |
| N43 | MCC | Movimiento Campesino de Cordoba | |
| N44 | UST | Unión Sin Tierra | |

[Elaborado por M. Zampier, 2007]

4.9 CENTRALIDADE NA REDE

A partir do recorte da nossa pesquisa, identificamos três níveis de organizações que possuem posições centrais na rede. Em primeiro lugar, aparece o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – Brasil (N33) identificado no sociograma (p.144), por 9 organizações, como a relação mais próxima no interior da rede. Como pode ser observado na sociomatrix (p.143), 15 organizações apontam o MST como parceiro. Em segundo lugar, aparece a *Federación Nacional de Mujeres Campesinas de Bolívia – Bartolina Sisa* (FNMCB-BS) – Bolívia (N29), identificada por 5 organizações como a relação mais próxima na rede; na sociomatrix (p.143), 8 organizações que as identificam como parceira.

Em terceiro lugar, aparecem três organizações: a *Confederación Campesina del Perú* (CPP) - Peru (N25), identificada por 3 organizações como a relação mais próxima na rede e por 7 organizações como parceira na sociomatrix (p.143). A *Asociación Nacional de Mujeres Indígenas* (ANAMURI) – Chile (N35) também é identificada por 3 organizações como a relação mais próxima na rede e por 5 como parceira.

A *Confederación Sindical Unica de Trabajadores Campesinos de Bolívia* (CSUTCB) – Bolívia (N28), que aparece identificada no sociograma por 3 organizações, e na sociomatrix (p.143), por 6 organizações, é uma classificação que deve ser explicada à parte. Ela foi citada pelos entrevistados como os “*Cocaleros de Bolívia*”, sendo assim, explicamos que os “*Cocaleros de Bolívia*” são as “*Seis Federaciones del Tropico Cocaleiro*”, localizada no Chapare no Departamento de Cochabamba (províncias de Chapare, Tiraque e Carrasco).

Essas federações estão inseridas na rede de redes nacional da *Confederación Sindical Unica de Trabajadores Campesinos de Bolívia* (CSUTCB) (N28), que é um dos membros da CLOC. Nesse contexto é que indicamos a CSUTCB (N28) como receptora dos laços das organizações entrevistadas. Esse fato confirma mais uma vez o conceito de rede de redes utilizado no nosso marco teórico.

Identificadas as organizações que possuem uma posição central na rede de redes analisada, passamos a descrever o papel dessas organizações e suas particulares influências nas relações internas da CLOC, a partir da proposta teórica de Diani (2003), o que foi confirmado pelas falas dos entrevistados. Em sua pesquisa sobre redes ambientais na região metropolitana de Milão, na Itália, Diani (2003) destacou três características dos atores centrais que também podem ser observadas no nosso trabalho.

A primeira característica é que a centralidade leva a uma influência particular da organização, rendendo maiores visibilidade e capacidade de trabalhar, possibilitando assim múltiplas colaborações e, de alguma forma, permitindo também transpassar as barreiras nos diferentes setores do movimento, mediando entre os divergentes interesses e diferentes pontos de vista.

Com a existência de conflitos na rede, já observados na dimensão social estratégica, destacamos agora o fenômeno do uso da centralidade dos atores no sentido de contribuir para a resolução dos problemas internos, como demonstrado na já citada fala do dirigente da CONFEUNASSC, do Peru, onde identificamos 3 atores centrais mediando o conflito:

Pesquisadora: “Como vocês superaram o problema com a FENOCIM (...)?”

Entrevistado: “O primeiro se resolveu falando com outras organizações, como o MST, a CCP do Peru, o Movimento Cocaleiro das 7 *Federaciones del Trópico de Cochabamba* [Bolívia], (...) basicamente fazendo uma espécie de revolução no interior da CLOC no México [no III Congresso da CLOC], porque não queriam que participássemos (...) então conseguimos dialogar na CLOC e diante da oposição, como dizemos ‘dos FENOCIN’, fomos admitidos tanto na CLOC como na Via Campesina (...) Em todo caso, alianças com o mesmo Evo Morales, com os companheiros Sem Terra, eles sim viram que nós éramos uma força representativa no país. Por isso, mesmo com as confusões que existiam, fomos admitidos na CLOC”.

A respeito da maior capacidade de trabalhar, identificamos o papel da segunda organização central na rede, a FNMCB-BS – Bolívia (N29), como elo fundamental para o fluxo de informações entre as organizações-membro da CLOC na Bolívia. Segundo o dirigente da *Confederación Sindical de Colonizadores de Bolivia* (CSCB FTC) (N13), da Bolívia:

Pesquisadora: “Vocês conhecem quem é atual secretaria operativa da CLOC?”

Entrevistado: “Olha, não participamos no último congresso da CLOC, não conseguimos participar, então não sabemos, mas eu o que conheço é a Nemésia Achacollo [dirigente de relações internacionais da FNMCB-BS], ela é parte da *Federación Nacional de Mujeres Campesinas de Bolívia* e repassa depois pra gente. Nesses momentos não sei quem é a secretaria operativa, mas sei que a Nemésia conhece os companheiros dos outros países.”

Pesquisadora: “Como a CLOC se comunica com vocês?”

Entrevistado: “Como te disse, nos não temos Internet nem página *web*, e só temos telefone e fax, e como já disse a Nemésia é parte da *Federación Nacional de Mujeres Campesinas de Bolívia* e ela ajuda a gente.”

Uma segunda característica dos atores centrais, segundo Diani (2003), é a capacidade de cobrir não somente um grande número de questões, mas também diversificados temas em relação aos outros membros. Segundo o diálogo com o representante de comunicação da *Coordinadora Nacional Campesina (CNC)* (N10), do Equador:

Pesquisadora: “Quais são as organizações que têm um maior protagonismo na CLOC?”

Entrevistado: “Bom, em certa medida é também por coisas naturais. Por exemplo, o MST é uma organização muito grande, com muita história e experiência também, não somente na linha campesina mas em outros espaços também. Existe outra organização antiga que participa da CLOC que se chama *Coordinadora Campesina de Peru*, a CCP, esta organização é por antiguidade.”

A terceira característica, segundo Diani (2003), é que a construção de alianças fortalecidas depende da estabilização da estrutura da organização, da quantidade de informação que se possui sobre essa organização, e da percepção, por parte dos outros atores, da organização central como um ator político relevante com visibilidade pública que se confirma através da história da organização. Essas características não são adquiridas de uma hora para outra, assim organizações mais recentes não teriam posições centrais. Segundo o diálogo com o representante de comunicação da CCP, do Peru:

Pesquisadora: “Quais são as organizações que mais se destacam ao interior da CLOC?”

Entrevistado: “Nós valorizamos muito o trabalho do MST do Brasil, em primeiro lugar, porque consideramos que é uma das organizações camponesas mais representativas da América Latina. É uma das organizações que tem desenvolvendo uma das lutas mais importantes como é a reforma agrária e além disso, apesar de ser uma organização relativamente nova, nessa trajetória tem demonstrado ter consequência e

capacidade de organização e, portanto adquiriu um caráter tão preponderante como organização camponesa da América Latina. Também tem a sua infraestrutura pela qual permite conseguirem ser um ponto de apoio para as diversas organizações camponesas, que somos parte da CLOC. Mas também achamos importante as contribuições da organização de pequenos agricultores de Cuba [ANAP] que contribuem desde sua experiência, dado que é um país diferente do nosso, é outro tipo de governo com outro tipo de organização social. E também destacamos a contribuição das companheiras de ANAMURI do Chile, sobretudo porque expressam a participação social de uma minoria étnica como são as organizações Mapuches que geralmente no espaço oficial dos meios oficiais chilenos e da América Latina não aparecem muito. Então, a ANAMURI contribui para dar visibilidade a estas organizações que são minorias excluídas. Assim, essas são as organizações que nos parecem importantes sem desmerecer o papel das outras organizações como são as Colombianas que, em meio da guerra interna que atravessa o país fazem esforços para subsistir, não só como subsistência, mas também como uma alternativa para os camponeses”.

Segundo o diálogo com o representante do setor de comunicação do MCC, da Argentina:

Pesquisadora: “Quais as organizações que mais se destacam e tem maior protagonismo na participação dentro da CLOC?”

Entrevistado: “Existem organizações que pela sua historia tem um alto protagonismo, tem o MST de Brasil, as mulheres de ANAMURI, os da Guatemala, os do México, da UNORCA.”

Segundo a dirigente do MMC, do Brasil:

“É uma questão histórica também para existir o destaque de certas organizações.”

Segundo o dirigente da CONFEUNASSC, do Equador:

“Deixa eu ver, a preponderância maior é do Movimento Sem Terra [MST - Brasil], e dos Cocaleros, acho que eles são referência bastante grande, eles se expressam na *Bartolina Sisa*, e nas seis federações do trópico e a outra que nos parece é a CONIC [*Coordinadora Nacional Indígena y Campesina*] de Guatemala.”

Se num primeiro momento se confirmam as diversas características notadas por Diani, em um segundo momento identificamos outros aspectos não apenas das posições centrais da rede de redes da CLOC, mas também das posições periféricas desta organização.

Um interessante fenômeno que podemos verificar é que os atores observados pelo sociograma (p.144) com posições periféricas na rede são os que estão com as sedes das secretarias operativas da CLOC. O primeiro exemplo está na organização responsável pela secretaria operativa da região andina da CLOC, que atualmente está a cargo da Venezuela com a

Coordinadora Agraria Nacional Ezequiel Zamora (CANEZ) (N17), que não foi indicada como parceira principal por nenhuma organização, entretanto, pela sociomatriz (p.143), observamos que ela foi citada por 5 organizações como parceira.

O segundo exemplo está na organização responsável pela secretaria operativa da região Cone-Sul da CLOC, que atualmente está a cargo do *Movimiento Campesino Paraguayo (MCP)* – Paraguai (N38), que não foi representado no sociograma (p.144), mas, na sociomatriz (p.143), foi citado por 2 organizações como parceiro.

O último exemplo disso está na atual secretaria operativa da CLOC, que se encontra a cargo da República Dominicana através da *Confederación Nacional de Mujeres del Campo (CONAMUCA)* (N16). Observando a posição da CONAMUCA no sociograma (p.144) verificamos que apenas 2 organizações a identificaram como parceira, o MST – Brasil (N33) e a CPP – Peru (N25); essas duas organizações caracterizam-se por estarem nas posições centrais da rede. Entretanto, essa “não-centralidade” da organização responsável pela secretaria operativa da CLOC se ameniza quando, pela sociomatriz (p.143), identificamos que ela foi citada por 5 organizações como parceira.

O caso da CONAMUCA (N16), que está atualmente com a secretaria operativa e que não aparece como organização central na rede, torna-se mais interessante quando várias organizações apontam o não-conhecimento do trabalho desenvolvido pela organização, como pode ser observado nas entrevistas. Segundo o dirigente da CONFEUNASSC, do Equador:

“Com sinceridade nos não conhecemos o trabalho da CONAMUCA, e mais, não recebemos nenhuma informação e nenhum convite e nenhum contato com a organização. Aí eu acho que existe uma debilidade, aí posso dizer como que alguma coisa está passando, porque antes nós tínhamos o contato quando estavam os companheiros de CONIC, o companheiro que estava responsável pela secretaria anterior, mas agora não temos nenhum contato.”

Fala o dirigente da CNC, do Equador:

“Em realidade não conhecemos muito a organização específica. Conhecemos as organizações que fazemos intercâmbios como algumas organizações de Brasil e Bolívia onde alguns companheiros conseguiram fazer intercâmbio com suas organizações de base. Lamentavelmente com

CONAMUCA não tivemos a oportunidade de que um dos companheiros pudesse conhecer um pouco mais a fundo essa organização.”

Conforme o diálogo com o dirigente da UNORCA, do México:

Pesquisadora: “Conhecem o trabalho a CONAMUCA?”

Entrevistado: “Não existe maior referência no particular.”

Segundo o diálogo com o representante da CPP, do Peru:

Pesquisadora: “A CCP conhece o trabalho que a CONAMUCA desenvolve atualmente?”

Entrevistado: “A gente se encontra nas diferentes reuniões, e sim nos interessa o trabalho da CONAMUCA. É uma temática específica das mulheres camponesas, nós aqui na CCP damos importância a temática das mulheres camponesas, a diferença com a CONAMUCA é que a CCP é uma organização mista, onde confluem homens assim como mulheres camponesas mas como parte de uma mesma Federação, assim, nos interessa conhecer de perto as experiências de CONAMUCA para ver como compartilhá-las praticá-las na nossa organização.”

Conforme o representante da MOCASE, da Argentina:

Pesquisadora: “Você conhece o trabalho da secretaria operativa da CLOC, a CONAMUCA?”

Entrevistado: “Existem companheiras nossas que participaram em escolas regionais de mulheres da CLOC, uma se fez no Chile, outra na Argentina e também no Brasil. Aí elas as conheceram, mas não tenho muita informação, mas já tivemos intercâmbio com elas.”

Segundo o representante da CNTC, de Honduras:

Pesquisadora: “Vocês conhecem o trabalho da CONAMUCA?”

Entrevistado: “Não muito.”

Diz o dirigente da CSUTCB, Bolívia:

Pesquisadora: “Vocês conhecem o trabalho da CONAMUCA?”

Entrevistado: “Sim, conhecemos, mas não temos coordenação.”

Respondeu o dirigente da CSCB FTC, da Bolívia:

Pesquisadora: “Conhecem quem é a atual secretaria operativa da CLOC?”

Entrevistado: “Olha, não participamos em relação ao último congresso da CLOC, não conseguimos participar, então não sabemos ...”

Algumas organizações têm informações e desenvolvem trabalho com ela. Entre as organizações que a conhecem, destacamos que 2 são

identificadas como centrais na rede. Segundo o representante da CNOG, da Guatemala:

Pesquisadora: “Vocês conhecem o trabalho da CONAMUCA?”

Entrevistado: “Sim, claro. Nós temos informações e recebemos informações através da *Mesa Campesina Centro Americana* e da Via Campesina Centro Americana. Digamos, então, a partir daí se canaliza a informação. Através da página, também se canaliza informação. Nós temos uma coordenação constante e é fluída a informação que nos enviam.”

A dirigente da FNMCB-BS, da Bolívia, relatou:

Pesquisadora: “Vocês conhecem o trabalho da CONAMUCA?”

Entrevistada: “Sim, nos levamos bem via Internet. Na última reunião de mulheres aqui em Cochabamba criamos laços fortes, mas também tivemos a oportunidade de conhecer pessoalmente o trabalho da República Dominicana e aí fizemos o plano de trabalho operativo das organizações de mulheres, fizemos conjuntamente com elas.”

Segundo a representante do MST, Brasil:

Pesquisadora: “O MST conhece o trabalho de CONAMUCA?”

Entrevistada: “Sim. Ela é uma das organizações fundadoras da CLOC, ela é uma organização de mulheres camponesas que desde o início sempre esteve atuante, eu lembro que fui representando ao movimento no congresso da CONAMUCA em Santo Domingo, fiquei impressionada de ver a força do movimento das mulheres, da articulação que elas têm. Você vê toda essa ofensiva do neoliberalismo, especialmente em Santo Domingo. A CONAMUCA é uma organização que resiste no campo com sua especificidade, com sua mística de luta, um país negro, e é muito forte a luta das mulheres, aí você vê que CONAMUCA dentro da CLOC sempre foi muito atuante na articulação das mulheres latinoamericanas, então tem mulheres muito guerreiras, lideranças muito marcantes. Enfim eu penso que elas tem um trabalho muito forte, com uma relação muito consolidada de muitos anos de prática. E outra, elas têm uma proximidade muito boa com as organizações do Haiti, que estão passando por um momento muito difícil, elas tem boas relações com essas organizações membros da CLOC, ela é uma organização atuante.”

Assim, observamos que a CONAMUCA, uma organização com 25 anos de existência, está fortalecida no seu trabalho local, mas existe ainda o desafio de se projetar internacionalmente. Especialmente quando vemos que, das onze organizações consultadas neste aspecto, 8 afirmaram não ter conhecimento do trabalho da atual secretaria e só 3 afirmaram que sim, o que nos permite concordar com Escobar (2000) e Lopes (2006) que as redes se expandem, se encolhem, ganham e perdem membros ao longo de sua

existência sem perder a identidade e, como mostra nossa análise, os membros também podem não se conhecer.

Esse fenômeno das organizações “periféricas” serem as sedes das secretarias operativas também caracteriza uma dinâmica interna da CLOC, onde possuir a secretaria operativa da articulação internacional latino-americana não deveria significar poder ou status, e sim mais uma tarefa coletiva que a organização-membro tem que ajudar a cumprir.

Nesse aspecto, também observamos que não é necessário que a organização sede da secretaria seja consolidada em nível comunicacional e em outras condições objetivas para hospedar a secretaria, pois esse processo é visto, pelo movimento social articulado em rede, como um aprendizado e também uma forma de fortalecer a organização que está recebendo a tarefa, fato que aprofundaremos ao observar a participação da CONAMUNCA no *site* da CLOC.

Com a constatação de que uma das dificuldades de participação na CLOC é a comunicação, além das dificuldades já apresentadas em relação à secretaria operativa da CLOC, continuamos a nossa análise sobre a perspectiva da apropriação das tecnologias comunicacionais pelos movimentos sociais do campo na América Latina, aprofundando ainda mais o que já foi observado na primeira parte desse estudo por meio do coletivo em rede da CLOC. Com isso, alcançamos o objetivo geral da nossa pesquisa – de analisar a infra-estrutura e a forma de comunicação que caracterizam a CLOC para posteriormente observar como elas influenciam as posições das organizações dentro da rede em uma perspectiva idiográfica.

4.10 PARTICIPAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES NO SITE DA CLOC: DIFUSÃO DE INFORMAÇÃO, APROPRIAÇÃO DAS TICs E SOLIDARIEDADE

A partir da análise documental, estruturamos a presença de cada organização no *site* da CLOC por meio de gráficos de participação nos anos de 2003, 2004, 2005 e 2006, localizando-nos dessa forma na terceira etapa da análise dos dados. Este desenho nos permitirá visualizar, com precisão, os diferentes níveis de presença que adquirem as organizações no processo

de interação com o *site* da CLOC. Os gráficos servem de ponto de partida para compreender posteriormente as justificativas dos atores para maior ou menor participação das organizações nesse *site*.

O total de participação anual das organizações-membro (100%), resultado da soma de todas as organizações apresentadas nos quatro gráficos anuais, é referente à soma da porcentagem da participação anual das regionais da CLOC. No ano de 2003, esse total foi de 20% (gráfico 1, p.112); no ano de 2004, o total foi de 18% (gráfico 2, p.113); no ano de 2005, o total foi de 46% (gráfico 3, p.114); e no ano de 2006, foi de 41% (gráfico 4, p.115).

Para a leitura dos gráficos, cada organização que teve alguma participação no *site* durante do ano analisado está com sua sigla no eixo x, e cada uma das barras possui cores diferenciadas que representam o país das organizações, no sentido de facilitar a visualização da participação por país. Os significados das siglas e das cores podem ser lidos através das legendas que seguem cada um dos gráficos.

No gráfico 5 (p.155), notamos que, em 2003, a ANAMURI – Chile (cor vermelha) teve a maior presença expressa em 11%, seguida pela ANUC-UR – Colômbia (cor azul pálido) e FENSUGRO – Colômbia (cor azul pálido) ambas com 9%; pela CONIC – Guatemala (cor verde) e o MPP – Haiti (cor azul-escuro), ambas com 7%; e pelos dois últimos grupos, o primeiro com um 5% de participação, e o segundo grupo com 2%.

No gráfico 6 (p.156), identificamos que, em 2004, a ATC – Nicarágua (cor verde brilhante) e a FENSUGRO – Colômbia (cor azul pálido) tiveram a maior presença expressa em 17%, seguida de 11% do grupo da CONIC – Guatemala (cor verde), Plataforma Agrária – Guatemala (cor verde), ANAMURI – Chile (cor vermelha) e a CONAMURI – Paraguai (cor laranja), e de 6% do segundo grupo

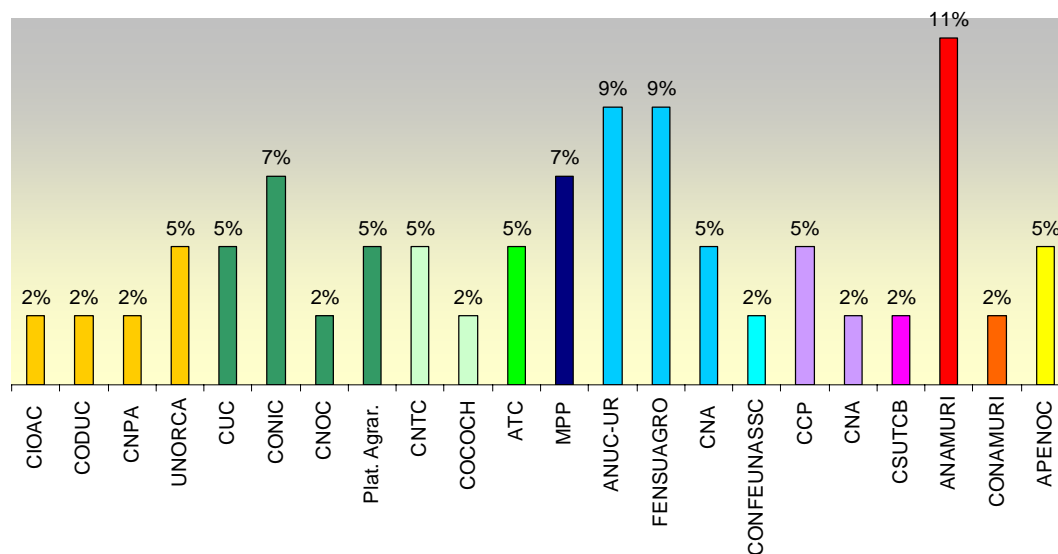
No gráfico 7 (p.158), verificamos que, no ano de 2005, a maior presença com 11% de participação é da CUC – Guatemala (cor verde); em segundo lugar, aparece com 10%, a CONIC – Guatemala (cor verde); em terceiro lugar, com 6% de participação, aparecem a ANAMURI – Chile (cor vermelha) e a CONAMURI – Paraguai (cor laranja); em quarto lugar, com

5%, aparecem a CANEZ – Venezuela (cor cinza), a FENSUGRO – Colômbia (cor azul pálido), e a CPP – Peru (cor lavanda).

No gráfico 8 (p.160), observamos que, no ano de 2006, a maior presença com 15% de participação é da CNOC – Guatemala (cor verde); em segundo lugar, aparece com 13% a CONIC – Guatemala (cor verde); em terceiro lugar, com 10% de participação, aparece o MCNOC – Paraguai (cor laranja); em quarto lugar, com 8%, aparecem a Plataforma Agrária – Guatemala (cor verde), e a FENSUAGRO – Colômbia (cor azul pálido); em quinto lugar, com 5%, aparecem o MICSP – Guatemala (cor verde), e ANUC UR – Colômbia (cor azul pálido).

Gráfico 5 – Participação das organizações-membro no site da CLOC, ano 2003

(<http://movimientos.org/cloc/>)



[Elaborado por M. Zampier, 2007]

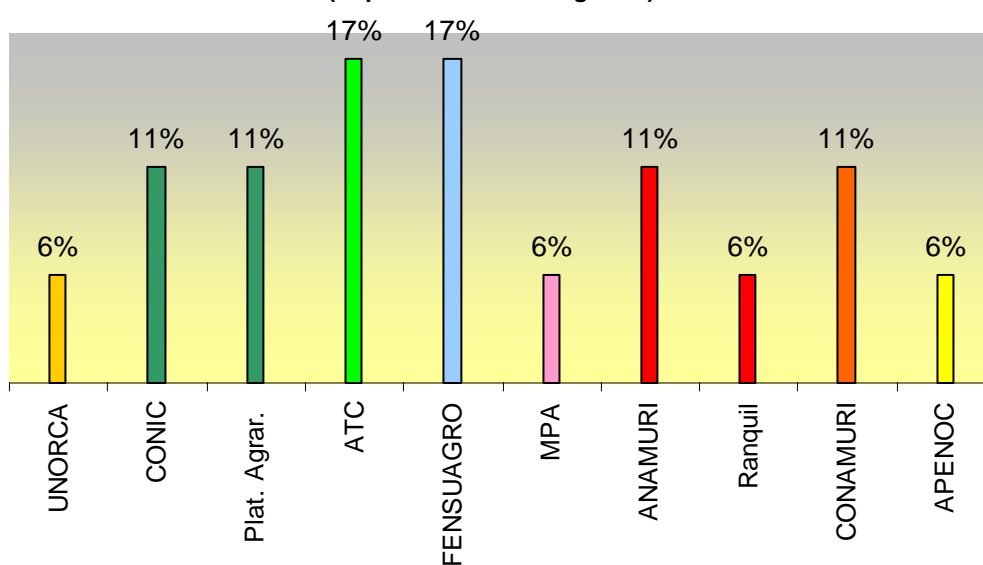
Legenda do Gráfico 5

| sigla/ abreviatura | organização | país | nº de organizações do país que participam da CLOC |
|--------------------|--|------------------|---|
| CIOAC | 1)Central Independiente de Obreros Agrícolas y Campesinos | 1)México | 6 |
| CODUC | 2)Coalición de Organizaciones Democráticas, Urbanas y Campesinas | | |
| CNPA | 3)Coordinadora Nacional Plan de Ayala | | |
| UNORCA | 4)Unión Nacional de Organizaciones Regionales Campesinas Autónomas | | |
| CUC | 1)Comite de Unidad Campesina | 2)Guatemala | 7 |
| CONIC | 2)Coordinadora Nacional Indígena y Campesina | | |
| CNOC | 3)Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas | | |
| Plat. Agrar. | 4)Plataforma Agraria | | |
| CNTC | 1)Confederación Nacional de Trabajadores Campesinos | 3)Honduras | 2 |
| COCOCH | 2)Consejo Coordinador de Organizaciones Campesinas de Honduras | | |
| ATC | 1)Asociación Nacional de Trabajadores del Campo | 4)Nicaragua | 2 |
| MPP | 1)Mouvement Paysan Papaye | 5)Haiti | 2 |
| ANUC-UR | 1)Asociación Nacional de Usuarios Campesinos Unidad y Reconstrucción | 6)Colômbia | 3 |
| FENSUAGRO | 2)Federación Nacional Sindical Unitaria Agropecuaria | | |
| CNA | 3)Coordinador Nacional Agrario | | |
| CONFUNASSC | 1)Confederación Unica Nacional de Afiliados al Seguro Campesino | 7)Ecuador | 3 |
| CCP | 1)Confederación Campesina del Perú | 8)Peru | 2 |
| CNA | 2)Confederación Nacional Agraria | | |
| CSUTCB | 1)Confederación Sindical Unica de Trabajadores Campesinos de Bolivia | 9)Bolivia | 5 |
| ANAMURI | 1)Asociación Nacional de Mujeres Indigenas | 10)Chile | 5 |
| CONAMURI | 1)Coordinadora Nacional de Organizaciones de Mujeres Rurales e Indígenas de Paraguay | 11)Paraguay | 6 |
| APENOC | 1)Asociación de Productores del Noroeste de Córdoba | 12)Argentina | 9 |
| 22 | 22 organizações | 12 países | 52 |

[Elaborado por M. Zampier, 2007]

Gráfico 6 – Participação das organizações-membro no site da CLOC, ano 2004

(<http://movimientos.org/cloc/>)



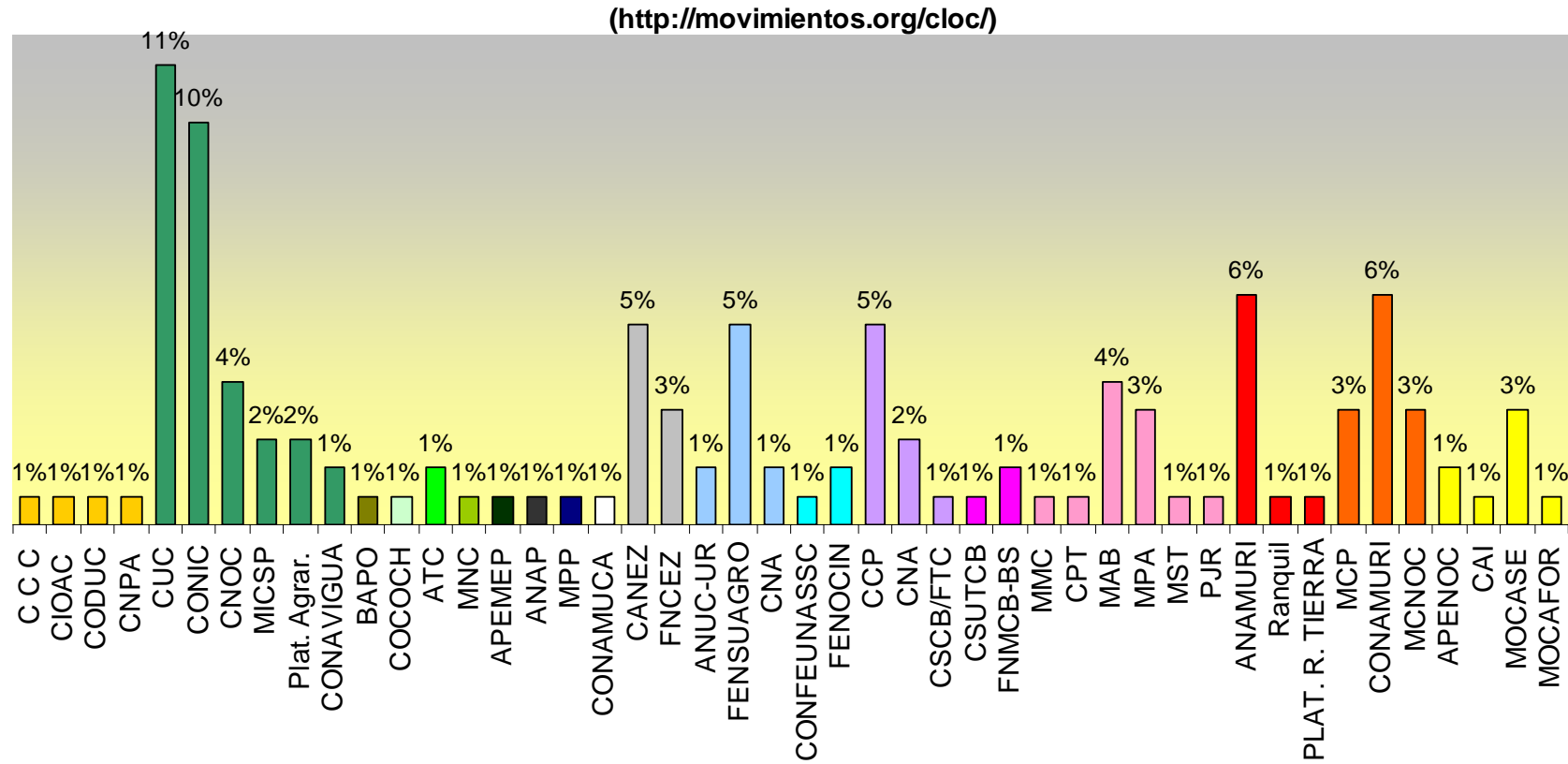
[Elaborado por M. Zampier, 2007]

Legenda do Gráfico 6

| sigla / abreviatura | organização | país | nº de organizações do país que participam da CLOC |
|------------------------|---|-----------------|--|
| UNORCA | 1) Unión Nacional de Organizaciones Regionales Campesinas Autónomas | 1) México | 6 |
| CONIC | 1) Coordinadora Nacional Indígena y Campesina | 2) Guatemala | 7 |
| Plat. Agrar. | 2) Plataforma Agraria | | |
| ATC | 1) Asociación Nacional de Trabajadores del Campo | 3) Nicaragua | 2 |
| FENSUAGRO | 1) Federación Nacional Sindical Unitaria Agropecuaria | 4) Colombia | 3 |
| MPA | 1) Movimento dos Pequenos Agricultores | 5) Brasil | 8 |
| ANAMURI | 1) Asociación Nacional de Mujeres Indígenas | 6) Chile | 5 |
| Ranquil | 2) Confederación Campesina El Surco | | |
| CONAMURI | 1) Coordinadora Nacional de Organizaciones de Mujeres Rurales e Indígenas de Paraguay | 7) Paraguay | 6 |
| APENOC | 1) Asociación de Productores del Noroeste de Córdoba | 8) Argentina | 9 |
| 10 | 10 organizações | 8 países | 46 |

[Elaborado por M. Zampier, 2007]

Gráfico 7 – Participação das organizações-membro no site da CLOC, ano 2005



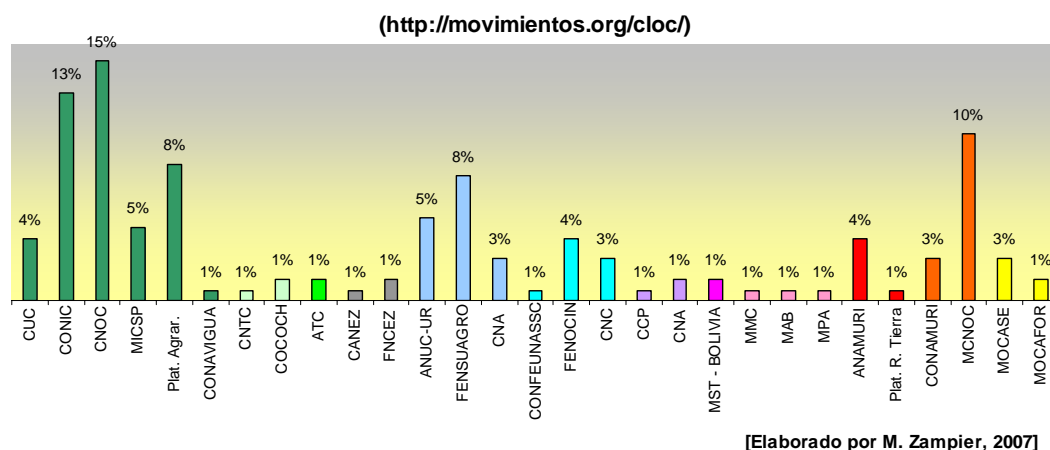
[Elaborado por M. Zampier, 2007]

Legenda do Gráfico 7

| sigla/ abreviatura | organização | país | nº de organizações do país que participam da CLOC |
|--------------------|--|-------------------------|---|
| C C C | 1)Central Campesina Cardenista | 1)México | 6 |
| CIOAC | 2)Central Independiente de Obreros Agrícolas y Campesinos | | |
| CODUC | 3)Coalición de Organizaciones Democráticas, Urbanas y Campesinas | | |
| CNPA | 4)Coordinadora Nacional Plan de Ayala | | |
| CUC | 1)Comite de Unidad Campesina | 2)Guatemala | 7 |
| CONIC | 2)Coordinadora Nacional Indígena y Campesina | | |
| CNOC | 3)Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas | | |
| MICSP | 4)Movimiento Indígena, Campesino, Sindical y Popular | | |
| Plat. Agrar. | 5)Plataforma Agraria | | |
| CONAVIGUA | 6)Coordinadora Nacional de Viudas de Guatemala | | |
| BAPO | 1)Belize Association of Producers Organization | 3)Belize | 1 |
| COCOCH | 1)Consejo Coordinador de Organizaciones Campesinas de Honduras | 4)Honduras | 2 |
| ATC | 1)Asociación Nacional de Trabajadores del Campo | 5)Nicaragua | 2 |
| MNC | 1)Mesa Nacional Campesina | 6)Costa Rica | 1 |
| APEMEP | 1)Asociación de Pequeños y Medios Productores de Panama | 7)Panama | 1 |
| ANAP | 1)Asociación Nac. de Agricultores Pequeños | 8)Cuba | 2 |
| MPP | 1)Mouvement Paysan Papaye | 9)Haiti | 1 |
| CONAMUCA | 1)Confederación Nacional de Mujeres del Campo | 10)República Dominicana | 1 |
| CANEZ | 1)Coordinadora Agraria Nacional Ezequiel Zamora | 11) Venezuela | 2 |
| FNCEZ | 2)Frente Nacional Campesino Ezequiel Zamora | | |
| ANUC-UR | 1) Asociación Nacional de Usuarios Campesinos Unidad y Reconstrucción | 12)Colômbia | 3 |
| FENSUAGRO | 2)Federación Nacional Sindical Unitaria Agropecuaria | | |
| CNA | 3)Coordinador Nacional Agrario | | |
| CONFUNASSC | 1)Confederación Unica Nacional de Afiliados al Seguro Campesino | 13)Ecuador | 2 |
| FENOCIN | 2)Federación Nacional de Organizaciones Campesinas Indígenas y Negras del Ecuador | | |
| CCP | 1)Confederación Campesina del Perú | 14)Peru | 2 |
| CNA | 2)Confederación Nacional Agraria | | |
| CSCB/FTC | 3)Confederación Sindical de Colonizadores de Bolivia | | |
| CSUTCB | 1)Confederación Sindical Unica de Trabajadores Campesinos de Bolivia | 15)Bolivia | 5 |
| FNMCB-BS | 2)Federación Nacional de Mujeres Campesinas de Bolivia "Bartolina Sisa" | | |
| MMC | 1)Movimento de Mulheres Camponesas | 16)Brasil | 8 |
| CPT | 2)Comissão Pastoral da Terra | | |
| MAB | 3)Movimento dos Atingidos por Barragens | | |
| MPA | 4)Movimento dos Pequenos Agricultores | | |
| MST | 5)Movimiento Sem Terra | | |
| PJR | 6)Pastoral da Juventude Rural | | |
| ANAMURI | 1) Asociación Nacional de Mujeres Indigenas | 17)Chile | 5 |
| Ranquil | 2)Confederacion Campesina El Surco | | |
| PLAT. R. TIERRA | 3)Plataforma Rural por la Tierra | | |
| MCP | 1)Movimiento Campesino Paraguayo | 18)Paraguay | 6 |
| CONAMURI | 2)Coordinadora Nacional de Organizaciones de Mujeres Rurales e Indígenas de Paraguay | | |
| MCNOC | 3)Mesa Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas | | |
| APENOC | 1)Asociación de Productores del Noroeste de Córdoba | 19)Argentina | 9 |
| CAI | 2)Consejo Asesor Indígena | | |
| MOCASE | 3)Movimiento Campesino de Santiago del Estero | | |
| MOCAFOR | 4)Movimiento Campesino de Formosa | | |
| 46 | 46 organizações | 19 países | 66 |

[Elaborado por M. Zampier, 2007]

Gráfico 8 – Participação das organizações-membro no site da CLOC, ano 2006



Legenda do Gráfico 8

| sigla/ abreviatura | organização | país | nº de organizações do país que participam da CLOC |
|-----------------------|--|------------------|---|
| CUC | 1)Comite de Unidad Campesina | 2)Guatemala | 7 |
| CONIC | 2)Coordinadora Nacional Indígena y Campesina | | |
| MCNOC | 3)Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas | | |
| MICSP | 4)Movimiento Indígena, Campesino, Sindical y Popular | | |
| Plat. Agrar. | 5)Plataforma Agraria | | |
| CONAVIGUA | 6)Coordinadora Nacional de Viudas de Guatemala | 5)Honduras | 2 |
| CNTC | 1)Confederación Nacional de Trabajadores Campesinos | | |
| COCOCH | 2)Consejo Coordinador de Organizaciones Campesinas de Honduras | 6)Nicaragua | 2 |
| ATC | 1)Asociación Nacional de Trabajadores del Campo | | |
| CANEZ | 1)Coordinadora Agraria Nacional Ezequiel Zamora | 12)Venezuela | 2 |
| FNCEZ | 2)Frente Nacional Campesino Ezequiel Zamora | | |
| ANUC-UR | 1)Asociación Nacional de Usuarios Campesinos Unid. y Rec | 13)Colômbia | 3 |
| FENSUAGRO | 2) Federación Nacional Sindical Unitaria Agropecuaria | | |
| CNA | 3)Coordinador Nacional Agrario | 14)Ecuador | 3 |
| CONFUNASS | 1)Confederación Unica Nacional de Afiliados al Seguro Campesino 2) Federación Nacional de Organizaciones Campesinas Indígenas y Negras del Ecuador | | |
| FENOCIN | 3)Coordinadora Nacional Campesina | 15) Peru | 2 |
| CNC | 1)Confederación Campesina del Perú | | |
| CCP | 2)Confederación Nacional Agraria | 16)Bolivia | 5 |
| MST - BOLIVIA | 1)Movimento Sem Terra | | |
| MMC | 1)Movimento de Mulheres Camponesas | | |
| MAB | 2)Movimento dos Atingidos por Barragens | 17)Brasil | 7 |
| MPA | 3)Movimento dos Pequenos Agricultores | | |
| ANAMURI | 1)Asociación Nacional de Mujeres Indigenas | 18)Chile | 5 |
| Plat. R. Tierra | 2) Plataforma Rural por la Tierra | | |
| CONAMURI | 1)Coordinadora Nacional de Organizaciones de Mujeres Rurales e Indígenas de Paraguay | 19)Paraguai | 6 |
| MCNOC | 2)Mesa Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas | | |
| MOCASE | 1)Movimiento Campesino de Santiago del Estero | 20)Argentina | 9 |
| MOCAFOR | 2)Movimiento Campesino de Formosa | | |
| 29 | 29 organizações | 20 países | 53 |

[Elaborado por M. Zampier, 2007]

A partir dos dados apresentados nos quatro gráficos de participação anual, podemos observar que as organizações da Guatemala (cor verde), Colômbia (azul pálido), Chile (cor vermelha) e do Paraguai (cor laranja) são as que apresentam uma continuidade e um maior envio de informações para o *site* da CLOC.

Entretanto, esses dados nos permitem afirmar que não existe um padrão de participação das organizações no *site*, levando-nos a analisar as particularidades de cada uma. Esta ação, não isenta de criatividade e complexas articulações entre os atores, nos permitiram observar as profundidades dessa rede de redes chamada CLOC. Para alcançar esta finalidade, realizamos a quarta e última parte da análise, que nos permitiu refletir sobre a flexibilidade do papel das tecnologias da comunicação na participação do *site* da CLOC. Com isso, relativizamos as posições centrais e periféricas no momento em que utilizamos a perspectiva idiográfica e a complementamos com o cruzamento dos dados dos gráficos com a sociometria e com as entrevistas de cada país.

4.11 GUATEMALA

Observando o gráfico 9 (p.163), da participação das organizações da Guatemala, destacamos a constância na presença da *Coordinadora Nacional Indígena y Campesina* (CONIC) (N6), que foi a última organização da CLOC a sediar a secretaria operativa antes da CONAMUCA – Rep. Dominicana. Na sociomatriz (p.143), a CONIC aparece identificada por 4 organizações como parceira e 2 a destacaram em primeiro lugar, como pode ser observado no sociograma (p. 144).

Além disso, outro fato que fortalece o conjunto das organizações do país como atuante no meio comunicacional da CLOC é que, através das entrevistas, descobrimos que a *Coordinadora Nacional de Medianos y Pequeños Productores* (CONAMPRO), a única organização vista no gráfico do país sem participação alguma no CLOC, não existe mais, como relatado no diálogo com o dirigente da *Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas* (CNOG), da Guatemala:

Pesquisadora: “Qual é o ano de surgimento da CNOG?”

Entrevistado: “Ela surge no ano de 93 e surge como uma coordenação a *Coordinadora de Pequeños Productores de Guatemala* a CONAMPRO.”

Pesquisadora: “A CONAMPRO não existe mais?”

Entrevistado: “Não, a CONAMPRO não. Então a CNOG continua o que seria a CONAMPRO.”

Pesquisadora: “Quais são as organizações-membro da CLOC na Guatemala?”

Entrevistado: “Neste momento está a CONIC [*Coordinadora Nacional Indígena y Campesina*], o CUC [*Comite de Unidad Campesina*] a CNOG [*Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas*]. Não estou seguro me parece que está CONAVIGUA [*Coordinadora Nacional de Viudas de Guatemala*], o MICSP [*Movimiento Indígena, Campesino, Sindical y Popular*] sim, e a *Plataforma agrária*, não sei, não tenho certeza. O que eu sabia, a uns seis meses mais ou menos, é que eles tinham solicitado sua integração mas não sei é se foram aceitos.”

Pesquisadora: Vocês têm página *web*?

Entrevistado: “Sim”

Pesquisadora: Quantos computadores vocês têm?”

Entrevistado: “Temos um total de 8.”

Pesquisadora: “Vocês utilizam outras tecnologias?”

Entrevistado: “Neste momento só a página e o correio eletrônico.”

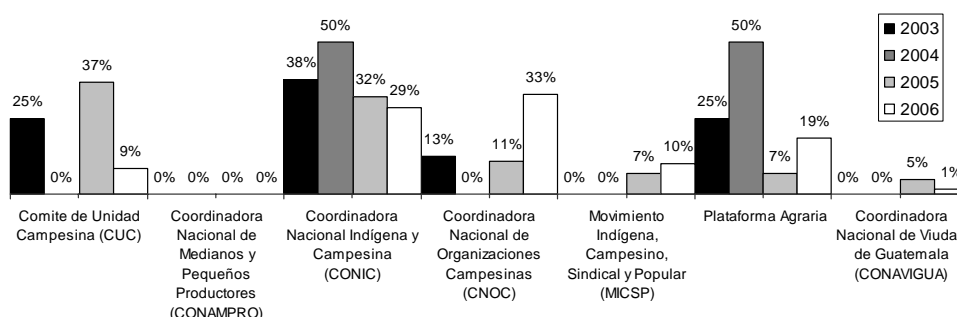
Ainda sobre as causas da grande presença das organizações da Guatemala no *site* da CLOC, segundo o dirigente do MICSP, da Guatemala:

Pesquisadora: “A Guatemala tem uma participação muito forte no *site* da CLOC nos últimos anos.”

Entrevistado: “Eu acho que na Guatemala desafortunadamente, pelo governo, principalmente neste último governo, é um governo de fazendeiros, da oligarquia que representa aos empresários que desde a sua chegada ao governo desatou uma série de expulsões contra o movimento camponês. Isso fez também com que o movimento camponês reagisse com uma série de denúncias a nível nacional e internacional publicadas. Mas também é importante assinalar que o movimento camponês guatemalteco está obtendo um papel importante nas reivindicações e nas propostas. Então, contamos com propostas de desenvolvimento rural, proposta de reforma agrária integral, e em outubro deste ano, se fez na Guatemala o *Fórum Internacional pela Reforma Agrária* e recentemente foi feito em dezembro o *Congreso Nacional campesino*. Estamos encaminhando o re-levantamento de uma mesa de discussão entre diversos setores para voltar à mesa o diálogo sobre a reforma agrária e sobre a lei agrária para propor uma proposta ao congresso. Então eu acho que estamos ativos, temos ação temos propostas, temos várias atividades, isso eu acho que faz existir bastantes informações no *site*.”

Gráfico 9 – Participação das 7 organizações guatemaltecas no site da CLOC

(<http://movimientos.org/cloc/>)



[Elaborado por M. Zampier, 2006]

4.12 CHILE

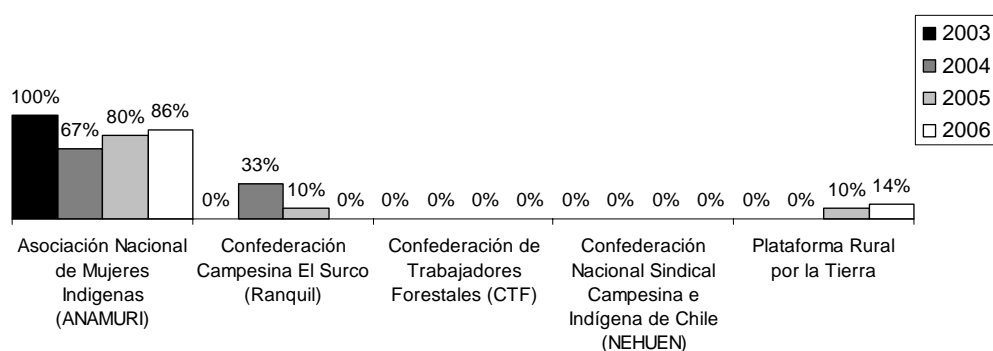
Este país é um dos países identificados como presentes no *site* através da atuação da ANAMURI. Segundo o diálogo com a dirigente da organização do Chile:

Pesquisadora: “Nos últimos anos temos observado que existe uma participação forte da ANAMURI enviando notícias e relatórios para a CLOC. Existe um protagonismo de vocês nesse sentido e por quê?”

Entrevistada: “Primeiro, é o fato de ANAMURI ser uma das organizações mais importantes do movimento camponês aqui no Chile. Segundo, pelo fato de sermos uma organização autônoma do ponto de vista econômico do Estado e do ponto de vista político dos partidos, e por tanto nossa fortaleza está no nosso posicionamento. Precisamente com respeito aos partidos e aos eixos temáticos de luta assumidos pela CLOC e pela Via Campesina. Nós estamos convencidas disso, e é evidente que nosso esforço é maior, porque aqui não tem uma contraparte no movimento camponês aqui no Chile que possamos fazer alianças e aumentar a luta, pelo direito de seguir existindo a pequena agricultura campesina, como o direito pela água. Por isso é que a CLOC e a Via campesina é um pilar muito importante, especialmente aqui no Chile onde o modelo mais fortemente atua e isso tem um resultado, tem um impacto nas organizações e por isso que nós, como organização de mulheres, necessitamos de toda a fortaleza e o aprendizado que nos entrega as lutas das camponesas do mundo e em particular da América Latina; então, não é que nós sejamos o ponto importante, pelo contrario a luta do continente é a importante e nós somos uma réplica aqui no país.”

Gráfico 10 – Participação das 5 organizações chilenas no site da CLOC

(<http://movimientos.org/cloc/>)



[Elaborado por M. Zampier, 2006]

O fato da representante de ANAMURI - Chile afirmar que não existe uma “contraparte no movimento campesino do Chile para fazer alianças e aumentar a luta” também pode ser identificado no gráfico 10 (p.164) onde observamos a baixa, ou na maioria dos casos, a inexistente participação das demais organizações chilenas no *site* da CLOC. Segundo o dirigente de outra organização chilena, a Neuhen:

“Faltam recursos para participar, ficamos vários meses sem Internet por falta de recursos, era a secretária ou a Internet e, além disso, apenas dois aqui sabem utilizar o computador, mas isso é um problema nosso.”

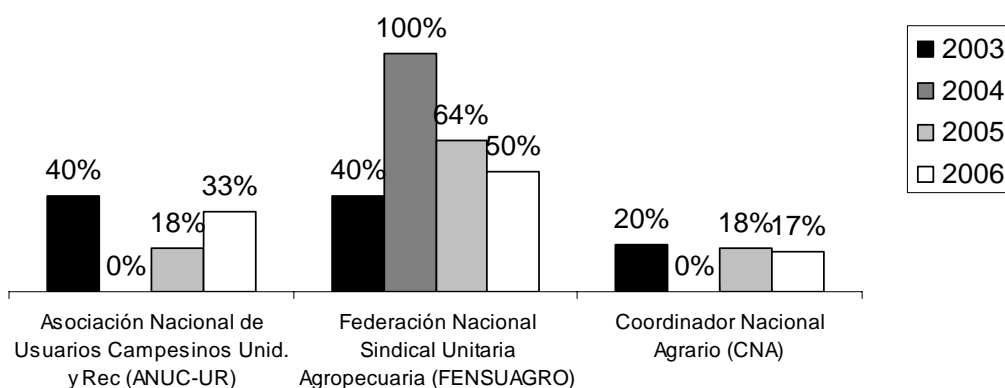
A essa falta de unidade interna, agregamos o fato histórico da *Confederación Nacional Sindical Campesina e Indígena de Chile* (Neuhen) ser muito próxima do partido socialista do Chile e a *Confederación Campesina El Surco* (Ranquil) ser muito próxima do partido comunista, além de ambas serem geradas por uma antiga organização, chamada *El Surco*, fato que, até o presente, leva a disputas judiciais sobre o legado histórico da organização. Outro fato é que a ANAMURI também é fruto de uma autonomização do setor de mulheres da Ranquil, visto que elas não tinham espaço para crescer dentro dessa organização. Esses fatos históricos levam a uma falta de unidade a partir do local, o que acaba refletindo nas articulações internacionais.

4.13 COLÔMBIA

Com a Colômbia, enfatizamos o caráter da violência contra os trabalhadores do campo, sendo esta a tônica da maioria das informações dos documentos analisadas e que foram enviadas para a difusão através da CLOC, como forma de denunciar as violações dos direitos humanos ocorridas contra as populações do campo colombiano. Isso corrobora uma das características do campo latino-americano que foi destacado no capítulo 1.

Gráfico 11 – Participação das 3 organizações colombianas no site da CLOC

(<http://movimientos.org/cloc/>)



[Elaborado por M. Zampier, 2006]

4.14 BRASIL

Outro fenômeno a ser observado é que o MST – Brasil (N33) (cor rosa-clara), a FNMC BS – Bolívia (N29) (cor rosa) e a CCP – Perú (N25) (cor lavanda), que se apresentaram como centrais na análise da rede social da CLOC, através da sociomatriz (p.143) e do sociograma (p.144), não aparecem com boa participação no site da CLOC. Apenas a ANAMURI (N35) (cor vermelha) entre as organizações identificadas como central na rede de redes da CLOC aparece com destacada presença no site da CLOC.

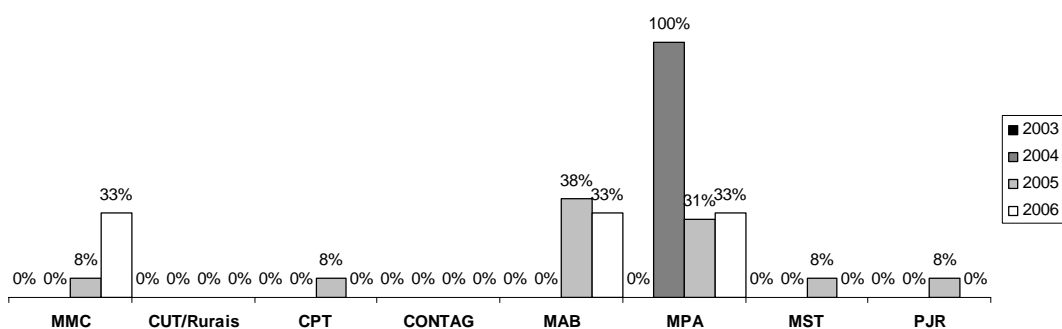
De forma direta, a representante do MST - Brasil não soube as causas dessa pouca participação nos informes do *site*. Conforme o diálogo com a dirigente do MST:

Pesquisadora: “Por que o MST tem uma baixa participação no envio de informações para o *site* da CLOC?”

Entrevistada: “Olha, sinceramente não saberia agora, mas o movimento tem procurado trabalhar bem essa coisa da informação, talvez, quando tem fatos ou acontecimentos sempre procura divulgar e informar, eu não poderia te dizer se foi uma coincidência, ou quando você acessou não tinha nada ou teve algum descuido, então eu não tenho mais o que dizer, se foi isso ou aquilo, porque a gente procura ampliar o espaço de comunicação e informação a gente, tem procurado com bastante atenção.”

Gráfico 12 – Participação das 8 organizações brasileiras no site da CLOC

(<http://movimientos.org/cloc/>)



[Elaborado por M. Zampier, 2006]

Com os dados do gráfico 12, observamos a generalização da baixa participação das organizações brasileiras. Segundo a dirigente do MMC, Brasil:

“Antigamente a gente não entregava muita informação, não. Mas agora a gente pretende melhorar, nós temos o setor de comunicação mais estruturado.”

Uma das respostas para esse fenômeno ocorrido com as organizações brasileiras encontramos no diálogo com o representante da CPP, do Peru:

Pesquisadora: “Porque o MST não tem cargos representativos na CLOC nem tem participação ativa no *site* da CLOC?”

Entrevistado: “No âmbito de comunicação o *site web* que tem MST no interior da CLOC, não é *site web* em português, é o que está na *web* a nível

internacional, é um *site* em espanhol especificamente orientado para a CLOC, este é um fator que segundo meu ponto de vista, impede que a participação do MST neste *site* em castelhano seja mais permanente, eles dão mais prioridade ao *site* em português que tem, porque MST gera muito mais informação que qualquer uma das nossas [organizações], através de jornais, boletins, revistas... então é um problema de não ter uma página em português da *Minga* [*Minga informativa de movimientos sociales*]. Agora, a coisa orgânica nos últimos anos, dentro da CLOC, o MST não tem um cargo específico dentro da CLOC, mas na participação dos eventos da CLOC, os companheiros de MST sempre são constantes. Mas eu acho que mais que não assumir, é bem uma forma de deixar que outras organizações assumam a responsabilidade, entendo eu assim um pouco essa forma de participação.”

Um fator identificado na fala do entrevistado para a baixa participação do MST no *site* da CLOC é a deficiência na questão de idiomas, onde a prioridade do MST seria atualização do *site* em português, visto que ele gera um volume muito maior de informação que as outras organizações membros. Na relação orgânica, se, por um lado, baseados no sociograma, verificamos que o MST é um ponto central na rede, por outro lado a entrevista nos permite afirmar que ele não é sede de nenhuma secretaria operativa da CLOC nos últimos anos, como forma de desconcentrar as responsabilidades, como assinalou a liderança da CCP do Peru.

A falta de participação do MST do Brasil no *site* da CLOC, não significa que é nula a sua participação no fluxo de informações, pois verificamos que ele é ativo no envio de informações para as demais organizações da América Latina e do mundo de uma forma direta, como pode ser visto no diálogo com a dirigente entrevistada do MST:

Pesquisadora: “Poderia precisar com que organizações o MST se comunica mais em certos momentos?”

Entrevistada: “Dentro do continente, da articulação, têm todo um mecanismo de comunicação, tem o *site*, e, o movimento manda, nós temos como prática desde a nossa secretaria nacional, no setor de relações internacionais, temos que mensalmente enviar notícias para organizações amigas, da América Latina, membros da CLOC, membros da Via, para amigos na Europa. Mas o movimento envia e recebe muita informação e por dizer assim, a gente busca se comunicar com todo o mundo, então eu não sei se ficou claro ou não, que existe algumas organizações no continente que acaba descuidando mais dessa parte de informação, então você recebe uma informação e você não retorna a informação, ou não divulga o que está acontecendo no seu país. Então, às vezes, isso vai diminuindo o fluxo de comunicação com algumas organizações, está me compreendendo!? Então, nós temos buscado enviar informação e nos comunicar com todas as organizações do CLOC, e sem distinção; agora, obviamente, que têm algumas organizações como a própria ANAMURI do Chile, é uma organização de mulheres camponesas e indígenas muito ativa na

comunicação, né! Manda informação, divulga e acaba se comunicando mais. Não sei se consigo expressar melhor a idéia da comunicação com os demais.”

Os dados da entrevistada nos permitem afirmar que, se por um lado existe um protagonismo do MST no envio das informações para a grande maioria das organizações da região, por outro lado a entrevistada afirma que os canais de comunicação com organizações de outros países podem se cortar em certos momentos, o que vai depender da capacidade de reposta desta entidade, especificamente no retorno das informações. Por parte do MST, a atividade comunicacional com uma organização esta condicionada pela sua incapacidade operativa, tanto de responder às informações como de enviar informação a outras organizações, ação que rompe o circuito de relações comunicacionais com o MST.

Os dados nos permitem afirmar que, apesar de o MST ser um ponto central na rede, como foi verificado na caracterização dos pontos centrais por meio do sociograma (p.144) como em Diane (2003), e ter uma boa comunicação com as demais organizações, ele não tem cargo representativo na CLOC, como assinalou o entrevistado da CCP do Peru.

Os elementos da dimensão social-estratégica das redes, proposta por Scheren-Warren (2005a), permitiu interpretar esta informação da entrevista através das formas de sociabilidade nas redes, que podem ser medidas por relações assimétricas de poder. Particularmente, as relações de horizontalidade, menos verticalizadas, podem ser elaboradas por meio de ações estratégicas, sem desconhecer que os mecanismos de poder convivem nesse processo por meio dos elos mais fortes, sem descartar as relações de reciprocidade e solidariedade com o objetivo de gerar ações coordenadas a partir da rede.

As assimetrias da rede, antes assinaladas pela autora, têm sentido analítico quando vemos que o papel central, representado nas secretarias operativas da CLOC, está com as organizações que possuem posições periféricas, como analisaremos no caso de CONAMUCA, da República Dominicana.

4.15 REPÚBLICA DOMINICANA

A *Confederación Nacional de Mujeres del Campo* (CONAMUCA) (N16), apesar de ser a atual secretaria operativa da CLOC, não foi identificada pelo sociograma (p.144) como uma organização central na rede de redes da CLOC. Além disso, ela é uma das organizações que possuem baixa presença no *site* da CLOC, tendo uma pequena participação somente no ano de 2005, como pode ser observado nos gráficos anuais (p.155-160) e no gráfico 13 (p.171). Com esses dados, perguntamos às organizações entrevistadas se a falta de uma presença comunicacional não seria um motivo para a não-escolha de uma organização como secretaria operativa da CLOC. Segundo o diálogo com a representante da MOCASE, da Argentina:

Pesquisadora: “Você acha que a participação ativa na forma de comunicação pela Internet e do envio de informações periódicas para o *site* da CLOC deveria ser um critério para escolher as secretarias operativas da CLOC?”

Entrevistado: “Não. Não é um critério. Não tem porque ser um critério taxativo da CLOC. Mas, no caso de ser a secretaria é certo que precisa ter muita comunicação internacional, mas, não teria porque ser um critério, ou seja, se escolhe um lugar e, se vemos que não tem esses meios, vemos com que infra-estrutura se pode compensar o que está faltando.”

Conforme o diálogo com o dirigente da CONFEUNASSC, do Equador:

Pesquisadora: “Falta de tecnologia e comunicação é problema para assumir o cargo da secretaria operativa?”

Entrevistado: “A grandeza de uma organização não se dá porque tenha mais ou menos afiliados, a grandeza de uma organização não se dá porque tenha mais ou menos aparelhos, a grandeza de uma organização está em assumir desafios, responsabilidades e cumpri-las. E nisso posso dizer, não existe uma norma... simplesmente o que se pode fazer é adquirir essas experiências para que se possa assumir, e sobre esta base, a experiência de alguns pode estar mais adiante que outros, mas qualquer um pode assumir uma secretaria operativa. Nós conhecemos a CONAMUCA porque a gente se baseia em outra relação para ver o que se tem de grandeza como organização.... porque outra coisa é que seja o MST, que tem muitos anos de experiência, tem uma grande capacidade e preparo tecnológico, assim só eles deveriam estar liderando a secretaria operativa ou só os fundadores deveriam estar, só eles na secretaria operativa, ou aqui no Equador, com que meio querem fazer, e que querem estar em todas, porque a FENOCIN é fundadora da CLOC, eles querem ter tudo, acho que não é por aí não,

depende da maturidade da organização, seja pequena ou grande, em assumir os desafios.”

Segundo o diálogo com a dirigente da FNMCB-BS, da Bolívia:

Pesquisadora: “Falta de tecnologia e comunicação é problema para assumir a secretaria operativa?”

Entrevistada: “Não acho que seja uma dificuldade para poder começar e, aqui na reunião de Cochabamba resolvemos que nem toda a responsabilidade tem a coordenação e, nós também, que somos representantes da CLOC, porque somos membros, temos que fortalecer a região andina e cumprir a tarefa nossa na CLOC e na Via Campesina e estamos nesse sentido para poder articular.”

Com base nas entrevistas, afirmamos que a tecnologia e o fluxo de informação que uma organização possui não determinam os centros da rede; de igual modo, não são um critério político de eleição das secretarias, como afirmou o representante da MOCASE, da Argentina, porque as falhas comunicacionais da organização escolhida poderiam ser melhoradas pela organização da CLOC como um todo. Outro aspecto político está na fala da dirigente da FNMCB-BS, da Bolívia, ao dizer que nem toda a responsabilidade está na coordenação, neste caso na secretaria operativa, mas distribuída entre todos os membros da CLOC.

Se não fosse trabalhado dessa forma, como apontado pelo dirigente da CONFEUNASSC, do Equador, somente as organizações antigas e com a estrutura consolidada deveriam ser os únicos responsáveis administrativos da CLOC. Assim, o entrevistado relativiza a idéia linear de que a maior tecnologia levará posteriormente à maior centralidade, assumindo destacados papéis na organização.

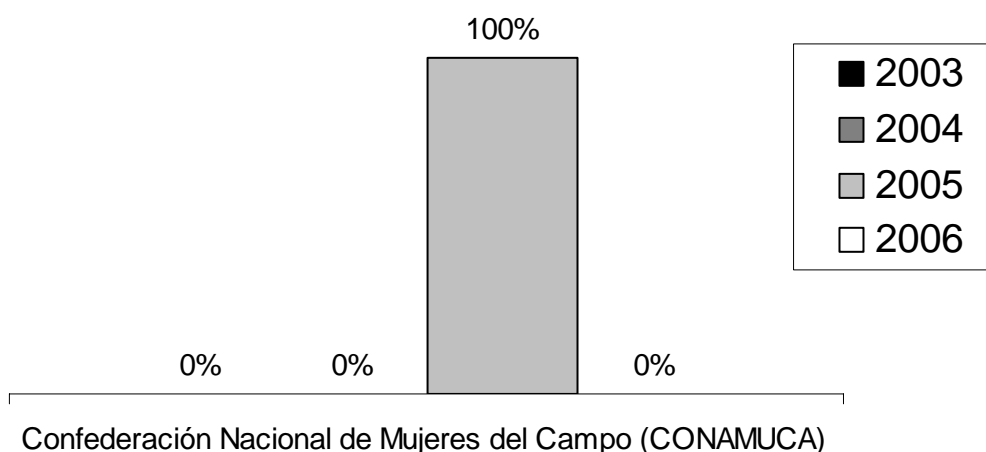
Portanto, confirmamos o pressuposto teórico de Marí Sáez (apud MADRIAGA, 2004), utilizado nesta pesquisa, de que a mera capacitação técnica poderia ser tão alienante como a exclusão total, ou seja, capacitação e apropriação tecnológica não garantem por si mesmas a emancipação social. Dessa forma, concordamos com os autores em que a apropriação das tecnologias vai mais além do domínio de técnicas e da descoberta da lógica do trabalho em rede, entrando no domínio da construção de significados, respondendo a princípios da participação democrática,

desenvolvimento organizativo, transformação, mudança e construção da rede.

Em termos analíticos, observamos que a relação dos movimentos com a rede não passa apenas pela apropriação tecnológica a partir do momento em que não se impõe capacitação técnica ou consolidada infraestrutura como condição para ser secretaria operativa. Mas a contribuição das demais organizações-membro passa pelo planejamento da comunicação e pela mediação para garantir a circulação da informação na CLOC.

Gráfico 13 – Participação da organização dominicana no site da CLOC

(<http://movimientos.org/cloc/>)



[Elaborado por M. Zampier, 2006]

Assim, a secretaria operativa aparece nos nossos dados como um espaço que cumpre uma tarefa pedagógica dentro do movimento do campo, onde, quem estiver com a sede, não ficaria sozinho, pois os demais movimentos da região e, de certa forma da CLOC como um todo, também são responsáveis pela tarefa de fazer a comunicação e as secretarias funcionarem. Assim, o princípio de Castells (2006), de que as tecnologias da informação, como a Internet, têm a característica de ser flexíveis e que se transformam em seu uso, é potencializado com Marí Sáez (2005) quando o

autor relata que a apropriação das TICs se dá no marco da educação e do desenvolvimento comunitário, destacando as teorias e metodologias representadas pelo *ser* e pelo *saber* fazer dos movimentos sociais, relacionados com a educação popular e libertadora de Paulo Freire. Essa relação é feita devido ao caráter aberto, flexível, participativo, grupal e prático na definição da educação popular.

A comunicação dentro da CLOC vem-se mostrando em nossos dados como um terreno fértil para o aprendizado e a formação pedagógica, com o objetivo de fortalecer as organizações membros. Afirmamos isso, porque a ação não está mediada pela eficácia nem pela eficiência da utilização das TICs. Nesse sentido, sobre a CONAMUCA como secretaria operativa da CLOC, responde a dirigente do MST, Brasil:

Pesquisadora: “A CONAMUCA mesmo tendo pouco protagonismo na CLOC e apresentando deficiências nas comunicações foi escolhida como secretaria operativa. Em algum momento isso pode ser um impedimento para o funcionamento da CLOC?”

Entrevistada: “Exato, elas como outras organizações, pela situação do país passam por dificuldades, também econômicas, e têm todo o enfrentamento que cada país tem. Olha o nosso movimento na dimensão de nosso país, e olha a ofensiva que o movimento tem sofrido nos últimos anos por este modelo imposto, né! E agora, você imagina a situação de um país como a República Dominicana, um país de muita violência e enfrentamento, elas tem muitas limitações, inclusive pediram ajuda ao movimento para contribuirmos para elas planejarem melhor a questão da comunicação. De fato, esse é um desafio coletivo, de contribuir com a CONAMUCA para poder funcionar a secretaria operativa. Com certeza têm limitações, mas eu acho que a gente está com o desafio, o movimento está com a preocupação de contribuir também para poder dar o salto e cumprir a missão, para melhorar também e fazer esse intercâmbio, a gente também foi apreendendo com a luta, e no fim essa é a questão. Agora, também o que é real, elas também têm dificuldades. Por isso que é um desafio. Assumir a secretaria operativa da CLOC não pode ser um espaço de disputa porque é um espaço de trabalho e sendo trabalho cumpre com o papel de ajudar a própria organização a se dinamizar. E fazer que onde ela esteja como sede, os movimentos do país e da região se fortaleçam e sejam solidários porque é uma tarefa regional, mesmo que tenha um país anfitrião, que possa ter uma responsabilidade maior. Mas a tarefa é também da região.”

Nessa fala, também verificamos o papel de uma das organizações centrais através do sociograma (p.144), nesse caso o MST. A representante dessa organização afirmou que existe um processo de ajudar a fortalecer, em nível internacional, o movimento do campo da República Dominicana através da assessoria direta ao setor de comunicação da organização

responsável pela secretaria operativa da CLOC. Assim, confirma-se o papel determinante das organizações da CLOC para o funcionamento das tarefas da secretaria operativa. Por outro lado, vemos que um dos objetivos na eleição da secretaria operativa, inclusive, de uma organização comunicacionalmente frágil, é fortalecer a CLOC regional, o que, neste caso, implica fortalecer a região caribenha.

Esse fato de fortalecer as regionais da CLOC é confirmado pela norma política de rotatividade da secretaria operativa. Segundo a dirigente da CONAVIGUA, da Guatemala:

“Na CLOC existe a política de rodízio entre as regiões que fazem parte e agora seria a vez do Caribe. A região Caribe que decidiu que a CONAMUCA iria assumir. A secretaria já esteve em várias outras regiões.”

Como afirma essa liderança, a escolha da secretaria operativa da CLOC enfatiza a rotatividade entre as regiões. A primeira sede foi o Peru, região andina; a segunda foi o Brasil, região do Cone-Sul; a terceira passou transitoriamente pela Nicarágua, até que os membros mexicanos se organizaram para recebê-la, passando pela região norte-americana. No terceiro encontro, ela foi para a Guatemala, região centro-americana, e, no último congresso, com as disputas ocorridas no interior da regional andina, prevaleceu o princípio da rotatividade, assumindo a secretaria a República Dominicana, região caribenha, mesmo com as limitações comunicacionais da organização apresentadas.

Nesse sentido, observamos que, na articulação em rede dos movimentos sociais do campo, a secretaria operativa da CLOC pode ser exercida por qualquer uma das organizações-membro sem especificamente ser mediada pela maior apropriação das TICs, onde os demais membros possuem o papel de colaborar nas possíveis deficiências.

Portanto, esses dados analisados nos permitem afirmar que a rede de redes dos movimentos sociais do campo, a CLOC, relativiza a centralidade dos atores, onde as organizações que, em um momento, são centrais, em outro são periféricas, e, em termos orgânicos, as que são periféricas são centrais, ocupando espaços de preponderância. Dessa forma, com o marco teórico de Scherer-Warren (2003), entendemos as particularidades do movimento observando as duplas faces das redes, uma

solidária e outra estratégica, os elos fortes e os elos fracos e seus inter-relacionamentos e atuações. Essas relações geram uma complementariedade entre as organizações-membro no interior da rede, tendo como conseqüência a construção, a reconstrução e a transformação contínua dentro das redes.

4.16 PERU

Como já identificado no sociograma (p.144) e nos gráficos de participação anual (p.155-160), a CCP – Peru (N25) (cor lavanda) apresentou-se como central na análise da rede social da CLOC, mas não teve com considerada participação no *site*. Uma das justificativas para isso é o fato de eles possuírem página própria do movimento, com um *link* na página da CLOC. Assim, eles se sentem parte do coletivo em rede da CLOC, não necessitando especificamente de estar presente nos informes da página da CLOC. Conforme o diálogo com o dirigente da CPP, do Peru:

Pesquisadora: “Sobre a participação de sua organização no *site* da CLOC, vocês participam constantemente?”

Entrevistado “Efetivamente. Fazemos parte de uma comunidade virtual onde participa também a CLOC que é o *movimiento.org*, conhecido também como *minga informativa*. Nós temos uma página dentro do *site* da CLOC e desde Lima fazemos constantemente a sua atualização. Nós somos parte dessa experiência de comunicação na América Latina.”

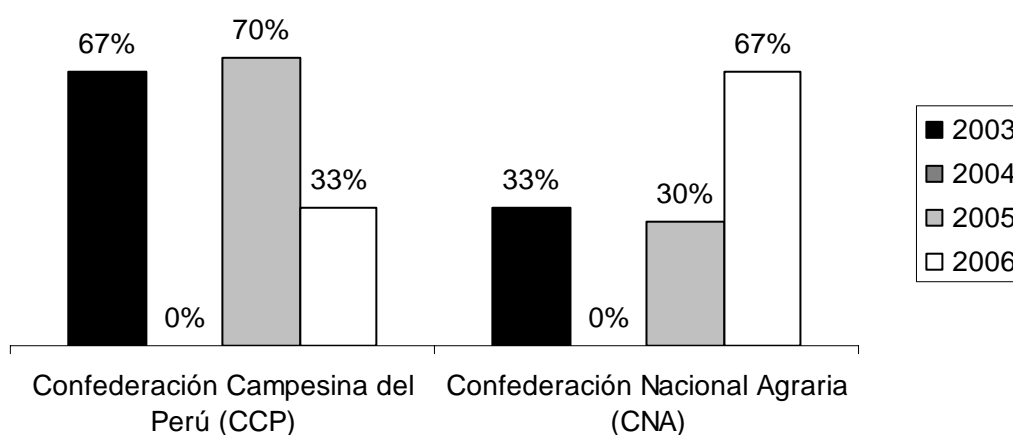
“Em primeiro lugar, desde que nos incorporamos à *Minga Informativa a Comunidad Web de Movimientos Sociales*, sabíamos que esta era uma possibilidade de que através da *Web*, a CCP possa não somente levar informações a nível nacional a organizações que tenham acesso a *web*, mas também a nível internacional. Muitas organizações, muitas instituições quando querem ter informações da CCP, recorrem à página *web* e aí tem informações institucionais, mas também tem informações cotidianas, de conjuntura política nacional e da problemática agrária. E por isso que nos preocupamos de manter permanentemente a [nossa] página atualizada, mas nós não somos uma agência de notícias, mas podemos tomar ações para manter nossa página atualizada a cada 12 dias, a cada semana, porque acreditamos que é importante manter este nível de atualização dentro do *site*; essa, digamos, é a motivação central que nós temos para manter a página atualizada dentro do *site*.”

Comparando então a participação das duas organizações peruanas, membros da CLOC, no interior do país (gráfico 14, p.175), verificamos que

elas participaram continuamente, apenas não se apresentaram no ano de 2004.

Gráfico 14 – Participação das 2 organizações peruanas no site da CLOC

(<http://movimientos.org/cloc/>)



[Elaborado por M. Zampier, 2006]

As informações mostram que, no sociograma (p.144) e nos gráficos, a CCP se apresentou como central na análise da rede social da CLOC, mas não apareceu com considerada participação no *site* da CLOC. Assinalamos que a CCP, como o MST do Brasil, não possui a representação da secretaria operativa há anos. Portanto, esses dados reafirmam o critério de complementaridade de Scherer-Warren (2003), de duplas faces onde se inter-relacionam os elos fortes e os elos fracos no interior da rede, tendo como consequência a construção, a reconstrução e a transformação contínua dentro das redes.

4.17 BOLÍVIA

A Bolívia apresenta-se como outro interessante fenômeno no interior da rede de redes. A *Federación Nacional de Mujeres Campesinas de Bolivia Bartolina Sisa* (FNMC BS) – Bolívia (N29) aparece como central na

rede social da CLOC e, também, com uma certa preponderância; os “Cocaleros”, representados pela *Confederación Sindical Unica de Trabajadores Campesinos de Bolívia* (CSUTCB) – Bolívia (N28), aparecem indicado no sociograma (p.144) por 3 organizações, e na sociomatrix (p.143) por 6 organizações como parceira. A *Confederación Sindical de Colonizadores de Bolívia* (CSCB/FTC) (N27) não aparece no sociograma como referência, entretanto, na sociomatrix, aparece indicada como parceira de 3 organizações. Apesar de serem pontos centrais na rede, elas não têm presença no *site* da CLOC, como pode ser visto no gráfico 15 (p.178), e também não possuem páginas de suas organizações na Internet.

Entre as organizações bolivianas, a *Confederación Sindical de Colonizadores de Bolívia* (CSCB/FTC) possui uma página *web*³³; entretanto essa página apresenta-se mais como “um panfleto de três páginas”, visto que não possui as ferramentas normalmente exaltadas em um *site*, como os *links*, a atualização periódica e o e-mail para contato. Da mesma forma, a *Confederación Sindical Unica de Trabajadores Campesinos de Bolívia* (CSUTCB) possui não o que se pode falar que é uma página, mas sim um relato da história da organização na Internet³⁴.

Segundo o diálogo com a representante do setor de relações internacionais da *Federación Nacional de Mujeres Campesinas de Bolívia Bartolina Sisa* (FNMC BS):

Pesquisadora: “Nos últimos anos temos observado que existe uma baixa participação das Bartolinas enviando notícias e relatórios a CLOC. Por quê?”

Entrevistada: “Agora está existindo, uma baixa na organização pela readequação da estrutura, e como existe essa mudança na estrutura, onde as mulheres começam a representar-se entre elas mesmas, é justamente nessas questões onde se retrocede o processo, isso é o que está acontecendo hoje em dia, porque temos outra estrutura, outra organização, e isso acontece não só a nível local ou regional, isso se está re-articulando a nível nacional.”

Segundo o diálogo com o representante da CSCB FTC – Bolívia:

Pesquisadora: “Observamos que vocês têm nesses últimos anos uma baixa participação no *site* da CLOC. Qual é a causa dessa pouca participação?”

Entrevistado: “Sim, efetivamente. Nós não temos acesso a página *web* nossa, mas vamos a ter logo”

Pesquisadora: “Por isso não participam?”

Entrevistado: “Sim, assim é”

Pesquisadora: “Vocês têm contatos como outras organizações internacionais?”

Entrevistado: “Sim, esse é uma dos problemas que vemos, mas como falei vamos abrir uma página *web*. O contacto é por via fax e telefônica, o que nós temos.”

Pesquisadora: “Quais são as dificuldades que vocês têm para participar de articulações internacionais como a CLOC?”

Entrevistado: “Algumas vezes o problema é de comunicação, como não temos, digamos, não nos comunicamos a tempo e por isso não participamos.”

Pesquisadora: “Quantos computadores vocês tem?”

Entrevistado: “Apenas um, mas não estamos conectados a Internet, mas sim temos telefone e fax.”

Pesquisadora: “Como a CLOC se comunica com vocês?”

Entrevistado: “Como te disse, nós não temos Internet nem página *web*, e só temos telefone e fax, e como já disse a Nemésia é parte da *Federación Nacional de Mujeres Campesinas de Bolívia* e ela ajuda a gente.”

Conforme o diálogo com o dirigente da CSUTCB, da Bolívia:

Pesquisadora: “Nos últimos anos temos observado que existe uma baixa participação enviando notícias e relatórios a CLOC. Por quê?”

Entrevistado: “Bom, o que acontece, é que nós não temos página *web* e nesse sentido é um retrocesso; claro que falta um pouco de coordenação, e falta também um pouco de conhecimento porque nós não estamos tão informados da página *web*, mas trabalhamos forte com a Via Campesina, com a CLOC. O que passa é que começa a mudar a liderança e a estrutura muda, também. No ano 2004/2005 se difundia muito, mas agora não muito, porque não temos conhecimento [da Internet], mas a gente quer incrementar isso para aumentar o reconhecimento da luta da CSUTCB.”

Pesquisadora: “Vocês têm página *web*?”

Entrevistado: “Sim temos.”

Pesquisadora: “Quais são as dificuldades para participar dentro da CLOC?”

Entrevistado: “O maior problema é a falta de coordenação para que nos reunirmos, e na comunicação como já falei, mas a Bartolina ajuda a gente no repasse de informações.”

Pesquisadora: “Vocês participam de outras redes ?”

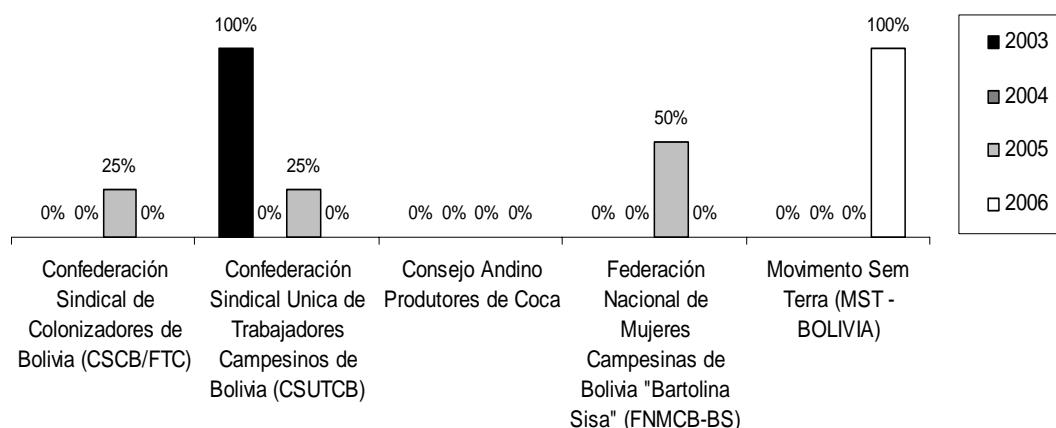
Entrevistado: “Sim, bom, com o povo indígena em geral, mas também somos parte da via Campesina.”

Pesquisadora: “Como funciona a comunicação entre vocês?”

Entrevistado: “Pelo rádio, pela TV e muito pouco a imprensa escrita.”

Gráfico 15 – Participação das 5 organizações bolivianas no site da CLOC

(<http://movimientos.org/cloc/>)



[Elaborado por M. Zampier, 2006]

Uma das características identificadas nas organizações bolivianas é a falta de acesso a computadores e à Internet, representado não somente pelas limitações materiais, mas também na confusão entre o conceito de página *web* e o de correio eletrônico. Entretanto, destacamos o fato de que nem por isso essas organizações estão alheias ao processo político da América Latina, seja através das transformações locais, quando elas conseguem eleger através do seu instrumento político – o Movimento ao Socialismo (MAS) – o primeiro presidente indígena da América Latina, Evo Morales, que também foi o primeiro representante da Via Campesina internacionalmente, seja através da participação de articulações internacionais como a CLOC e a Via Campesina.

Nesse contexto de infoexclusão das organizações bolivianas, ressaltamos também o caráter solidário das organizações, já evidenciado em um tópico anterior, quando a *Federación Nacional de Mujeres Campesinas de Bolívia Bartolina Sisa* (FNMC-BS), identificada nas entrevistas como a única organização boliviana que possui acesso à Internet, é apresentada

pelas demais organizações como um importante ponto central para aceder às informações internacionais.

A entrevista com o dirigente da CSCB FTC nos permite afirmar que, no interior da rede de redes da Bolívia, essa organização depende da intermediação da FNMC-BS para se comunicar com as diversas organizações da CLOC. Estas informações estão relacionadas com a dimensão social na categoria de reciprocidade proposta por Scherer-Warren (2005a), que é útil para observarmos as relações sociais do cotidiano local, no momento em que vemos a intermediação comunicacional da FNMC-BS com as outras organizações entrevistadas. Dessa forma, as redes adquirem uma significação de reciprocidade na medida em que as atividades são intercambiadas, e os papéis, serviços e favores são distribuídos. É uma ação recíproca no momento em que não está medida pela venda de serviços monetários e, sim, como uma divisão de tarefas no interior das organizações do campo do país, considerando que a FNMC-BS surge como o setor de mulheres do Movimento Cocaleiro. A CSCB FTC e especialmente a CSUTCB estão intimamente ligadas ao Movimento Cocaleiro da Bolívia.

As relações de reciprocidade aqui descritas nos permitem interpretar o caráter cultural e indígena de fazer política se considerarmos que, historicamente, as organizações do campo tiveram intermediadores, por meio de partidos políticos ou igrejas, e que atualmente as intermediações são feitas por setores do próprio movimento camponês-indígena.

Aqui destacamos mais uma vez que a CSUTCB foi identificada pela sociomatriz (p.143) como uma organização central na rede de redes da CLOC, mesmo sem ter uma relevante participação no envio de informações para o *site* e sem possuir acesso à Internet, demonstrando, assim, que a tecnologia não é determinante para o trabalho político, mas sim um fator que poderá potencializar as comunicações.

4.18 ARGENTINA

Na Argentina, através das entrevistas, identificamos duas redes de redes nacionais, sendo a primeira representada pelo Movimento Nacional Campesino Indígena (MNCI), que foi incorporado à CLOC no ano de 2005,

composto pela *Unión Sin Tierra* (UST) de Mendoza; pela *Red Puna*; pelo *Encuentro Cajaqui de Salta*; pelo *Servicio a la Cultura Popular* (SERCUPO) de Lomas de Zamora; pela *Frente Amplio por una Nueva Agronomía* (Fana); pelo *Movimiento Campesino Santiago del Estero* (MOCASE); que organiza 11 centrais de base; pela *Asociación de Productores del Noroeste de Córdoba* (APENOC), associação que, em 2004, junto com outras três organizações regionais, fundou o *Movimiento Campesino de Córdoba* (MCC).

Outra rede de redes nacional identificada foi a *Coordinadora de Organizaciones Campesinas, Indígenas y Trabajadores Rurales de Argentina* (COCITRA), composta pelo *Conselho Asesor Indígena* (CAI), uma organização dos povos Mapuches; pela *Unión de Campesinos Poriajhú* (UCP) da região del Chaco; pelo *Movimiento Campesino de Formosa* (MOCAFOR), entre outros.

Entendida uma parte das articulações no cenário do campo argentino, afirmamos que a proposta teórica de **rede de movimentos sociais** contribui para entendermos as relações que existem com a CLOC a partir de exemplos como o do *Movimiento Campesino de Córdoba* (MCC), que não tem presença no *site* da CLOC, mas se sente representado pela participação da APENOC. Segundo o diálogo com o representante do MCC, da Argentina:

Entrevistado: “Fazemos parte da CLOC há um ano mais ou menos justamente com o *Movimiento Nacional Campesino Indígena* [MNCI] fizemos o pedido juntos para entrar porque até esse momento da CLOC participava fundamentalmente a MOCASE. Através deles foi.”

Pesquisadora: “E a APENOC, então?”

Entrevistado: “É um movimento que aglutina a outros, nós somos APENOC, somos uma parte da APENOC. A diferença de nome é só uma questão territorial.”

Pesquisadora: “Observamos que somente a APENOC participou enviando informação para o *site* da CLOC durante o ano 2003/2005. Por quê?”

Entrevistado: “É o que falei antes, como o *Movimiento Campesino de Córdoba* [MCC] é novo, e, há pouco tempo que estamos participando da CLOC. Porque, o *Movimiento Campesino de Córdoba* tem curta idade também. É um processo de formação, mas se for através da APENOC já estamos participando há muito tempo, já.”

Pesquisadora: “Como funciona o setor de comunicação, então?”

Entrevistado: “Sim, há uma equipe de comunicação, no movimento nacional, temos uma secretaria de comunicação no *Movimiento Nacional Campesino Indígena* [MNCI] onde participa o MOCASE, o *Movimiento Campesino de Córdoba* [MCC] e aí se produz o relacionamento, as relações internacionais, como nós dizemos. E no *Movimiento Campesino de Córdoba* [MCC] temos nossa própria organização com a APENOC e ela está encarregada de nossos relacionamentos com os atores internacionais, então, essa é uma forma de comunicação, assim como temos outra central, encarregada da comercialização.”

Pesquisadora: “Quantos computadores vocês têm?”

Entrevistado: “Temos uns 30 no total de cada central, aqui na secretaria nacional temos 15.”

Apesar da constatação da não-presença do MCC no *site* da CLOC, verifica-se que ele continua participando através de um dos seus membros, que é uma organização mais antiga, a APENOC. Portanto, esta última é uma organização intermediária, encarregada da comunicação internacional. Como na Bolívia, existe uma divisão de tarefas bem delimitadas, cristalizando a racionalidade do processo orgânico das organizações do campo, mediada por fatores de solidariedade. Esse fato também se verifica no *Movimiento Nacional Campesino Indígena* (MNCI), que, apesar de seu pouco tempo de existência, possui um setor de comunicação conformado por organizações antigas, como o MOCASE que se responsabiliza pela comunicação internacional.

Os dois casos observados se localizam na categoria de solidariedade da dimensão social proposta por Scherer-Warren (2005a), se consideramos que existe uma mútua ajuda dentro da rede, e que a agregação de redes locais confluem em redes regionais, que, por sua vez, em redes internacionais. Neste caso, o MCC, que é uma organização composta por um número considerável de organizações da região de Córdoba, localiza-se na linha de rede regional, mas, por meio da mediação da APENOC, compõe a rede internacional da CLOC. Por este fato solidário, inferimos que o MCC poderia se localizar, através da CLOC, também em uma rede mundial, como é a Via Campesina.

Da mesma forma, a *Unión Sin Tierra* (UST) se coloca como participante de um movimento maior, o *Movimiento Nacional Campesino*

Indígena (MNCI), evidenciando a idéia de que quando esse movimento tiver a sua página na Internet, ele poderá ter mais comunicação com a CLOC. Entretanto, a representante também aponta falhas na atual forma de comunicação, devido ao atraso do recebimento das informações, expressando também um desejo de autonomia no sentido de se comunicar diretamente com a CLOC. Segundo o diálogo com a representante da UST, Argentina:

Pesquisador: “Vocês têm *site* na *web* ?”

Entrevistada: “Nós como organização agora não temos, mas estamos trabalhando com o *Movimiento Nacional Campesino Indígena* [MNCI], que proximamente, terá uma página para nós, onde diversas organizações possam escrever nela informações para a CLOC.”

Pesquisadora: “Por que nos últimos anos temos observado que não existe uma participação do UST enviando notícias e relatórios para CLOC?”

Entrevistada: “Essas são as coisas que queremos melhorar, e que passa porque não temos uma página *web*, e passa por aí que não podemos representar a nossa organização em algum encontro porque recebemos tarde as informações ou praticamente não as recebemos; então, é isso, abrir uma página para estar comunicados com a CLOC e receber informações diretamente, por isso abrir uma página *web* me parece bom demais.”

Pesquisadora: “Vocês têm um setor de comunicação da organização?”

Entrevistada: “Sim, existe, mas o trabalho do nosso setor de comunicação é a imprensa, mas a idéia é que no futuro todos possamos ampliar esse acesso.”

Em outra ponta, está a relação do *Movimiento Campesino Santiago del Estero* (MOCASE) com a CLOC, e, através do gráfico 16 (p.183), observamos o crescente aumento da sua participação a partir de 2005. Isso é devido a um setor de comunicação ativo e ao fácil acesso à Internet. Segundo a entrevista com o representante do MOCASE, da Argentina:

Pesquisadora: “Por que a participação do MOCASE se deu com maior intensidade nos anos 2005/2006 enviando notícias e relatórios a CLOC?”

Entrevistado: “Nós aqui no MOCASE trabalhamos por secretarias, e tanto eu como a Léo, somos parte da secretaria de relações de comunicação e de jovens, e, a secretaria de relações de comunicação se encarrega de distribuir as informações às demais organizações e aos meios públicos. Aqui temos um companheiro que tem mais acesso à Internet e envia toda a informação via e-mail e Internet. Agora coincide que no ano 2005 e 2006 começamos a ter Internet nas 24 horas, até então, não tínhamos neste lugar um servidor para ter Internet.”

Pesquisadora: “Vocês têm um *site* da sua organização?”

Entrevistado: “Não, nós não temos *site*, tínhamos um como movimento nacional, mas caiu o servidor, agora vamos ter, mas não começamos ainda não.”

Pesquisadora: “Quantos computadores vocês tem?”

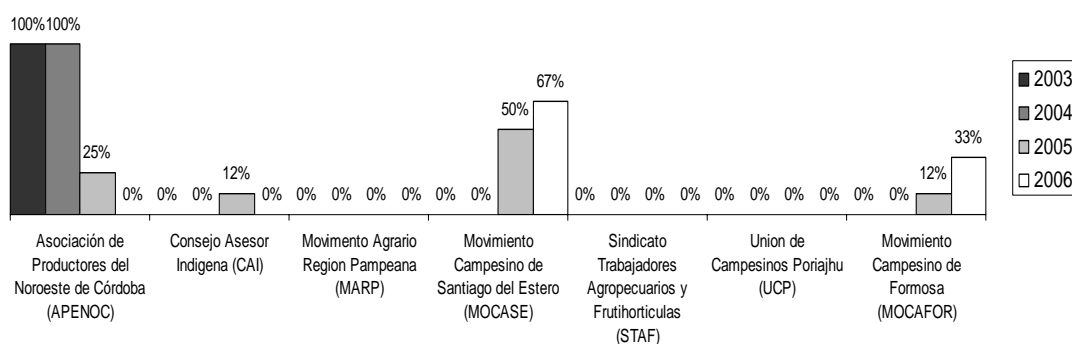
Entrevistado: “Temos 3.”

Pesquisadora: “Vocês utilizam o MSN ou outros suportes da Internet?”

Entrevistado: “Nós utilizamos o Gmail, e ele internamente tem seu MSN, nós temos Skype, mas nunca utilizamos não.”

Gráfico 16 – Participação das 7 organizações argentinas no site da CLOC

(<http://movimientos.org/cloc/>)



[Elaborado por M. Zampier, 2006]

No sociograma (p.144), observamos que o *Movimiento Campesino de Cordoba* – MCC (N43) não foi apontado por nenhuma organização como relação próxima, e a *Unión Sin Tierra* (UST) (N44) também não foi indicada por nenhuma organização como parceira. Entretanto, o *Movimiento Campesino Santiago del Estero* (MOCASE) (N42) foi apontado como parceiro tanto pelo MCC (N43) como pela UST (N44). Podemos notar pelas falas que esse fato da centralidade da MOCASE na Argentina se deve tanto à fortaleza do seu setor de comunicação, como ao fato dessa organização antiga, que pertence à CLOC desde 1995, ter apresentado as outras três organizações, o MCC, a UST e o MNCI, à CLOC.

Esse fato confirma também algumas das características dos atores centrais na rede (DIANI, 2003), como a estabilidade da estrutura da organização, a percepção da articulação por parte das outras, da

organização como um ator político relevante, e a influência da organização, que rende uma maior visibilidade e capacidade de trabalhar.

Nesse caso argentino, também destacamos um importante aspecto que difere do que acontece no Equador, onde a organização mais antiga, através dos velhos vícios, tenta manter o poder sobre a CLOC da região. Na Argentina, identificamos o papel oposto, onde a organização mais antiga utiliza o seu prestígio para contribuir, de forma solidária, para a incorporação das organizações mais novas, fortalecendo o movimento do campo em níveis local e internacional.

4.19 EQUADOR

No Equador, já verificamos problemas no relacionamento entre as organizações-membro desse país. Entretanto, sobre a baixa participação no *site*, encontramos duas outras explicações: por parte da CONFEUNASSC houve diferenças políticas no interior da organização, o que levou ao abandono por parte dos responsáveis do setor de comunicação do movimento. Segundo a entrevista com o dirigente da CONFEUNASSC:

Pesquisadora: “A participação da CONFEUNASSC no *site* da CLOC diminuiu. Por quê? E vocês têm um setor de comunicação?”

Entrevistado: “Sim, temos um setor de comunicação e eles que se encarregam de alimentar a página *web* e as informações do *site* da CLOC. O que passou é que teve o 2003 como eu disse, os que estavam a cargo da página *web*, os de 2003, abandonaram e deixaram de receber as informações e alimentar a página.”

Pesquisadora: “Quantos computadores vocês têm?”

Entrevistado: “Na secretaria nacional existe um computador”

Pesquisadora: “Tem acesso fácil a Internet?”

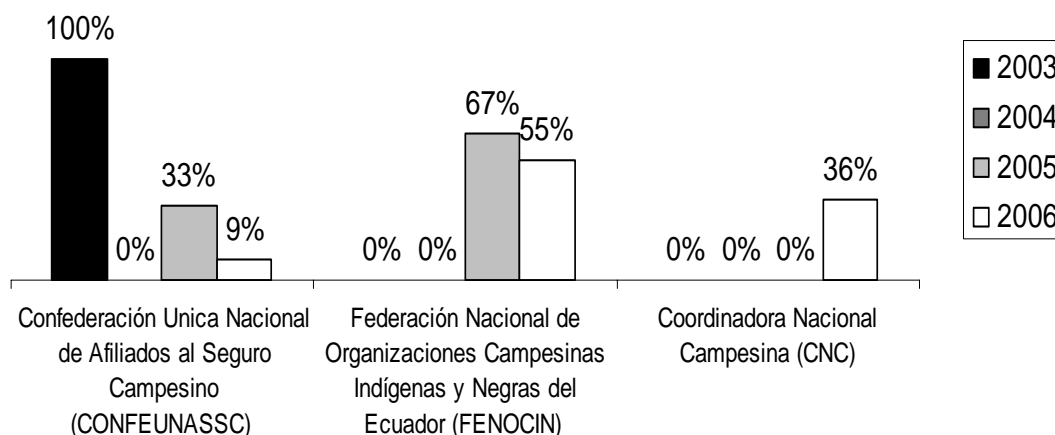
Entrevistado: “Sim”

A segunda explicação está na já relatada caracterização do **coletivo em rede** da CLOC (capítulo 4.5). Tanto a CPP, do Peru, como a CNC, do Equador, possuem página na *web*, que estão alojadas na *Comunidad Web de Movimientos Sociales*. Assim é que elas se sentem parte do processo comunicacional da CLOC, sem necessariamente ter uma

grande expressão no envio de informações para sua a página, como pode ser constatado nos quatro gráficos anuais (p.155-160).

Gráfico 17 – Participação das 3 organizações equatorianas no site da CLOC

(<http://movimientos.org/cloc/>)



[Elaborado por M. Zampier, 2006]

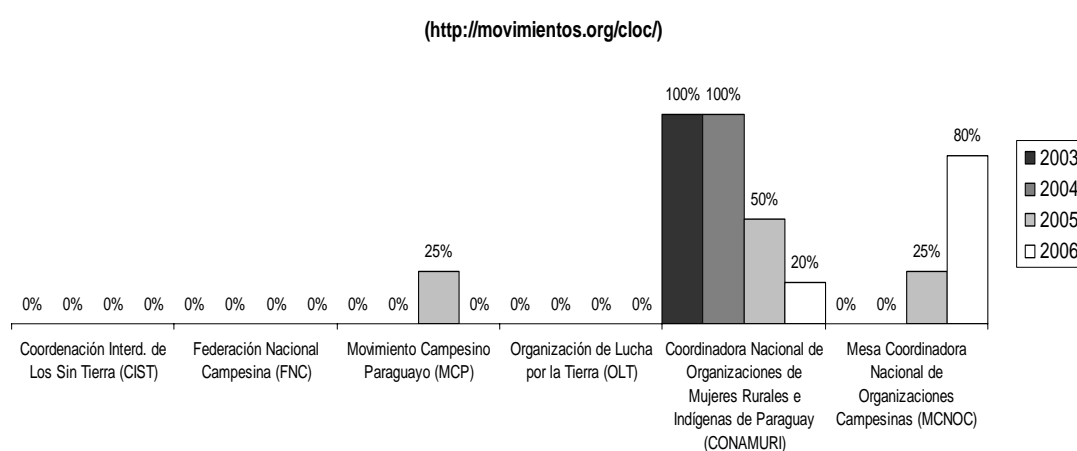
4.20 PARAGUAI

No Paraguai, a *Coordinadora Nacional de Organizaciones de Mujeres Rurales e Indígenas de Paraguay* (CONAMURI) é uma organização de mulheres, surgida em 1999, composta por 23 organizações de 11 departamentos do país, ingressou na CLOC em 2001. Apesar do pouco tempo de existência, observamos nos gráficos de participação anuais (p. 155-160) e no gráfico 18 (p.186) de participação das organizações do país que ela é a organização do Paraguai que mais se faz presente no *site* da CLOC.

Nesse contexto, dado interessante a ser destacado é a apropriação da tecnologia por parte das mulheres através do aprendizado coletivo, isto é a que possui mais conhecimento repassa-o para a que tem menos. Outro dado é que existe também o trabalho coletivo, ou seja a comunicação não é feita através de um setor, mas sim por todas conjuntamente.

Inferimos que o aprendizado e o trabalho de comunicação da organização existem mutuamente, sendo a prática o melhor espaço para o aprendizado. Observamos esse fato nos termos de Sabada (2002), complementando que o sentido se enfatiza no valor de uso da rede através dos militantes e na apropriação que eles fazem dela e dos dispositivos tecnológicos formais. Isso mostra como o movimento social pode dar diferente significado à utilização e à apropriação da tecnologia, como discutido no capítulo 2.5.

Gráfico 18 – Participação das 6 organizações paraguaias no site da CLOC



[Elaborado por M. Zampier, 2006]

Além disso, observamos que há falta de recursos tecnológicos, pois a organização possui apenas um computador, embora isso não seja empecilho para um certo destaque na participação no *site* da CLOC. Segundo o diálogo com a dirigente da CONAMURI:

Pesquisadora: “Nos últimos anos temos observado que existe uma alta participação da CONAMURI enviando notícias e relatórios à CLOC. Por quê?”

Entrevistada: “Nós, as mulheres, estamos com uma alta presença denunciando o tema de agrotóxicos, junto com a ANAMURI [Chile] e sempre estamos na luta com os povos de outros países, sempre estamos aí procurando estar presentes como organização.”

Pesquisadora: “Vocês têm um setor de comunicação na organização?”

Entrevistada: “Não, somente usamos a Internet, não temos uma pessoa dedicada a esse setor, mas enviamos informações por e-mail, e estamos procurando com as companheiras estar sempre atentas aos correios que recebemos e tratar de ir respondendo.”

Pesquisadora: “Então é uma coisa coletiva, vocês mesmo trocam e enviam informação?”

Entrevistada: “Sim, assim é.”

Pesquisadora: “Quantos computadores vocês tem na secretaria do movimento?”

Entrevistada: “Um só”

Pesquisadora: “Como foi que aprenderam a usar a tecnologia do computador? “

Entrevistada: “Foi entre nós mesmos, uma companheira aprendeu e passou de companheira a companheira”.

Pesquisadora: “Vocês usam outras facilidades da tecnologia como MSN?”

Entrevistada: “Não.”

Pesquisadora: “Vocês têm um *site web* de sua organização?”

Entrevistada: “Não temos”

Pesquisadora: “Como vocês fazem para superar as dificuldades de comunicação na CLOC?”

Entrevistada: “Estamos nisso, sabemos que temos que fortalecer as organizações de base aqui no Paraguai como a *Organización de Lucha por la Tierra* [OLP], o *Movimiento Campesino Paraguayo* [MCP] e a MCNOC [*Mesa Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas*] para fortalecer a CLOC aqui no Paraguai.”

Pesquisadora: “Você acha que as organizações mais antigas atrapalham a participação das organizações mais novas na CLOC? “

Entrevistada: “Nós não temos essa dificuldade, mas sim temos dificuldades com as atividades mesmas que temos com as organizações como se não fosse prioridade discutir os espaços da CLOC. Então esse seria o espaço que precisamos fortalecer, mas esse tipo de inconvenientes aqui no Paraguai, não existem não e acho que nos outros países tampouco, acho que as organizações com mais experiência contribuem para articular melhor a organização latinoamericana.”

Pesquisadora: “Quando surgiu sua organização?”

Entrevistada: “Nasce em outubro de 1999 e eu atuo desde o início como coordenadora, e agora estou na direção nacional”

Através da entrevista, notamos que existe uma preocupação da organização em fortalecer os outros movimentos do país, demonstrando assim uma solidariedade entre eles, reafirmada quando a entrevistada diz que não existem disputas internas em relação ao trabalho internacional, mas

sim falta de prioridade para discutirem aspectos relacionados à CLOC, demonstrando desconhecimento dos conflitos nas regionais andinas e norte americana.

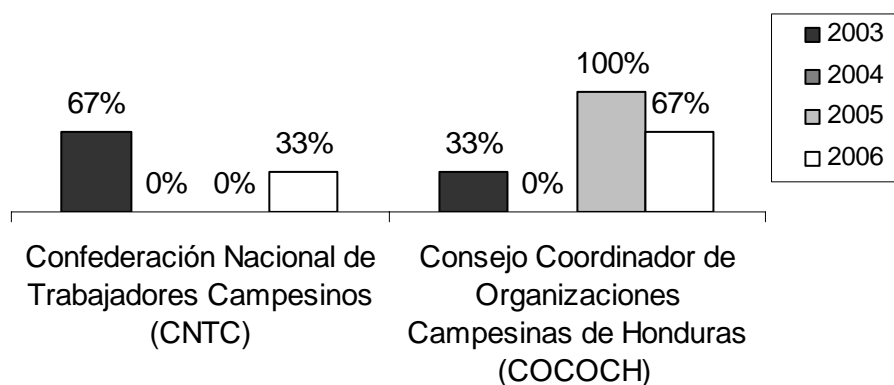
No sociograma (p.144), a *Coordinadora Nacional de Organizaciones de Mujeres Rurales e Indígenas de Paraguay* (CONAMURI) (N39) foi apontada pela ANAMURI do Chile (N35) como uma parceira próxima, podendo esse fato ser destacado como um laço forte e recíproco, visto que ambas se colocaram como parceiras em primeiro lugar. Além disso, na sociomatriz (p.143), o MMC, do Brasil, e o MOCASE, da Argentina, também identificaram-nas como aliadas.

4.21 HONDURAS

Em Honduras, um dos membros da CLOC é o *Consejo Coordinador de Organizaciones Campesinas de Honduras* (COCOCH), constituído por 10 organizações: *Asociación Campesina Nacional* (ACAN), *Asociación Hondureña de Mujeres Campesinas* (AHMUC), *Asociación Hondureña de Productores de Café* (AHPROCAFE), *Asociación Nacional de Campesinos Hondureños* (ANACH), *Asociación para el Desarrollo de la Región Occidental de Honduras* (ADROH), *Consejo para el Desarrollo Integral de la Mujer Campesina* (CODIMCA), *Organización Campesina Hondureña* (OCH), *Unión de Mujeres Campesinas Hondureñas* (UMCHA), *Unión de Trabajadores del Campo* (UTC) e a *Central Nacional de Trabajadores del Campo* (CNTC). A segunda organização hondurenha que faz parte da CLOC é que foi a entrevistada na nossa pesquisa.

Gráfico 19 – Participação das 2 organizações hondurenhas no site da CLOC

(<http://movimientos.org/cloc/>)



[Elaborado por M. Zampier, 2006]

Destacamos que a COCOCH foi a sede da secretaria operativa da Via Campesina Internacional, e que o dirigente Rafael Alegria é um conhecido representante dos movimentos camponeses latino-americanos, e foi representante da Via Campesina Internacional. Apesar da experiência com as redes de redes internacionais, como a Via Campesina e a CLOC, verificamos que existem problemas de comunicação no interior do movimento camponês de Honduras. Segundo a entrevista com o representante da CNTC, de Honduras:

Pesquisadora: “Quais são as dificuldades de sua organização para participar na CLOC?”

Entrevistado: “Bom, como falei anteriormente somos uma organização que é membro da COCOCH, então toda a informação e todos os dados chegam a COCOCH e, não sei, mas acho que pelo excesso de trabalho, a liderança não distribui como tem que ser as informações para organizações da COCOCH, aqui em Honduras. Então, por isso nós estamos bastante desinformados do movimento da CLOC a nível latino-americano.”

Pesquisadora: “Quem mantém o *site* da CLOC atualmente?”

Entrevistado: “Não sei.”

Pesquisadora: “Como as informações são passadas para suas bases?”

Entrevistado “Esse aí é o problema que eu falei, as informações chegam a COCOCH, mas a COCOCH, pelo excesso de trabalho não passa às demais

organizações membros de COCOCH de Honduras. Por isso que desconhecemos toda a informação da América Latina”

Pesquisadora: “Vocês têm *site web*?”

Entrevistado: “Nós não. Mas COCOCH sim, existe, mas não a manejo.”

Pesquisadora: “Quantos computadores existem na sua organização?”

Entrevistado: “Aqui, no escritório de CNTC temos cinco, que não estão em muito bom estado, sempre têm que ser consertados, além dos problemas econômicos.”

Pesquisadora: “Tem acesso a Internet ?”

Entrevistado: “Bom, geralmente ao correio que eu te disse.”

Pesquisadora: Como você avalia que existem organizações que têm mais visibilidade e colaboram com as que não tem tanta, especialmente na América Central?

Entrevistado: “Bom, é muito pouco essa colaboração, existem dentro da CLOC organizações que têm maior visibilidade tanto política, econômica e isso é assim”.

Pesquisadora: “Existe falta de colaboração das organizações maiores?”

Entrevistado: “Sim, existe falta de colaboração. Isso é precisamente.”

Pesquisadora: “Porque e quais são ser essas organizações que poderiam apoiar mais?”

Entrevistado: “Não tenho claro a que se deve esta falta de colaboração nem tampouco tenho claro quantas nem quais organizações seriam as que poderiam colaborar. Mas me parece que sim, existem movimentos aqui na América Latina muito fortes como no caso do Brasil, que você conhece, é o caso do Movimento Sem Terra que é um movimento muito forte, que em algum momento ainda que não seja econômico, mas sim com o intercâmbio solidário e de experiências e tudo isso seria muito valioso para as organizações da América Central, especificamente de Honduras.”

Pesquisadora: “Em termos de comunicação e informação essas organizações mais fortes estão colaborando ou falta colaboração?”

Entrevistado: “Bom, eu acho que uma das formas de colaborar, em primeiro lugar, é que a informação seja mais fluída no sistema de troca de informações e que outros movimentos grandes da América Latina possam nos enviar informações, as organizações que estamos nestes países. E que também a gente possa flexibilizar essa informação. Esta é uma, porque você sabe, para a solidariedade funcionar, se começa por saber muito bem como que está a situação de cada organização.”

Com a fala do entrevistado, notamos, que não existe o repasse de informações sobre os acontecimentos internacionais para as organizações-

membro da rede de redes nacional COCOCH, e também que esse fato ocorre por falhas na estrutura de difusão de comunicação, visto que o representante justifica a falta de informação “pelo excesso de trabalho” dos dirigentes e não pelo motivo de disputas no interior do país.

Essa afirmação é confirmada pelos dados do sociograma (p.144) onde a COCOCH (N12) foi apontada pela CNTC (N13) como principal parceira da organização. Além disso, a organização se sente isolada e cobra maior ajuda das organizações “mais fortes” da América Latina, mas não se coloca, em nenhum momento, como parte do processo de enviar informações para as demais.

4.22 VENEZUELA

As organizações venezuelanas, a partir de 2005, apresentaram um aumento da presença no *site* da CLOC, como pode ser observado no gráfico 20 (p.193), o que ocorreu também em relação à comunicação com outras organizações, como é evidenciado na entrevista com a dirigente da FNMCBS, da Bolívia

Pesquisadora: “Quais são as organizações membros da CLOC que vocês mais têm se comunicado ultimamente?”

Entrevistada: “É difícil dizer, porque todos os dias recebemos informação pela Internet porque nós não temos página *web*, mas nós destacamos a região andina e o MST de Brasil com quem quase permanentemente nos articulamos, nos comunicamos. E ultimamente temos recuperado bastante a comunicação com Venezuela.”

Pesquisadora: “Como é a relação de vocês com a Venezuela?”

Entrevistada: “Olha, a secretaria operativa da região andina está na Venezuela, trabalhamos em conjunto com o processo da reforma agrária da Venezuela e o tema da soberania alimentar, trabalhamos diretamente com o ministro de cultura, também temos contato não só com o setor camponês, também com o setor indígena.”

Apesar desse aumento, no sociograma (p.144) a *Coordinadora Agraria Nacional Ezequiel Zamora* (CANEZ) (N17) não foi apontada por nenhuma organização como parceira principal; entretanto, na sociomatrix (p.143) ela aparece como parceira de 5 organizações, demonstrando que, mesmo sendo uma organização nova, e tendo ingressado na CLOC em

2003, ela não está isolada, além de sediar a secretaria regional andina. Conforme a entrevista com a dirigente da CANEZ:

Pesquisadora: “Qual é o papel de sua organização na CLOC?”

Entrevistada: “Atualmente temos a secretaria operativa da região andina por quatro anos onde coordenamos com mais quatro países bolivarianos, além de outros países da América Latina.”

Pesquisadora: “Vocês sempre enviam informações de sua organização para que sejam difundidas na CLOC?”

Pesquisadora: “Sempre fazemos. Inclusive estamos estudando a possibilidade de um meio de informação para a região andina como um jornal mensal para difundir notícias de índole camponesa, indígena e afro-descendentes. Além disso, a CLOC sempre nos mantém informados das coisas que estão acontecendo na América Latina.”

Pesquisadora: “Como é a comunicação entre CANEZ e a CLOC, considerando que vocês têm aumentado a participação no *site* da CLOC nos últimos anos?”

Entrevistada: “Isso se deve à denúncia que nós fazemos, porque tivemos companheiros assassinados no processo de luta pela terra; assim, nós enviamos uma carta para ser difundida pela Via Campesina, passada também ao Brasil e a Nicarágua e, após isso, tivemos uma resposta concreta e, nesse sentido a CLOC foi um passo muito importante de denúncia para nós, assim como a Via é um motor muito forte para nós. Assim, nós temos um intercâmbio de informação muito grande com o MST, sabemos o que acontece com os companheiros presos, a luta pela terra e assim por diante.”

Pesquisadora: “Vocês têm página web?”

Entrevistada: “Estamos fazendo ainda. Mas existe muita informação no *Google*.”

Apesar desse aumento de participação na CLOC por parte das organizações venezuelanas, através da entrevista com uma liderança da CNC, do Equador, foi possível identificar problemas em relação a disputas de poder dentro da rede da CLOC na Venezuela. Segundo o diálogo com o dirigente da CNC, do Equador:

Pesquisadora: “Quais são essas organizações que tentam ter um maior protagonismo na CLOC?”

Entrevistado: “Existe uma organização que é a *Coordinadora Agrária Nacional Ezequiel Zamora* [CANEZ], da Venezuela, que tem algumas limitações para que se integre a *Frente Nacional Ezequiel Zamora* [FNCEZ]. Estas organizações cuidam do seu protagonismo no interior da CLOC e não permitem que organizações novas se integrem. Aqui no Equador também temos algumas dificuldades com a FENOCIN, que é a organização que entrou no início da CLOC. De todas as maneiras, agora temos uma boa

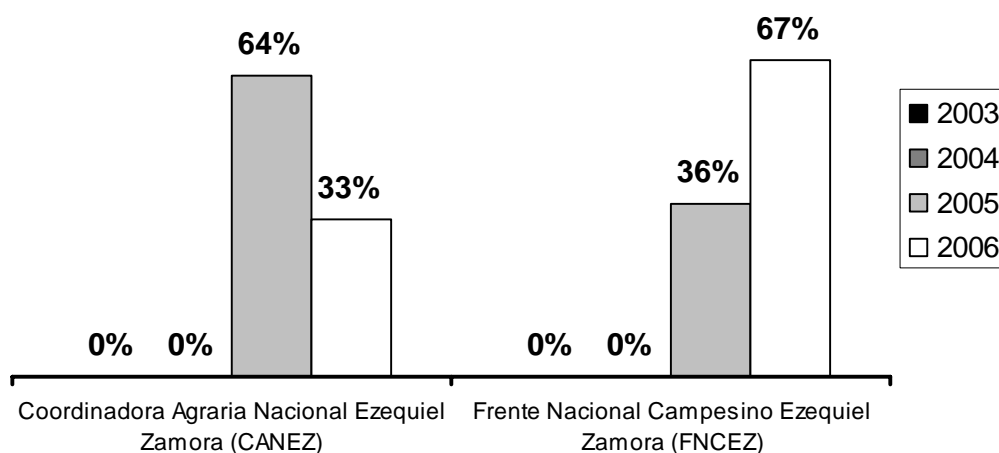
relação, e temos um espaço nacional aqui que se chama *Mesa Agrária* com várias organizações camponesas e também apoiamos a CLOC, e então com FENOCIN agora temos boas relações, mais no início foi um pouco difícil também.”

Quando questionamos a representante da CANEZ sobre a presença da FNCEZ na CLOC, a resposta foi:

“A *Frente Nacional Camponesa* [FNCEZ] está em processo de incorporação à CLOC e acredito que logo teremos mais uma organização integrada ao movimento.”

Gráfico 20 – Participação das 2 organizações venezuelanas no site da CLOC

(<http://movimientos.org/cloc/>)



[Elaborado por M. Zampier, 2006]

4.23 MÉXICO

Diferentemente do contexto venezuelano, através do sociograma (p.144) e da sociomatriz (p.143), observamos que as organizações mexicanas estão isoladas entre si e do restante dos membros da CLOC, apesar de duas organizações possuírem acesso aos computadores e à Internet. Esse isolamento e a falta do envio de informações para a CLOC aparecem na justificativa dos atores como consequência dos conflitos internos no país e não pela falta de tecnologia.

A *Central Campesina Cardenista* (CCC) (N1) não foi citada por nenhuma organização como parceira e, pelas entrevistas, identificamos

problemas na relação das organizações-membro desse país, que se refletem de certa forma na participação no *site*. Segundo o dirigente entrevistado da CCC:

Entrevistado: “Bom, olha devo confessar que quando participamos no congresso do México tivemos umas diferenças com algumas organizações e isto provocou, posso te dizer, certo isolamento da nossa organização; então eu suponho que quem encabeça estes trabalhos segue sendo a CIOAC [*Central Independiente de Obreros Agrícolas y Campesinos*]. Tive notícias que no México o responsável era o Álvaro Lopez que dirige a *Unión Nacional de trabajadores Agrícola* [UNORCA], mas quero te dizer que nos últimos anos estivemos de uma maneira à margem da participação das atividades da CLOC.”

Pesquisadora: “Esse isolamento acontece também no nível informacional, vocês não recebem informações?”

Entrevistado: “Passa pela questão da informação, um pouco do problema entre nós. Nesse tema da CLOC nós fizemos algumas críticas ao manejo que algumas organizações daqui do México tinham na relação com outras organizações da CLOC e na informação que se dava, e alguns não gostaram e isso gerou esta situação. Mas também é responsabilidade nossa, não é verdade? De maneira direta temos que acompanhar mais a comunicação, no contato.”

Pesquisadora: “Temos observado que o fluxo de informações da sua organização no *site* da CLOC só se deu durante o ano de 2005. Porque não enviaram mais informações para o *site* da CLOC?”

Entrevistado: “São duas coisas, eu acho que em parte são essas diferenças internas que tivemos aqui nas organizações que estamos na CLOC; e a outra, acho que não colocamos como uma prioridade da nossa organização, porque foi muito difícil enfrentar tudo o que fez Vicente Fox, pois estivemos muito concentrados em tratar de enfrentar essa situação. Sinceramente eu acho que isso é parte do por que.”

Pesquisadora: “Quantos computadores existem na sede nacional?”

Entrevistado: “Bom, agora estamos trabalhando desde o segundo semestre do ano passado num processo de equipar as secretarias centrais de aproximadamente 12 secretarias nas províncias dos estados. Nossa intenção é desenvolver nos estados uma capacitação à distância. Então aqui na central temos uns 20 equipamentos de computador.”

A *Unión Nacional de Organizaciones Regionales Campesinas Autónomas* (UNORCA) (N3) também não foi apontada por nenhuma organização como parceira. Sobre o *site* da CLOC, segundo a entrevista com o dirigente da UNORCA:

Pesquisadora: “Porque a participação no *site* da CLOC da sua organização diminui entre os anos 2005 e 2006?”

Entrevistado: “Basicamente é por assuntos de recursos e de organização interna e, também estamos resolvendo que nos próximos meses se vai intensificar esta presença, especialmente após superar obstáculos internos sobretudo, os que estão relacionados a crises das organizações que fazem parte da União e que estão em vias de superação.”

Pesquisadora: “Quantos computadores tem a secretaria da sua organização?”

Entrevistado: “Mais ou menos 15 unidades.”

A *Union Nacional Trabajadores Agrícolas* (UNTA) (N4) também não foi apontada por nenhuma organização como parceira na CLOC. E sobre a sua baixa participação no site, o entrevistado aponta as fraturas no interior do México. Conforme a entrevista com o dirigente da UNTA:

Pesquisadora: “A UNTA teve pouca participação na página *web* da CLOC. Por quê?”

Entrevistado: “Nos últimos dois anos nós estamos ausentes das reuniões de CLOC porque existe um reagrupamento de organizações que, como posso falar, tem um objetivo muito limitado nas atividades, nas lutas, na mobilização. E eu acho que está estagnada numa relação de burocratização da condução da CLOC e na geração de atividades. Então, nós tratamos dessa forma de romper o consenso pois se perde o caráter histórico, com pouco sustento e mobilização. Então optamos por assumir um papel passivo e não participar dos últimos eventos, porque se fez mais turismo político e social que construção de acordos que tem relação com a mobilização e com as demandas da sociedade no seu conjunto. Para nós, não tem sentido esse fazer dos últimos dois ou três anos.”

Pesquisadora: “Quantos computadores vocês têm?”

Entrevistado: “Agora temos 6 instalados.”

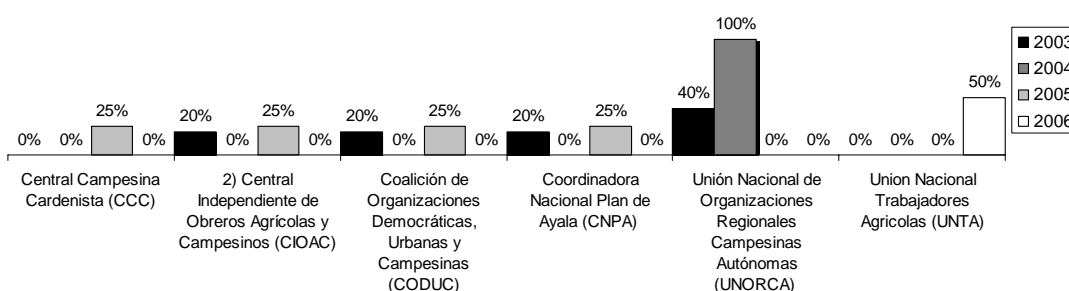
Pesquisadora: “Tem acesso a Internet e página *web*?”

Entrevistado: “Não”

A *Central Independiente de Obreros Agrícolas y Campesinos* (CIOAC) (N2) foi a única organização mexicana apontada pela UNORCA e pela CCC como uma das parceiras das organizações, como pode ser visto na sociomatrix (p.143).

Gráfico 21 – Participação das 6 organizações mexicanas no site da CLOC

(<http://movimientos.org/cloc/>)



[Elaborado por M. Zampier, 2006]

4.24 EXPANSÃO GEOGRÁFICA DA REDE DE REDES DA CLOC NO MÉXICO

Apesar dos conflitos internos no país e da falta de relacionamento com a CLOC, as organizações mexicanas, como consequência do Tratado de Livre Comércio com América do Norte (TLCAN) no marco das medidas de ajuste estrutural neoliberal na região, estão ampliando o relacionamento com outras organizações do campo da região norte-americana, gerando uma aparente expansão das fronteiras tradicionais da rede de redes da CLOC. Segundo o diálogo com o representante do setor de comunicação da *Unión Nacional de Organizaciones Regionales Campesinas Autónomas* (UNORCA), do México:

Pesquisadora: “Em relação a sua resposta anterior sobre o destaque da Via Campesina ... como é a relação da Via Campesina e CLOC?”

Entrevistado: “Pela cobertura geográfica a Via Campesina é internacional, tem presença em todos os continentes e a CLOC é um assunto da América Latina, mas existe uma seção da Via Campesina que funciona como regional que abrange América do Norte, onde participa mais diretamente a UNORCA, de alguma forma poderia se considerar, incluindo a Canadá e Estados Unidos, como uma regional da CLOC.”

Pesquisadora: “Então vou fazer uma inferência, vocês participam mais com as organizações de América do Norte do que com as organizações da América do Sul e América Central?”

Entrevistado: “De fato é assim. Existe uma tendência, sobretudo a partir dos últimos dois anos, e a partir da participação da UNORCA, por exemplo, no Fórum Social Mundial, basicamente... reuniões que se fizeram no Brasil ou em outros lugares do mundo, onde aconteceu um destaque, a participação que transcende o marco da América de Norte, mas a razão é muito forte e tem que ver com a situação nacional, com a inter-relação de México e estes

dois países da América do Norte, necessariamente foi muito mais forte o nexos como as organizações de produtores dos Estados Unidos e Canadá.”

Pesquisadora: “Como se desenvolve esta relação de aumento do contato como as organizações da América do Norte, sendo que as organizações camponesas do México, teoricamente, teriam mais problemas em comum com América Central e América do Sul por assuntos históricos e de identidade?”

Entrevistado: “Você tem razão. Historicamente a relação é em muitos sentidos, além do mais a coerência cultural, é com o sul, o que aconteceu, é que esta situação se modificou a partir da assinatura do Tratado de Livre Comércio com América do Norte [TLCAN] e essa integração que os governos impulsionaram gerou conflitos que foram comuns aos produtores do México e dos outros países do TLCAN. O impacto de TLCAN beneficia somente as transnacionais e aos grandes produtores, e os médios e os pequenos produtores dos três países compartilham muitos problemas. Nesse sentido é a dinâmica da discussão. De fato existe uma agenda comum entre os três países, entre os produtores médios e pequenos dos três países e que está em relação ao que vai nos impor o TLCAN no início do ano. Assim o ano vai ser de intensa atividade de mobilizações coordenadas entre as organizações dos três países, é um acordo que já está encaminhado”.

Pesquisadora: “A proximidade com as organizações do norte é característica de outras organizações do México ou é só a UNORCA que está apontando nessa direção?”

Entrevistado: “Isso eu não poderia dizer de maneira objetiva, mas acho que é compartilhada a idéia, e que está determinada por uma ação objetiva da problemática em geral, e de alguma forma tanto a CIOAC [*Central Independiente de Obreros Agrícolas y Campesinos*] que participa da CLOC como outras organizações que não participam da CLOC estão tendo uma relação mais direta com o norte”.

Como podemos observar no diálogo, existe uma prática dentro da rede de redes que poderá, no futuro, levar a uma expansão desta em termos geográficos. Enfatizamos também que o representante da organização-membro do México chega a classificar as articulações com as organizações do Canadá e dos Estados Unidos como uma “regional da CLOC”.

A análise de documentos da CLOC é esclarecedora sobre esse fato:

“Embora no II CLOC estivesse presente a delegação canadense através da NFU (*National Farmer Union*), ela considera preferível se manter à margem da CLOC e continuar sendo parte da Via Campesina, com a idéia fundamental de que a CLOC não perca seu caráter latino-americano de coordenar esforços em nível mundial para fortalecer a CLOC e a Via Campesina.” (CLOC, 1997, p.32)

Assim, vemos que a relação das organizações da regional norte-americana da CLOC com organizações dos outros países norte-americanos que não fazem parte da CLOC já é identificada desde o segundo congresso da CLOC, realizado no Brasil em 1997. Nessa época, foi destacado pelas organizações o caráter latino-americano da CLOC, dando preferência à não-incorporação de organizações do norte na rede.

Observados os diversos atores que compõem a **rede de movimentos sociais** e a **rede de redes** da CLOC, além do possível processo de expansão territorial geograficamente assinalado, observa-se uma difusa expansão de interesses no interior da CLOC, que poderá ser abordado corretamente se consideramos o contexto sócio-político e o futuro cenário econômico do país. Entretanto, as consequências desse fenômeno para a CLOC, dentro dos processos polissêmicos e multidimensionais das redes, como aponta Scherer-Warren (2006), é um problema a ser explorado em futuras pesquisas sobre as redes sociais do campo latino-americano.

Esses dados foram coletados graças à escolha metodológica de entrevistas semi-estruturadas baseado na proposta de Quivy e Campenloup (2000), que proporcionou acesso a informações sobre este importante fenômeno, o que talvez não fosse possível através de questionários fechados ou somente com a sociometria. A entrevista permitiu um intercâmbio; em que foram expressas mutuamente as impressões do acontecimento, suas interpretações e experiências, e a pesquisadora facilitou esta ação por meio das perguntas abertas, como observamos nos trechos transcritos sobre a expansão geográfica com o representante da UNORCA.

4.25 CENTRALIDADE E TECNOLOGIAS DA COMUNICAÇÃO

Com a análise dos dados coletados e alcançados os objetivos geral e específicos, passamos agora a responder o problema da nossa pesquisa, observando o que cria as posições centrais na rede, quais são as posições periféricas na rede e as justificativas para a sua existência.

Para as posições centrais da rede no sociograma identificamos como características a influência e a maior capacidade de trabalhar com

diversificados temas, além da estabilidade da estrutura da organização e da percepção dessas organizações centrais como atores políticos relevantes e com visibilidade pública pelos demais integrantes.

Entretanto, consideramos essa resposta incompleta quando observamos que as organizações que não são centrais na rede e não possuem preponderância comunicacional, o que foi verificado pelos gráficos de participação no *site*, ocupam um papel central através das secretarias operativas, como visto nos exemplos da CONAMUCA (República Dominicana), da CANEZ (Venezuela), e do MCP (Paraguai).

Avaliamos a secretaria operativa como um cargo de relevância dentro da CLOC a partir do momento em que existem normas para a ocupação desse espaço, passando pela rotatividade regional, além de ser um tema importante nos congressos. Em certos momentos, até existem disputas, como foi visto dentro da região andina e no último congresso da CLOC.

Com esses fatos, concluímos que as posições centrais não são absolutas e estão relativizadas tanto pelas falas dos representantes das organizações como pela prática da CLOC, pois as organizações identificadas como centrais não estão desempenhando papéis centrais nas secretarias operativas. Organicamente, a secretaria operativa tem um papel central, mas observamos que ela não tem o papel de determinar as posições centrais na rede. A estrutura e a atuação na rede de redes dos movimentos sociais do campo aparentemente estão organizadas para isso, pois as organizações que, em um momento são centrais, em outro são periféricas e, em termos orgânicos, as que são periféricas são centrais, ocupando espaços de relevância.

Apesar das dificuldades pela falta de comunicação, como apontado nas entrevistas, a análise da rede de redes da CLOC mostrou que também existe o fenômeno da intermediação, através do caso da Bolívia, e do apoio de organizações centrais, como o MST, a organizações periféricas e mais frágeis comunicacionalmente. Assim, não é determinante o uso da tecnologia por todos os membros da rede para ela para funcionar.

Por outro lado, isso não exclui a existência de uma vontade política para aprofundar a apropriação da TICs por parte dos movimentos sociais, como verificado na caracterização do coletivo em rede da CLOC. Apesar das falhas, a comunicação existe, embora com baixa participação de algumas organizações periféricas e centrais no *site* da CLOC.

Dessa forma, o que gera as posições são esferas organizacionais, políticas e culturais das organizações do campo, não sendo fator determinante a tecnologia. A tecnologia e o fluxo de informação não criam os centros da rede. As posições não passam pelo determinismo da tecnologia, existindo, assim, outras formas de entender essa diversidade dentro da rede.

A relativização das posições centrais e os dados empíricos da pesquisa nos permitiram, em um nível indutivo, a não-confirmação de uma das nossas hipóteses, na qual afirmamos que as organizações que dominam as tecnologias da informação e comunicação teriam mais possibilidades de ocupar posições centrais na rede. Entretanto, esse fato não desfez o nosso problema; ao contrário, permitiu responder a nossa pergunta com mais elementos e abriu precedente para levantarmos outra hipótese, segundo a qual a tecnologia não é determinante para as posições centrais na rede de movimentos sociais.

Na segunda hipótese, afirmamos que, em certas circunstâncias, as organizações-membro podem agir coletivamente ou não, o que produz maior ou menor participação na rede. Ela foi confirmada pela observação de que os conflitos, como no México e no Chile, diminuíram a participação na rede, verificada na não-centralidade de certas organizações como na baixa participação no *site*, fato que se constatou independentemente da apropriação ou não das tecnologias comunicacionais.

5 RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a proposta teórica de Scherer-Warren conseguimos observar a **rede de movimentos sociais** de que a CLOC faz parte, sendo composta, além das organizações da categoria, por vários outros atores, como ONGs nacionais e internacionais, universidades, centros de pesquisas, instituições e fundações, indivíduos e outros. Essa verificação nos permitiu compreender as redes de movimentos sociais como estruturas complexas que ultrapassam as organizações delimitadas empiricamente, conectando diversos atores coletivos e individuais, resultando em um processo articulatório em torno de valores, objetivos e projetos em comum, e definindo situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas.

Com o conceito de **redes de redes**, observamos as articulações interorganizacionais do continente que compõem a CLOC, aproximando-se também de como as relações que se dão no interior dos países interferem na coordenação internacional. Além disso identificamos uma tendência de expansão dos elos da rede de redes na regional norte-americana.

As conexões comunicacionais da CLOC instrumentalizadas através da Internet foram verificadas por meio do **coletivo em rede** da CLOC, e na esfera *web* e nas estruturas dos *hiperlinks* evidenciamos a **virtualização** e a **desterritorialização** da rede, apontando importantes relacionamentos virtuais pela *Comunidad Web de Movimientos Sociales* e o relacionamento de assessoria comunicacional pela *Agencia Latinoamericana de Informaciones* (ALAI).

Aprofundamos o cenário da rede de redes da CLOC com a observação de três categorias da rede, sendo a primeira a **dimensão temporal**, identificada no passado, através do resgate da luta histórica dos camponeses e indígenas latino-americanos; no presente, representada pela solidariedade e pela proposta de construção de um projeto alternativo; e no futuro, através do projeto e da utopia materializados nos instrumentos políticos.

A segunda, a **dimensão espacial**, nos permitiu verificar uma dialética entre o local e o global com o revisitar do global na base territorial. Para se incorporar na rede continental a nova organização deve ter laços recíprocos com uma organização do país que já faça parte da rede e que possa respaldar a sua integração.

A terceira, a **dimensão social – estratégica**, mostrou as assimetrias no interior da rede de redes, materializadas nos conflitos pelo protagonismo no interior dos países. Verificamos as dificuldades práticas de inserção na rede, mostrando que as redes, como quaisquer relações sociais, estão sempre repassadas pelo poder e pelo conflito; por outro lado, também estão repassadas pelas possibilidades de solidariedade, de reciprocidade e de compartilhamento.

Os interesses identificados na participação da CLOC são: o aumento da visibilidade em níveis local e continental; o fortalecimento da identidade do campo; o intercâmbio de experiências; o respeito à diversidade (na possibilidade de construção de consensos sobre temas em comum); a comunicação e a informação; a luta contra o neoliberalismo; e a articulação de setores específicos, como o das mulheres. Por outro lado, as dificuldades apresentadas na participação da CLOC são a falta de recursos e os problemas na comunicação.

Mapeando a CLOC em uma perspectiva sistêmica, construímos um **sociograma** e uma **sociomatriz**, onde identificamos as posições centrais e periféricas da rede e suas principais características na perspectiva teórica de Diani (2003). No sociograma, verificamos que as organizações que possuem posições periféricas ocupam um papel orgânico central como sede das secretarias operativas. Nesse aspecto, a organização que atualmente tem a

sede da secretaria operativa da CLOC possui reconhecidas falhas da comunicação com as demais organizações.

A partir de **gráficos anuais de participação das organizações-membro** no *site* da CLOC, verificamos que as organizações da **Guatemala**, da **Colômbia**, do **Chile** e do **Paraguai** são as que apresentam uma continuidade e maior envio de informações para o *site*.

As organizações da **Guatemala** não se apresentaram como centrais na rede de relações, entretanto aparecem com destaque na participação do *site*, sendo apresentadas como justificativa as denúncias sobre os abusos do governo contra o setor do camponês e as constantes atividades e propostas da região.

No **Chile**, uma organização se apresenta central na rede de relacionamentos e na participação do *site*, e as outras não aparecem em nenhum dos dois espaços. A justificativa são os conflitos no interior do país.

No **Brasil**, uma organização aparece central na rede de relações da CLOC, entretanto todas as organizações não apresentam grande participação no *site* da CLOC. A justificativa é o idioma e a preferência em alimentar os *sites* em português, além do envio de informações para as demais organizações da América Latina e do mundo de uma forma direta.

Na **República Dominicana**, a organização não aparece como central na rede de relações e na participação no *site* da CLOC. É uma das organizações fundadoras da CLOC, estando consolidada internamente, mas faltam comunicação e projeção internacional. Entretanto, isso não foi limite para a organização se tornar sede da secretaria operativa da CLOC.

O **Peru** apresenta uma organização central na rede de relacionamentos da CLOC, com uma presença mais ou menos constante no *site* da CLOC. A justificativa é o fato de possuir página *web* própria do movimento com um *hiperlink* na página da CLOC, sentindo-se, dessa forma, integrados comunicacionalmente, sem necessitar especificamente de estar presente nos informes da página da CLOC.

A **Bolívia** apresenta duas organizações centrais na rede de relacionamentos da CLOC, e todas têm baixa participação no *site*. As organizações possuem pouca apropriação das tecnologias e apresentam a

prática de mediação nas comunicações internacionais, realizada pela única organização que possui mais acesso a tecnologias da comunicação.

As organizações da **Argentina** não são centrais na rede de relações e têm pouca presença no *site*. Entretanto, elas se comunicam e se sentem representadas pela rede de redes nacional. Além disso, a organização que apresenta mais acesso às tecnologias e maior participação no *site* é o membro mais antigo da país na CLOC. Essa organização aparece como mediadora, contribuindo para a incorporação das organizações mais novas.

O **Equador** não apresentou nenhuma organização central na rede de relações e possui alguma presença no *site*. A justificativa é a existência de *sites* das organizações alojados na *Comunidad Web de Movimientos Sociales*, que os tornam parte da comunicação da CLOC, sem necessariamente estarem presentes nas informações do *site*. Apontamos também a existência de conflitos internos, em que a organização mais antiga almeja maior protagonismo na rede, dificultando a incorporação de novas organizações.

No **Paraguai**, as organizações não aparecem centrais na rede de relacionamentos, entretanto uma organização tem presença constante no *site* apesar da falta de recursos tecnológicos. Além disso, verificamos que acontece um aprendizado coletivo na apropriação da tecnologia, existindo também um trabalho coletivo quando a comunicação não é feita através de um setor, mas sim por várias integrantes da organização conjuntamente.

Em **Honduras**, as organizações não aparecem como centrais na rede de relações e têm baixa participação no *site*. Os membros se relacionam, mas existe uma debilidade na comunicação interna do país.

A **Venezuela** não apresentou nenhuma organização como central na rede de relações; entretanto, o país é a sede da secretaria operativa regional. As organizações são novas como membros da CLOC, mas verificamos que elas estão se comunicando com as demais organizações e vêm aumentando a participação no *site*. Entretanto, existem sinais da busca de um protagonismo local, dificultando a entrada de outras organizações do país.

As organizações do **México**, em sua maioria, estão isoladas entre si e do restante dos membros da CLOC; além disso, apresentaram pouca presença no *site*, apesar de possuírem um bom acesso às tecnologias comunicacionais. A justificativa são os conflitos entre as organizações no interior do país.

Ao final da análise, observamos que as organizações que não são centrais nas relações da rede e que não possuem preponderância comunicacional no *site* desempenham papéis centrais na rede, ocupando a sede das secretarias operativas, conforme os exemplos da *Confederación Nacional de Mujeres del Campo* (CONAMUCA - República Dominicana), da *Coordinadora Agraria Nacional Ezequiel Zamora* (CANEZ – Venezuela) e do *Movimiento Campesino Paraguayo* (MCP – Paraguai).

Dessa forma, relativizamos a centralidade na rede e concluímos que o que cria as posições são as esferas política-organizacional e cultural das organizações do campo, não passando obrigatoriamente pela tecnologia. Não é ela e nem o fluxo de informação que determinam os centros da rede; as posições não passam pelo determinismo da tecnologia, existindo assim outras formas de entender essa diversidade dentro da rede de redes.

Organicamente, há o fato político de as organizações periféricas assumirem as secretarias operativas dentro da norma de rotatividade entre as regiões, e o fato de as organizações centrais que possuem mais relevância comunicacional, não excluindo as demais, terem o dever de colaborar com a organização periférica, mesmo que seja a sede. Por esse motivo, existe uma flexibilidade entre as posições dentro da rede, e uma organização periférica pode ser proeminente e uma organização central pode ficar em um papel secundário.

Essa conclusão confirma a idéia de Scherer-Warren sobre a complexidade que adquirem as redes atualmente e que, para compreendê-las, é necessário abordá-las desde a relação discursiva dos atores e desde um enfoque desapegado de matrizes teóricas fixas.

Confirmamos também um elemento da **dimensão social – estratégica** das redes, proposto por Scherer-Warren (2006a), que aponta

uma verdade parcial no pressuposto da distribuição e da democratização do poder entre os centros, ou seja, segundo Scott (1992), existem pontos ou **atores centrais** que estão no centro de um número de conexões e que possuem mais influência do que outros. Entretanto, esses atores são também importantes para o empoderamento das redes, no nosso caso através da ajuda no desenvolvimento do aspecto comunicacional das demais organizações.

Por outro lado, segundo Wasserman e Faust (1994) existe a **proeminência** de determinados atores, que, como proposto no nosso marco teórico, foi medida olhando não somente os laços diretos, mas também as relações que envolvem os intermediários e os elos invisíveis da rede e os aspectos contraditórios, como verificado na situação das secretarias operativas. Sendo assim, as redes estão repassadas pelo poder através dos pontos centrais, mas, por outro lado, também estão repassadas pelas possibilidades de solidariedade, de reciprocidade e de compartilhamento, em que a proeminência de alguns atores não passa por ser um ator central na rede.

Além disso, esse fenômeno de as organizações periféricas assumirem as secretarias operativas contribui para desconcentrar o poder na medida em que o exercício da tarefa da secretaria operativa é visto como um meio de colaborar com o desenvolvimento e com o aprendizado dentro do movimento social.

Metodologicamente, destacamos que o sociograma não foi um instrumento capaz de identificar o aumento da participação de algumas organizações na CLOC, como o caso da Venezuela, que não apareceu como central, mas tem presença comunicacional e possui a sede da secretaria operativa regional. Essa deficiência metodológica foi sanada pelo conjunto da sociomatriz, entrevistas e gráficos de participação no *site*, onde conseguimos fazer uma leitura mais ampla, não caindo no desacerto de somente excluir do processo as organizações que não eram centrais, em um primeiro momento, no sociograma. Nesse sentido, apontamos um acerto na escolha de diferentes métodos para a análise da rede de redes da CLOC (o

sociograma, a sociomatriz, a análise documental e as entrevistas). O conjunto permitiu melhor apreensão do recorte da realidade analisada.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACEROS, Juan Carlos et al. A propósito de la noción de movimiento: virtualización de los Movimientos Sociales. *Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal*. Athena Digital, primavera nº007. Universidad Autónoma de Barcelona. Barcelona, España. 2005. 12p.
- ADAMOVSKY, Ezequiel. *Pensar un nuevo internacionalismo*. 2006, 15p. Disponible em: <http://lavaca.org/seminarios/02/recomendada05.shtml>
- ALVAREZ, Sonia E. DAGNINO, Evelina. ESCOBAR, Arturo. O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. IN _____. (org). *Cultura e Política nos movimentos sociais latino-americanos*. Novas leituras. Ed. UFMG Belo Horizonte 2000. p.15- 57.
- BARSKY, Osvaldo. Transformaciones productivas y sociales en la pampa argentina. p.67-92 IN TWOMEY, Michael J. HELWEGE, Ann. (org) *Modernización y estacamiento La agricultura latinoamericana en los años noventa*. México DF: Fondo de Cultura Económica, 1994. 334p.
- BORÓN, Atilio A. La Izquierda latinoamericana a comienzos del siglo XX: nuevas realidades y urgentes desafíos. *Revista Obsevatorio Social de América Latina Los movimientos sociales*. De Porto Alegre a Caracas – Dominación Imperial e alternativas. Buenos Aires, CLACSO, nº13, 2004, p.41-56.
- BORÓN, Atilio A. Crisis de las democracias y movimientos sociales en América Latina: notas para una discusión. *Revista Obsevatorio Social de América Latina Los movimientos sociales*. Buenos Aires, CLACSO, nº20, 2006, p.289-304.
- BURCH, Sally. León, Osvaldo. Tamayo, Eduardo. *Se cayó el sistema: Enredos de la Sociedad de Información*. Quito, Ecuador: ALAI 2003.

- CALVA, José L. El desastre agrícola de México 1982-1989. p.121-148. IN TWOMEY, Michael J. HELWEGE, Ann. (org) *Modernización y estacamiento La agricultura latinoamericana en los años noventa*. México DF: Fondo de Cultura Económica, 1994. 334p.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Volume I. 9ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006. Tradução: Roneide Venâncio Majer.
- CEPAL – CELADE. *Boletín demográfico América Latina: Proyecciones de población urbana y rural 1970-2025*. Santiago do Chile, 2005. 259p.
- CERVO, Amado L. BERVIAN Pedro A. *Metodología Científica*. 5ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002. 242p
- CHONCHOL, Jacques. *Sistemas Agrários en América Latina De la etapa prehispánica a la modernización conservadora*. México DF: Fondo de Cultura Económica, 1994.
- CLOC. *Memoria del I Congreso Latinoamericano de Organizaciones del Campo*. Publicación de la CLOC. Lima, Perú. 1994.
- CLOC. *Memoria del II Congreso Latinoamericano de Organizaciones del Campo*. Publicación de la CLOC. Brasília, Brasil. 1997.
- CLOC, Via Campesina. *21 desafíos desde las mujeres rurales indígenas y pescadoras*. Publicación de la articulación de mujeres del campo de la CLOC. Valparaíso, Chile. 2002.
- DIANI, M. Networks Analysis In: KLANDERMAS, B. STAGGENBORG, S. *Methods of Social Movement Research*. Cambridge University Press, 2002. p. 173-200
- DIANI, M. MCADAM, D. *Social Movement and Networks. Relational Approaches to Collective Action*. Oxford University press New York. 2003.
- DOULA, Sheila M. Redes de movimientos campesinos en la América Latina contemporánea: identidad en la lucha. *Revista Universum*, n.15 Universidad de Talca, Chile, 2000, pp.365-376
- EICHER, Carl. STAATZ, John M. (org) *Desarrollo agrícola en el Tercer Mundo*. México DF: Fondo de Cultura Económica, 1990. 596p.
- ESCOBAR, Arturo. *Notes on Networks and Antoglobalization Social Movements*. Prepared for Session on Actors, Networks, Meanings: Enviromental Social Movements and Antropology of Activism Annual Meeting, San Francisco, November, 2000. 17p
- FERNANDES, Fábio. Smart mobs e inteligência coletiva no mundo dos quadrinhos. *Revista Razón y Palabra Comunicación y Cultura en la era*

Digital. n.41, México. 2004. Disponível em:
<http://www.razonypalabra.org.mx/anteriores/n41/ffernandes.html>

FINQUELEVICH, Susana. *Movimientos sociales en las pantallas: el caso de Argentina*. Simpósio Latinoamericano y del Caribe: “La educación, la ciência y la cultura en la Sociedad de la Información” La Habana Cuba del 18 al 21 de febrero de 2002. 20 p.

FLEISCHEMAN, Luciana. *Internet y movimientos sociales: comunicación en los movimientos de resistência Global*. IAMCR Conference 2004, Section: participatory comunicación research. 2004. 17p. Disponível em:
http://www.edicionessimbioticas.info/IMG/pdf/Internet_y_movimientos_sociales.pdf

FLEISCHEMAN, Luciana. *Os novos meios do Ativismo na Internet: O caso dos centros de mídia independentes*. Dissertação apresentada a Universidade Federal Fluminense, Departamento de Comunicação para a obtenção do título de mestre em comunicação. Rio de Janeiro, Niterói Abril, 2006. 168p

GARNICA, A.V.M. *Some notes on qualitative research and phenomenology*. Interface Comunicação, Saúde, Educação, v.1, n.1, agosto, 1997.p.109-122 .

GIARRACCA, Norma. La protesta agrorrrural en la Argentina. p.195-208 In SEONE, José. *Movimientos sociales y conflicto en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2004. 285p.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999. 206p

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 3ª edição, 2002.

GONÇALVES, Carlos W. P. *Violência e democracia no campo brasileiro: o que diz os dados de 2003*. Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades da Universidade Federal Fluminense – LEMTO – UFF (mimeo)

GRAZIANO DA SILVA, José. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. p.137- 144. In STEDILE, João Pedro. (coord.) *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: UFRGS, 1ª ed. 1994.

GRAZIANO DA SILVA, José. Viabilidade da reforma agrária em São Paulo. p.191- 203. In STEDILE, João Pedro. (coord.) *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: UFRGS, 1ª ed. 1994.

IBARRA, Carlos Figueroa. Paz, Neoliberalismo y protesta popular en Guatemala. p.129-148. IN LÓPEZ, Margarita Maya. (ed) *Lucha Popular*,

Democracia, neoliberalismo: protesta popular en América Latina en los años de ajuste. Venezuela: Nueva Sociedad, 1999. 264p.

JANVRY, Alain. La economía política del desarrollo rural en América Latina: Una interpretación. 103 -118p IN EICHER, Carl. STAATZ, John M. (org.) *Desarrollo agrícola en el Tercer Mundo.* México DF: Fondo de Cultura Económica, 1990. 596p.

KAUCHAKJE, Samira. PENNA, Manoel Camilo. FREY, Klaus. DUARTE, Fábio. Redes socio-técnicas y participación ciudadana: propuestas conceptuales y analíticas para el uso de las TICs. *Revista hispana para el análisis de redes sociales.* Vol. 11, n 3, diciembre 2006. 26 p.

LAGO, Silvia Martinez. *La intervención política de los movimientos sociales en la sociedad de la información.* Instituto de Investigación Gino Germani, Facultad de Ciências Sociales. Universidad de Buenos Aires. 2006a. 14 p. Disponible em:
<http://www.cem.itesm.mx/dacs/publicaciones/logos/anteriores/n52/39Lago.pdf>

LAGO, Silvia Martinez. MAROTIAS, Ana. Los movimientos Sociales en la Era de Internet. *Revista Razon y Palavra.* Comunicación y Cultura en la era Digital. nº 54. México: 2006b. Disponible em:
<http://www.razonypalabra.org.mx/actual/lagomarotias.html>

LEÓN, Osvaldo. BURCH, Sally. TAMAYO, Eduardo. *Movimientos Sociales y Comunicación.* Quito, Ecuador: ALAI,. 2005. 183p.

LEÓN, Osvaldo. BURCH, Sally. TAMAYO, Eduardo. *Movimientos sociales en la Red.* Quito, Ecuador: ALAI, 2001.

LÉVY, Pierre. *O que é o Virtual?* São Paulo: Editora 34, 1996. 157p.

LÉVY, Pierre. *A conexão planetária: o mercado, o ciberespaço, a consciência.* São Paulo, ed 34. 2001

LIMA, Karina Medeiros. *Determinismo Tecnológico.* INTERCOM Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação. Campo Grande: setembro de 2001. 11p.

LOPES, Sônia Aguiar. *A Teia Invisível. Informação e contra-informação nas redes de ONGs e movimentos sociais.* Tese de Doutorado, Ibict-ECO-UFRJ,1997.

LOPES, Sônia Aguiar. *Produção compartilhada e socialização do conhecimento em rede: uma abordagem exploratória.* II Seminário Nacional do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. Produção do Conhecimento e Educação: História,Utopias. Agosto 2002.

- LOPES, Sônia Aguiar. *Redes sociais e tecnologias digitais de informação e comunicação no Brasil (1996-2006)*. Nupefrits. Rio de Janeiro, 2006. 37p. Disponível em: http://www.nupeq.org.br/pub_redessociais.htm
- MADARIAGA, Pepe. *Reseña: La red es de todos. Cuando los movimientos sociales se apropian de la red de Víctor Marí Sáez (coor)* Edital popular. Madrid. 2004. IN Pueblos Revista de Información y Debate nº14 Diciembre de 2004. 61p. Disponível em: <http://www.airecomun.com/artic10.htm>
- MANÇANO, Bernardo F. La territorialización del Movimiento de los Trabajadores Sin Tierra en Brasil (MST) p.73-110. In LÓPEZ, Margarita Maya. (ed) *Lucha Popular, Democracia, neoliberalismo: protesta popular en América Latina en los años de ajuste*. Venezuela: Nueva Sociedad, 1999. 264p.
- MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas e pesquisa*. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2006. 289p.
- MARÍ SÁEZ, Víctor Manuel. 2005. El deseo de enredarse y el peligro de liarse. Un autodiagnóstico sobre los procesos de apropiación de Internet por parte de los movimientos sociales y la ciudadanía activa, *Revista Textos de la CiberSociedad*, 9. Temática Variada. Disponível em: <http://www.cibersociedad.net>
- MARÍ SÁEZ, Víctor Manuel. Movimientos sociales y educación Popular en Tiempos de Globalización. *Revista de Educación*, nº 338 2005 España. p. 177-192.
- MARÍ SÁEZ, Víctor Manuel. *Una reflexión a partir del Foro de Experiencias sobre NTIC y Movimientos Sociales*. Espanha, Córdoba, abril de 2003. Disponível em: http://www.pangea.org/inet/publicaciones/01_inetemas/26_inetemas/Cuando%20los%20movimientos,%20Marí.htm
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). *Pesquisa social teoria, método e criatividade*. 7º ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 80p.
- MÜLLER, Geraldo. São Paulo – o núcleo do padrão agrário moderno. p.221-237. In STEDILE, João Pedro. (coor.) *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: UFRGS, 3ª ed. 2002. 322p.
- OTAOLA, Miguel Lara. Nuevas Tecnologías de Comunicación: ¿Oportunidad o Riesgo para la Esfera Pública y la Democracia? *Revista Razon y Palabra. Comunicación y Cultura en la era Digital*. nº 54, México: Dezembro de 2006. Disponível em: <http://www.razonypalabra.org.mx/actual/mlarao.html#au>
- PALACIOS, Marcus. *Bem vindo ao planeta: da inteligência coletiva ao nomadismo universal resenha de LÉVY, Pierre. A conexão planetária: o mercado, o ciberespaço, a consciência*. São Paulo: Editora 34, 2001.

- Revista FAMECOS*. Porto Alegre: nº16, quadrimestral dezembro de 2001. 174 -181
- PINHO, J. B. *Comunicação nas organizações*. Editora UFV. Viçosa. 2006. 327p.
- POZO, E. *Organizaciones Campesinas e indígenas en América Latina: mutaciones y recomposiciones hacia el tercer milenio*. Montevideo (Uruguay): Ediciones Trilce, 1998.
- PRADO, Jose Luiz Aidar. *A naturalização da rede em Castells*. XXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, GT Teoria da Comunicação. Manaus, 2000. Disponível em: <http://rebeaorg.br/rebea/arquivos/castells.pdf>
- QUIJANO, Aníbal. El Laberinto de América Latina: ¿hay otras salidas?. *Revista Observatorio Social de América Latina Los movimientos sociales*. De Porto Alegre a Caracas – Dominación Imperial e alternativas. Buenos Aires, CLACSO, nº1815-30, 2005
- QUIVY, R. CAMPENLOUH, L. *Manual de investigación en ciencias sociales*. México Luminosa, 2000. 257p.
- RHEINGOLD, Howard. *Ice cream politics: flash mob in Belarus*. Disponível em: http://www.smartmobs.com/archive/2006/10/03/ice_cream_polit....html
- RHEINGOLD, Howard. *Joe Trippi on how texting could change US politics* Disponível em: http://www.smartmobs.com/archive/2006/08/03/joe_trippi_on_h....html
- RHEINGOLD, Howard. *SMS used to monitor Montenegro elections*. Disponível em: http://www.smartmobs.com/archive/2006/07/02/sms_used_to_mon....html
- RIVOIR, Ana Laura. ¿Redes sociales: Instrumento metodológico ou categoria sociológica? *Revista de Ciencias Sociales* nº 15 F.C.U 1999. 14 p.
- RUBIN, Antonio A. C. As novas configurações da Política na Idade Mídia: os Neo Zapatistas. *Revista Brasileira de Comunicação*. São Paulo, vol. XX nº 2 Jul./Dez 29-49, 1997
- SABADA, Igor Rodríguez. Información Libre. *La Ventana. Portal Informativo de las Américas*. 26 Outubro 2002 Disponível em: <http://laventana.casa.cult.cu/modules.php?name=News&file=print&sid=573>
- SALAZAR, Fernando. *El rostro oculto del desarrollo alternativo caso tropico de Cochabamba –Bolívia, 1984-2002*. Universidad Mayor de San Simón,

2003. 26p. Disponível em
<http://168.96.200.17/ar/libros/bolivia/iese/salazar.pdf>
- SAMPAIO, Plínio de Arruda Jr. La Reforma Agrária en América Latina: una revolución frustrada. *Revista Obsevatorio Social de América Latina Reforma Agraria y lucha por la tierra en America Latina – Território y movimientos sociales*. Buenos Aires, CLACSO, nº16, 15-22, 2005
- SANTOS, José Vicente T. *Revoluções Camponesas na América Latina*. São Paulo: Icone, 1985. 286p.
- SANTOS, Manuel. *Historia de un campesino. En memoria de Lee Kyung Hae, activista y luchador surcoreano*. 25 de setembro de 2006. Disponível em: <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=38026>
- SARTORI, Giovanni. Home Videns. *Resenha La sociedad teledirigida*. Traducción de Ana Díaz Soler, Madrid, tauros, 1998, 159 p. Disponível em: <http://www.monografias.com/trabajos12/pdaspec/pdaspec.shtml>
- SCHERER-WARREN, I. Redes sociais na sociedade da informação In: *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. 1ª ed. Belo Horizonte-MG : UFMG, 2006a.
- SCHERER-WARREN, Ilse Redes Sociais: Trajetórias e fronteiras. In: DIAS, Leila Chistina. SILVEIRA, Rogério Leandro Lima. *Redes, Sociedades e Territórios*. EDUNISC, Santa Cruz do Sul. 2005a, p. 29-50.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Revista Sociedade e Estado*, UNB, v.21, n.1, 2006b, p.109-130.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos em cena ... e as teorias por onde andam? *Revista brasileira de educação* nº9, 1998. p.16-29
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo. Edições Loyola, 2a ed., 1996.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Sujeitos e movimentos conectando-se através de redes. *Revista Política e trabalho*, João Pessoa, n. 19, 2003, p 29-38.
- SCHERER-WARREN, Ilse; LUCHMAN, Lígia Helena Hann. Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil. *Revista Política e Sociedade*, Florianópolis SC, v.1, n. 5, p.11-24, 2004.
- SCHUH, G. E. La economía política del desarrollo rural en América Latina: comenario. p.119-135 IN EICHER, Carl. STAATZ, John M. (org) *Desarrollo agrícola en el Tercer Mundo*. México DF: Fundo de Cultura Económica, 1990. 596p.
- SCOTT, Jonh. *Social Network Analysis: a Handbook*. London, Sage, 1992. 210p.

- SOUZA, Simone Maria. *A Via Campesina: Uma expressão de resistência contra a apropriação do processo de trabalho pelo capital*. CD de ponencias do VII Congreso Latino-Americano de Sociologia Rural, ALASRU, Grupo de trabalho Movimentos Sociais Rurais. Quito. Novembro, 2006.
- STEDILE, João Pedro. MANÇANO, Bernardo Fernandes. *Brava Gente. A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo:Fundação Perseu Abramo, 1999. 167p.
- TONI, Fabiano. Novos rumos e possibilidades para os estudos dos movimentos sociais. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais BIB*, São Paulo, n. 52, 2.º semestre de 2001.
- TWOMEY, Michael J. HELWEGE, Ann. (org) *Modernización y estacamiento La agricultura latinoamericana en los años noventa*. México DF: Fundo de Cultura Económica, 1994.
- VARGAS, Humberto R. CÓRDOVA, Eduardo, E. Bolívia: un país de re-configuraciones por una cultura de pactos políticos y de conflictos. p.85-102. In SEONE, José. *Movimientos sociales y conflicto en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2004. 285p.
- VELASCO H. DÍAZ de Rada. 1997. *La lógica de investigación etnográfica: Um modelo de trabajo para etnógrafos de la escuela*. Trolla. Madrid. 41p.
- VIA CAMPESINA *¿Que es la Via Campesina?* Disponível em:
http://www.viacampesina.org/main_sp/index.php?option=com_content&task=blogcategory&id=27&Itemid=44
- VIEIRA, Liszt. *Cidadania e Globalização*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.137p.
- WASSERMAN, Stanley. FAUST, Katherine. *Social Network Analysis*. Cambridge University Press 1994. 825p.
- ZAMPIER, M. B. *Movimentos Sociais Rurais da América Latina em rede: um estudo sobre a Coordenadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo – CLOC*. Monografia apresentada à Universidade Federal de Viçosa para obtenção do título de Bacharela em Secretariado Executivo Trilíngue. 2004